



# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023



## SUMÁRIO

---

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
A ENEVA	5
GOVERNANÇA CORPORATIVA	8
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	13
GESTÃO DE PESSOAS	15
PANORAMA DE MERCADO - CONTEXTO SETORIAL	20
DESEMPENHO OPERACIONAL	35
DESTAQUES ECONÔMICO-FINANCEIROS	39
COMPROMISSOS ESG - ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE	47
AUDITORES INDEPENDENTES	51
ANEXO	52

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ENEVA S.A. - 31 DE DEZEMBRO DE 2023	56
-------------------------------------	----

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2023 foi marcado como um período de execução e preparação para iniciarmos um novo grande ciclo de crescimento da Eneva, tanto nas frentes operacional, financeira e comercial, com avanços e resultados já tangíveis em cada uma das alavancas.

2023 reforçou também a importante contribuição estratégica da Eneva para a segurança energética do Sistema Interligado Nacional (SIN), a despeito da sobre oferta de energia hídrica ainda vigente no sistema. Com o retorno do despacho regulatório para atendimento ao SIN ao final do ano, praticamente todo o nosso parque térmico conectado ao SIN foi chamado a gerar energia devido à necessidade de atendimento a pontas de carga, mesmo em um contexto de reservatórios com níveis ainda elevados. Esses eventos reforçam vez mais a relevância dos ativos térmicos, não só para lidar com a sazonalidade do regime de chuvas, mas também como grandes estabilizadores da intermitência crescente em nosso SIN.

Ao longo do período, iniciamos a implementação dos nossos novos projetos adquiridos e conquistados em leilões nos últimos anos, aceleramos a construção da nossa primeira unidade de liquefação de gás no Parnaíba, ao mesmo tempo em que implementamos melhorias e estabilizamos os ativos de geração que entraram em operação recentemente. Estes foram apenas alguns destaques na frente operacional que foram fundamentais para nos prepararmos para avançar no desenvolvimento dos atuais e novos projetos a partir de 2024. Hoje, com os avanços realizados em 2023, a Companhia está mobilizada para entregar os projetos, mas segue ainda com um olhar para o futuro, buscando capturar novas oportunidades a partir de seus ativos e de suas competências únicas.

Ancorados pela nossa disciplina financeira, cumprimos nosso compromisso de iniciar a trajetória de desalavancagem da Companhia e fortalecemos nossa cultura de zero desperdício. Na frente comercial, seguimos desenvolvendo novos modelos de negócios, aumentando as alternativas de monetização das nossas reservas excedentes e ampliando a atuação da nossa comercializadora de energia.

Assegurando a perenidade dos nossos ativos, em 2023 tivemos sucesso em, mais uma vez, ampliar as reservas da Bacia do Parnaíba, que passaram de 33,1 bilhões de m<sup>3</sup> para 37,6 bilhões de m<sup>3</sup>, já considerando uma produção de 0,8 bilhão de m<sup>3</sup>, resultando em um índice de reposição de reservas de 633%. Esse volume de reservas supera o volume necessário para a participação das usinas Parnaíba I e III no leilão de reserva de capacidade previsto para agosto de 2024. Ainda no Complexo Parnaíba, é importante destacar a maior eficiência da geração com menor consumo de gás natural com a entrada em operação da usina Parnaíba V, turbina a vapor que forma o ciclo combinado com a UTE Parnaíba I, que operou na modalidade *Merchant* em 2023, produzindo 616 GWh sem consumir uma única molécula de gás adicional. Com esse nível de eficiência, o ativo gerou R\$ 52 milhões de EBITDA no ano e evitou a emissão de 230 mil toneladas de CO<sub>2</sub>e. Em 2024, a usina iniciará o seu contrato no ambiente regulado, ampliando a receita fixa da Eneva em cerca de R\$ 370 milhões.

No cluster Amazonas, merecem destaque os avanços no projeto Azulão 950 e a consolidação do projeto Azulão-Jaguaririca. No projeto Azulão 950, que marca a expansão do nosso modelo R2W para uma nova geografia, iniciamos a construção das usinas Azulão I e II e evoluímos em várias frentes. A cadeia de fornecedores, serviços e materiais está 100% contratada, começamos a construção das instalações industriais e obtivemos as licenças de instalação. Todas as atividades estão dentro do cronograma, com os primeiros 13 poços produtores perfurados, sendo 10 já testados e prontos para suprir os primeiros 10 anos de operação da usina. Já na UTE Jaguaririca II, concluímos a estabilização do sistema de liquefação que abastece a usina, elevando sua disponibilidade para 100% ao final de 2023. As melhorias alcançadas refletem todos os esforços da Companhia desde o início da operação desse sistema complexo e inovador que utiliza o gás natural produzido e liquefeito do Campo de Azulão, no Amazonas, e transportado por carretas por mais de 1.000 km de estrada até a usina de Jaguaririca, em Roraima.

Se considerarmos as plantas de Azulão e do Parnaíba, a capacidade de processamento e liquefação de gás natural da Eneva totaliza 1,3 MMm<sup>3</sup>/d, o que nos destaca como o maior produtor de GNL do país e com a maior frota de carretas criogênicas do Brasil. Além do desenvolvimento dos projetos, adquirimos competências técnicas e comerciais que ampliam imensamente nossa capacidade de executar projetos complexos em áreas remotas e nos garantem vantagens competitivas únicas, nos permitindo extrair o máximo retorno dos nossos ativos e capturar novas oportunidades.

Também avançamos em nossa frente estratégica de desenvolvimento do nosso primeiro Hub de Gás, iniciada após a conclusão da aquisição da CELSE em 2022. Para viabilizar a oferta de serviços *ongrid* a partir do Hub Sergipe e extrair mais valor das instalações, está sendo construída a conexão do terminal de GNL à malha de gasodutos de transporte de gás nacional. Com a entrada da conexão no segundo semestre de 2024 e com a implementação de uma solução para compressão do BOG (do inglês, "Boil off gas"), os esforços da Companhia estarão cada vez mais concentrados na comercialização de contratos flexíveis de gás e no desenvolvimento de produtos para dar flexibilidade a vendedores, compradores e operadores de gás na malha. Nesse sentido, em 2023 iniciamos o desenvolvimento de uma mesa de operações de gás dedicada a prover soluções para clientes conectados à malha de gasodutos de transporte, e também para aqueles fora da malha, com nossa oferta de SSLNG. Vale destacar que, em 2023, antes mesmo da conexão à malha, realizamos a primeira operação de comercialização de GNL no FSRU do Hub Sergipe com a QatarEnergy, contribuindo para os resultados do período.

De forma complementar a estes modelos de negócio, a Companhia poderá habilitar projetos de expansão do parque termoeletrico do Hub Sergipe, para participar do leilão de reserva de capacidade de 2024. É importante destacar que, depois de ativos como as usinas do Parnaíba, que operam no modelo R2W, conectadas a reservas de gás e infraestrutura de escoamento proprietárias, os projetos mais competitivos tendem a ser aqueles em que a infraestrutura de fornecimento de gás já está sendo amortizada por um projeto âncora existente. Este é exatamente o caso do Hub Sergipe, onde o FSRU (do inglês, “*Floating Storage and Regasification Unit*”) e demais instalações atualmente têm capacidade ociosa para suprir até 14 MMm<sup>3</sup>/d de gás natural, e já estão sendo amortizados pelas receitas fixas do complexo termoeletrico existente, contratado até 2044.

Outro marco importante de 2023 foi a conclusão da construção do parque solar Futura I e do seu processo de estabilização, com as 22 UFVs do Complexo 100% operacionais a partir de outubro, atingindo níveis de geração compatíveis com o P90 planejado para a usina. Também em 2023 concluímos a celebração de novos contratos de autoprodução no parque solar e atualmente 84% da capacidade de geração do parque está alocada a contratos de autoprodução com a White Martins, Vallourec e Liasa, beneficiando nossos clientes com fornecimento de energia renovável incentivada e melhorando o retorno do investimento para a Eneva. As conquistas comerciais são resultado dos esforços da nossa Comercializadora, que ampliou sua atuação e escopo em 2023, refletindo também no aumento do valor do book, que saltou de R\$ 471,4 milhões ao final de 2022 para R\$ 686,1 milhões em dezembro de 2023.

Além dos investimentos em renováveis, em 2023 continuamos fazendo investimentos pontuais e selecionados em tecnologias de baixo carbono, para alavancar nossa capacidade técnica e ampliar nosso conhecimento em áreas que podem se tornar novas cadeias de valor em um futuro próximo, em um mundo que busca soluções viáveis para a transição energética. Certificamos pela primeira vez o potencial de armazenagem de CO<sub>2</sub> em um dos nossos reservatórios que já se encontra próximo do ponto final de depleção e iniciamos uma colaboração com parceiros para desenvolver projetos piloto de captura e armazenagem de CO<sub>2</sub> ligados à produção de combustíveis sustentáveis do agronegócio.

As iniciativas de eficiência operacional em 2023 foram acompanhadas de um forte empenho do nosso time na otimização de custos e despesas da Companhia e suportaram o início do nosso ciclo de desalavancagem. Ao longo do ano, a alavancagem foi reduzida de 4,82x dívida líquida/EBITDA para 3,99x. Uma série de iniciativas contribuiu para este resultado: esforços significativos para reduzir de forma perene o SG&A; a captura de oportunidades de exportação de energia para a Argentina e o Uruguai, que asseguraram receitas variáveis robustas em um ano de hidrologia favorável ao sistema elétrico brasileiro; a excelente performance da comercializadora; e a melhoria operacional dos ativos recém-construídos, em particular Azulão-Jaguatirica e Futura I.

Em 2023 também revisamos nossos pilares estratégicos com o objetivo de concentrar a alocação de recursos da Companhia em iniciativas com maior potencial de geração de valor para garantir a perpetuidade da Eneva nas próximas décadas. Na frente de pessoas, dado nosso compromisso com a valorização do capital humano da Eneva, implementamos novos processos em 2023 para monitorar e otimizar a força de trabalho, e para promover o desenvolvimento e o aprimoramento de nossas competências. Formamos a primeira turma do MBA Eneva, para dar conhecimento horizontal das diversas áreas da Companhia para os nossos líderes, e implementamos a carreira em “Y”, que valoriza e reconhece os profissionais da área técnica, criando uma carreira paralela e equivalente à dos colaboradores que seguem o desenvolvimento gerencial.

É importante destacar que, do ponto de vista de capacidade de execução e de desenvolvimento de novos projetos e serviços, a Eneva de 2024 está hoje muito mais preparada do que a empresa que iniciou a implementação de Parnaíba V e Azulão-Jaguatirica em 2019. Nossas competências atuais, associadas a um maior acesso a capital com custo competitivo, são muito mais robustas do que há cinco anos, e ampliaram nossa capacidade de desenvolver e implementar projetos e serviços cada vez mais complexos e inovadores. Com todo esse progresso, seguimos confiantes de que a execução do nosso plano de negócios já contratado elevará nossa receita fixa ao patamar de R\$ 10 bilhões e EBITDA fixo associado da ordem de R\$ 6 bilhões em 2027. Para além desses valores, nossos resultados poderão ser alavancados por vários *upsides*: geração de receitas variáveis relacionadas a intermitência e sazonalidade das fontes renováveis; crescimento das novas cadeias de valor que estão sendo criadas na comercialização de energia, e nas ofertas de SSLNG e de gás na malha; e o amplo portfólio de projetos de expansão para alocação de capital.

Essa maturidade alcançada pela Companhia reforça nossa confiança de que este segundo ciclo de crescimento irá propiciar retornos excepcionais para os nossos acionistas, ao mesmo tempo em que contribuirá de forma definitiva para seguir aumentando a resiliência do sistema elétrico brasileiro e para a descarbonização da nossa matriz energética, utilizando o gás natural como substituto de combustíveis mais poluentes. Nesse contexto, nossa Companhia se destaca por ter receitas fixas significativas de longo prazo indexadas à inflação, com proteção natural a aumentos de custos e despesas, com potencial para capturar *upsides* e para desenvolver novas cadeias de valor e novos mercados em um Brasil que atravessa uma transição energética particular.

Estamos certos de que continuaremos surpreendendo positivamente nossos acionistas com nosso histórico de superação de desafios, nossas competências e nosso potencial único de geração de valor. Agradecemos todos os nossos stakeholders que nos acompanham nesta jornada e mantêm um compromisso de longo prazo com a Companhia.



## A ENEVA

### Visão Geral

A ENEVA S.A. (“Eneva”) é uma empresa integrada de energia, que atua no setor elétrico e de exploração e produção de hidrocarbonetos, e que possui um portfólio diversificado de ativos em operação e desenvolvimento e de projetos. A Companhia destaca-se por ter implementado de forma pioneira o modelo *Reservoir-to-Wire* (“R2W”) no país<sup>1</sup>, integrando geração térmica aos campos produtores de gás natural, garantindo a geração de energia a custos competitivos e com menor impacto ambiental, ao reduzir custos e perdas no transporte do combustível. A Eneva também desenvolveu o modelo de negócios *Small Scale LNG* (“SSLNG”), o Gás Natural Liquefeito em Pequena Escala, que será produzido e entregue a clientes industriais por meio rodoviário, no modelo *Reservoir-to-Client* (R2C). Com isso, a Companhia desempenha um papel importante na transição da matriz energética brasileira, oferecendo energia e potência ao sistema a partir de um combustível flexível, econômico e eficiente. A Companhia possui também *expertise* em trading de energia, realizando a integração comercial de diferentes fontes de geração por meio de contratos oriundos de usinas próprias e de terceiros.

Com sede no município do Rio de Janeiro, a Eneva possui presença geográfica dispersa pelo país, com ativos, operações e projetos nos estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Roraima, São Paulo e Sergipe.

Em 2023, o parque de geração térmica em operação da Companhia somava 4,6 GW entre ativos de geração a combustível próprio e de terceiros, representando aproximadamente 21% da capacidade de geração térmica do país (exceto a óleo e biomassa)<sup>2</sup>. Da capacidade total operacional em 2023, 2,0 GW estão localizados no Complexo Parnaíba e no Complexo Azulão e utilizam gás próprio para geração, operando em modelo R2W, enquanto os demais eram supridos por combustível de terceiros para geração, quando chamados a despacho.

A Eneva conta ainda com importantes projetos termelétricos em construção nas regiões em que já atua, que expandirão o parque operacional nos próximos 3 anos. Com a conclusão das

construções dos projetos Parnaíba VI e Azulão 950, a capacidade total térmica contratada da Companhia atingirá 5,2 GW até 2026, sendo praticamente toda contratada em ambiente regulado, com contratos regulados reajustados pela inflação.

Como importante marco no segmento de renováveis, a Eneva iniciou, em maio de 2023, a operação comercial do Complexo Solar Futura 1, localizado em Juazeiro. Futura 1 é um dos maiores parques fotovoltaicos da América Latina, somando 0,7 GWac de capacidade solar, representando 34% da capacidade total de geração do estado da Bahia. O ativo encontra-se majoritariamente contratado em ambiente livre em modalidade de autoprodução, com contratos de mais de 10 anos de duração e reajustados anualmente pela inflação.<sup>3</sup>

A Companhia possui mais de 64 mil km<sup>2</sup> em concessões exploratórias, onde realiza atividades de Exploração e Produção. Em dezembro de 2023, a Eneva operava 14 campos de gás natural nas Bacias do Parnaíba e Amazonas, com reservas certificadas totais de gás natural (2P) de 47,6 bcm (bilhões de metros cúbicos, do inglês *billion cubic meters*), além da área de Juruá, com Recursos Contingentes 2C de gás natural de 24,0 bcm, na Bacia do Solimões. Em 2023, a Companhia foi a maior operadora privada de gás natural do Brasil<sup>4</sup>, com uma capacidade de produção superior a 9,0 milhões de m<sup>3</sup> por dia nas operações do Parnaíba e Amazonas.

No Complexo Parnaíba, a Eneva está desenvolvendo o projeto SSNLG, com a construção de duas plantas de liquefação de gás natural com capacidade total de liquefação de 600 mil m<sup>3</sup> por dia. No âmbito desse negócio, foram firmados contratos de venda de gás liquefeito dos campos do Parnaíba para grandes clientes industriais que não se encontram conectados à malha de gasodutos nacionais de transporte de gás, com início de suprimento ao longo de 2024. Por meio da adoção do uso do gás natural em suas plantas produtivas, os clientes substituirão um combustível altamente poluente por uma alternativa mais limpa, e com custos que tendem a ser mais competitivos.

<sup>1</sup> Publicação “Brasil Energia Petróleo”, nº 432, novembro de 2016, páginas 34 a 36.

<sup>2</sup> Dados da ANEEL referentes a dezembro de 2023, disponíveis no Sistema de Informações de Geração da ANEEL - SIGA (Capacidade de Geração no Brasil – Matriz por tipo e combustível final (considera capacidade de geração a gás natural e carvão total do Brasil): <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibjNjM2liwicl6jQwZDZmOWI4LWVjYtctNDZhMj05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBIMSlmMiOjR9>. – Acesso em 04/03/2024.

<sup>3</sup> Dados da ANEEL referentes a dezembro de 2023, disponíveis no SIGA (Capacidade de Geração no Brasil – Matriz Elétrica Brasileira

(considera capacidade de geração solar em operação):

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibjNjM2liwicl6jQwZDZmOWI4LWVjYtctNDZhMj05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBIMSlmMiOjR9>. – Acesso em 04/03/2024.

<sup>4</sup> Dados da ANP referentes ao ano de 2023, disponíveis no Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural (Produção por Operador, meses de janeiro a dezembro de 2023):

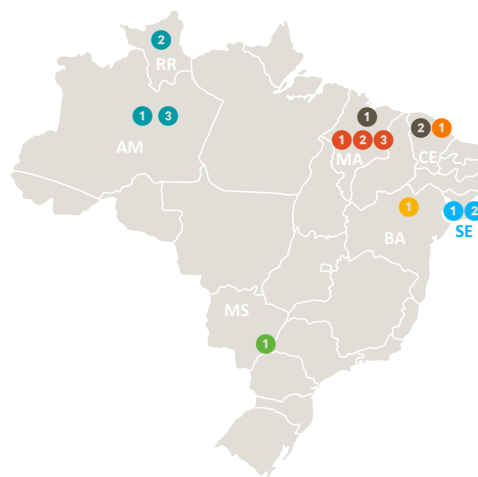
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibjNjM2liwicl6jQwZDZmOWI4LWVjYtctNDZhMj05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBIMSlmMiOjR9>. – Acesso em 04/03/2024.

## Em 31 de dezembro de 2023:

**47,6 bcm**Reservas  
Totais 2P**5,2 GW**Capacidade  
Instalada Térmica  
Contratada**0,7 GWac**Capacidade  
Instalada  
Solar**21 MMm<sup>3</sup>/d**Capacidade  
Regaseificação  
GNL Hub Sergipe**1.3 MMm<sup>3</sup>/d**Capacidade  
Liquefação  
SSLNG**Portfólio de Ativos**

Os ativos da Companhia estão distribuídos pelo Brasil, conforme demonstrado na figura ao lado:

- Complexo Azulão
- Complexo Parnaíba
- Itaqui e Pecém II
- Complexo Solar Futura 1
- Bacia Do Paraná
- Hub Sergipe
- Termofortaleza

**COMPLEXO AZULÃO****E&P<sup>5</sup>:**

- 1 Na bacia sedimentar do Amazonas, a Eneva é concessionária e operadora de 5 ativos de E&P dentre campos, áreas em desenvolvimento e blocos.

**Geração de energia com Gás próprio:**

- 2 UTE Jaguatirica II: utiliza gás natural produzido e liquefeito no Campo de Azulão, no Amazonas, e transporta por carretas criogênicas até a usina.
- 3 Usinas em construção (950 MW) – utilizarão gás natural no Campo de Azulão que será transportado por gasodutos de conexão até as usinas (modelo R2W), com primeira parte da capacidade instalada a entrar em operação a partir do segundo semestre de 2026.



<sup>5</sup> Valores dos destaques consideram o total de reservas 2P da Companhia, certificadas pela Gaffney, Cline & Associates em dez/2023.

## COMPLEXO PARNAÍBA

### E&P<sup>6</sup>:

- 1 Na bacia sedimentar do Parnaíba, a Eneva é concessionária e operadora de 30 ativos de E&P dentre campos, áreas em desenvolvimento, Planos de Avaliação de Descoberta (PADs) e blocos.

### Geração de energia com Gás próprio:

- 2 Parnaíba I, II, III e IV em operação utilizam gás natural do Complexo Parnaíba, que é transportado por gasodutos de conexão até as usinas.
- 2 UTE Parnaíba V é uma usina movida a vapor que compõe o ciclo combinado com a Parnaíba I.
- 2 UTE Parnaíba VI, em construção, será movida a vapor e completará o ciclo combinado com a UTE Parnaíba III, já em operação.

Com a conclusão da construção da UTE Parnaíba VI, todo o complexo passará a operar em ciclo combinado, com maior eficiência no consumo de gás para geração

### Comercialização de Gás no modelo SSLNG:

- 3 2 plantas de liquefação de gás em construção com data prevista para início de operação em 2024.



## ITAQUI E PECÉM II

### Geração de energia:

Geração de energia utilizando carvão mineral importado, com:

- 1 Itaqui no estado do Maranhão.
- 2 Pecém II no estado do Ceará.



## COMPLEXO SOLAR FUTURA 1

### Geração de energia solar:

- 1 Usina operacional de geração de energia solar com contratos de autoprodução firmados para aproximadamente 84% do parque entre 2024 e 2030 e 30% a partir de 2031.



<sup>6</sup> Valores dos destaques consideram o total de reservas 2P da Companhia, certificadas pela Gaffney, Cline & Associates em dez/2023.

## BACIA DO PARANÁ

### E&P:

- 1 A Eneva é operadora com 70% de participação, em consórcio com a Enauta Energia S.A., que possui 30% de 4 ativos de concessão de E&P. Ativos em fase exploratória.



E&amp;P

**11.544 km<sup>2</sup>**

Área exploratória sob concessão

## HUB SERGIPE

### Geração de energia com gás de terceiros:

Usina em operação com acesso a gás via terminal de GNL (*Floating Storage Regasification Unit - FRSU*) arrendado até dez/2044.

- 1 UTE Porto de Sergipe I

### Comercialização de Gás on-grid:

- 2 Terminal de LNG fretado pela UTE Porto de Sergipe I, com previsão de conexão à malha em 2024 e capacidade ociosa.



Geração de energia

**1,6 GW**

Capacidade Instalada

**3,2 GW**

Portfólio de Projetos


**Potencial para Comercialização de Gás**
**21 MM m<sup>3</sup>/dia**

Capacidade total de regaseificação do navio FSRU arrendado para a UTE Porto de Sergipe I, que utiliza cerca de 6 MM m<sup>3</sup>/dia de gás quando despacha

## TERMOFORTALEZA

### Geração de energia com gás de terceiros:

Com Capacidade Instalada de 327 MW, a UTE Fortaleza teve seu contrato encerrado em dezembro de 2023. Com isso o ativo foi desligado e ficará em hibernação enquanto a Companhia avalia eventual oportunidade de novo ciclo para a usina.

- 1 UTE Fortaleza



Geração de energia

**327 MW**

 Capacidade Instalada  
(Descontratada a partir de 2024)

**72 GWh**

 de geração líquida  
pós aquisição até dez/23

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia adota as práticas de governança corporativa recomendadas no Código Brasileiro de Governança Corporativa, além das regras previstas no Regulamento do Novo Mercado. A Eneva além de estar listada no Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa Balcão sob o código ENEV3, integra os índices IBRX100 – indicador de desempenho médio das cotações de cem ativos de maior representatividade e faz parte do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção da Plataforma de Ação Contra a Corrupção da Rede Brasil do Pacto Global.

Importante mencionar que a ética faz parte das decisões da Eneva, norteando a realização dos negócios e as relações com clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços, entidades públicas e demais partes interessadas. O compromisso da Eneva com a ética e integridade se manifesta de diversas formas, como a premiação que recebeu na edição do Pró-Ética 2022-2023. O Pró-Ética é uma iniciativa da Controladoria Geral da União que busca fomentar a adoção voluntária de medidas de integridade pelas empresas, por meio do reconhecimento público daquelas que, independentemente do porte ou ramo de atuação, mostram-se comprometidas em implementar medidas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção.

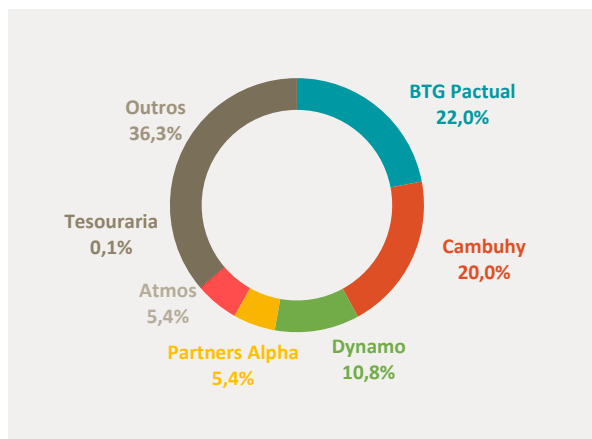
 EMPRESA  
**PRÓ-ÉTICA**  
 2022-2023



### Novo Mercado

A Companhia está listada no segmento de Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa Balcão) desde o seu IPO em 2007, e possui capital pulverizado (*Corporation*). A Eneva possui uma única classe de ações e seu capital social ao final de 2023 era composto por 1.584.572.378 ações ordinárias, negociadas na B3 sob o código ENEV3. A composição acionária referente a 31 de dezembro de 2023 está detalhada no gráfico ao lado.

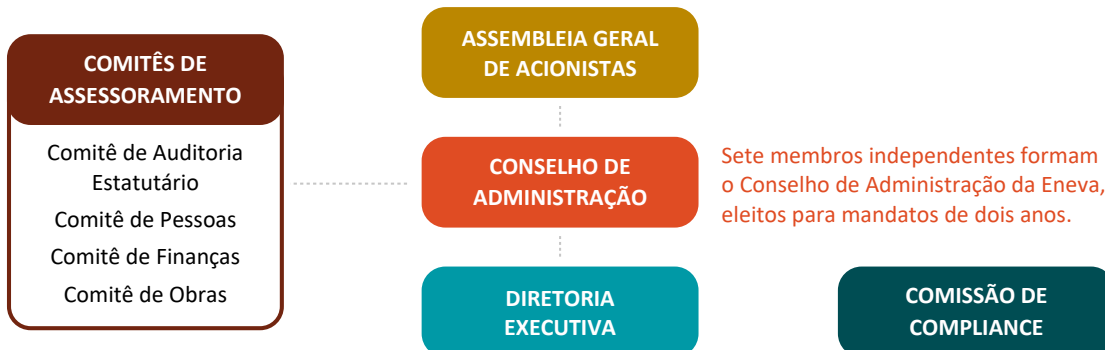
As ações da Companhia também eram parte da carteira dos principais índices da B3, IBOV, IEE, ISE, entre outros, bem como de índices internacionais de referência do MSCI (*MSCI Brazil, MSCI Latam e MSCI Emerging Markets*).



### Estrutura de governança

A estrutura de Governança Corporativa da Eneva está pautada nos pilares de boas práticas que regulam as relações corporativas, suportam os controles internos e garantem uma atuação de conformidade e transparência nas tomadas de decisões. Este modelo alia processos decisórios fortes e mecanismo que garantem agilidade, eficiência e qualidade e representa a busca permanente pelo aprimoramento das práticas adotadas e, por consequência, a tratativa igualitária de seus acionistas.

A Eneva apresenta, atualmente, a seguinte estrutura de Governança Corporativa:



### Conselho de Administração

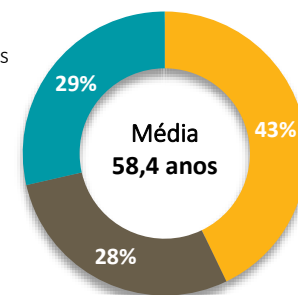
Órgão máximo de deliberação colegiada, que tem entre suas atribuições a orientação geral dos negócios da Companhia, definição e decisões sobre questões estratégicas e aspectos econômicos e monitoramento dos planos de gestão de negócios executados pela Diretoria Executiva, de acordo com as competências estabelecidas no Estatuto Social, no seu regimento interno, na Política de Alçadas e na legislação em vigor.

O Conselho de Administração é composto por sete membros, eleitos pela Assembleia Geral, todos independentes, com mandato de 2 anos, permitida a reeleição. Segue abaixo a composição do Conselho de Administração da Companhia em 31 de dezembro de 2023:

<p><b>HENRI PHILIPPE REICHSTUL</b> PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E COORDENADOR DO COMITÊ DE PESSOAS</p>	<p><b>JOSÉ AFONSO ALVES CASTANHEIRA</b> VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E MEMBRO DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DE OBRAS</p>
<p><b>MARCELO PEREIRA LOPES DE MEDEIROS</b> MEMBRO INDEPENDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO COMITÊ DE PESSOAS</p>	<p><b>GUILHERME BOTTURA</b> MEMBRO INDEPENDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E COORDENADOR DO COMITÊ FINANCEIRO</p>
<p><b>FELIPE GOTTLIEB</b> MEMBRO INDEPENDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DOS COMITÊS DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO E FINANCEIRO</p>	<p><b>RENATO ANTONIO SECONDO MAZZOLA</b> MEMBRO INDEPENDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DOS COMITÊS FINANCEIRO E DE PESSOAS</p>
<p><b>BARNE SECCARELLI LAUREANO</b> MEMBRO INDEPENDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E COORDENADOR DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DE OBRAS</p>	

**FAIXA ETÁRIA:**

- Menos de 50 anos
- de 61 a 70
- mais de 70 anos

**TEMPO DE MANDATO:**

Para conhecer mais sobre cada membro do Conselho de Administração, consulte nosso site de RI e veja a experiência detalhada de cada um deles.

<https://ri.eneva.com.br/governanca-corporativa/diretoria-conselho-e-comites/>

Cada membro possui formação e experiências específicas e complementares para orientar os negócios da Eneva com uma visão abrangente das externalidades, riscos e oportunidades que possam impactar o modelo de negócios da Eneva. Nenhum dos membros do Conselho de Administração exerce função executiva na Companhia, sendo remunerados somente por suas atividades como Conselheiros.

**Comitês de Assessoramento**

Para apoiar os processos de tomada de decisão, o Conselho conta com a assessoria de comitês especializados sobre matérias relevantes para a Companhia que funcionam simultaneamente ao Conselho, em caráter permanente ou temporário.

Nos Comitês de Assessoramento, nenhum dos membros exerce função executiva na Companhia e todos têm mandato unificado, com possibilidade de reeleição, de acordo com o respectivo Regimento Interno (<https://ri.eneva.com.br/governanca-corporativa/estatuto-politicas-e-regimentos/>).

Atualmente, a Companhia possui os seguintes comitês:

#### (i) Comitê de Auditoria Estatutário

Com autonomia operacional e orçamento próprio, o Comitê de Auditoria Estatutário tem como uma das principais responsabilidades opinar na contratação e destituição dos serviços de Auditoria Independente, além de outras atribuições previstas na legislação aplicável e Regimento Interno do Comitê como: (i) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (ii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia, bem como da auditoria externa da Companhia; (iii) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; e (iv) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas.

Em anexo nesse relatório incluímos o relatório resumido das atividades do Comitê.

#### (ii) Comitê Financeiro

O Comitê Financeiro tem como responsabilidade acompanhar a adoção e implementação dos melhores padrões econômico-financeiros, além de assessorar o Conselho de Administração na análise e revisão do orçamento da Companhia.

#### (iii) Comitê de Pessoas

O Comitê de Pessoas tem como responsabilidade acompanhar a adoção e a implementação de estruturas e melhores práticas de recursos humanos, bem como analisar e recomendar melhorias na política salarial da Companhia, além de outras funções precípuas relacionadas a metas corporativas, avaliação dos órgãos de governança, planos de retenção e sucessão, entre outros temas.

#### (iv) Comitê de Acompanhamento de Obras

O Comitê de Acompanhamento de Obras tem como responsabilidade acompanhar a execução física e financeira dos Projetos de Capital e monitorar os riscos e as contingências associados a estes projetos.

## Diretoria Executiva

A Diretoria Estatutária da Companhia, em dezembro de 2023, era composta por 03 membros, conforme figura a seguir:

<b>LINO CANÇADO</b> DIRETOR PRESIDENTE	<b>MARCELO HABIBE</b> DIRETOR DE FINANÇAS E RI	<b>MARCELO CRUZ</b> DIRETOR DE MARKETING, COMERCIALIZAÇÃO E NOVOS NEGÓCIOS
---	---	--

A Companhia ainda conta com 8 posições na sua Diretoria Executiva não estatutária, que é formada por executivos com ampla experiência no setor de atuação da Eneva.

A Diretoria Executiva responde pela execução da estratégia de negócios definida pelo Conselho de Administração, pela elaboração de planos e projetos e pelos desempenhos operacional e financeiro seguindo os limites estabelecidos por lei e pelo estatuto da Companhia. Todos os membros possuem comprovada formação acadêmica e experiência no âmbito de suas atuações.

## Políticas e Regimentos

As Políticas e Regimentos da Companhia estabelecem as diretrizes e condutas a serem observadas para a consecução dos negócios da Eneva, garantindo uma atuação de acordo com os princípios e valores da Companhia e legislação aplicável. Os normativos são estabelecidos e revisados com apoio do Comitê de Auditoria, aprovados pelo Conselho de Administração e estão aderentes à legislação anticorrupção e às melhores práticas de integridade. Em 2023, alinhada ao compromisso de adesão às melhores práticas internacionais, a Companhia revisou a Política Anticorrupção.

Abaixo as Políticas Corporativas e Regimentos da Eneva em 2023, que podem ser encontradas no site de RI da Companhia:

- Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários
- Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento e da Diretoria Estatutária
- Política de Remuneração
- Política de Transações com Partes Relacionadas
- Política de Gerenciamento de Riscos
- Política de Compras
- Política de Direitos Humanos
- Política de Defesa da Concorrência
- Política Anticorrupção
- Política de HSE - Health and Safety Executive
- Política de Sustentabilidade
- Política de Alçadas
- Política de Doações e Patrocínios
- Regimento Interno do Conselho de Administração
- Regimento Interno do Comitê Financeiro
- Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário
- Regimento Interno do Comitê de Pessoas
- Regimento Interno do Comitê de Acompanhamento de Obras

Diretrizes e Procedimentos de Integridade:

- Diretriz de Conflito de Interesses
- Diretriz de Relações com Terceiros
- Diretriz de Interação com Poder Público
- Diretriz de Brindes, Presentes e Hospitalidades
- Diretriz de Igualdade, Oportunidade e Respeito

- Diretriz de Gestão de Consequências
- Diretriz de Doações e Patrocínios
- Procedimento de Investigações Internas de Relatos
- Procedimento da Área de Compliance
- Procedimento de Comunicação e Treinamento de Compliance

## Canal de Denúncia

A Eneva possui um canal de denúncias seguro, confidencial, externo e independente. As denúncias de infrações ao Código de Conduta da Companhia e à lei brasileira podem ser feitas nesse canal de forma anônima por colaboradores, prestadores de serviço e pela sociedade em geral.

A Companhia orienta seus colaboradores a denunciarem qualquer atitude que potencialmente esteja em desacordo com a legislação, o Código de Conduta, ou normativos internos. Esta orientação é reforçada constantemente por meio dos treinamentos presenciais, cursos *online*, ações de comunicações internas sobre Compliance, ética, integridade e normativos internos para todos os colaboradores.

Todos os relatos registrados no Canal de Denúncia são tratados e apurados pela área de Compliance e demais áreas previstas na Diretriz de Gestão de Consequência. As aplicações de medidas disciplinares, quando cabíveis, são implementadas respeitando a razoabilidade e proporcionalidade.

As apurações prezam pelo respeito à confidencialidade do denunciante, sendo assegurada a não retaliação e, tem também como objetivo assegurar a melhoria contínua dos controles internos e demais elementos de Compliance.

O objetivo do canal de denúncia é prevenir, e quando não for possível, interromper a cadeia delitiva ou desvio de conformidade. A finalidade é promover um ambiente íntegro e ético para o público interno e externo.

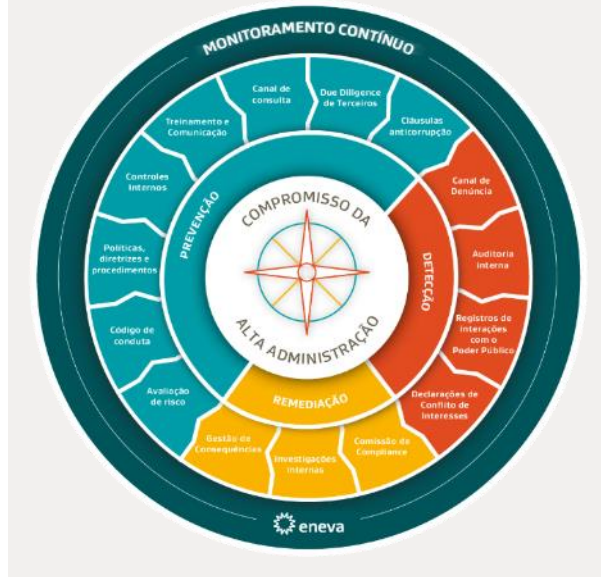


## Programa de Integridade

A Companhia estruturou seu Programa de Integridade, coordenado pela área de Compliance, com atividades periodicamente reportadas à Diretoria Jurídica, de Governança, Compliance e Controles Internos, e apresentadas ao Comitê de Auditoria Estatutário, que por sua vez, reportam ao Conselho de Administração. O Programa de Integridade é formado por um conjunto de ações que busca prevenir, detectar e remediar atos que estejam em desacordo com o Código de Conduta e os normativos internos da Companhia, bem como com a legislação vigente, a fim de preparar a organização para lidar com eventuais riscos.

A Companhia está fortemente engajada em combater qualquer forma de corrupção, fraude, suborno, favorecimento, tráfico de influência, extorsão, lavagem de dinheiro e propina nas suas relações internas, com fornecedores, parceiros ou agentes públicos.

Conforme representa o infográfico abaixo, o centro do Programa de Integridade orbita em torno do comprometimento da Alta Administração, e o que permite que as atividades estejam em constante melhoria, é o monitoramento contínuo dos elementos integrantes do Programa.



## Gestão de Riscos

A Companhia possui um processo estruturado de gestão de riscos, baseado nas melhores práticas de mercado, visando reduzir o grau de incerteza no alcance dos objetivos e garantir a preservação do valor e continuidade dos negócios, além de promover a gestão integrada dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta.

Com periodicidade mínima anual é realizada uma atualização mais abrangente do mapeamento de riscos de negócio, envolvendo todas as áreas corporativas e unidades operacionais, com a consolidação e reporte das informações à Alta Administração da Companhia.

## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com o objetivo de maximizar o valor gerado e garantir o melhor retorno possível dos ativos, a Eneva revisita periodicamente sua estratégia, baseada em estudos de mercado, tendências globais e nacionais, novas oportunidades, ambiente político e regulatório, assim como também considera questões internas e o contexto da Companhia em suas análises para verificar a resiliência das frentes de atuação de seu portfólio em diferentes cenários futuros.

No ciclo de Planejamento Estratégico de 2023, a Companhia mapeou as oportunidades nos mercados de Energia e de Gás, mas a aceleração do crescimento do portfólio da Eneva ocorrido em 2022 - com a aquisição da Focus Energia, UTE Fortaleza e Hub Sergipe – e o maior compromisso assumido de investimentos – com a contratação em leilão das UTEs Azulão I e Azulão II e a assinatura de contratos para venda de gás natural liquefeito - levaram a um contexto operacional e financeiro que demanda, para o curto prazo, a priorização na execução dos projetos de capital contratados.

No ano de 2023, a revisão da estratégia resultou em uma nova Missão e Visão para a Eneva, assim como a inclusão de um comportamento fundamental praticado e estimulado internamente, e por fim, apontou a necessidade de redefinição dos desafios estratégicos da Companhia a serem vencidos até 2030.

## Missão

- “Oferecer as melhores soluções de energia para uma transição energética responsável e segura”

## Visão

- “Gerar valor para ser uma das 5 maiores empresas de energia do Brasil”  
- Visão que embasa a estratégia de crescimento até 2030.

## Comportamentos

Valorizamos e nos responsabilizamos pela segurança, saúde e meio ambiente	Temos coragem para assumir riscos empresariais de forma responsável	Somos receptivos, construtivos e resilientes	Confiamos uns nos outros	Perseguimos os mais altos padrões de desempenho	Celebramos e reconhecemos o sucesso
---	---	--	--------------------------	---	-------------------------------------

## Desafios Estratégicos

Consolidar a expansão no Amazonas e executar o projeto Azulão 950	Ampliar as reservas no Parnaíba e estender o ciclo de vida dos ativos	Desenvolver Hub Sergipe e soluções de gás na malha ( <i>ongrid</i> )	Expandir negócios de SSLNG e soluções de gás fora da malha ( <i>offgrid</i> )	Capturar oportunidades em novas energias suportadas pela Comercializadora e desenvolver tecnologias de baixo carbono	Otimizar a estrutura de capital e construir uma organização ágil e adequada aos desafios
---	---	--	---	--	--

O primeiro desafio estratégico estabelecido pela Companhia é a conclusão com êxito do complexo termoelétrico de 950 MW no Amazonas e também a execução de uma campanha exploratória na bacia do Amazonas, que tem como objetivo a maximização das reservas. A execução do projeto Azulão 950 inclui desafios de construção inerentes a um empreendimento deste porte, obstáculos logísticos da região Norte. Adicionalmente, busca-se também avançar com os estudos sobre a área de Juruá, avaliando as formas de monetização das reservas de gás e de sua economicidade.

O segundo desafio estratégico se desdobra nos seguintes objetivos: (a) recontração das UTEs Parnaíba I e Parnaíba III, garantindo um segundo ciclo de operação após 2027, quando vencem os contratos vigentes no ambiente regulado; (b) evoluir com a campanha exploratória na bacia do Parnaíba de maneira a viabilizar atividades *core* e novas frentes de monetização do gás; e (c) desenvolver o Hub Maranhão, buscando uma solução viável de integração do Complexo Parnaíba e o GNL importado.

O terceiro desafio estratégico é unir o acesso à molécula, por meio do Hub Sergipe, a projetos de geração e comercialização, e garantir múltiplas frentes de monetização para o gás em um mesmo local, consolidando diferentes elos da cadeia.

O quarto desafio estratégico é expandir a nova linha de negócios criada recentemente na Eneva, de venda de gás natural liquefeito para clientes localizados fora da malha brasileira de gasodutos, com transporte deste produto por rodovia (SSLNG).

O quinto desafio estratégico é fortalecer a comercialização de energia, sobretudo com a crescente liberalização do mercado, além de capturar oportunidades para o desenvolvimento de soluções em novas tecnologias para redução de emissões.

O sexto desafio estratégico é garantir uma estrutura ótima de capital, incluindo a adequação da alavancagem da Companhia aos níveis médios do setor, bem como construir uma organização ágil e adequada aos desafios, a fim de que a operação e todos os compromissos assumidos sejam executados com a melhor alocação possível de recursos e pessoas.

Dessa forma, a Companhia segue empenhando esforços para o atingimento dos objetivos definidos até 2030, estabelecidos em 2021, aumentando o foco nas iniciativas com maior potencial de geração de valor para os acionistas da Eneva.

## GESTÃO DE PESSOAS

O maior ativo da Companhia são as pessoas. Atrair, desenvolver e reter pessoas é parte fundamental da estratégia, por isso a Eneva valoriza suas equipes e competências únicas e pioneiras, essenciais para o desempenho dos negócios e para materialização do plano estratégico da Companhia.

Em 2023, tivemos o lançamento do LIFE, *Strategic Workforce Plan* para a Eneva 2030, pautado na Visão da Eneva. Este Programa é uma estratégia abrangente que reúne diretrizes e metas da gestão de pessoas até 2030 e consistiu também no planejamento da demanda de trabalho futuro, baseado nos desafios estratégicos da companhia. Foram estabelecidos 3 cenários para projeção do efetivo e planejamento da força de trabalho ano a ano, considerando, dentre os projetos definidos no Planejamento Estratégico, um portfólio de projetos para os cenários “base”, “moderado” e “otimista”.

### O LIFE está pautado em:

#### LIDERANÇA

Atrair e desenvolver a liderança que vai sustentar o nosso crescimento;

#### INTEGRAÇÃO

Adotar uma nova forma de trabalhar;

#### FORÇA DE TRABALHO LOCAL

Regionalizar a nossa força de trabalho;

#### EXCELÊNCIA, COMPETÊNCIA E RETENÇÃO

Perseguir altos padrões de desempenho e reter as melhores pessoas.

### Atração de Novos Colaboradores

A Companhia possui no portfólio de programas de entrada o Programa de Estágio e o de Trainee.

Programa de Estágio - dividido em: estágio de nível superior, que dispõe de um plano de aprendizagem na nossa “Academia do Conhecimento” com 4 módulos voltados a diferentes áreas de desenvolvimento; e estágio de nível técnico, profissionais oriundos dos cursos de Eletromecânica e Petróleo e Gás, do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) Campus de Pedreiras, cidade que fica na região onde está localizado o ativo onde, em 2023 a efetivação de 7 estagiários, da 4ª turma do Programa, no Complexo Parnaíba.

Programa Trainee – Em 2023, a Companhia deu continuidade a 2ª turma do programa, que tem como início a imersão em uma área e/ou unidade específica. Nesta etapa o trainee tem o desafio de desenvolver projeto específico para implementação de melhorias na Companhia.

### Desenvolvimento de Colaboradores

A área de Recursos Humanos da Eneva trabalha de forma contínua para acompanhar a agenda de crescimento da Companhia dessa forma, criou nos últimos anos, programas de desenvolvimento dos atuais colaboradores, conforme destacado abaixo:

#### (i) Academia de Liderança

Oferecemos para 305 líderes, dentre eles diretores, gerentes, coordenadores e supervisores, treinamentos por meio da Academia da Liderança, cujo principal objetivo é desenvolver habilidades e preparar os líderes para responder aos desafios e mantê-los alinhados à cultura da Eneva;

#### (ii) Academia do Conhecimento

Ao longo do ano foram implementadas trilhas de conhecimento, passando a englobar no portfólio de cursos ofertados na plataforma da Academia do Conhecimento, os treinamentos obrigatórios e procedimentos críticos para o exercício da função. Ao todo são 2.195 cursos divididos por temas, sendo: Comportamental, Ética & Integridade, Institucional, Liderança, Políticas & Diretrizes, Saúde e Segurança, Setorial, Sistemas e Ferramentas, e Técnico.

#### (iii) Multiplicadores Internos

O programa desenvolve profissionais de todas as áreas e unidades para transmissão de conhecimento pela Companhia. Atualmente o Programa conta com 45 facilitadores internos, de diversas áreas treinados por ferramentas desenvolvidas internamente.

**(iv) Carreira Técnica**

Lançado em 2023, é um modelo que tem como objetivo a progressão de carreira, remuneração e reconhecimento do colaborador, de modo a ampliar as oportunidades de crescimento dentro da Companhia e oferecer autonomia no caminho a ser seguido. Neste modelo, o Colaborador elegível, que atenda os critérios do programa, tem a opção de seguir para um cargo gerencial ou se tornar um especialista técnico em sua área de atuação, desde que cumpra os requisitos básicos para uma promoção. No primeiro ano do programa 16 colaboradores se inscreveram e 8 foram aprovados.

**(v) Programa Gestores do Negócio**

Lançamos também em 2023, o Programa Gestores do Negócio, com o objetivo de desenvolver um olhar sistêmico para as diferentes frentes de atuação da Eneva, capacitando o participante a compreender, discutir, colaborar e tomar decisões nos projetos da Companhia. Nesse ano foram 25 líderes que participaram de uma formação composta por 16 módulos, divididos em ferramentas de gestão e olhar para o negócio com carga horária total de 180 horas. Neste programa, os participantes têm o desafio de desenvolver projetos de melhoria, que garantam retorno financeiro para Companhia, ou otimização de custos.

**(vi) Programa de Desenvolvimento Individual (PDI)**

O programa foi reformulado para proporcionar maior agilidade, acessibilidade e controle para todos os colaboradores na definição de metas de autodesenvolvimento. O resultado de engajamento em 2023 foi de 70% de adesão.

**(vii) Ciclo de Avaliação de Carreira e Sucessão (CACS)**

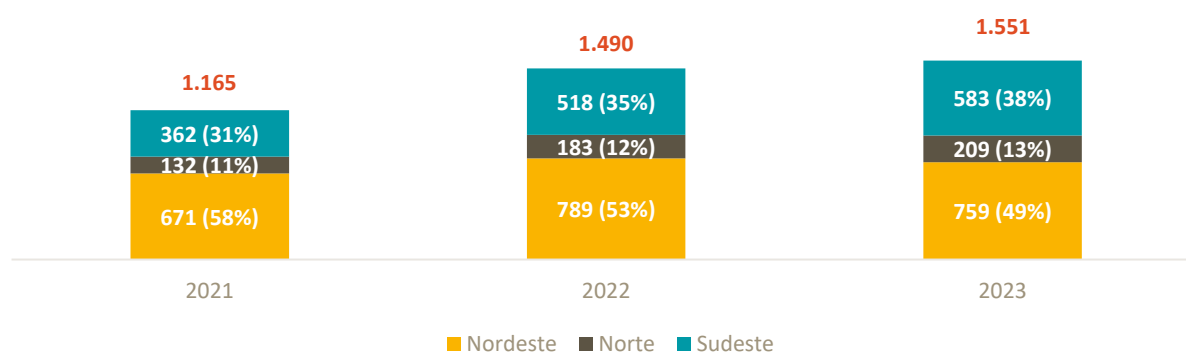
Modelo já consolidado na Eneva, ocorre anualmente para todos os profissionais. O processo contribui para o reconhecimento, desenvolvimento e meritocracia, a partir de um modelo estruturado de avaliação. Alguns dos objetivos do CACS são desenvolver os colaboradores de acordo com suas perspectivas de carreira e momento da Companhia, reconhecer os melhores desempenhos, fortalecendo nossa cultura de meritocracia; e identificar talentos e possíveis sucessores. Foram implementadas no último ciclo, algumas melhorias que garantiram ao participante maior visibilidade do resultado de sua avaliação individual.

**Força de Trabalho**

A Eneva encerrou o ano de 2023 com um total de 1.551<sup>7</sup> colaboradores próprios. Ao longo do ano, iniciamos a mobilização dos times para planejamento e implantação do Projeto Azulão 950MW, novo complexo térmico do Amazonas, com a contratação de profissionais com atividades in loco no estado do Amazonas, e para os times alocados no escritório do Rio de Janeiro.

**Colaboradores por localização geográfica**

A população Eneva concentra-se na Região Nordeste do país, onde se encontram a maior parte de nossas operações. Em 2023, representou 49% do total.

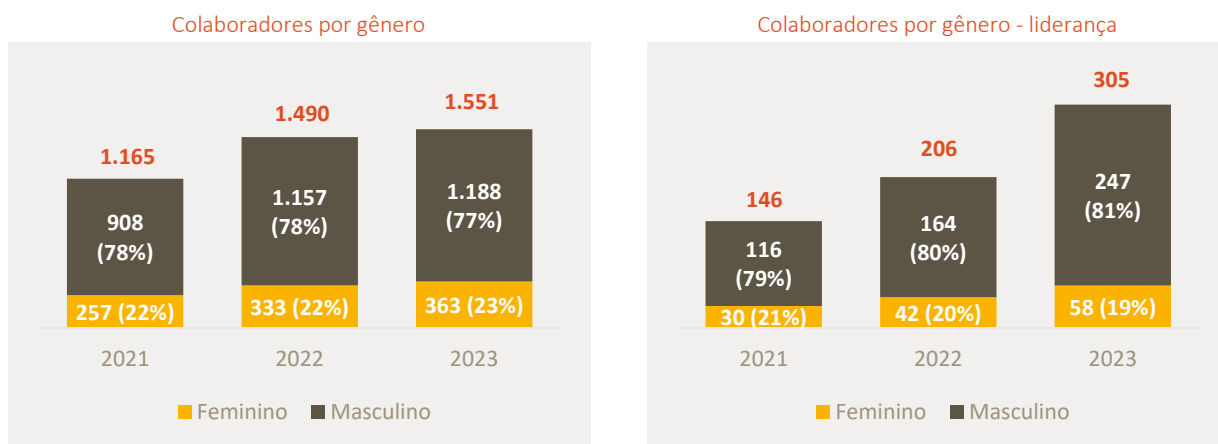


<sup>7</sup> Os dados das tabelas consideram colaboradores com regime de trabalho CLT e Estatutários, excluindo-se estagiários e aprendizes. Referência para cálculo o mês de dezembro de cada ano.



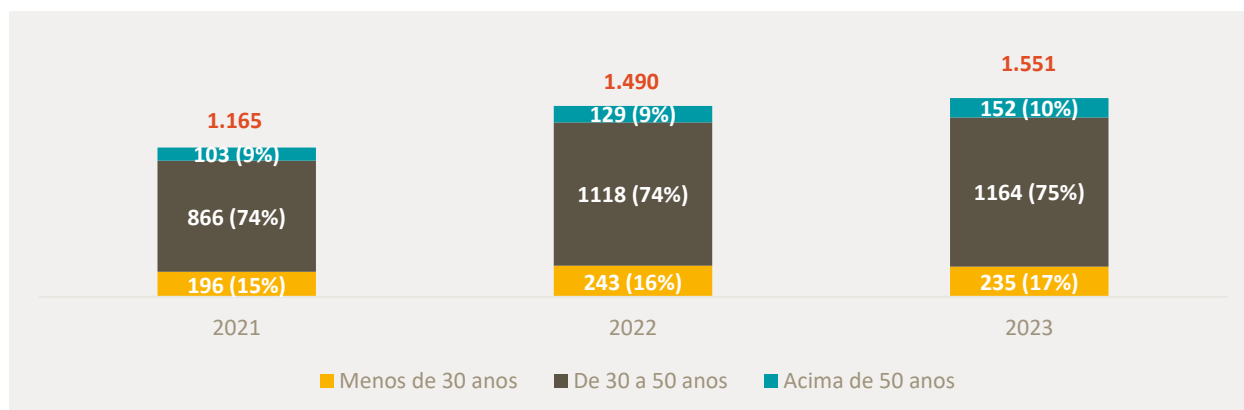
### Colaboradores por gênero

Em 2023, 23% da população total da Eneva era representada por mulheres, sendo que 19% delas ocupavam posições de liderança.



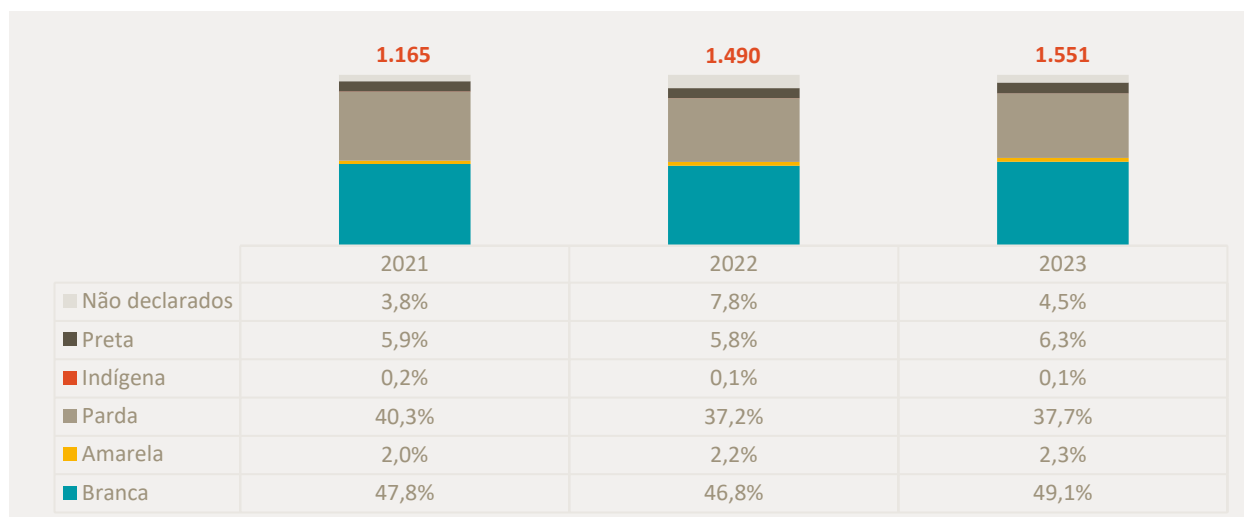
### Colaboradores por faixa etária

Atualmente, 75% da população da Eneva encontra-se na faixa de 30 a 50 anos.



### Por raça<sup>8</sup>

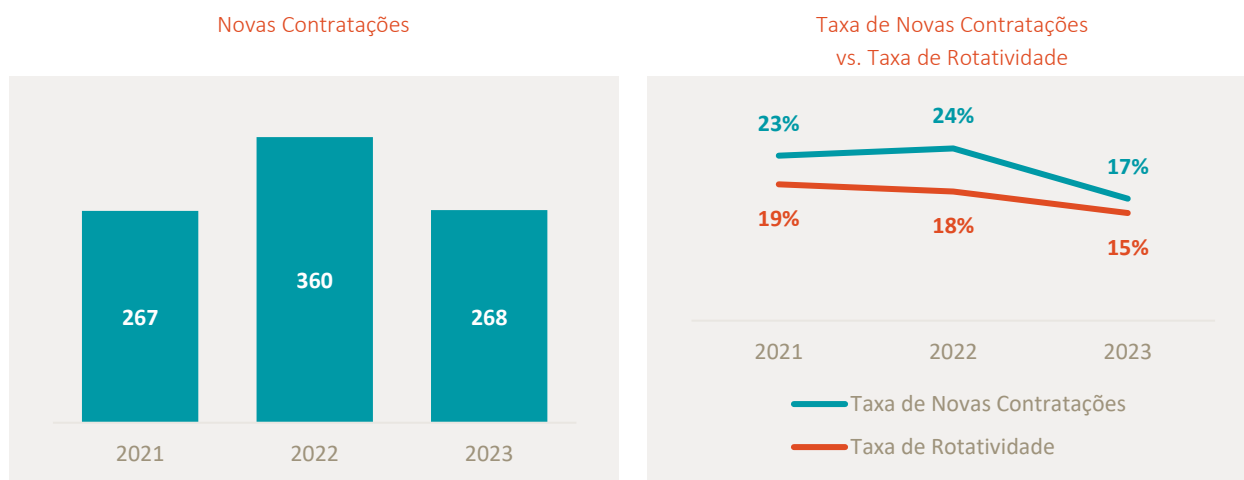
Em 2023, 49% da população da Eneva se autodeclararam brancos e 44% da população negros (pretos + pardos).



<sup>8</sup> Número com base na autodeclaração dos colaboradores e grupos pela classificação do IBGE

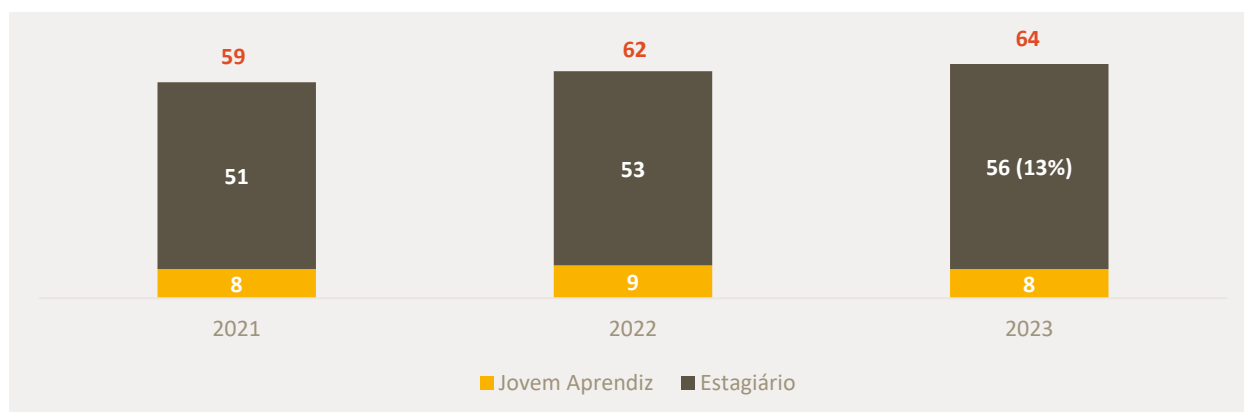
### Novas Contratações<sup>9</sup>, Taxa de Novas Contratações<sup>10</sup> e Taxa de Rotatividade<sup>11</sup>

Em 2023 contratamos 268 novos colaboradores e reduzimos nossa taxa de rotatividade de 18% em 2022 para 15% em 2023.



### Outros trabalhares

No final de 2023, a Eneva possuía 64 Jovens Aprendiz e Estagiários.



### Remuneração

A estratégia de remuneração da Eneva foi definida para fomentar uma cultura de mérito, foco em resultados e sentimento de dono. O modelo abrange todos os colaboradores e cargos, sem distinções de qualquer gênero ou outros indicadores sociais. Norteada por princípios alinhados à nossa cultura e comportamentos, foi desenhada para refletir diretamente os resultados econômico-financeiros alcançados e pelo valor de mercado no curto e no longo prazo.

<sup>9</sup> Colaboradores admitidos nos anos respectivos (excluindo-se estagiários e aprendizes)

<sup>10</sup> Razão entre a quantidade de novas contratações pela base total de empregados no período

<sup>11</sup> Média entre novas contratações e desligamentos, dividido pela base total de empregados no período

A estratégia da remuneração é composta, além da remuneração fixa mensal, por:

#### **Carreira Técnica**

Possui como objetivo alinhar as prioridades de curto prazo com o planejamento estratégico da Companhia, recompensando o cumprimento de metas anuais corporativas e de equipe (indicadores financeiros, indicadores operacionais de produtividade e de sustentabilidade), com escalas de desempenho mínimo, target e superação de resultados. Esta remuneração variável também está regulada em acordo coletivo para todas as localidades e empregados;

#### **Incentivo de Longo Prazo**

Tem como objetivo promover o alinhamento entre os interesses dos executivos e dos acionistas para garantir a criação contínua de valor da Companhia. Adicionalmente, tem como propósito engajar a administração no desenvolvimento e entrega de um plano estratégico consistente, bem como atrair e reter executivos. Além disso, os planos de remuneração baseados em ações conferem aos beneficiários a possibilidade de se tornarem nossos acionistas, estimulando-os a trabalhar na otimização de todos os aspectos que possam valorizar nossos negócios de modo sustentável no longo prazo.

## **Benefícios**

A Eneva adota um pacote de benefícios que é considerado competitivo e que possui baixa coparticipação dos colaboradores, permitindo uma gestão eficaz, transparente e alinhada à estratégia do negócio. A Companhia se preocupa em garantir a equidade interna e, em adotar as melhores práticas do mercado, respeitando sempre as determinações do Acordo Coletivo de Trabalho vigente e celebrado em cada localidade.

Alguns dos benefícios oferecidos pela Companhia são assistência médica e odontológica sem custo para os colaboradores (extensível a cônjuges e filhos solteiros até 24 anos), auxílios que garantem subsídios para o pagamento de creche, babá, material escolar, educação, previdência privada, licenças maternidade e paternidade estendidas, além do Programa de Apoio e Cuidado (Optum) - programa de assistência psicológica, social, jurídica e financeira, gratuito para todos os colaboradores, dependentes legais, pai e mãe.

## PANORAMA DE MERCADO - CONTEXTO SETORIAL

### Geração de Energia

#### Resumo Geral do Ano de 2023

O comportamento da carga do Sistema Interligado Nacional (SIN) durante os meses do ano de 2023 foi impactado por diversos fatores, com destaque para a recuperação gradual da economia ao longo do ano e a ocorrência de ondas de calor e elevadas temperaturas no segundo semestre. Nesse sentido, a carga verificada no SIN em 2023 apresentou crescimento em todos os meses do ano quando comparada a 2022, totalizando um crescimento médio de 5% com relação ao ano anterior.

Na expansão da capacidade instalada, houve acréscimo de 7% no SIN, considerando todas as fontes de energia, incluindo micro e minigeração distribuída (MMGD). A capacidade termelétrica cresceu 3%. O maior destaque é para as fontes eólica e solar (incluindo MMGD), que apresentaram 19% e 39% de crescimento, respectivamente.

Como principal evento operativo, vale destacar o evento de 15 de agosto de 2023. Houve um corte automático de carga que desencadeou uma série de medidas de segurança e mobilizou grande parte dos agentes do setor para constituir o Relatório de Análise de Perturbação, que teve desdobramentos nas políticas operativas e nos procedimentos de rede.

Como reflexo do crescimento vertiginoso das fontes renováveis centralizadas e no MMGD, evidenciou-se outro ponto importante ao longo de 2023: o aumento da carga líquida no período do fim do dia, quando a geração solar deixa de contribuir para o sistema. Considera-se carga líquida a carga bruta do sistema descontada das inflexibilidades térmicas e da geração não despachada centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), principalmente proveniente de fontes intermitentes. Desta forma, para atender a esta demanda, usualmente utiliza-se o parque hidráulico e, caso necessário, o parque térmico.

Outra característica operacional marcante do ano de 2023 foi a continuidade de elevados níveis de reservatório e comprovação da ocorrência do fenômeno climático El Niño, que ficou mais evidente no segundo semestre. Os principais reflexos desse fenômeno no Brasil incluem a precipitação muito acima da média no subsistema Sul, levando a Energia Natural Afluenta (ENA) deste submercado a atingir aproximadamente 300% da Média de Longo Termo (MLT) no último trimestre de 2023. Já nas regiões Norte/Nordeste, houve uma piora considerável da ENA, chegando a valores abaixo de 50% da MLT no último trimestre, assim como o registro de fortes ondas de calor.

Em função da baixa performance da hidrologia do Norte, a partir de setembro foram observadas limitações de disponibilidade de potência no parque hidráulico e, com a atuação de ondas de calor, o aumento da carga líquida. Nas ocasiões dessas ocorrências, o sistema necessitou acionar o despacho térmico para atendimento à demanda nos períodos de maior carga líquida<sup>12</sup>. Por isso o despacho térmico nacional voltou a ocorrer no final do ano e, majoritariamente, pelos motivos de razão elétrica e *unit commitment*.

O ano de 2023 também trouxe à tona uma mudança de paradigma relacionada aos preços de energia observados na operação do sistema, mostrando a importância da correta sinalização horária devido à grande mudança do parque gerador. O primeiro semestre do ano, ainda influenciado pela condição hidrológica favorável, foi marcado por Preços de Liquidação das Diferenças (PLDs) médios mensais em seu valor mínimo. Porém, a partir de set/23 e ao longo de todo o último trimestre, houve diversos momentos de subida de preço, refletindo as necessidades momentâneas de despacho termelétrico. Importante também ressaltar a ocorrência também de seguidos despachos termelétricos que foram desassociados da subida do Custo Marginal da Operação (CMO) e PLD, em especial, devido às limitações dos modelos e dos procedimentos atualmente vigentes na formação de preço.

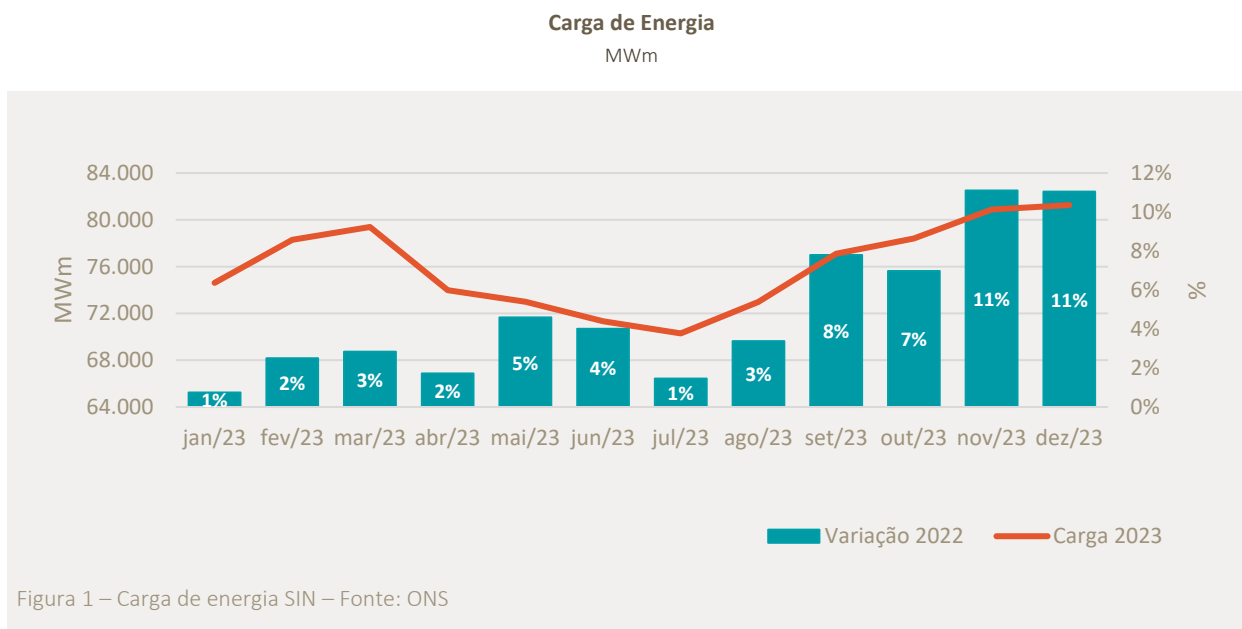
Os pontos acima resumidos serão melhor descritos abaixo a partir da decomposição de cada um dos principais itens de análise do sistema e do contexto energético e de capacidade.

<sup>12</sup> Importante observar que os momentos de maior carga líquida não necessariamente foram os períodos de maior carga sistêmica.

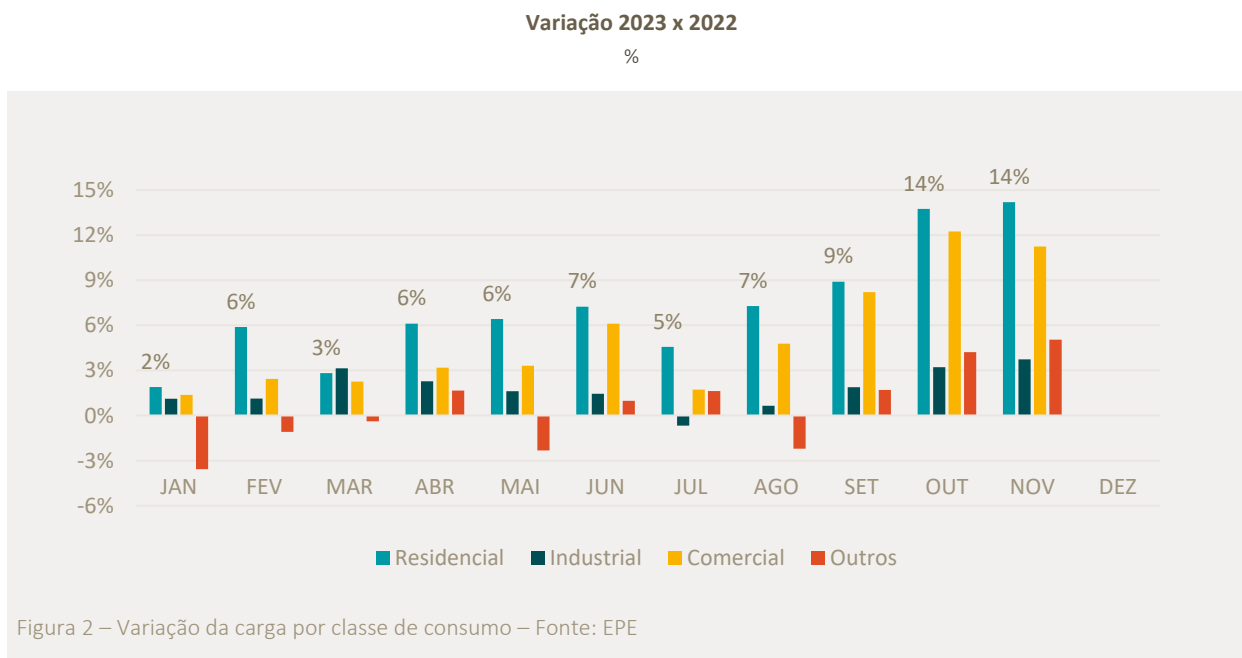
## Sistema Interligado Nacional (SIN) – Visão Geral 2023

### Carga

A carga média realizada do SIN, para o ano de 2023, foi de 75.961 MWmédios correspondendo a um crescimento de 5% (ou 3.766 MWmédios) em relação à carga verificada no ano de 2022<sup>13</sup>.



A ocorrência de temperaturas muito elevadas nos últimos meses do ano provocou uma elevação substancial da carga e um aumento percentual maior quando comparado a 2022.

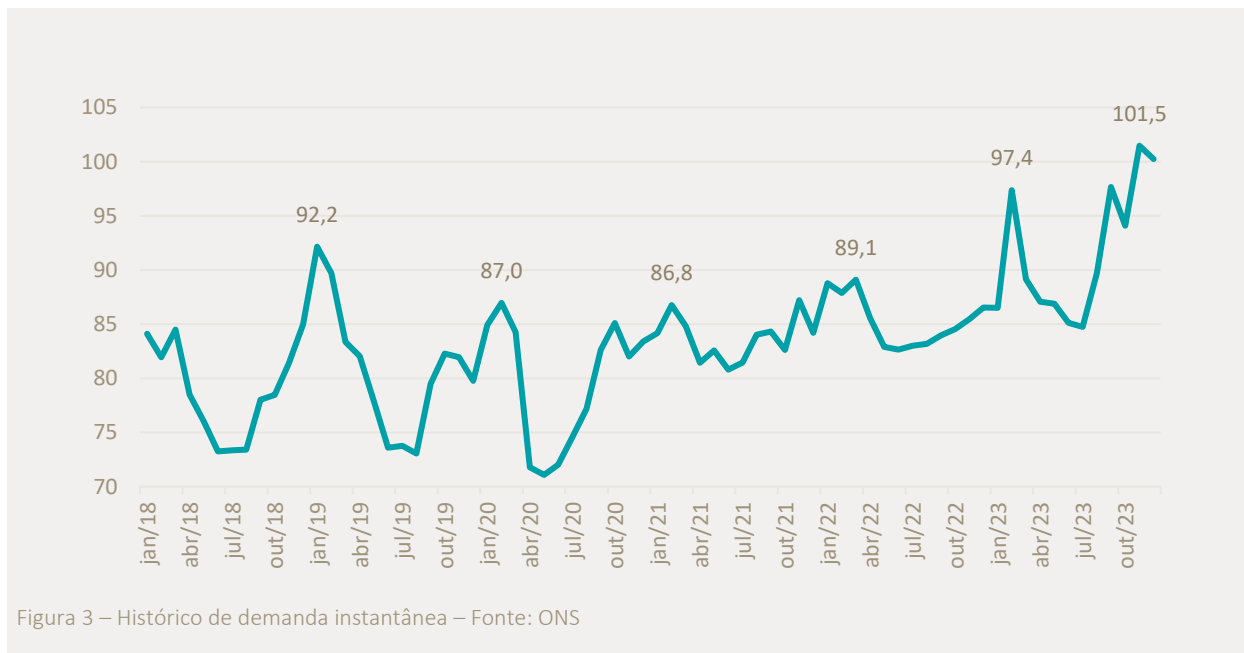


Na análise da variação anual do consumo por grandes categorias de consumos é possível observar que o crescimento foi impulsionado pelos consumos nas classes residencial e comercial. Três principais fatores estão associados a esse comportamento: (i) penetração da geração distribuída que, ao trazer redução de custos para os consumidores, acaba por incentivar um maior consumo; (ii) o efeito climático associado à elevação das temperaturas com ondas de calor, especialmente no último trimestre; e (iii) o crescimento econômico observado ao longo do ano.

<sup>13</sup> Disponível no site do NOS - Histórico da Operação – Carga de Energia.

### Demanda Máxima mensal

GW



Pela ótica da demanda máxima, é possível observar claramente o efeito diferenciado das temperaturas em 2023, influenciado pelo fenômeno El Niño. Antes de 2023, o recorde instantâneo de demanda foi de 92,2 GW em fevereiro de 2019, que foi superado em fevereiro de 2023 com o registro de 97,4 GW. De maneira atípica, o segundo semestre de 2023 elevou ainda mais esse recorde para 101,5 GW em novembro de 2023.

### Expansão da matriz

A matriz elétrica, que em dezembro de 2022 contava com aproximadamente 190 GW de capacidade instalada centralizada, e 208,5 GW considerando MMDG, cresceu cerca de 16 GW ao longo de 2023, atingindo 225 GW de capacidade instalada em dezembro de 2023, considerando MMDG.

#### Matriz elétrica brasileira

Dez-23 (%)

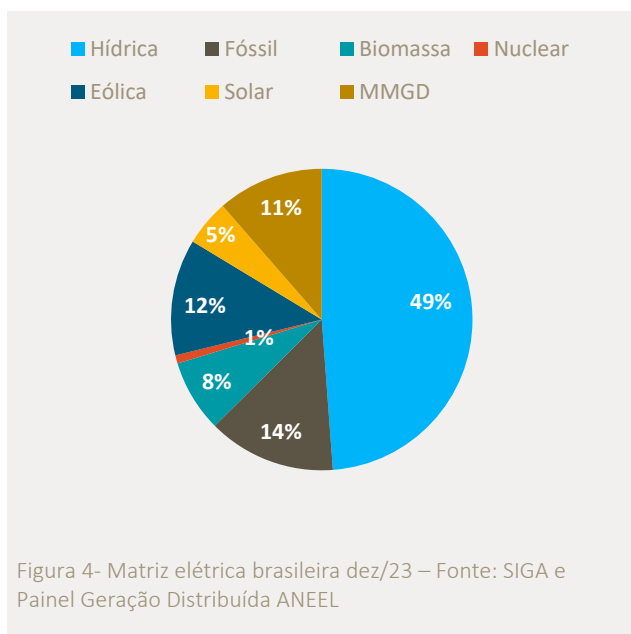


Figura 4- Matriz elétrica brasileira dez/23 – Fonte: SIGA e Painel Geração Distribuída ANEEL

#### Incremento da Capacidade Instalada 2023

2023 (MW)

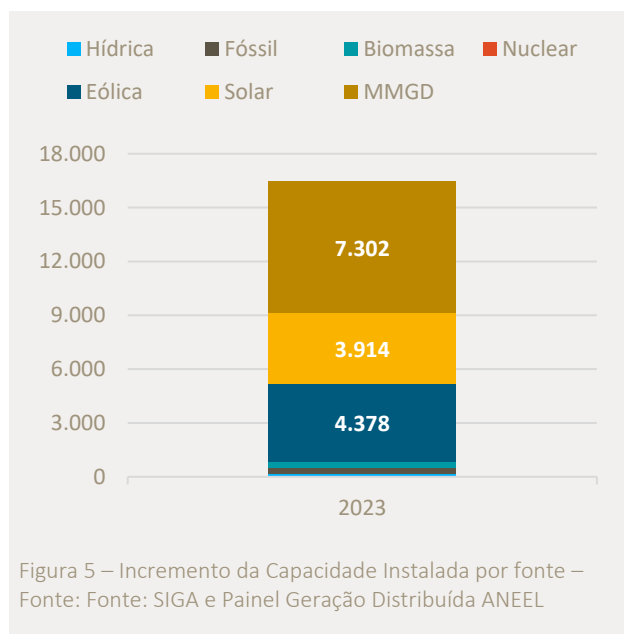


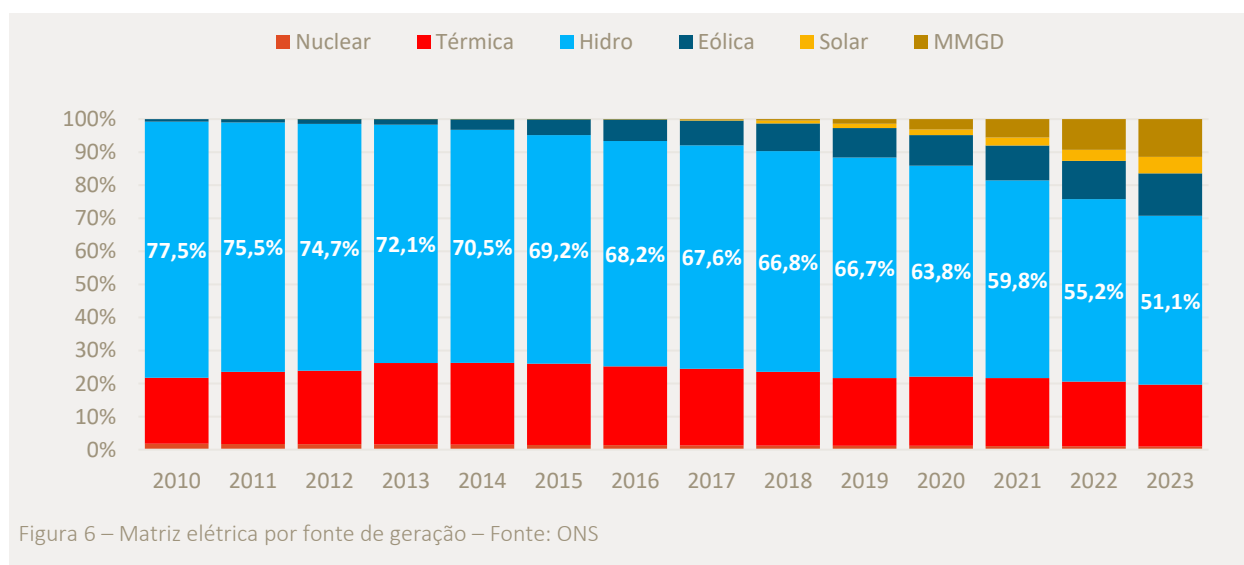
Figura 5 – Incremento da Capacidade Instalada por fonte – Fonte: SIGA e Painel Geração Distribuída ANEEL



A fonte solar centralizada aumentou em 35% sua capacidade instalada no ano de 2023, seguida pelo crescimento de 28% da MMGD e 16% da eólica com relação às respectivas capacidades instaladas do ano de 2022. Em termos de valor absoluto, o maior incremento foi relacionado à MMGD.

Ao longo dos últimos anos, com a evolução tecnológica, a substancial redução dos níveis de investimentos associados ao desenvolvimento de energias renováveis e intermitentes, e os subsídios existentes no mercado brasileiro, foi observada uma aceleração na penetração das fontes eólica e solar, tanto centralizada como distribuída.

#### Composição da matriz elétrica Por fonte



**O crescimento da geração renovável vem transformando significativamente a operação do SIN. A intermitência inerente às energias renováveis contribui para alguns paradigmas operativos e traz novos desafios ao planejamento energético e principalmente elétrico. O sistema elétrico brasileiro historicamente usou hidrelétricas para fazer frente à variação de demanda de curto prazo, por sua flexibilidade e baixo custo de ajuste na geração, aumentando assim sua geração em picos de demanda.**

Com a diminuição relativa da participação de fontes despacháveis na matriz e com o aumento da granularidade da geração e consequente diminuição de alguns atributos tais como a inércia operativa, algumas novas situações operativas se apresentam com desafios relevantes, tais como a perturbação observada em 15 de agosto de 2023, conforme explicado anteriormente.

## Geração Renovável

A aceleração da penetração das fontes renováveis na matriz aumenta a sua representatividade no balanço energético do SIN, por se tratar de uma energia com custo marginal nulo.

Geração por Fonte  
GWm - SIN

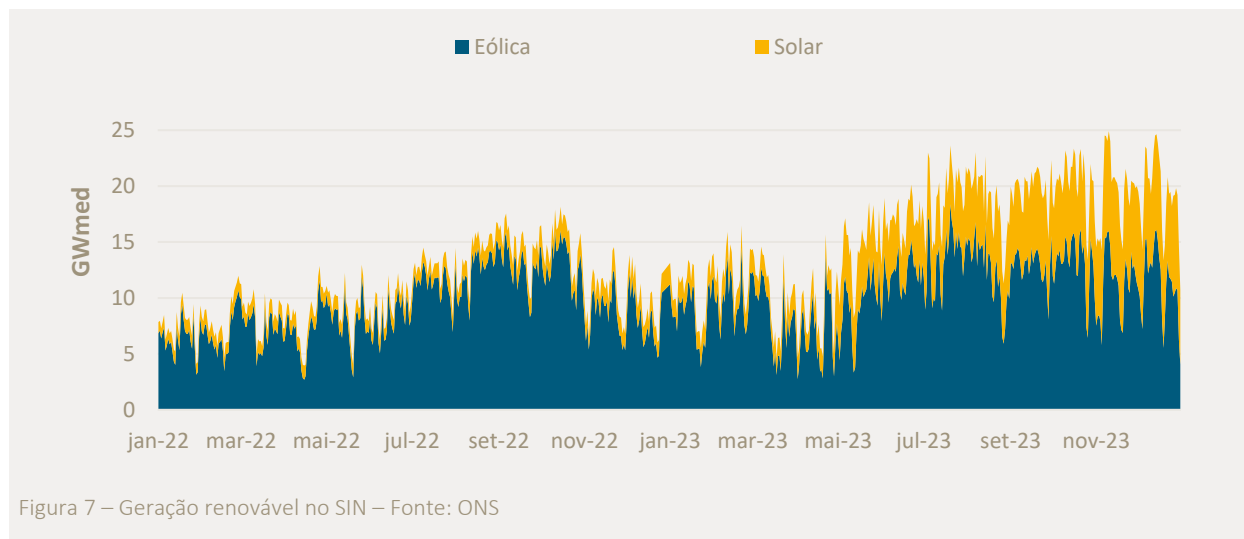


Figura 7 – Geração renovável no SIN – Fonte: ONS

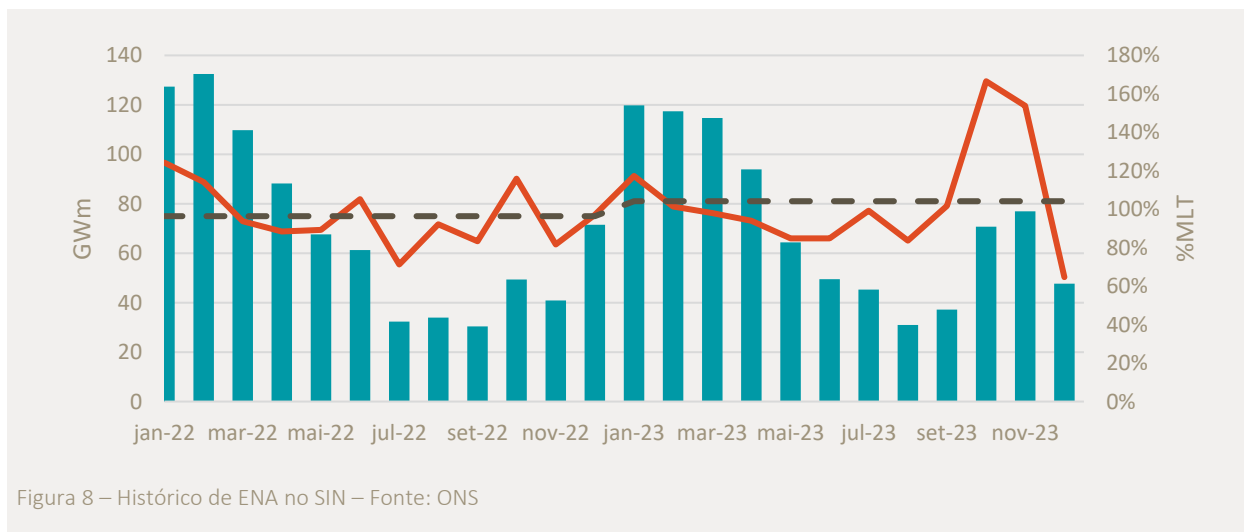
O gráfico acima evidencia o crescimento da geração. É válido ressaltar que, a partir de maio de 2023, o ONS passou a incorporar os dados de geração da MMGD na base solar, o que explica parte do crescimento em comparação com 2022. Como a velocidade desse aumento é superior ao aumento de carga, este fenômeno acaba por contribuir com os níveis de reservatório uma vez que, em bases anuais, a geração hidráulica despachável torna-se menos necessária.

Por outro lado, também é possível identificar a variabilidade da contribuição dessas fontes a depender das condições de vento e de radiação solar. Quando houve a ocorrência de coincidências de momentos com baixas contribuições dessas fontes com períodos de altas temperaturas, a exigência por recursos despacháveis instantaneamente aumentou.

## Hidrologia (ENA e EARM)

Como explicitado, o ano de 2023 foi marcado pela atuação do El Niño, evidenciando, a partir do 2º semestre, condições hidrológicas extremas, com precipitação muito acima da média no Sul, contribuindo para a elevação da ENA do SIN para próximo de 160% da MLT nos meses de outubro e novembro de 2023 e atraso do período úmido no Norte, com ENA próxima a 60% da MLT nesse subsistema no mês de dezembro. Apesar dos extremos, a média do SIN da Energia Natural Afluenta (ENA) para o ano de 2023 ficou em 104% da Média de Longo Termo (MLT), ainda acima do resultado de 2022, que ficou em 96% da MLT, como ilustra o gráfico a seguir.

### Energia Natural Afluente 2022 e 2023 - SIN



Como ao longo de grande parte de 2023 as condições hidrológicas mantiveram-se favoráveis e considerando o nível acelerado de penetração renovável de maneira centralizada e distribuída, houve elevação dos níveis de armazenamento dos reservatórios.

### Contribuição % na MLT de ENA do SIN por subsistema 2023

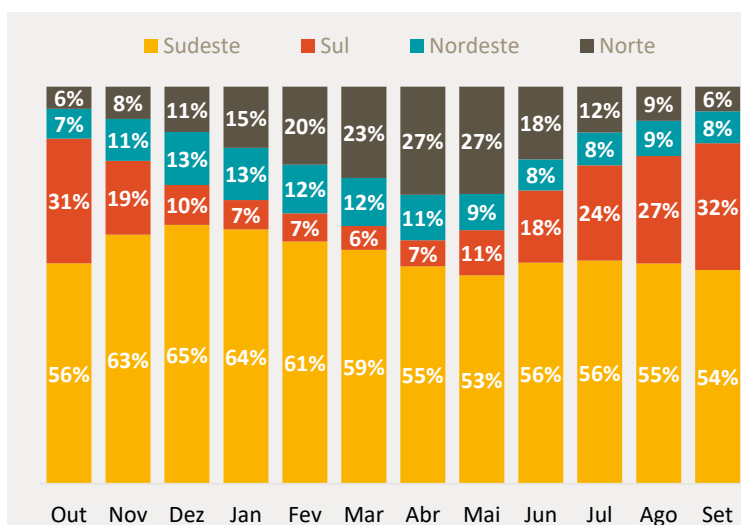


Figura 9 - Contribuição na MLT de ENA do SIN por subsistema – Fonte: ONS



Figura 10 - distribuição espacial das usinas hidrelétricas – Fonte: EPE

**Energia Natural Afluente - Sudeste**  
%MLT

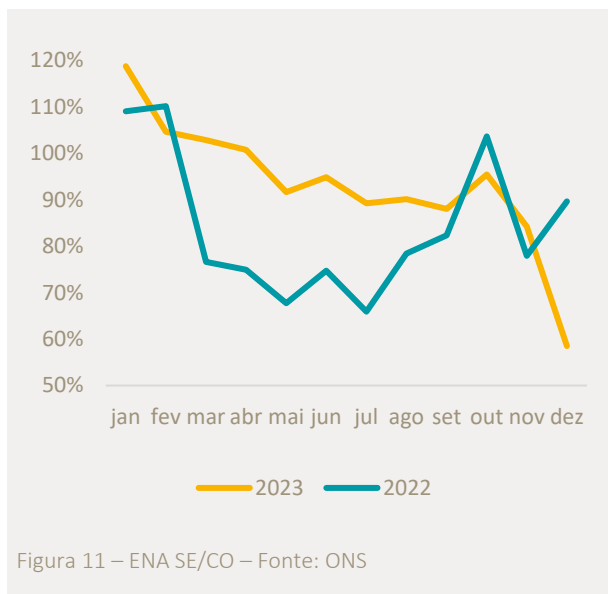


Figura 11 – ENA SE/CO – Fonte: ONS

A ENA do submercado Sudeste (SE/CO) apresentou desempenho acima da MLT de janeiro até abril de 2023. Nos demais meses a ENA permaneceu ainda em patamares elevados, próximo a 90% da MLT. Apenas no mês de dezembro houve uma queda considerável, devido à frustração da precipitação nesta época do ano. É importante ressaltar que os meses de janeiro, fevereiro e março são os meses que possuem maior valor de ENA para o submercado SE/CO, pela média histórica. Portanto, um bom desempenho da ENA nesses meses tem impacto significativo nos armazenamentos das usinas hidrelétricas do SIN, dado que os reservatórios desse submercado representam cerca de 70% da capacidade de armazenamento do SIN.

O submercado Sul (S) apresentou boa condição hidrológica, com ENA próxima ou acima de 100% MLT durante a maior parte de 2023. Apenas nos meses de maio, junho e agosto ocorreram ENAs próximas ou abaixo de 80% da MLT. Em contrapartida, o último trimestre, foi marcado por recordes de máximos históricos, com ENAs atingindo valores próximos a 300%, 500% e 200% da MLT, respectivamente.

**Energia Natural Afluente - Sul**  
%MLT

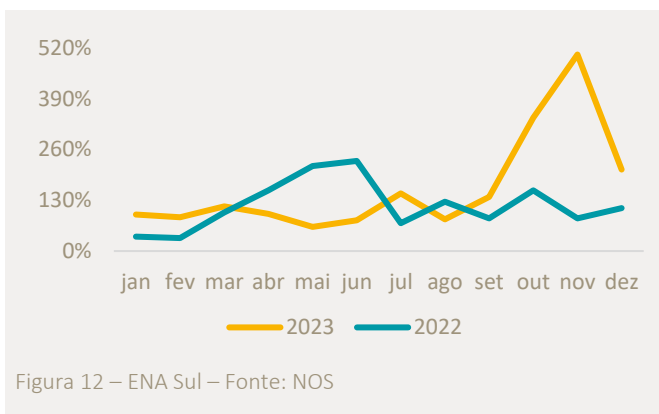


Figura 12 – ENA Sul – Fonte: NOS

**Energia Natural Afluente - Nordeste**  
%MLT

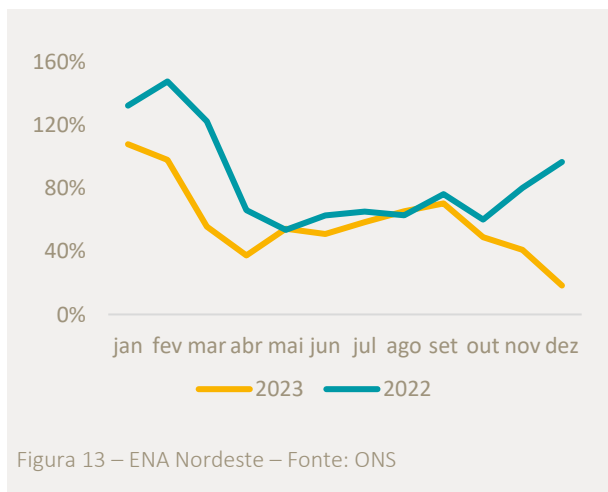


Figura 13 – ENA Nordeste – Fonte: ONS

O submercado Nordeste (NE) apresentou ENAs próximas da MLT nos dois primeiros meses do ano. Porém nos meses subsequentes as condições pioraram consideravelmente e foram registrados valores abaixo de 50% da MLT no último trimestre de 2023 nesse subsistema.

No submercado Norte (N), as ENAs performaram acima de 90% da MLT nos cinco primeiros meses do ano de 2023. Entre os meses de junho a setembro, os volumes de ENA manteve-se apresentaram valores próximos a 70% da MLT. Contudo, assim como no Nordeste, o último trimestre foi marcado por escassez hídrica e valores de ENA abaixo de 60% da MLT. Em dezembro, mês que sazonalmente a região começa a mostrar uma recuperação hídrica, a ENA atingiu apenas 27% da MLT, evidenciando a crise hídrica na região e atraso do período úmido. A escassez do Norte foi um tema importante para a operação, especialmente no segundo semestre. Como boa parte da geração neste submercado é a fio d'água, a hidrologia desfavorável reflete diretamente na disponibilidade de potência hidráulica para atendimento instantâneo.

**Energia Natural Afluente - Norte**  
%MLT

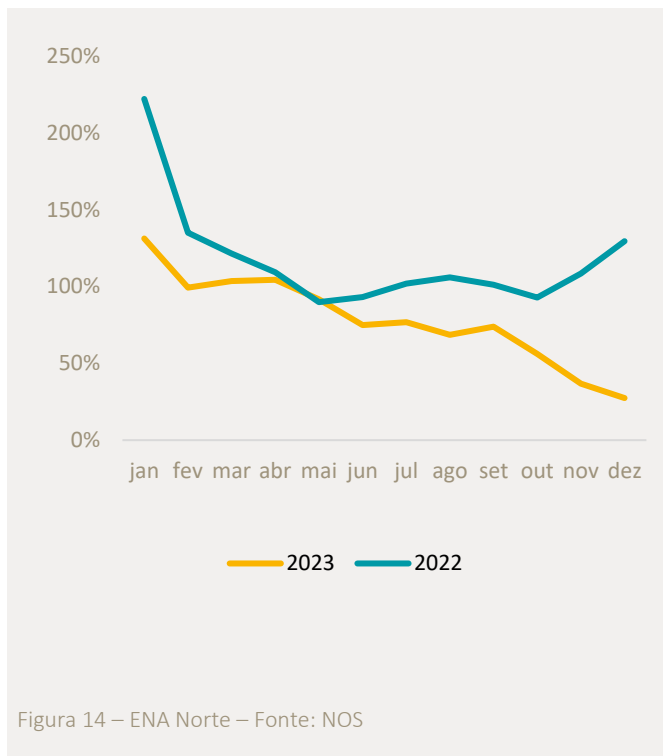


Figura 14 – ENA Norte – Fonte: NOS

**Energia Armazenada SIN**  
% EAR máximo

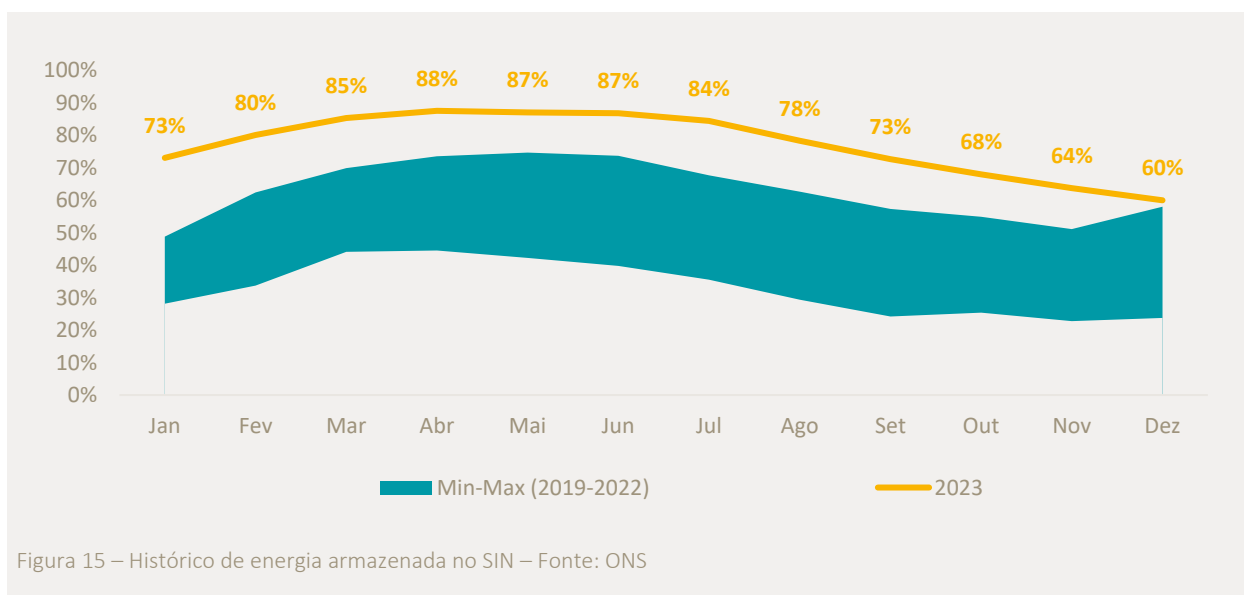
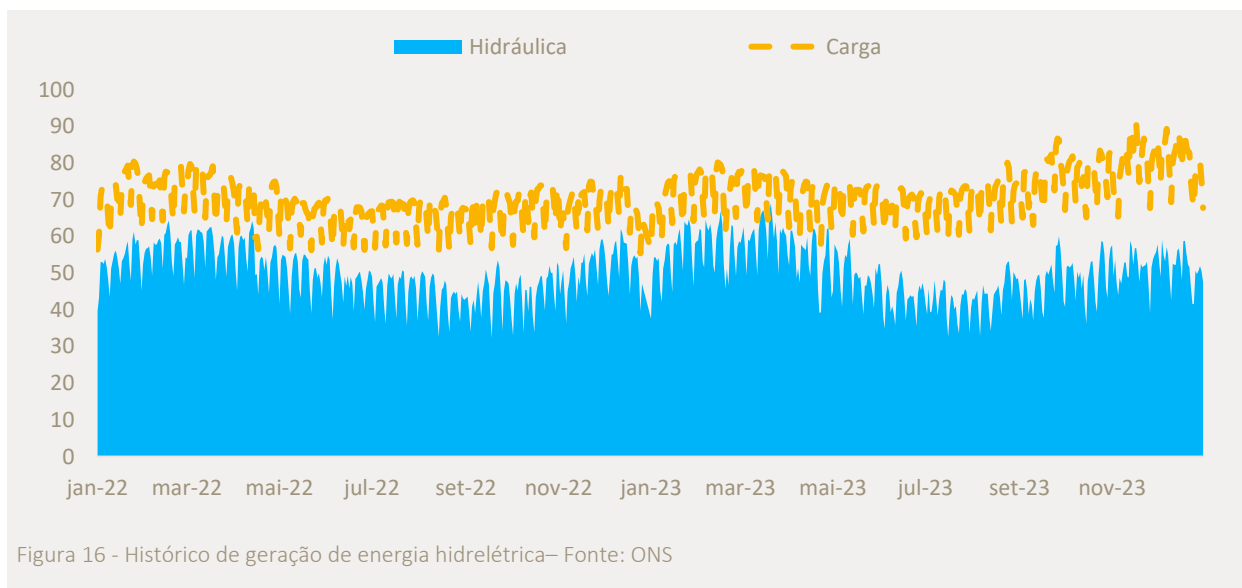


Figura 15 – Histórico de energia armazenada no SIN – Fonte: ONS

As condições hidrológicas gerais, especialmente no Sul e Sudeste, sustentaram ao longo de todo o ano de 2023 um armazenamento substancialmente acima do histórico entre 2019 e 2022, confirmando a condição energética confortável do sistema.

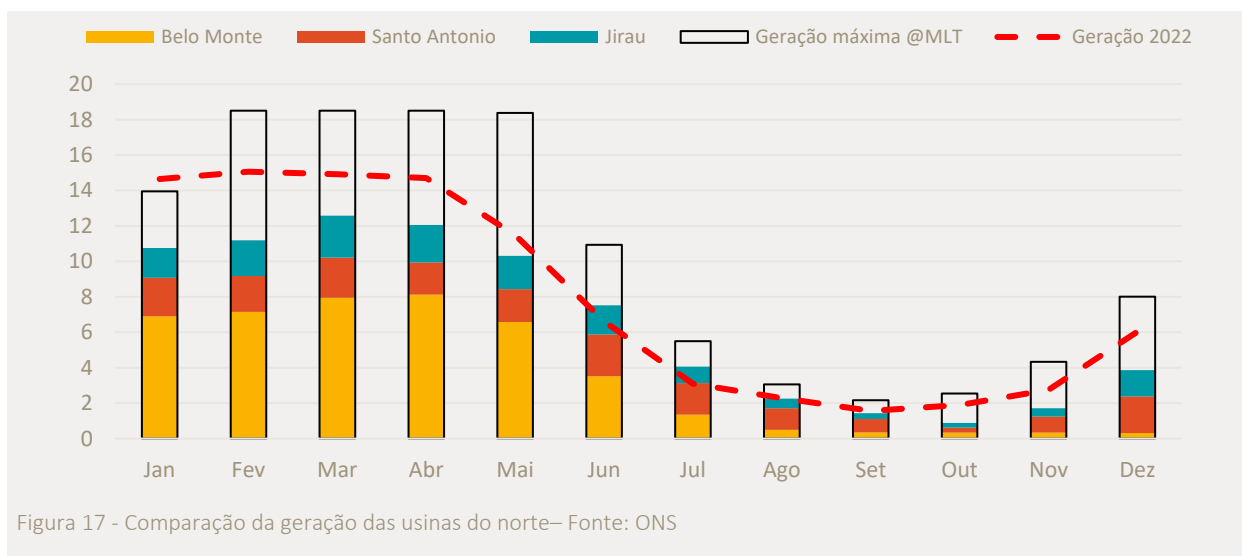
### Geração Hidrelétrica GWm - SIN



No gráfico é possível identificar o aumento do gap entre a geração hidráulica e a carga do SIN. É válido reforçar que boa parte desse aumento é justificada pelo incremento da geração renovável, conforme acima explicado.

No entanto, vale destacar que, apesar dos níveis ainda confortáveis de reservatório e do incremento da geração intermitente reduzindo a necessidade média de geração hidráulica, o sistema conta com importantes usinas a fio d’água que, por não terem reservatórios, acabam por estar sujeitas 100% à sazonalidade hidrológica e trazem limitações na capacidade instantânea de atendimento à carga. Esse efeito foi evidenciado especialmente no segundo semestre de 2023, quando ocorreram os episódios de incremento de carga associados à temperatura.

### Contribuição das usinas a fio d'água do norte GWmed



O gráfico acima evidência o impacto da baixa hidrologia do Norte em três importantes usinas a fio d’água (sem reservatório) ao longo de 2023. Importante ressaltar que a sazonalidade esperada nessas usinas retira aproximadamente 16 GW (diferença entre a geração@MLT entre abril e setembro de 2023) de capacidade de geração hidráulica do SIN, em cenários hidrológicos com ENA próxima a MLT, e isso se atenua ainda mais em anos como 2023.

### Balanco energético e geração térmica

No modelo operativo do SIN, a geração termelétrica flexível exerce papel de geração complementar para garantir o atendimento à demanda sistêmica.

Balanco Energético por Fonte  
GWmed - SIN

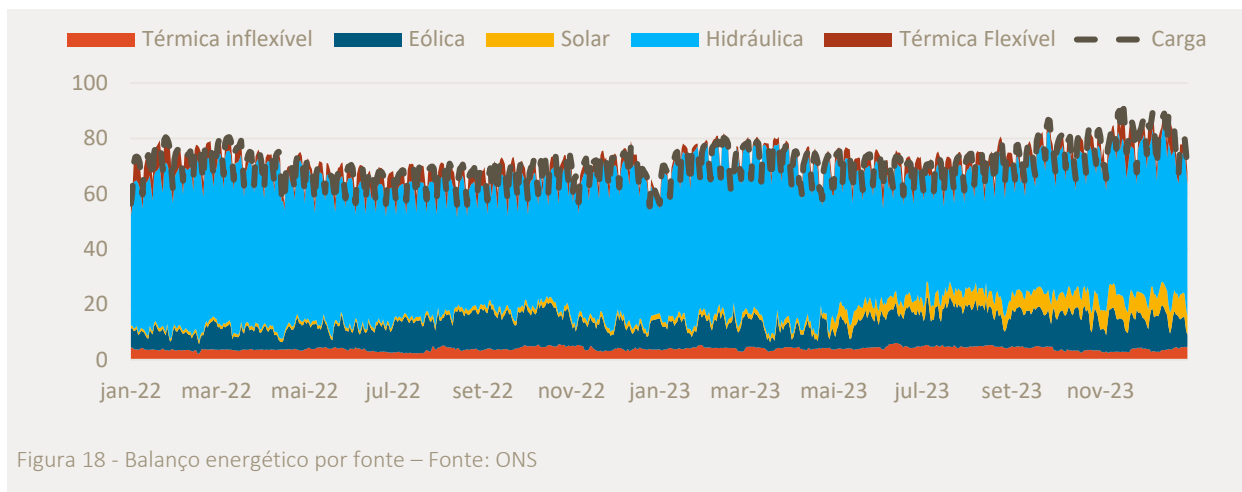


Figura 18 - Balanco energético por fonte – Fonte: ONS

No balanço total do SIN é possível verificar picos de aumento da geração termelétrica, em especial no último trimestre de 2023. Conforme caracterizado, o aumento pontual da demanda sistêmica causado pelo aumento das temperaturas em momentos de baixa geração renovável, e com a geração a fio d’água do Norte prejudicada tanto pela sazonalidade típica quanto pelo El Niño, trouxeram a necessidade de despacho termelétrico para atendimento ao pico de carga.

É importante observar que a profundidade e as características da demanda por despacho termelétrico são compatíveis com as características da contratação termelétrica no leilão de capacidade de 2021, que considerou eventos com curta duração (<12 horas) que exigem flexibilidade operativa para atendimento.

Despacho térmico por tipo  
GWmed - SIN

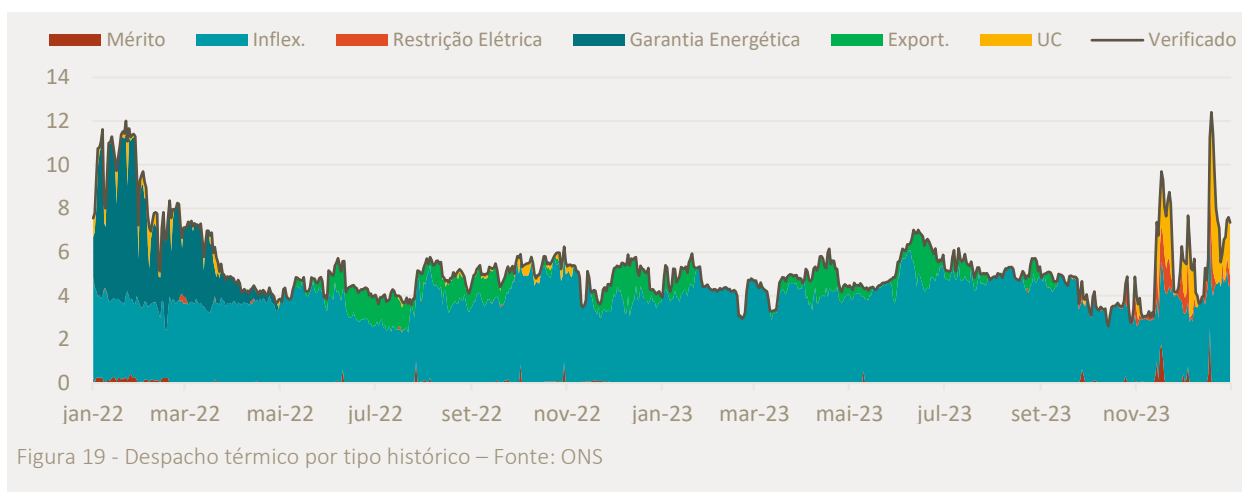


Figura 19 - Despacho térmico por tipo histórico – Fonte: ONS

Pela análise do gráfico acima com a evolução do despacho térmico por tipo, fica evidente que a necessidade energética existente no sistema antes de 2022 passou a ser uma necessidade instantânea no último trimestre de 2023, para compensar o atingimento do topo da disponibilidade de geração hidrelétrica em determinados momentos.



Atualmente, boa parte do parque termelétrico está contratado em contratos regulados de energia que, por privilegiarem atendimentos de demanda energética, possuem CVUs mais baixos e exigem tempos mínimos de operação mais altos. Neste sentido a demanda sistêmica descasa da oferta termelétrica e faz-se necessária a geração por *unit commitment*.

**Balanco energético horário**  
MWm

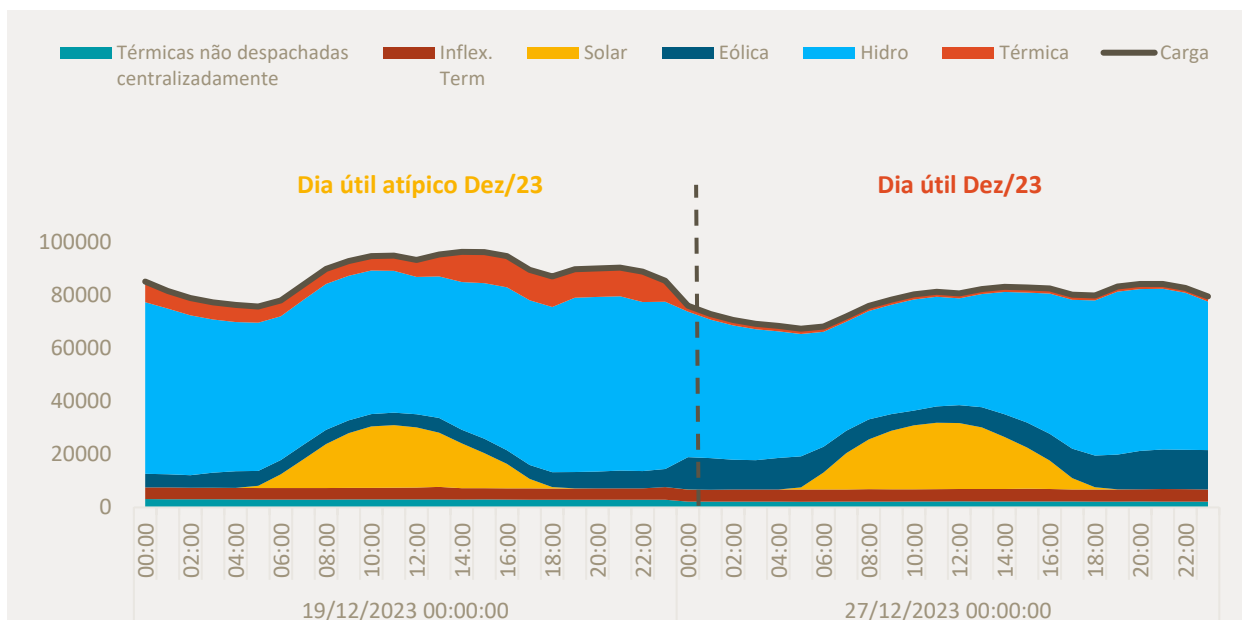


Figura 20 - Balanco energético horário – Fonte: elaboração própria com dados do ONS

**PLD**

De maneira geral, os dois primeiros quadrimestres do ano de 2023 foram marcados por preços de energia em seus patamares mínimos em consonância com a operação sistêmica e com os níveis dos reservatórios. Esse comportamento pode ser explicado, em parte, pelo forte desempenho da hidrologia nos últimos anos, aliado com um bom desempenho da geração renovável (típico para o período), caracterizando um cenário de sobreoferta energética.

**PLD 2023**  
R\$/MWh

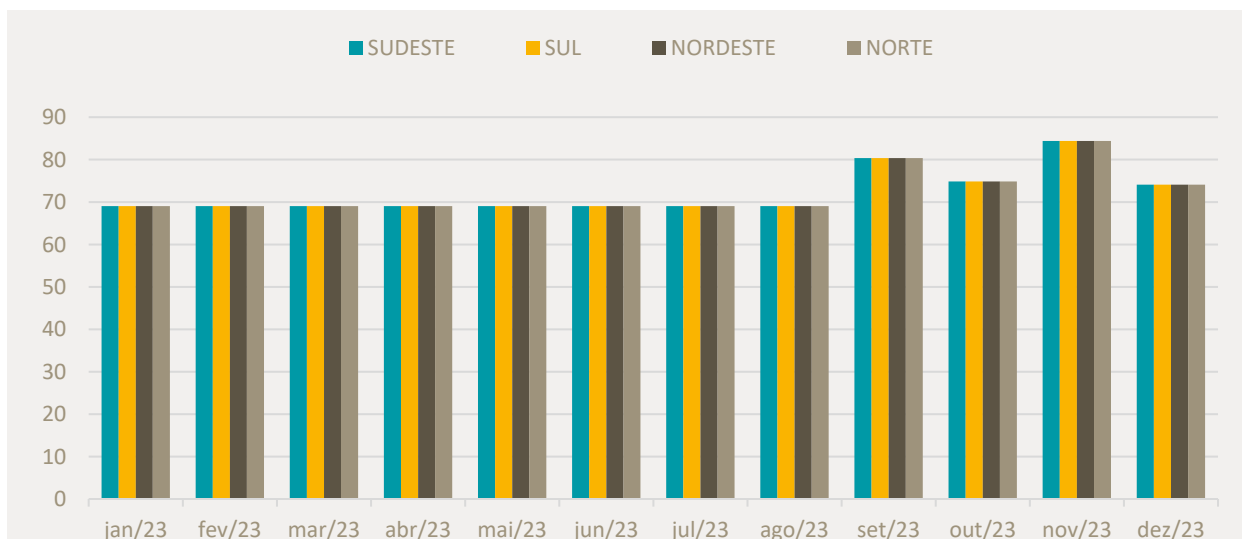
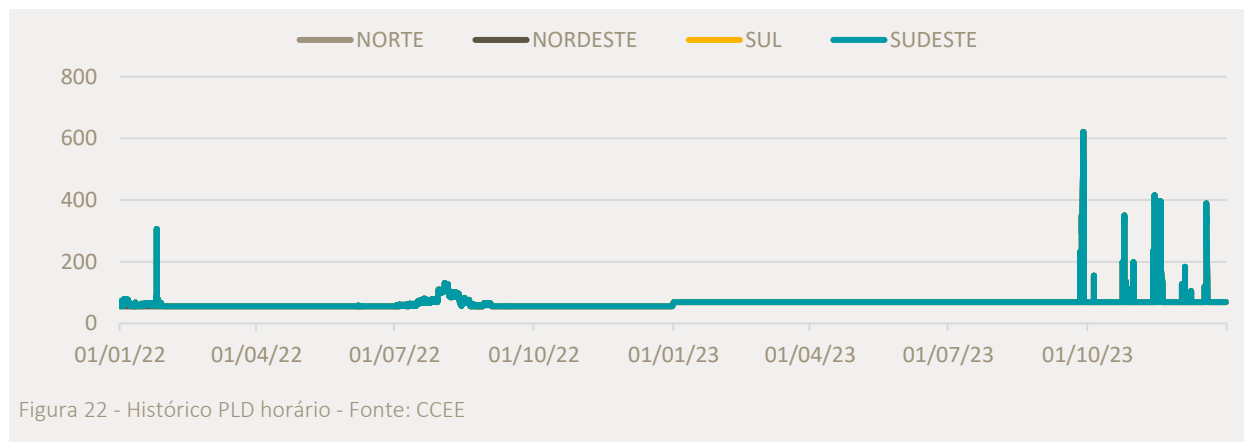


Figura 21 - PLD médio mensal - Fonte: CCEE

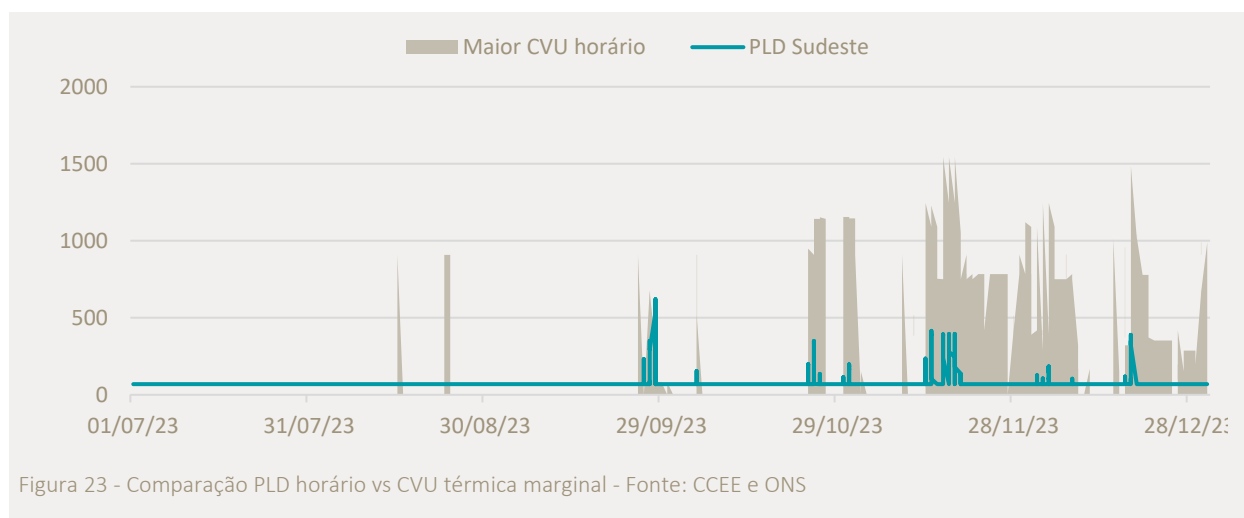
### PLD Horário R\$/MWh



Contudo, a partir do mês de setembro, foram observados picos de PLD, reflexos da aceleração do despacho termelétrico para atendimento a uma demanda de ponta, conforme explicado acima.

Ainda sobre o preço horário, um aspecto relevante que deve ser ressaltado foi a ocorrência de descasamentos entre o modelo de formação de preços e a operação em tempo real. Para atender critérios operativos do tempo real, o operador despachou usinas mais caras que o indicativo do PLD, como pode ser observado no gráfico abaixo.

### PLD Sudeste e máximo CVU horário R\$/MWh



É importante ressaltar que sempre houve descasamentos entre o PLD (CMO) e o real custo marginal de operação do sistema, que são compensados, principalmente pelos encargos de serviço de sistema (ESS). Porém, na maioria das vezes, os descasamentos ocorriam por conta de despachos pontuais, associados a restrições momentâneas e concentradas em lugares específicos do SIN, ou por limitações associadas ao PLD máximo e CVUs de usinas que excedem este valor.

Porém, as diferenças evidenciadas no gráfico surgem de uma demanda sistêmica. As rodadas oficiais dos modelos de operação e preço do SIN (NEWAVE, DECOMP e DESSEM) devem seguir ritos e prazos estabelecidos, e muitas vezes por ineficiências na modelagem ou por dificuldades sistêmicas, os modelos de otimização são incapazes de convergir em uma solução dentro do prazo. Como resultado, são acionadas contingências que simplificam as soluções e muitas vezes acabam por gerar cenários operativos inexequíveis. Este é o caso principalmente de quando foi acionado o segundo nível de contingências - desconsideração do unit commitment das UTEs - dentro do modelo diário que deveria guiar o planejamento diário da operação. Porém, na operação efetiva, esses parâmetros devem ser respeitados e esse é um dos principais motivos que levam a operação e os preços de saída do modelo a divergirem consideravelmente dos custos operativos.

## Exportação

No ano de 2023, a demanda por importação de energia térmica da Argentina e Uruguai foi, em média, menor que os volumes verificados em 2022. Esse comportamento pode ser explicado em parte pela implementação de um novo procedimento competitivo para exportação da chamada Energia Vertida Turbinável (EVT) das usinas hidrelétricas. Essa nova modalidade substituiu a antiga transação que tratava de exportação ou importação de energia apenas pelo volume envolvido, sem monetização do insumo. Além do incentivo comercial, a diminuição nos montantes de exportação foi intensificada também em função da ocorrência de maior volume de precipitações na região Sul influenciada pelo fenômeno El Niño, aumentando os reservatórios e possibilitando o aumento da geração da principal usina hidrelétrica Argentina (Yacyretá), além da possibilidade de maior uso da produção nacional argentina de gás natural através do gasoduto Nestor Kirchner, que entrou em operação a partir do 2S23.

**Volume de Exportação de Energia**  
GWmed

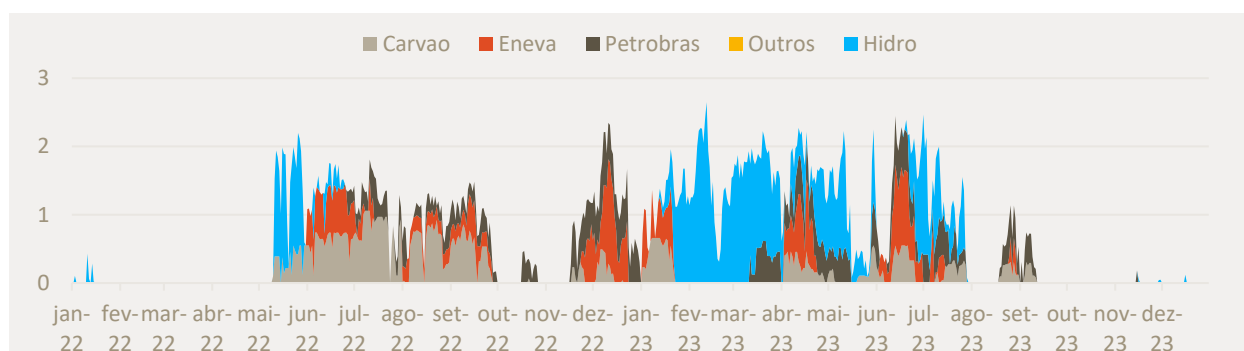


Figura 24 - Histórico Exportação - Fonte: ONS

## Exploração e Produção

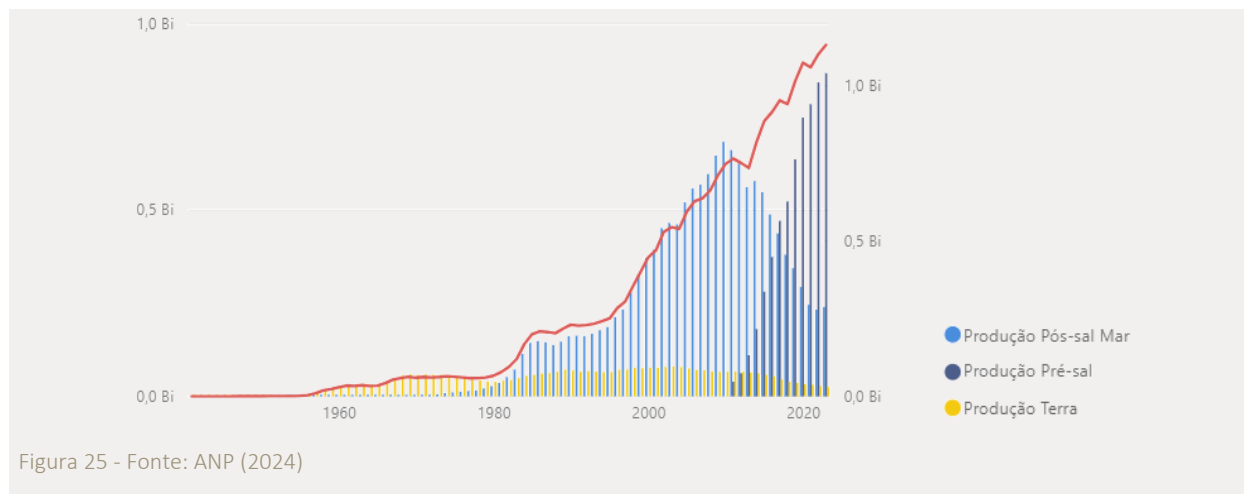
### Desempenho da Oferta e Demanda em 2023

Alavancado pelo pré-sal, o mercado nacional de petróleo performou em leve alta em relação ao ano anterior, estabelecendo um novo recorde histórico no país. Foram produzidos 1,13 bilhão de barris (bbl) no Brasil em 2023, um crescimento de 2,6% em relação a 2022.

Essa dinâmica foi impulsionada, sobretudo, pela produção offshore do pré-sal, que registrou 865,4 milhões de bbl (alta de 3,2% e 76,6% da produção total); ela foi seguida pela alta de 2,9% da produção offshore do pós-sal, com 239,3 milhões de bbl (21,2% da produção total). A produção em terra, alternativamente, recuou 9,7%, registrando 24,8 milhões de bbl (2,2% da produção total).

É importante ressaltar que essas tendências não são inéditas e se demarcam sobretudo a partir de 2011, com o início da produção do pré-sal, que passou a representar crescente protagonismo da produção nacional desde então.

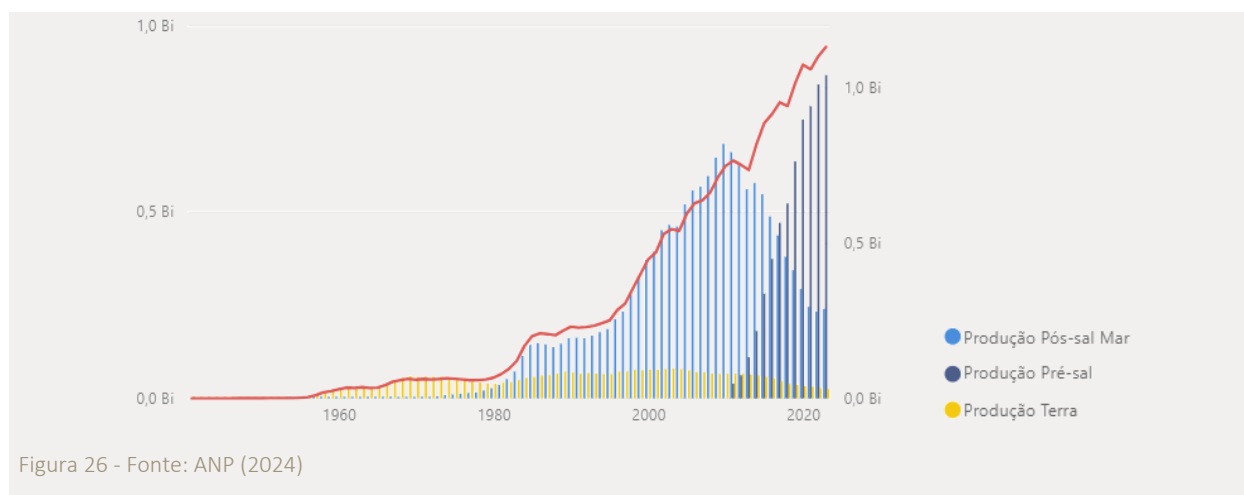
### Produção total de óleo bbl, 1941-2023



Em maiores detalhes, as bacias sedimentares de Santos e Campos seguiram posicionadas como as principais produtoras de óleo do Brasil em 2023, com 74,08% e 23,42% de toda produção nacional naquele ano, respectivamente. Se observado o recorte histórico (1941 a 2023), a tendência se mantém, ainda que com novo protagonista: Campos (58,99%), Santos (22,77%), Recôncavo (7,01%), Potiguar (4,05%), Sergipe (3,12%), Espírito Santo (1,66%) e Solimões (1,33%). As demais representam, individualmente, menos de 1% da produção histórica.

Do lado da oferta, o Brasil conta com 14,8 bilhões de bbl em reservas de petróleo provadas (1P), 21,9 bilhões de bbl em reservas de petróleo provadas e prováveis (2P) e 26,9 bilhões de bbl em reservas provadas, prováveis e possíveis (3P). Tomando as reservas 2P como exemplo, 97,3% das reservas são *offshore* e 2,7% *onshore*.

### Produção total de gás natural mil m<sup>3</sup>, 1941-2023



O pré-sal também pautou o ritmo do mercado nacional de gás natural, que também performou em alta quando comparado ao ano anterior, mantendo o recorde histórico no país. Foram produzidos 54,6 bilhões de metros cúbicos (bcm) no Brasil em 2023, um crescimento de 8,6% em relação a 2022. Essa dinâmica foi impulsionada, sobretudo, pela produção *offshore* do pré-sal, que registrou 40,8 bcm (alta de 13,4% e 74,8% da produção total); ela foi contrastada por um recuo de 12,56% da produção *offshore* do pós-sal, com 6 bcm (11% da produção total). Mesmo assim, a produção nacional de gás natural em mar registrou alta de 9,21%. A produção em terra, alternativamente, avançou 5,19%, registrando 7,4 bcm (14,2% da produção total). A exemplo da indústria do petróleo, essas tendências são antigas e se desenham sobretudo a partir de 2011, pelo advento do pré-sal.

A bacia sedimentar de Santos é a grande protagonista da produção de gás natural do Brasil em 2023, com 75,3% de toda produção nacional no ano, sendo é seguida por Solimões, com 9,8%, e Campos, com 8,7%. Na análise do período de 1941 a 2023, a tendência se mantém, ainda que com novo protagonista: Santos (30,9%), Campos (28,2%), Solimões (11,9%), Recôncavo (9,2%), Sergipe (4,1%), Potiguar (3,5%), Espírito Santo (3,5%), Camamu (3,2%), Alagoas (2,8%) e Parnaíba (1,9%). As demais representam, individualmente, menos de 1% da produção histórica.

Do lado da oferta, o Brasil conta com 407 bcm em reservas de gás natural provadas (1P), 518 bcm em reservas de gás natural provadas e prováveis (2P) e 588 bcm em reservas provadas, prováveis e possíveis (3P). Vale ressaltar que 78,3% das reservas 2P são offshore e 21,7% onshore.

### Acontecimentos Relevantes no Setor em 2023

Entre os acontecimentos relevantes para o setor ao longo de 2023, destaca-se a realização do 4º Ciclo Licitatório da Oferta Permanente de Concessão (OPC4)<sup>14</sup>, realizado em dezembro. A OPC4 contou com a participação de 17 empresas ofertantes e resultou em 1 área de acumulação marginal (Japiim) e 192 blocos exploratórios arrematados nas bacias de Pelotas, Potiguar, Santos, Paraná, Espírito Santo, Tucano, Amazonas, Recôncavo e Sergipe-Alagoas, totalizando uma área adquirida de 47.201,15 km<sup>2</sup>. O total de bônus de assinatura ofertado para os blocos foi de R\$ 421,9 milhões e a previsão do investimento mínimo na fase de exploração é de R\$ 2 bilhões. Os contratos do certame estão, nesse momento, em fase de assinatura.

---

<sup>14</sup> AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS (Brasil). In: Resultados - 3º Ciclo da Oferta Permanente de Concessão. [S. l.] 12 dez. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/oferta-permanente/opc/ciclos-opc-encerrados/3o-ciclo-opc/resultados-3o-ciclo-opc>. Acesso em: 30 jan. 2023.

## DESEMPENHO OPERACIONAL

A tabela abaixo resume os principais dados operacionais das usinas da Companhia, além do segmento de Upstream, para os anos de 2022 e 2023:

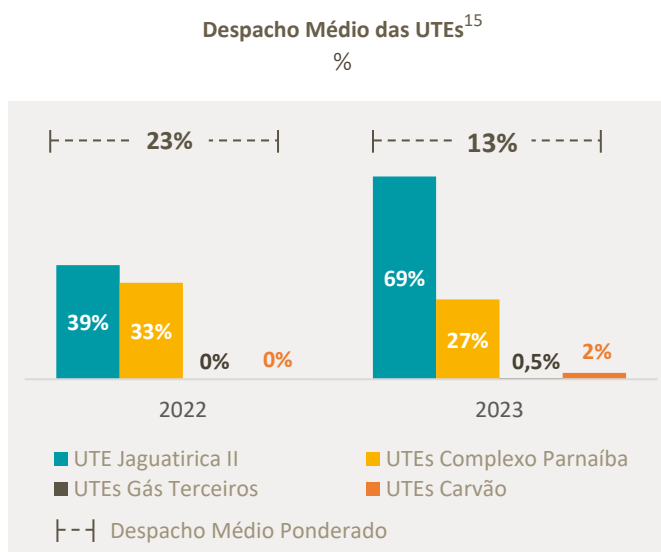
Dados Operacionais	2023	2022	2023	2022	
<b>Geração Termelétrica</b>					
<b>Parnaíba I</b>			<b>Porto de Sergipe</b>		
Disponibilidade (%)	99%	100%	Disponibilidade (%)	97%	88%
Despacho (%)	19%	22%	Despacho (%)	0%	6%
Geração Líquida (GWh)	1097	1149	Geração Líquida (GWh)	0	787
Geração Bruta (GWh)	1158	1208	Geração Bruta (GWh)	0	807
Geração para ACR (%)	22%	0%	Geração para ACR (%)	0%	100%
Geração para ACL (%)	78%	100%	Geração para ACL (%)	0%	0%
<b>Parnaíba II</b>			<b>Fortaleza</b>		
Disponibilidade (%)	98%	95%	Disponibilidade (%)	85%	100%
Despacho (%)	52%	49%	Despacho (%)	3%	0%
Geração Líquida (GWh)	2.227	2.053	Geração Líquida (GWh)	72	0
Geração Bruta (GWh)	2.358	2.188	Geração Bruta (GWh)	76	0
Geração para ACR (%)	94%	95%	Geração para ACR (%)	0%	0%
Geração para ACL (%)	6%	5%	Geração para ACL (%)	100%	0%
<b>Parnaíba III</b>			<b>Itaqui</b>		
Disponibilidade (%)	93%	99%	Disponibilidade (%)	98%	98%
Despacho (%)	8%	35%	Despacho (%)	1%	0%
Geração Líquida (GWh)	143	529	Geração Líquida (GWh)	28	3
Geração Bruta (GWh)	149	549	Geração Bruta (GWh)	33	3
Geração para ACR (%)	40%	40%	Geração para ACR (%)	97%	0%
Geração para ACL (%)	60%	60%	Geração para ACL (%)	3%	100%
<b>Parnaíba IV</b>			<b>Pecém II</b>		
Disponibilidade (%)	99%	94%	Disponibilidade (%)	100%	93%
Despacho (%)	24%	22%	Despacho (%)	3%	0%
Geração Líquida (GWh)	74	104	Geração Líquida (GWh)	91	6
Geração Bruta (GWh)	78	110	Geração Bruta (GWh)	104	6
Geração para ACR (%)	0%	0%	Geração para ACR (%)	99%	0%
Geração para ACL (%)	100%	100%	Geração para ACL (%)	1%	100%
<b>Parnaíba V</b>			<b>Jaguatirica II</b>		
Disponibilidade (%)	98%	95%	Disponibilidade (%)	86%	46%
Despacho (%)	18%	41%	Despacho (%)	69%	39%
Geração Líquida (GWh)	584	239	Geração Líquida (GWh)	724	389
Geração Bruta (GWh)	616	252	Geração Bruta (GWh)	758	410
Geração para ACR (%)	0%	0%	Geração para ACR (%)	100%	100%
Geração para ACL (%)	100%	100%	Geração para ACL (%)	0%	0%
<b>Geração Solar</b>			<b>E&amp;P</b>		
<b>Futura 1</b>			<b>Upstream Parnaíba</b>		
Disponibilidade (%)	84%	0%	Produção (Bi m <sup>3</sup> )	0,84	0,92
Fator de capacidade Ajustado %	30%	0%	Reservas remanescentes (Bi m <sup>3</sup> )	37,6	33,1
Geração Frustrada por Restrição (GWh)	-81	0			
Geração Bruta (GWh)	969	0			
Geração Líquida (GWh)	963	0%			
Geração Liquidada Spot (%)	14%	0%			
Geração Liquidada Bilaterais (%)	86%	0%			
			<b>Upstream Amazonas</b>		
			Produção (Bi m <sup>3</sup> )	0,24	0,15
			Reservas remanescentes (Bi m <sup>3</sup> )	10,0	14,5

## Geração Térmica

Em continuação ao cenário hidrológico favorável vigente desde 2022, com níveis ainda confortáveis de armazenamento nos reservatórios, 2023 foi marcado pela baixa necessidade de despacho termelétrico no SIN em praticamente todo o ano, como explicado na seção de Panorama de Mercado / Contexto Setorial. A demanda por energia para exportação para a Argentina e Uruguai registrou crescimento na comparação anual, mas, ao contrário do ocorrido em 2022, foi suprida majoritariamente pela exportação do vertimento turbinável das usinas hidrelétricas, como também detalhado anteriormente. Dessa forma, o montante de energia térmica exportado também reduziu de 2022 para 2023.

Por outro lado, a carga no Sistema Interligado Nacional aumentou significativamente ao longo do último trimestre de 2023 para valores recordes, em função, sobretudo, da elevação abrupta das temperaturas médias em grande parte do país, acompanhada de baixos volumes de precipitação nas regiões Norte e Nordeste. Esses efeitos climáticos foram alavancados pela atuação do fenômeno climático El Niño no hemisfério sul, que se intensificou no segundo semestre de 2023.

Como resultado dos efeitos acima, as usinas térmicas da Eneva totalizaram despacho médio ponderado pela capacidade instalada de 13% em 2023, frente aos 23% registrados em 2022. A redução do despacho médio é explicada, principalmente pelo crescimento da capacidade instalada em 2023, com a consideração integral no portfólio da Eneva das UTEs Porto de Sergipe I, Fortaleza e Parnaíba V, em um cenário de estabilidade de baixa geração. Os principais motivos de despacho térmico pelas usinas da Eneva em 2023 foram para:



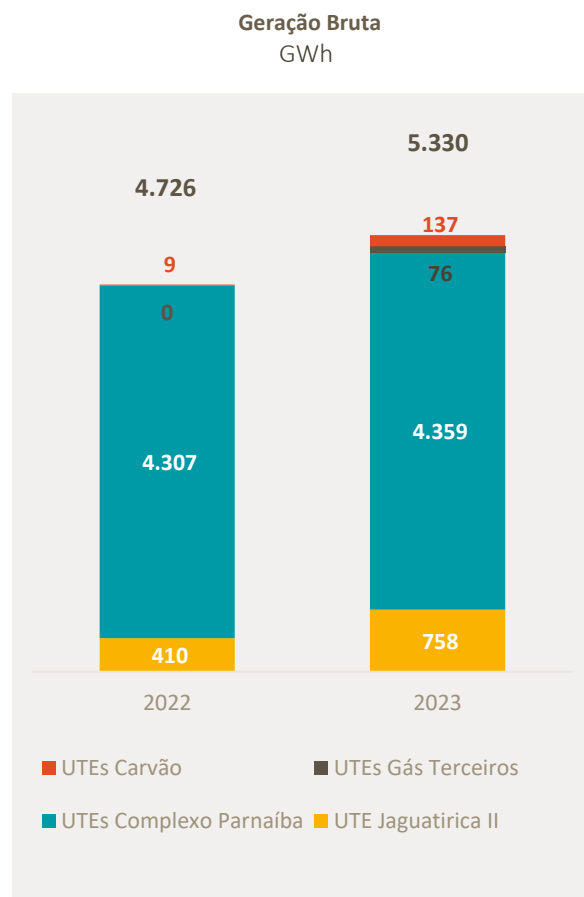
- atendimento ao Sistema Isolado de Roraima na UTE Jaguaritica II ao longo de todo o ano de 2023. É importante destacar que a Eneva concluiu a estabilização do Sistema Integrado Azulão-Jaguaritica ao final de 2023, com a finalização das melhorias e otimizações implementadas no sistema de liquefação do complexo. Com isso, a usina, que havia registrado disponibilidade média de 46% em 2022 após entrar em operação de forma faseada naquele ano, encerrou o ano de 2023 com 100% de disponibilidade, atingindo disponibilidade média de 86% em 2023;
- exportação de energia no Complexo Parnaíba em determinadas janelas do ano;
- cumprimento de inflexibilidade contratual na UTE Parnaíba II de junho a novembro;
- atendimento ao despacho regulatório fora da ordem de mérito nas usinas do Complexo Parnaíba, usinas a carvão e na UTE Fortaleza no último trimestre de 2023.

A despeito da redução do despacho médio na comparação anual, efeito justificado pela ponderação da capacidade instalada, a geração média bruta de energia apresentou crescimento de 12,8% em 2023 em comparação a 2022, com maior geração em todos os segmentos, a saber:

<sup>15</sup> Despacho Médio Ponderado é o despacho total do portfólio Eneva ponderado pela capacidade instalada. O despacho médio em 2022 não considera capacidade instalada e geração dos ativos de Gás de Terceiros dado que não houve despacho no ano de 2022 pós aquisição, não contemplando eventuais despachos contabilizados em períodos anteriores de 2022. Despacho médio de 2022 também considera capacidade instalada de Parnaíba V, assim como a geração a partir do início da operação comercial.



- Aumento de 348 GWh de geração na UTE Jaguatirica II, refletindo o contínuo aumento de disponibilidade média da usina ao longo de 2023 com o avanço de estabilização do Sistema Integrado Azulão-Jaguatirica;
- Crescimento de 128 GWh de geração nas usinas a carvão, em resposta ao despacho regulatório fora do mérito no SIN no final do 4T23 frente a um ano sem despacho em 2022;
- 76 GWh gerados na UTE Fortaleza no último trimestre de 2023 com o despacho regulatório, acionando uma usina que não era ligada no SIN desde 2021;
- Aumento de geração bruta em 52 GWh nas usinas a gás do Complexo Parnaíba principalmente em função da retomada do despacho regulatório no SIN, contribuindo com 800 GWh no 4T23, compensando a redução da geração para exportação de 2023 para 2022. Vale ressaltar que o Complexo Parnaíba contou, em 2023, com a capacidade instalada da UTE Parnaíba V totalmente disponível ao sistema, enquanto em 2022 ela só contribuiu com geração no 4T22 após a sua entrada em operação comercial.



## Geração Solar

Em 26 de maio de 2023, a Companhia recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para início da operação comercial de 100% do Complexo Solar Futura 1, localizado no estado da Bahia, após o cumprimento da fase de energização gradual e testes desde o final de março de 2023. O Complexo é composto pelas UFVs Futura 1 a 22 que somam 692,4 MWac de capacidade instalada e, ao final de 2023, 20 de suas 22 UFVs possuíam contratos de venda de energia em modalidade de autoprodução para três contrapartes.

Após a entrada em operação do Complexo, a Companhia empenhou esforços para estabilizar o ativo, cujo processo foi concluído ao final de outubro/23, quando o parque passou a contar com 100% de suas UFVs operacionais. Em 2023, Futura 1 contribuiu com geração bruta total de 969 GWh, registrando disponibilidade média de 84% registrada no período após o início da entrada em operação até o final de 2023.

É importante observar que a geração em 2023 do Complexo Solar Futura 1 foi parcialmente afetada por restrições de operações implementadas pelo ONS à partir de agosto de 2023 até o final do ano, principalmente após o evento do corte automático de carga ocorrido no SIN em agosto/23. Visando garantir a segurança do sistema pelo operador, houve a aplicação de reduções das margens de escoamento entre os subsistemas, impedindo a operação do complexo em determinados períodos do segundo semestre de 2023. A geração frustrada por restrição foi de 82 GWh no período.

O fator de capacidade médio do Complexo foi de 30,3% no ano de 2023, medido após o início da operação comercial.

## Upstream

A produção total de gás natural da Eneva totalizou 1,1 bcm em 2023, praticamente estável em relação ao volume total produzido em 2022:

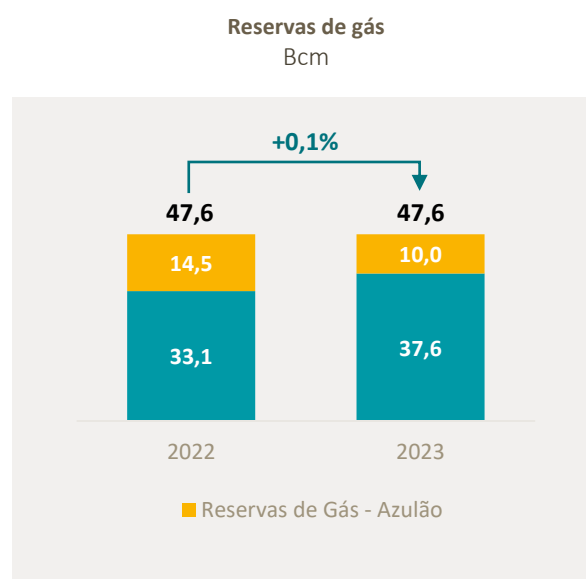
- No Complexo Parnaíba, a produção de gás apresentou redução de 0,1 bcm, a despeito do aumento da geração líquida no Complexo Parnaíba. O menor consumo de gás reflete a entrada em operação comercial da UTE Parnaíba V à partir do final de 2022, que se trata de turbina a vapor que compõe o ciclo combinado de Parnaíba I. Dessa forma, o ciclo combinado Parnaíba I + Parnaíba V, mesmo em cenário de aumento de geração, consome menor quantidade de gás para gerar energia;
- Já no Complexo Azulão-Jaguarica a produção de gás acompanhou o maior despacho do período reflexo do aumento da disponibilidade do sistema, totalizando 0,24 bcm de gás em 2023, aumento de 63,0% frente ao ano de 2022.

Em 15 de fevereiro de 2024, a Companhia divulgou um relatório de certificação de reservas e recursos contingentes, referente a 31 de dezembro de 2023, elaborado pela Gaffney, Cline & Associates (GCA).

Na Bacia do Parnaíba, o relatório apontou uma incorporação de reservas 2P de 4,50 bcm de gás natural, já descontando o consumo de gás acumulado do ano no valor de 0,84 bcm, totalizando reservas totais de gás 2P ao final de 2023 no montante de 37,57 bcm

Na Bacia do Amazonas, o total de reservas 2P de gás natural passou para 10,05 bcm em 31 de dezembro de 2023, frente aos 14,46 bcm certificados ao final de 2022.

Como resultado, o montante total de reservas de gás da Eneva apresentou estabilidade entre os anos de 2023 e 2022.



Vale destacar que a Eneva também certificou reservas de óleo pela primeira vez, com a incorporação das reservas de Tambaqui, nova área de desenvolvimento declarada comercial pela Companhia na Bacia do Amazonas. Considerando todas as reservas de líquidos da Companhia, ou seja, óleo e condensado, o volume certificado de líquidos pela GCA referente a 31 de dezembro de 2023 foi de 2,24 milhões de barris de reservas de condensado 2P na Bacia do Parnaíba e de 9,54 milhões de barris de reservas de condensado 2P na Bacia do Amazonas, representando, em conjunto, 11,78 milhões de barris de reservas de líquidos em ambas as bacias. Em 2022, em contrapartida, a Eneva contava com apenas 5,73 milhões de barris de reservas de condensado nas bacias do Parnaíba e Amazonas somadas.

No relatório, foram também divulgados os volumes de recursos contingentes totais (P50) de 24,04 bcm de gás natural da área de Juruá na Bacia do Solimões.

## DESTAQUES ECONÔMICO-FINANCEIROS

DRE Consolidado (R\$ Milhões)	2023	2022	%
Receita operacional líquida	10.090,9	6.128,6	64,7%
Custos operacionais	(5.304,4)	(3.555,4)	49,2%
Despesas operacionais	(565,1)	(708,7)	-20,3%
SG&A	(435,0)	(583,3)	-25,4%
Despesas com Exploração G&G	(130,1)	(124,8)	4,2%
Poços secos e PCLD	(29,4)	(27,9)	5,6%
Depreciação e amortização	(1.611,7)	(838,3)	92,3%
Custos	(1.075,3)	(695,9)	54,5%
Despesas	(536,4)	(142,4)	276,6%
Outras receitas/despesas	61,7	254,9	-75,8%
Equivalência Patrimonial	1,1	2,8	-60,8%
EBITDA ICVM 527/12	4.284,1	2.122,3	101,9%
EBITDA Ajustado <sup>16</sup>	4.313,5	2.150,1	100,6%
Resultado Financeiro Líquido	(2.390,8)	(767,2)	211,6%
EBT	281,6	516,8	-45,5%
Impostos Correntes	(120,6)	(89,7)	34,3%
Impostos Diferidos	142,4	(51,3)	N/A
Resultado Líquido do Exercício	303,4	375,8	-19,3%
Resultado Líquido Participações Minoritárias	85,7	-	N/A
Resultado Líquido Eneva	217,7	375,8	-42,1%

A ENEVA S.A. apresenta as Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil e com as normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 14 de março de 2024.

### Receita

As receitas da Companhia decorrem, majoritariamente, de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado, celebrados em leilões de energia ou de capacidade realizados pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), que pré-definem preços, volume e prazos, e possuem mecanismos mitigatórios ao risco de inadimplência dos agentes. Esses contratos garantem receita fixa independente do despacho, reajustada anualmente pelo IPCA no mês de novembro, no caso de contratos por disponibilidade, além de uma receita variável quando são solicitadas a despachar pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), considerando que não estejam cumprindo inflexibilidade contratual.

A receita operacional líquida consolidada totalizou R\$ 10.090,9 milhões em 2023, um crescimento de 64,7% em relação a 2022. O aumento foi devido, sobretudo, à:

- (i) Contabilização integral dos resultados das incorporações da CELSE e da CGTF no ano de 2023, ocorridas no segundo semestre de 2022, com incremento de receita líquida no valor total de R\$ 2.493,6 milhões na variação dos períodos. O crescimento foi principalmente em função da receita fixa total do ano de 2023 contabilizada de cada uma das usinas;
- (ii) Aumento da receita da Comercializadora em R\$ 913,1 milhões decorrente do maior volume de energia transacionado com o aumento do escopo do segmento, e ao efeito positivo da marcação a mercado dos contratos futuros de comercialização de energia no período;
- (iii) Estabilização operacional da UTE Jaguatirica II, com melhora significativa no nível de disponibilidade refletindo um maior patamar de despacho e menor patamar de dedução de receita fixa por indisponibilidade, responsável pelo incremento de R\$ 269,0 milhões de receita líquida no ano;
- (iv) Início da operação comercial do Complexo Solar Futura I ao longo de 2023, que estava ainda em construção em 2022, com incremento de R\$ 222,1 milhões de receita líquida em 2023;
- (v) Aumento da receita fixa das demais usinas da Companhia com contratos no ambiente regulado, cuja indexação é o IPCA e o reajuste se dá no mês de novembro, que resultou em um crescimento de R\$ 130,2 milhões de receita líquida no ano; e
- (vi) Contabilização integral da operação comercial da UTE Parnaíba V, contribuindo com crescimento de R\$ 65,7 milhões de receita líquida em 2023.

<sup>16</sup> EBITDA calculado conforme orientações da ICVM 527/12 e da Nota Explicativa que acompanha, ajustado para excluir o impacto de poços secos e constituição ou reversão de provisões para crédito de liquidação duvidosa (PCLD).

## Custos

Os custos operacionais, excluindo custos relacionados com depreciação e amortização, totalizaram R\$ 5.304,4 milhões em 2023, apresentando um crescimento de 49,2% em relação a 2022 devido, principalmente, à:

- (i) Contabilização integral das incorporações dos ativos CELSE e CGTF realizadas ao longo de 2022, conforme citado acima, apresentando crescimento de custos de R\$ 984,7 milhões no ano;
- (ii) Aumento dos custos de trading em R\$ 765,1 milhões em função do aumento do volume de energia transacionado;
- (iii) Início da operação comercial do Complexo Solar Futura I, com incremento de R\$ 106,6 milhões de custos;
- (iv) Contabilização integral da operação comercial da UTE Parnaíba V em 2023, incrementando R\$ 16,0 milhões de custos.

Vale ressaltar que, a despeito do aumento de custos na comparação anual, este efeito foi superado pelo incremento em maior proporção das receitas totais, refletindo em aumento de margens fixas e variáveis em diversos segmentos, acompanhando a efetividade das iniciativas de eficiência operacional e o empenho na otimização de custos implementados pela Companhia.

## Despesas

As despesas operacionais, excluindo depreciação e amortização, reduziram 20,3% em 2023 na comparação com o ano anterior, totalizando R\$ 565,1 milhões no ano de 2023 versus R\$ 708,7 milhões em 2022. A redução deve-se, principalmente, à menores despesas relacionadas à:

- (i) Programas de Incentivo de Longo Prazo, com redução de R\$ 90,9 milhões na comparação entre os períodos, devido, sobretudo, à revisão do cálculo e contabilização do *fair value* de determinados programas de ILP da Companhia, com impacto positivo de reversão de despesas contabilizadas em trimestres anteriores R\$ 48,0 milhões no 4T23, assim como pela redução de R\$ 43,5 milhões nos gastos referentes a pagamento de encargos trabalhistas com maturações de ILPs no período;
- (ii) Consultorias financeiras e jurídicas que assessoraram, em 2022, os projetos de M&A e integração de Focus, CGTF e CELSE, com redução nessa rubrica de R\$ 48,0 milhões na comparação anual;
- (iii) Bônus *one-off* de *Performance Shares* de R\$ 27,0 milhões contabilizado em 2022, relacionados aos projetos de M&A descritos acima.

Essas economias foram parcialmente compensadas pelo maior custo de pessoal, em virtude tanto da incorporação dos três ativos quanto de novas contratações, para sustentar a estratégia de crescimento da Companhia, além dos investimentos em TI para modernizações e projetos de infraestrutura digital da companhia.

## Outras Receitas e Despesas

A rubrica de Outras Receitas e Despesas registrou resultado positivo de R\$ 61,7 milhões em 2023, frente à receita total de R\$ 254,9 milhões em 2022.

O valor de 2022 foi impulsionado por alguns efeitos pontuais relacionados às aquisições concluídas naquele ano, sendo os principais:

- (i) Foram contabilizados efeitos positivos *one-off* sem impacto caixa de R\$ 215,9 milhões, referente ao ganho por compra vantajosa da aquisição da CGTF (diferença entre o Patrimônio Líquido ajustado pelo valor justo a ser alocado e o preço pago pelo ativo); e R\$ 121,8 milhões, referente ao ganho por compra vantajosa da Focus Energia Holding Participações S.A. ("Focus");
- (ii) Parcialmente compensando esses valores, despesas de – R\$ 78 milhões relacionadas a *fees* de sucesso devidos após a conclusão das aquisições no ano e -R\$ 52,0 milhões decorrentes do impacto do ajuste ao valor justo e mais valia (efeito não caixa) das Centrais Geradoras Hidrelétricas adquiridas da Focus, no contexto da incorporação desta empresa pela Eneva.

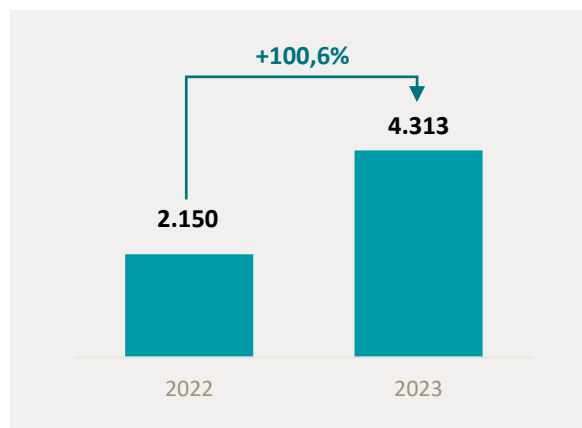
Por sua vez, a rubrica em 2023 foi impulsionada, basicamente, pela contabilização de R\$ 59,4 milhões de créditos extemporâneos de PIS e Cofins referentes ao período compreendido entre 2021 e 2023 relacionados à UTE Porto de Sergipe I.

## EBITDA

Em 2023, o EBITDA Consolidado totalizou R\$ 4.284,1 milhões, um crescimento de 101,9% em relação a 2022, e o EBITDA Consolidado Ajustado (de forma a excluir as despesas com poços secos) cresceu 100,6% no mesmo período de comparação para R\$ 4.313,5 milhões.

Os principais impactos positivos se referem às contabilizações integrais das aquisições dos ativos operacionais de CELSE e CGTF, que geraram um incremento de EBITDA total de R\$ 1.545,8 milhões no ano; estabilização das operações no Sistema-Integrado Azulão Jaguatirica, acrescentando R\$ 179,3 milhões de EBITDA da UTE Jaguatirica II na comparação anual; ao aumento do volume de energia transacionado da Comercializadora e à marcação a mercado dos seus contratos futuros, com variação de R\$ 128,4 milhões no ano; ao início das operações comerciais do Complexo Solar Futura I, contribuindo para um incremento de R\$ 100,3 milhões na comparação com 2022 e à contabilização integral da operação comercial da UTE Parnaíba V, com aumento de R\$ 48,5 milhões na comparação anual.

**EBITDA Ajustado**  
(R\$ MM)



O efeito positivo em 2023 foi parcialmente mitigado pela menor receita contabilizada na rubrica de Outras Receitas e Despesas em relação a 2022, como explicado no item anterior, que em 2022 foi impulsionada por alguns efeitos contábeis pontuais decorrentes da conclusão das aquisições das empresas.

<b>Resultado Financeiro Consolidado</b> (R\$ Milhões)	<b>12M23</b>	<b>12M22</b>	<b>%</b>
<b>Receitas financeiras</b>	<b>610,8</b>	<b>390,0</b>	<b>56,6%</b>
Receitas de aplicações financeiras	314,0	358,0	-12,3%
Multas e juros recebidos	6,8	10,8	-36,8%
Juros sobre debêntures	-	-	N/A
Outros	290,0	21,2	1268,0%
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(2.925,6)</b>	<b>(1.181,6)</b>	<b>116,3%</b>
Multas e juros de mora	(8,1)	(6,2)	31,1%
Encargo de dívida <sup>17</sup>	(398,7)	(140,9)	182,9%
Juros sobre provisões de abandono	(21,1)	(19,4)	8,9%
Comissões e corretagens financeiras	(81,7)	(50,3)	62,6%
IOF/IOC	(33,2)	(9,5)	248,2%
Juros sobre debêntures	(1.266,0)	(722,1)	75,3%
Outros	(1.116,8)	(233,2)	478,9%
<b>Variação cambial e monetária líquida</b>	<b>(103,4)</b>	<b>78,5</b>	<b>N/A</b>
<b>Perdas/ganhos com derivativos</b>	<b>27,4</b>	<b>(54,1)</b>	<b>N/A</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(2.390,8)</b>	<b>(767,2)</b>	<b>211,6%</b>

<sup>17</sup> Inclui amortizações sobre os custos de transação.

Em 2023, a Companhia apresentou resultado financeiro líquido negativo de R\$ 2.390,8 milhões, comparado ao resultado negativo de R\$ 767,2 milhões em 2022. Os principais efeitos que contribuíram para o crescimento do resultado negativo na comparação anual foram:

- (i) Crescimento de R\$ 543,9 milhões das despesas com juros sobre debêntures sobretudo em função dos seguintes efeitos: (a) contabilização integral das debêntures da CELSE no resultado em 2023 após a conclusão da aquisição no 4T22; (b) contabilização integral em 2023 das despesas relacionadas às 8ª e 9ª emissões de debêntures simples realizadas em julho e setembro de 2022; (c) ao início da contabilização total no resultado financeiro das debêntures ENEV16 e ENEV26 (com parte do lastro de financiamento do Projeto Azulão-Jaguatirica) e ENEV32 (com lastro de financiamento do Projeto Parnaíba V), cujas despesas financeiras estavam sendo classificadas parcial ou integralmente no imobilizado em andamento ao longo de 2022 até a entrada em operação total de cada projeto;
- (ii) Aumento de R\$ 257,7 milhões na rubrica de despesas com Encargos de dívida (incluindo amortização de custos de transação), refletindo, sobretudo, a contabilização integral do fluxo da dívida da CELSE no resultado consolidado da Companhia após aquisição no 4T22. É importante destacar que essas dívidas foram integralmente liquidadas no início do 4T23, conforme divulgado pela Companhia, tendo sido substituídos pela 2ª Emissão de debêntures concluída na CELSE ao final do 3T23. Além disso, ocorreram encargos relacionados às Notas de Crédito emitidas pelo Itaú, aos financiamentos do BNB e BASA captados separadamente para os projetos Parnaíba V, Azulão-Jaguatirica e para 4 SPEs de Futura 1, passaram a ter as despesas financeiras relacionadas aos seus financiamentos contabilizados no resultado financeiro ao longo de 2023, o que ainda não acontecia em 2022;
- (iii) Efeitos *one-off* referentes à conclusão do processo de reestruturação da CELSE, conforme detalhado na seção Endividamento deste documento, que contabilizaram -R\$ 202,9 milhões de despesa líquido no período;
- (iv) Piora no resultado de Variação Cambial e Monetária em R\$ 181,9 milhões sobretudo devido ao efeito negativo da contabilização de maiores despesas com variação monetária decorrente do aumento do endividamento indexado a IPCA no período, com a incorporação das dívidas da CELSE e das novas debêntures contratadas no segundo semestre de 2022.

Investimentos (CAPEX) (R\$ Milhões)	2023	2022	%
<b>Geração a Carvão</b>	<b>28,1</b>	<b>61,8</b>	<b>-54,5%</b>
Pecém II	9,7	31,9	-69,6%
Itaqui	18,4	29,9	-38,5%
<b>Geração a Gás</b>	<b>165,2</b>	<b>309,5</b>	<b>-46,6%</b>
Parnaíba I <sup>18</sup>	27,4	25,4	7,9%
Parnaíba II <sup>19</sup>	23,2	122,9	-81,1%
Parnaíba III <sup>18</sup>	6,2	3,2	93,8%
Parnaíba IV <sup>18</sup>	0,1	25,7	-99,6%
Parnaíba V	68,3	132,3	-48,4%
UTE Fortaleza	14,8	-	n.a.
UTE Porto de Sergipe I	25,4	-	n.a.
<b>Parnaíba VI<sup>20</sup></b>	<b>298,9</b>	<b>229,7</b>	<b>30,1%</b>
<b>Azulão-Jaguatirica</b>	<b>84,5</b>	<b>283,7</b>	<b>-70,2%</b>
<b>Azulão 950MW</b>	<b>1.099,2</b>	<b>81,5</b>	<b>1.248,7%</b>
E&P	293,8	15,9	1.747,8%
UTE	805,4	65,7	1.125,9%
<b>Futura 1</b>	<b>109,0</b>	<b>2.082,4</b>	<b>-94,8%</b>
<b>Upstream</b>	<b>449,7</b>	<b>566,1</b>	<b>-20,6%</b>
Desenvolvimento	335,5	341,2	-1,7%
Exploração	114,2	225,0	-49,2%
<b>SSLNG</b>	<b>343,6</b>	<b>106,5</b>	<b>222,6%</b>
<b> Holding e Outros</b>	<b>126,7</b>	<b>74,3</b>	<b>70,5%</b>
<b>Total</b>	<b>2.704,9</b>	<b>3.795,5</b>	<b>-28,7%</b>

<sup>18</sup> Capex de Parnaíba I é apresentado separadamente ao de Parnaíba V. Conforme reestruturação societária anunciada no 1T20, a SPE Parnaíba I foi incorporada na PGC em janeiro/20;

<sup>19</sup> Capex de cada uma das usinas Parnaíba II, III e IV é apresentado separadamente. Conforme reestruturação societária anunciada no 4T18, as SPEs Parnaíba III e Parnaíba IV foram incorporadas na SPE Parnaíba II;

<sup>20</sup> 3- A UTE Parnaíba VI é o fechamento de ciclo da UTE Parnaíba III, cujo contrato de início do PPA se iniciará em janeiro de 2025. Para melhor compreensão, o capex será apresentado separadamente ao de Parnaíba III.

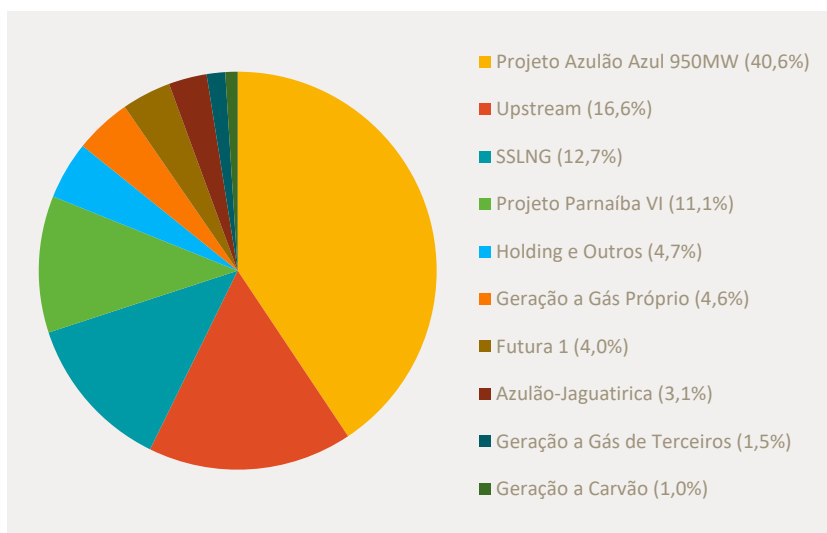
No acumulado de 2023, a Companhia investiu R\$ 2.704,9 milhões, dos quais R\$ 1.099,2 milhões foram destinados à construção do Complexo Azulão 950 MW. Além disso, foram investidos R\$ 343,6 milhões na construção das plantas de liquefação no Complexo Parnaíba para atender os contratos de fornecimento de GNL à Vale S.A. e à Suzano S.A. e R\$ 298,9 milhões empregados na construção da UTE Parnaíba VI. Já o Parque Solar Futura I, atualmente em fase operacional, demandou investimentos na ordem de R\$ 109,0 milhões em 2023 frente aos R\$ 2.082,4 milhões de 2022.

#### Composição Capex 2023 por Projeto (%)

O segmento de *Upstream* foi responsável por 16,6% dos investimentos totais da Companhia durante o ano de 2023, direcionados à atividade de exploração e desenvolvimento nas bacias do Amazonas e do Parnaíba.

Em relação a 2022, a redução de R\$ 1.090,6 milhões no montante total investido foi principalmente em função dos menores investimentos no Complexo Solar Futura 1, com a conclusão da construção do parque solar ao final de 2022.

Em relação aos investimentos realizados nos ativos operacionais, destacam-se:



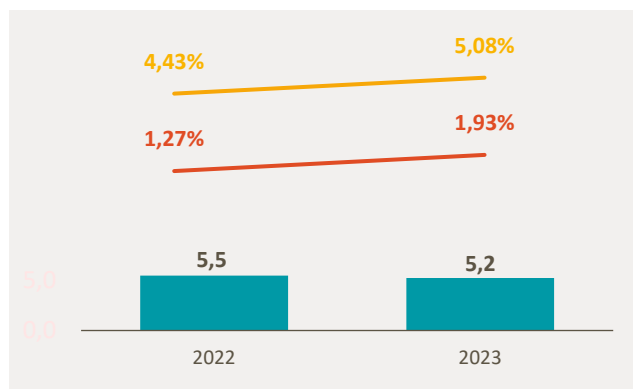
- (i) Redução de R\$ 199,2 milhões nos investimentos na UTE Jaguarica II após início da operação comercial em 2022 e estabilização operacional ao longo de 2023;
- (ii) Redução de R\$ 144,3 milhões no Complexo Parnaíba (desconsiderando UTE Parnaíba VI, em construção) em função da conclusão da construção da UTE Parnaíba V e de menores dispêndios com manutenções na UTE Parnaíba II;
- (iii) Início da contabilização dos investimentos feitos no Hub Sergipe e UTE Fortaleza após a incorporação dos ativos, com total de R\$ 40,1 milhões em 2023; e
- (iv) Menores investimentos nas usinas a carvão, associadas às manutenções periódicas realizadas em 2022. Em 2022, a UTE Pecém II realizou a troca das correias transportadoras de carvão, revitalização da torre de resfriamento e adequações do sistema de combate a incêndios, ao passo que a UTE Itaqui realizou a *Minor Overhaul* no segundo semestre de 2022. Em 2023 não houve manutenções significativas nessas usinas.

## Endividamento

Ao final de dezembro de 2023, a dívida bruta consolidada<sup>21</sup> (líquida do saldo de depósitos vinculados aos contratos de financiamento e custos de transação) totalizava R\$ 19.701 milhões, comparada à dívida de R\$ 18.605 milhões registrada no final de dezembro de 2022. Esse aumento foi principalmente em função da incorporação das dívidas da CELSE na Eneva S.A. após a aquisição.

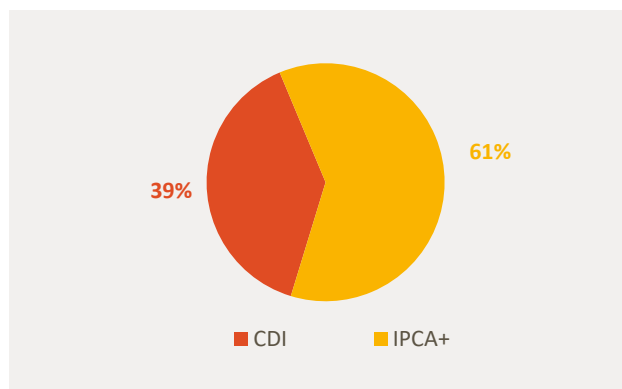
### Prazo e Custo Médio da Dívida – Final de Período <sup>22</sup>

(Anos e %)



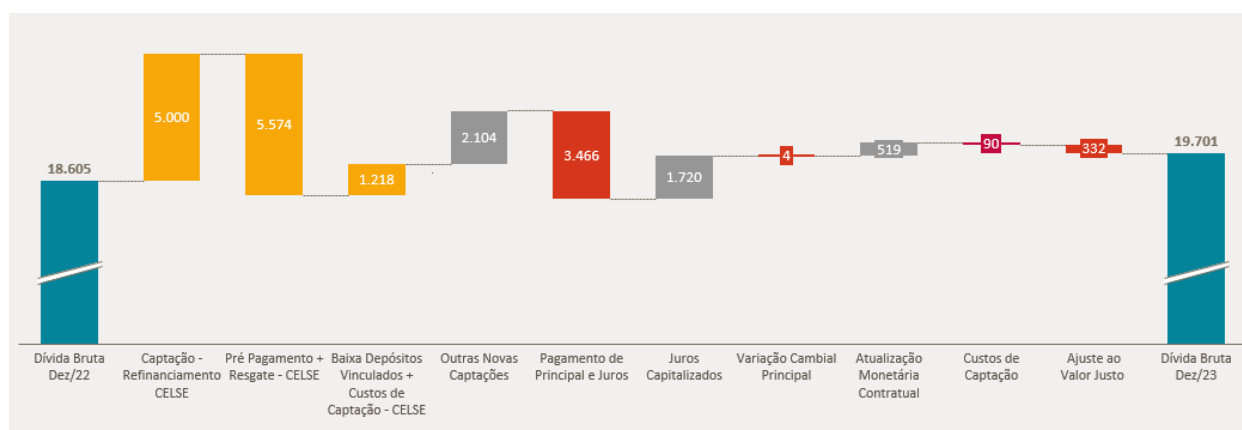
### Perfil da Dívida - Final de 2023

(%)



Ao final do ano de 2023, o prazo médio de vencimento da dívida consolidada era de cerca de 5,2 anos. O spread médio para as dívidas indexadas ao IPCA<sup>23</sup> era de 5,08%, um aumento de 65 basis points (bps) em relação ao final de 2022. O spread médio das dívidas indexadas ao CDI aumentou 66 bps, totalizando 1,93% acima do CDI em 2023. É importante destacar que após a conclusão da reestruturação da dívida da CELSE, com a recompra e o pré-pagamento das dívidas antigas da subsidiária indexadas a SOFR e pré-fixadas, o endividamento da Eneva passou a ser concentrado apenas em IPCA e CDI.

### Evolução da Dívida Bruta (R\$ Milhões)



<sup>21</sup> Dívida bruta considera, além do principal, juros acruados até o momento, custos de transação, depósitos vinculados e marcação a mercado. Adicionalmente, a partir do 3T22, a Companhia passou a apresentar a composição da dívida bruta e dívida líquida consolidada excluindo o impacto do Arrendamento Mercantil, seguindo os critérios de cálculo dos *covenants* das debêntures da Companhia. Para fins de comparabilidade, os valores dos trimestres anteriores foram reajustados para refletir a nova visão adotada.

<sup>22</sup> O Custo da dívida apresentado considera as taxas acumuladas em 12 meses. O custo em CDI+ inclui no seu cálculo exposições em TJLP e SOFR e o custo em IPCA+ inclui também o custo em Taxa Pré, subtraído o IPCA vigente.

<sup>23</sup> O Custo da dívida apresentado considera as taxas acumuladas 12 meses. O custo em CDI+ inclui no seu cálculo exposições em TJLP e LIBOR e o custo em IPCA+ inclui também taxa pré fixada.



Durante o segundo semestre de 2023, foi concluído o refinanciamento da dívida da CELSE, cujo processo foi iniciado em setembro/23 e finalizado em novembro/23, abrangendo, principalmente, as principais etapas abaixo:

- Em setembro/23 foi realizada a 2ª emissão de debêntures (“2ª Emissão”) da CELSE em 3 séries no valor de R\$ 5.000 milhões;
- Em outubro/23, ocorreram: (i) a recompra da 1ª emissão de debêntures incentivadas da CELSE, a 94% do valor de face (incluindo o deságio de R\$ 238 milhões) e (ii) o pré-pagamento integral aos detentores de títulos de dívida e credores dos demais financiamentos anteriores da CELSE<sup>24</sup>, no valor de R\$ 5.036 milhões;
- Em novembro/23, foi realizado o resgate antecipado da 1ª série da 2ª Emissão da CELSE no valor de R\$ 500 milhões.

Importante lembrar que o processo de refinanciamento permitiu:

- (i) a eliminação de condições impostas nos contratos de dívidas anteriores à aquisição da CELSE, viabilizando o desenvolvimento de oportunidades do Hub Sergipe,
- (ii) simplificação da dívida,
- (iii) a obtenção de *savings* relacionados à gastos de manutenção da estrutura da dívida anterior; e
- (iv) potenciais ganhos financeiros adicionais após a incorporação desta subsidiária na holding Eneva, a qual foi aprovada em Assembleia Geral de Acionistas em dezembro/23, e segue os trâmites usuais de aprovação dos agentes e órgãos reguladores para a sua conclusão.

Além da 2ª Emissão da CELSE, ao longo do ano de 2023 foram contratados os seguintes financiamentos:

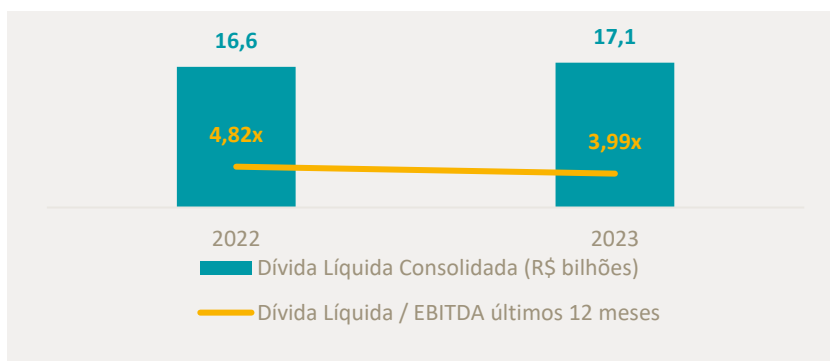
- (i) R\$ 400 milhões contratados junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, com o Banco da Amazônia S.A. - BASA atuando como financiador, tendo todo o montante contratado desembolsado ao final de dezembro de 2023.
- (ii) R\$ 626 milhões contratados através do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, com o Banco do Brasil S.A. atuando como financiador. No entanto, o montante contratado ainda não havia sido desembolsado ao final do período. Ambas as operações, (i) e (ii), referem-se ao Projeto Azulão 950MW.
- (iii) captação de R\$ 500 milhões por meio de duas Notas de Crédito à Exportação emitidas pelo Banco do Brasil e Santander, no valor individual de R\$ 250 milhões cada. Os montantes obtidos foram direcionados ao desenvolvimento do Projeto de Small Scale LNG no Complexo Parnaíba;
- (iv) desembolso de R\$ 173 milhões relacionados ao financiamento firmado junto ao Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, para o desenvolvimento e a construção do projeto UTE Parnaíba VI;
- (v) desembolso de R\$ 20 milhões do total de R\$ 100 milhões contratados junto ao Banco do Nordeste referente a GNL Brasil, joint-venture de logística de fluidos criogênicos em que a Eneva possui 51% de participação, relacionado a aquisição de máquinas e equipamentos.

No final de 2023, o saldo de caixa consolidado da Companhia (caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) era de R\$ 2.593 milhões, aumento de R\$ 571 milhões em relação à posição registrada no final de dezembro de 2022.

<sup>24</sup> Além dos *noteholders* detentores de títulos de dívida emitidos pelo Swiss Insured Brazil Power Finance S.à.rl no mercado externo, até a conclusão da reestruturação da dívida da CELSE, esta também tinha contratos de financiamento com os seguintes bancos e entidades multilaterais: International Finance Corporation, Inter-American Development Bank, IDB Invest, China Fund e ECG.

### Dívida Líquida Consolidada e Alavancagem (R\$ bilhões)<sup>25</sup>

A dívida líquida consolidada totalizava R\$ 17.108 milhões no final do período, equivalente a uma relação dívida líquida/EBITDA de 3,99x nos últimos 12 meses, com relevante evolução frente à alavancagem de 4,82x reportada ao final de 2022, quando foram concluídas duas grandes aquisições, evidenciando o empenho da Companhia na continuidade da trajetória de desalavancagem;



A Eneva possui a maior parte de suas dívidas remanescentes concentradas no médio e longo prazo, sobretudo com vencimentos em 2025 e após 2027, acompanhando o início da operação dos principais projetos em construção da Companhia, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

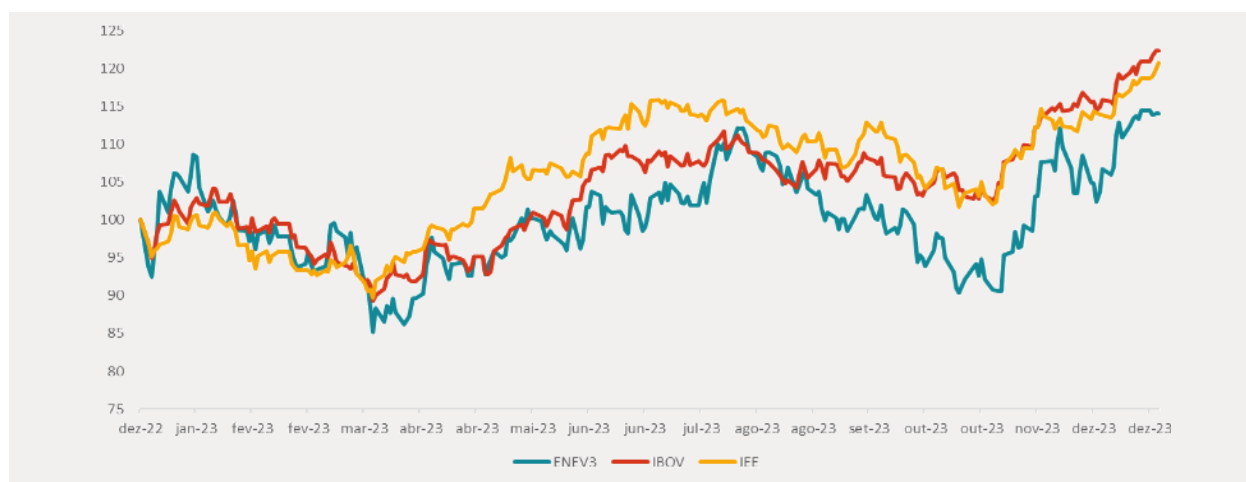
### Cronograma de Vencimento da Dívida Ajustado (Principal) (R\$ Milhões)



### Desempenho da Ação e Mercado de Capitais

As ações da Companhia são negociadas na bolsa brasileira (B3) sob o código ENEV3 (100% ações ordinárias). No último dia de pregão em 2023, a ação encerrou cotada a R\$ 13,61, uma valorização de 14,1% em relação ao preço registrado no último pregão de 2022 (R\$ 11,93), enquanto o IBOV e o IEE apresentaram uma valorização de 22,3% e 20,7%, respectivamente.

### Desempenho das Ações (Base 100) (Base 100)



<sup>25</sup> A relação de 4,82x de Dívida Líquida/EBITDA no 4T22 considera o resultado de EBITDA de 12 meses dos ativos adquiridos em 2022, inclusive pré-incorporação, da Focus Energia, CGTF e CELSE, conforme condições de alteração de *covenant* aprovadas pelos credores da Companhia nas Assembleias Gerais de Debenturistas em 2022.

Ao final de 2023, o capital social da Eneva totalizava 1.584.572.378 ações ordinárias, com 99,67% das ações em circulação.

ENEV3	2023	2022	Var.
Nº de ações - final período	1.584.572.378	1.584.446.224	126.154
Cotação fechamento - final período (R\$/ação)	13,61	11,93	14,1%
Ações negociadas (MM) - média diária	8,9	8,4	5,0%
Volume financeiro (R\$ MM) - média diária	105,3	117,6	-10,5%
Valor de mercado - final período (R\$ MM) <sup>26</sup>	21.566	18.902	14,1%
Enterprise Value - final período (R\$ MM) <sup>27</sup>	38.674	35.485	9,0%

Em março de 2023, a Companhia realizou aumento do capital social com a emissão de 126.154 novas ações ordinárias decorrente do exercício de opções outorgadas a determinados administradores no âmbito do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Eneva S.A., no valor de R\$ 1.470.400,56.

## COMPROMISSOS ESG - ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE

Baseados em uma visão integrada do setor e dos impactos socioeconômicos da transição energética, a Eneva lançou em 2022 os Compromissos ESG.

### São 3 componentes interdependentes que ajudarão a Companhia a atingir a sua nova missão:

- “Oferecer as melhores soluções de energia para uma transição energética responsável e segura”

#### Compromisso 1

Reduzir a intensidade de emissões na geração de energia elétrica a gás natural de 0,45 tCO<sub>2</sub>e/MWh (ano base 2020) para 0,39 tCO<sub>2</sub>e/MWh até 2030, com foco em ações de eficiência energética e investimentos em tecnologias de redução de emissões de carbono. Além da redução da sua intensidade de emissões, a atuação da Eneva neste compromisso será norteada por um conjunto de ações que abrangem as principais atividades da Companhia:

- Phase-out das usinas a carvão até 2040;
- Investir R\$ 500 milhões em tecnologias de baixo carbono;
- Compensar as emissões do E&P escopos 1 e 2;
- Ambição de alcançar Net Zero 2050.

#### Compromisso 2

Melhorar o índice de progresso social dos municípios de atuação da Companhia e beneficiar 50 mil pessoas diretamente e 100 mil indiretamente através de projetos sociais com foco em geração de renda e educação até 2030.

Linhas de atuação em execução e que serão replicadas:

- Responsabilidade Social através de projetos sociais;
- Formação de mão obra local;
- Desenvolvimento da economia local.



#### Compromisso 3

Contribuir para consolidar 500 mil hectares de áreas protegidas na Amazônia Legal até 2030 com foco no estímulo à bioeconomia e a agroflorestas; apoio a Unidades de Conservação; restauração de áreas degradadas; monitoramento territorial; e ações em linha com o mercado de carbono.

<sup>26</sup> Valor de Mercado considera 100% das ações da Eneva, incluindo ações detidas por administradores.

<sup>27</sup> Enterprise Value equivale à soma do valor de Mercado e da dívida líquida da Companhia, ambas do final do período.

## Resiliência climática

A Eneva tem participação ativa na transição energética brasileira, garantindo a segurança de suprimento em atividades de exploração e produção de gás natural onshore e de geração de energia elétrica a partir deste combustível, buscando atuar com a máxima eficiência e perseguindo as melhores práticas para reduzir as emissões em suas operações.

Nesse sentido, os principais ativos a gás natural da Companhia estão recebendo investimentos em eficiência energética. A usina de Parnaíba V, que entrou em operação no segundo semestre de 2022, e a de Parnaíba VI, em construção, representam o fechamento de ciclo das usinas do Complexo Parnaíba, adicionando, respectivamente, 385 MW e 92 MW de capacidade, sem utilizar uma molécula de gás natural a mais, portanto reduzindo a intensidade de emissão de CO<sub>2</sub>e da geração. Os projetos de fechamento de ciclo de Parnaíba V e Parnaíba VI tiveram um capex de R\$ 1,75 bilhão até 2022 e de R\$ 367,2 em 2023, projetando uma intensidade de emissões estimada de 28% menor quando ambas estiverem operacionais.

A UTE Jaguatirica II também entrou em operação em 2022, substituindo o diesel no Sistema Isolado de Boa Vista – Roraima, com a redução de aproximadamente 30% das emissões para a mesma geração. No primeiro ano da operação esse volume correspondeu a 155 mil tCO<sub>2</sub>e de emissões evitadas. A implantação do projeto de Jaguatirica contou com um capex de R\$ 2,5 bilhões até 2022.

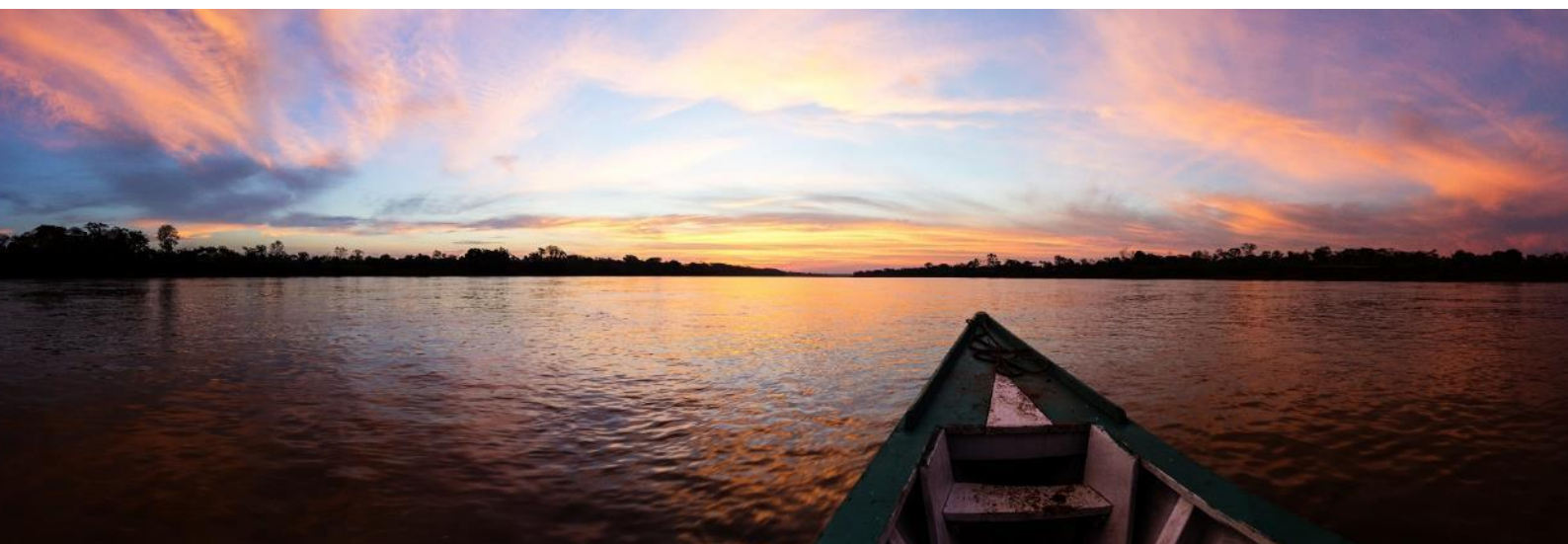
Outra ação relevante foram as aquisições das UTEs Central Geradora Termelétrica Fortaleza e Porto de Sergipe I em que ambas apresentam em sua geração tecnologias de ciclo fechado e intensidade de emissões abaixo do compromisso de 0,39 tCO<sub>2</sub>e/MWh, quando operadas em plena eficiência e garantindo um portfólio ainda mais eficiente – aproximando a segurança energética de um menor fator de emissões.

No contexto das térmicas movidas a carvão mineral, a Companhia anunciou, em 2020, o compromisso de não investir em novos ativos. Já no início de 2022, foi a primeira utility brasileira a ingressar no Powering Past Coal Alliance (PPCA), confirmando o phase-out das operações a carvão mineral até 2040, com atenção à segurança energética nacional e à força de trabalho hoje alocada nessas operações. Este compromisso está em linha com as definições da COP26, realizada em Glasgow.

Para garantir a complementaridade de seu portfólio, a Eneva adicionou na carteira operações relevantes de fontes renováveis, com a aquisição da antiga Focus Energia e os primeiros 692MWac de geração solar do Parque Futura 1, um dos maiores parques solares da América Latina, que teve suas obras finalizadas em 2022 e entrou em operação comercial em abril de 2023. Com isso, o Parque Solar Futura I passou a representar mais de 12% da nossa capacidade instalada em operação e em apenas 9 meses representou mais de 15% da nossa energia gerada no ano. Os investimentos para o Parque Solar Futura I chegaram a R\$ 109,0 milhões ao longo de 2023.

Além disso, a Eneva tem o compromisso de investir R\$ 500 milhões em projetos de inovação em eficiência energética e tecnologias de baixo carbono até 2030 para mitigar a pegada de carbono da indústria, identificando, evitando, reduzindo e compensando emissões decorrentes da geração de energia. No ano de 2023, foram definidas como prioridades o investimento em i) descarbonização das operações com captura de CO<sub>2</sub> e produção de hidrogênio e geração utilizando o combustível e ii) Novos modelos de negócios com Hubs de CCS e Hubs de H<sub>2</sub> verde. A partir deste plano, a Eneva passou a investir no desenvolvimento de tecnologias que garantirão maior eficiência ao sistema elétrico nacional.

O acompanhamento e compartilhamento de forma integrada das ações relacionadas à descarbonização é realizado periodicamente pelo Grupo de Trabalho multidisciplinar de Descarbonização, criado em 2023. A partir de pesquisas internas, interações com universidades e desenvolvimento de estudos de aperfeiçoamento, este grupo tem acelerado e qualificado as decisões voltadas para os investimentos em novas tecnologias.



## Atuação socioambiental

A Eneva gera valor local a partir da monetização de ativos naturais brasileiros, localizados em três das principais bacias sedimentares onshore do país: Parnaíba, Amazonas e Solimões. Os ativos estão no interior do país e são vizinhos a municípios com baixo Índice de Progresso Social (IPS), diagnóstico elaborado pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) a partir de dados públicos e que identificam os desafios do desenvolvimento sustentável nas cidades localizadas nessa região do país.

Entendendo que o impacto socioeconômico de suas operações integra geração de emprego, renda, compras e serviços, pagamento de royalties, participação especial e outros tributos, a Eneva integrou ações a partir de três principais pilares:

### Mão-de-obra Local

Por meio de estágio técnico operacional e parceria com instituições de ensino local, a Eneva tem atuado para ampliar a contratação de trabalhadores oriundos das regiões em que atua.

### Compras Locais

A Companhia realizou rodadas de negócio em todas as operações, com o objetivo de ampliar o cadastro de novos fornecedores regionais, capacitando-os e aumentando o impacto socioeconômico indireto nesses territórios

### Responsabilidade Social

Para contribuir com a geração de valor local e otimizar esforços advindos da sua presença territorial na Amazônia Legal, a Eneva definiu três causas de responsabilidade social que buscam colaborar para a melhoria do Índice de Progresso Social dos municípios, mitigar riscos e criar um legado de desenvolvimento socioambiental, são eles:

- Empoderamento de mulheres em vulnerabilidade social: tem por objetivo aumentar as oportunidades econômicas para mulheres, dedicando esforços para ajudá-las a gerar e controlar suas próprias rendas, além de garantir que seus filhos permaneçam na escola;
- Educação e inserção no mercado de trabalho: busca identificar e fomentar intervenções escalonáveis e econômicas que melhorem os resultados de aprendizagem nos sistemas de educação pública, com o objetivo de incentivar o empreendedorismo e a inserção produtiva no mercado de trabalho;
- Fomento a Sociobioeconomia: Tem por objetivo apoiar por meio da formação e capacitação de jovens empreendedores na Amazônia o desenvolvimento de negócios sustentáveis relacionados à floresta e a biodiversidade.

Dentre os projetos das causas citadas, podemos destacar os seguintes:

**Elas Empreendedoras:** projeto com objetivo de potencializar mulheres no Maranhão, Ceará, Amazonas e Roraima com foco no empreendedorismo social, educação financeira, aprimorando as capacidades locais como produtos orgânicos, biojoias, culinária e artesanato e emancipação financeira. As mulheres envolvidas formaram suas próprias Associações e tornaram-se empreendedoras locais. Como parte dessa oportunidade, a Eneva tem incentivado o seu desenvolvimento e crescimento por meio da aquisição de produtos oriundos dos projetos relacionados a cadeia de valor da Companhia.

**Projeto Aprender:** com investimentos sociais no Maranhão ao longo dos últimos 3 anos, a Eneva em parceria com a ONG Laboratório da Educação (LabEdu), desenvolveu o Projeto Aprender: dentro e fora da escola. Ele ocorreu nos cinco municípios produtores de gás natural no Maranhão, cujo propósito é potencializar o aprendizado de crianças na primeira infância (de 0 a 6 anos). O projeto envolveu mais de 9 mil pessoas - entre público escolar, alunos e seus familiares. Seu sucesso junto às comunidades envolvidas fortaleceu as iniciativas estaduais e deu origem a uma Política Pública do Estado do Maranhão de apoio à Educação na Primeira Infância, implementada pelo Governo do Estado.

**Ensina Brasil:** objetiva apoiar o desenvolvimento da educação de ensino fundamental II e/ou ensino médio nos municípios de Silves e Itapiranga pelos próximos 3 anos. O projeto tem como intuito o fortalecimento da educação de base para que a juventude dessas cidades esteja apta a ser inserida no mercado de trabalho ou tenha condições de acessar o ensino superior de maneira mais robusta, diminuindo as lacunas educacionais existentes na região.

**Agricultura Familiar:** Dando suporte à aptidão local para a produção orgânica em pequena escala nas comunidades de impacto direto da companhia, a Eneva possui projetos com agricultores familiares do Maranhão e Amazonas. As ações com os grupos de comunidades visam a qualificação e a ampliação da produção, diversidade, manejo agroecológico e comercialização, com direcionamento para o incremento de renda e desenvolvimento local, apoio direto, com assistência técnica especializada e com inclusão de políticas públicas como Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**Apoio a Unidade de Conservação:** Para consolidar sua presença na região, a Eneva atua para apoiar Unidades de Conservação existentes no Amazonas, com investimentos voluntários na regeneração florestal e práticas sustentáveis internas ou no entorno das Unidades de Conservação. Para isto, a Eneva apoiou o lançamento do Edital Amazonas do programa Floresta Viva em parceria com BNDES, Funbio, SEMA e MMA para apoiar projetos que promovam a restauração florestal nas áreas de proteção.

Com o projeto, a Eneva busca ampliar os investimentos privados em preservação ambiental na região e fortalecer a cadeia produtiva das populações tradicionais e não-urbanas que residem no interior das unidades de proteção e conservação. Desta forma, busca implementar projetos aliados à sociobioeconomia e ao conhecimento tradicional para a manutenção da preservação florestal.

Os projetos de Responsabilidade Socioambiental ao longo de 2023 somaram investimentos na ordem de R\$ 3,5 milhões para projeto incentivados e R\$ 9,5 milhões referentes a atendimentos de condicionantes, licenciamento e voluntário.

## Governança e transparência

A transparência encontra-se entre um dos principais pilares de atuação da gestão ESG da Companhia. A Eneva divulgará seu segundo relatório produzido no formato de relato integrado, após três edições anuais de relatórios de sustentabilidade. O documento divulga a todos os públicos de relacionamento da Companhia as realizações financeiras e não financeiras, abrangendo modelo de negócio, ações estratégicas e visão de futuro, políticas, compromissos e ações da Eneva em 2023 que geram valor. No ano vigente, este relato foi reconhecido entre os 10 melhores do país pela iniciativa Reporting Matters, do Centro Empresarial pelo Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).

A Eneva segue ainda com o compromisso de transparência por meio da realização e publicação do inventário anual de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), respeitando todas as categorias aplicáveis estabelecidas pela metodologia do GHG Protocol. Desde 2020, toda a cadeia operacional é inventariada, verificada por terceira parte e divulgada no Registro Público de Emissões (RPE) do Programa Brasileiro do GHG Protocol. Em 2023, esse processo foi qualificado como Ouro pelo Programa pela terceira vez consecutiva, um reconhecimento do mais alto nível em nosso relato de emissões.

## Principais Reconhecimentos

Em 2023, a Eneva somou esforços para melhoria contínua na divulgação de relatórios, indicadores, respostas a índices externos e ratings, entre outras iniciativas e mantivemos resultados alinhados a média setorial.

Agência/Instituição	Medição	2021	2022	2023	Média setorial
ISE B3	0-100	N/A	75,62%	75,96%	78,25%
CDP Clima	D-A	C	B	B	B
CDP Água	D-A	B	B	B	B
MSCI	CCC-AAA	BB	BB	BBB	A
S&P Global (DJSI)	0-100	13	52	54	49
Sustainalytics <sup>28</sup>	0-100 (quanto menor melhor)	37,6 (Risco alto)	37,6 (Risco alto)	39,5 (Risco alto)	31,7 (Risco alto)
Refinitiv <sup>29</sup>	0-100	56 (B-)	56 (B-)	N/D	Posição 115/311
RepRisk	0-100 (quanto menor melhor)	N/D	24	31	N/D
GHG Protocol	Bronza - Ouro	Ouro	Ouro	Ouro	Ouro

<sup>28</sup> valores calculados exclusivamente pela agência/instituição sem a contribuição da Eneva

<sup>29</sup> Posição da companhia em 31/12 do ano de avaliação



**ISE B3:** Em 2024, a Eneva integra pela segunda vez a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) B3. O índice contempla as companhias com as melhores práticas ESG (ambiental, social e governança na sigla em inglês) entre as empresas de capital aberto no Brasil. Este foi o segundo ano em que a Eneva participou do processo, ocupando a 44ª posição entre 78 companhias, pertencentes a 36 setores.

**Carbon Disclosure Project (CDP):** A Eneva responde desde 2021 os questionários de Mudanças Climáticas e Segurança Hídrica do CDP. Em 2023, a pontuação no questionário de Mudanças Climáticas manteve a nota B comparando com o último ciclo. Em Segurança Hídrica, também manteve a nota B. O CDP é uma organização sem fins lucrativos que opera o sistema global de divulgação para que investidores, empresas, cidades, estados e regiões gerenciem seus impactos ambientais.

**GHG Protocol:** A Eneva é reconhecida com o selo ouro no Programa Brasileiro do GHG Protocol, pela terceira vez em 2023. A instituição é responsável pela adaptação da metodologia do GHG Protocol ao contexto brasileiro e pelo desenvolvimento de ferramentas de cálculo para estimativas de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE). O reconhecimento evidencia o quanto conhecemos o nosso perfil de emissões de GEE, com inventário acreditado por certificadora independente, e demonstra como estamos comprometidos com a transparência dos nossos impactos.

**Índice Carbono Eficiente - ICO2 B3:** a Eneva integra, pela segunda vez, o grupo de empresas que aderem ao ICO2 B3, o que reforça o comprometimento da empresa com a transparência de ações e indicadores relacionados a emissões e sua preparação para atuar em uma economia de baixo carbono.

## Relato Integrado

Após três anos publicando o Relatório de Sustentabilidade, a Companhia divulgou pela primeira vez o Relato Integrado 2022 em junho de 2023, seguindo os princípios e diretrizes do *International Integrated Reporting Council* (IIRC). O documento traz para todos os stakeholders da Companhia uma visão ampla e integrada do modelo de negócios e uma visão holística da Companhia ao longo do tempo em critérios financeiros e de sustentabilidade. Além disso, pela primeira vez, no Relato Integrado, a Eneva decidiu internalizar as recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD). Em complemento ao Relato Integrado, foi divulgado o Caderno de Indicadores ESG 2022, que segue as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) e do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), garantindo ainda mais transparência aos stakeholders da Eneva. Vale ressaltar que, no Caderno de Indicadores, foi publicado o resultado do 6º Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, sendo esse o primeiro inventário sobre uma planta de liquefação de gás *onshore* a ser lançado no Brasil.

Com foco na transparência e na qualidade das informações prestadas, o Relato Integrado e o Caderno de Indicadores ESG passaram pela verificação de uma auditoria independente especializada, em conformidade com as recomendações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Relatório completo, bem como os seus destaques, pode ser acessado pelo site da Companhia.

## AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia possui contrato para a realização de auditoria independente das suas demonstrações financeiras com a firma KPMG Auditores Independentes Ltda (“KPMG”), o qual tem vigência de três anos a partir da auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

A política de contratação adotada pela Companhia estabelece diretrizes e princípios a serem seguidos pelas empresas do Grupo Eneva no processo de serviços de auditoria externa, com o objetivo de evitar a existência de conflitos de interesse ou a perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes, vedando a contratação de serviços de consultoria que podem ameaçar a independência dos auditores durante a vigência do contrato de auditoria.

Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, todos os serviços prestados por nossos auditores independentes são aprovados pelo Comitê de Auditoria Estatutário.

Os honorários referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, para a Eneva e suas empresas controladas, foram os seguintes:

Honorários <sup>30</sup> (R\$ mil)	2023	2022
Auditoria contábil e tributária <sup>31</sup>	4.410	2.860
Serviços adicionais relacionados à auditoria <sup>32</sup>	2.504	2.177
<b>Total</b>	<b>6.914</b>	<b>5.037</b>

Os auditores emitiram parecer sem ressalvas em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eneva S.A. referentes ao exercício de 2023. O principal assunto de auditoria abordado foi o valor recuperável dos impostos diferidos ativos da Eneva S.A., Itaqui e CELSE.

## ANEXO

### RELATÓRIO RESUMIDO DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

#### RELATÓRIO RESUMIDO DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

##### Referente ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023

#### Introdução

O Comitê de Auditoria Estatutário da Eneva S.A. (“Comitê”), foi criado e instalado em 08 de maio de 2019 e sua transformação em Comitê de Auditoria Estatutário deliberada em 26 de junho de 2019. O Comitê é um órgão colegiado de assessoramento ao Conselho de Administração, a quem se reporta, atuando com independência em relação à Diretoria Executiva. Em observância ao artigo 5º, XVIII, do Regimento Interno do Comitê e do artigo 22, §1º do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, o objetivo do presente documento é compilar as principais atividades exercidas pelo Comitê ao longo do exercício encerrado em 31 de dezembro 2023.

#### Composição e atribuições

Conforme Estatuto Social da Eneva S.A. (“Companhia”), o órgão possui como principais responsabilidades, além de outras atribuições previstas na legislação aplicável e Regimento Interno do Comitê: (i) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (ii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; (iii) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; e (iv) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas.

O Comitê atualmente é composto por 4 membros independentes, que foram eleitos na reunião do Conselho de Administração ocorrida em 15 de maio de 2023. Os membros eleitos pelo Conselho de Administração em maio de 2023 atendem a todos os requisitos previstos no Regulamento do Novo Mercado e na Resolução CVM nº 23 de 25 de fevereiro de 2021 e possuem mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração que examinar, discutir e votar as contas dos administradores referentes ao exercício social a ser encerrar em 31 de dezembro de 2024. Os membros do Comitê são:

Membro	Função	Independente
Ricardo Baldin	Coordenador e membro com Reconhecida Experiência em Contabilidade Societária.	SIM
Edson Teixeira	Membro	SIM
Fernando Campos	Membro	SIM
Felipe Gottlieb	Membro e Conselheiro de Administração	SIM

<sup>30</sup> Resolução CVM nº 162/2022.

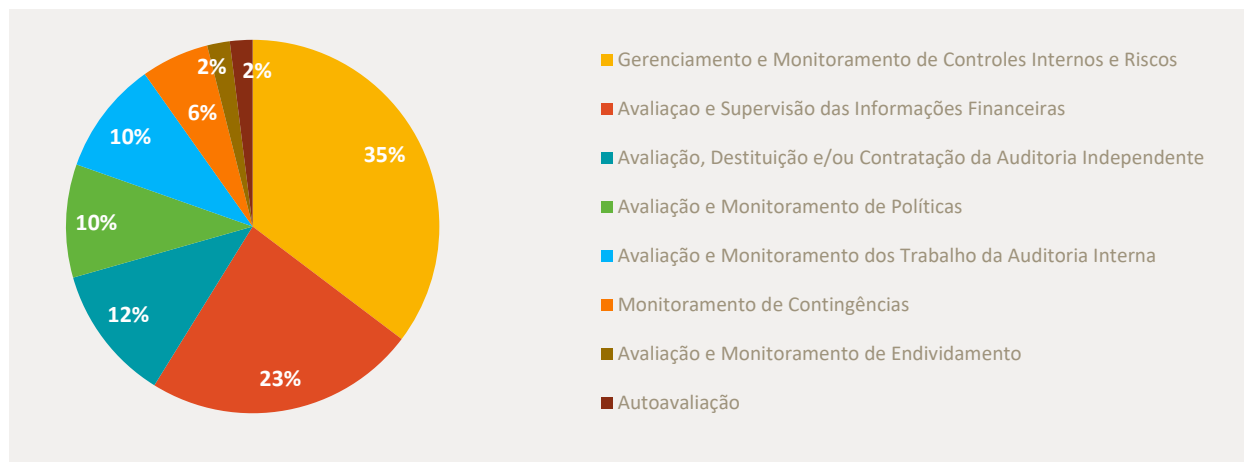
<sup>31</sup> Auditoria contábil inclui os honorários cobrados em relação à auditoria das nossas demonstrações financeiras anuais, informações trimestrais e auditorias das nossas controladas. Auditoria tributária são honorários relativos a revisões de conformidade fiscal conduzidas em conexão com os procedimentos de auditoria nas demonstrações financeiras.

<sup>32</sup> Serviços adicionais relacionados à auditoria, principalmente, referem-se à asseguarção e serviços relacionados para conforto em emissões a mercado (ex: asseguarção para a emissão de debentures e *interoffice report*).



## Atividades

Ao longo do ano de 2023, o Comitê se reuniu 08 (oito) vezes, numa periodicidade de uma vez a cada bimestre, conforme determina a Resolução CVM nº 23. Neste período, os membros do Comitê avaliaram, discutiram, conheceram e/ou opinaram sobre:



- (i) Plano Anual da Auditoria Interna do ano de 2023 e respectivas atualizações referentes às atividades da área e status do Plano;
- (ii) Resultado da sua autoavaliação, bem como da avaliação da Auditoria Interna realizada pelos membros do Comitê;
- (iii) Reporte trimestral de suas atividades ao Conselho de Administração;
- (iv) A participação do Coordenador do Comitê na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 28 de abril de 2023.
- (v) as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e Demonstrações Trimestrais referentes ao 1º, 2º e 3º trimestres de 2023, acompanhadas dos relatórios dos auditores externos;
- (vi) Atividades de monitoramento de gestão de riscos e controles internos, além das denúncias de Compliance e planos de ação da área de Tecnologia da Informação, no que diz respeito à *cybersecurity*;
- (vii) Contingências jurídicas e procedimentos de arbitragens da Companhia;
- (viii) Endividamento da Companhia, fluxo de caixa e obrigações das operações de endividamento;
- (ix) Rodízio da auditoria externa, bem como o seu orçamento e o plano de transição;
- (x) Nova estrutura da área contábil;
- (xi) Nova estrutura da área de tecnologia da informação;
- (xii) Revisão dos seguintes normativos (i) Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários; (ii) Política de Gerenciamento de Riscos; (iii) Política de Sustentabilidade; (iv) Código de Conduta e (v) Regimento Interno do Comitê;
- (xiii) Criação da Política de Doações e Patrocínios.

## Conclusões e recomendações

Os membros do Comitê da Companhia, no exercício de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, recomendaram para aprovação do Conselho de Administração da Companhia ao longo de 2023 o Plano Anual da Auditoria Interna, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e Demonstrações Trimestrais referentes ao 1º, 2º e 3º trimestres de 2023, bem como a aprovação da Política de Doações e Patrocínios e a revisão das Políticas de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários, de Gerenciamento de Riscos, de Sustentabilidade e o Código de Conduta.

Ressalta-se que ao longo de 2023 não foram identificadas pelo Comitê quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a Administração da Companhia, os Auditores Independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia.

Diante dos trabalhos de análise, monitoramento, discussões e recomendações realizadas pelo Comitê no período de atuação supracitado, expostas de forma sintetizada neste relatório, o Comitê considera que contribuiu para a melhoria dos sistemas de controles, auditoria e governança da Companhia e cumpriu com suas responsabilidades como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração.

#### **Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário**

##### **Referente as Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023**

O Comitê, órgão assessor estatutário do Conselho de Administração, no exercício de suas atribuições, examinou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, o Relatório da Administração e a minuta do relatório e parecer dos auditores independentes, sem ressalvas, a ser emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda e considerando o disposto no artigo 10º, parágrafo único, inciso III, da Resolução CVM 81/2021, conforme alterada, emite a seguinte recomendação:

“Considerando as discussões e esclarecimentos pertinentes prestados pela gestão da Companhia e seus Auditores, KPMG Auditores Independentes Ltda, o Comitê de Auditoria, não tendo constatado nenhuma ocorrência capaz de comprometer a qualidade e a integridade das informações a serem divulgadas, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração da Eneva, das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.”

Rio de Janeiro, 14 de março de 2024.

---

**Ricardo Baldin**  
Coordenador do CAE

---

**Edson Teixeira**  
Membro do CAE

---

**Fernando Campos**  
Membro do CAE

---

**Felipe Gottlieb**  
Membro do CAE



# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## 2023

**Eneva S.A.**

Praia de Botafogo, 501 | Torre Corcovado, sala 404 B  
Rio de Janeiro (RJ) | CEP: 22.250-040







# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Eneva S.A.**

**31 de dezembro de 2023**

Com relatório dos auditores independentes  
sobre as demonstrações financeiras



## SUMÁRIO

### Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	4
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	5
BALANÇO PATRIMONIAL	6
BALANÇO PATRIMONIAL - CONTINUAÇÃO	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

01. Contexto Operacional	10
02. Apresentação das Demonstrações Financeiras	15
03. Estimativas e julgamentos contábeis críticos	18
04. Informações por segmento	19
05. Receita operacional líquida	22
06. Custos e despesas por natureza	24
07. Resultado financeiro	25
08. Tributos a recuperar	26
09. Tributos sobre o lucro e impostos diferidos	27
10. Caixa e equivalentes de caixa	31
11. Títulos e valores mobiliários	31
12. Contas a receber	32
13. Estoques	33
14. Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	33
15. Arrendamentos	34
16. Investimentos	37
17. Imobilizado	42
18. Intangível	46
19. Fornecedores	49
20. Fornecedores de projetos em construção	50
21. Antecipação de recebíveis futuros	51
22. Tributos a recolher	51
23. Empréstimos, financiamentos e debêntures	52
24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	57
25. Provisão para contingências	65
26. Valor justo dos contratos de comercialização de energia	69
27. Provisão para obrigação de abandono	70
28. Partes relacionadas	71
29. Patrimônio líquido	73
30. Resultado por ação	74
31. Plano de pagamento baseado em ações	75
32. Cobertura de seguros	80
33. Compromissos assumidos	81

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

AS NOTAS  
SÃO CLICÁVEIS

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	5	1.864.537	719.415	10.090.895	6.128.603
Custo operacional líquido	6	(908.563)	(380.084)	(6.379.745)	(4.251.279)
<b>Lucro bruto</b>		<b>955.974</b>	<b>339.331</b>	<b>3.711.150</b>	<b>1.877.324</b>
<b>Despesas/receitas operacionais</b>					
Gerais e administrativas	6	(569.351)	(620.658)	(1.101.589)	(877.121)
Outras receitas/(despesas) operacionais	6	(1.390)	198.701	61.690	280.953
Resultado de equivalência patrimonial	16.2	603.853	625.899	1.072	2.799
<b>Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro</b>		<b>989.086</b>	<b>543.273</b>	<b>2.672.323</b>	<b>1.283.955</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	7	249.082	388.582	1.122.051	540.738
Despesas financeiras	7	(1.416.676)	(725.786)	(3.512.817)	(1.307.900)
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>(178.508)</b>	<b>206.069</b>	<b>281.557</b>	<b>516.793</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro</b>					
Corrente	9	-	-	(120.566)	(89.747)
Diferido	9	396.193	169.705	142.441	(51.272)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>217.685</b>	<b>375.774</b>	<b>303.432</b>	<b>375.774</b>
Atribuído a sócios da empresa controladora		217.685	375.774	217.685	375.774
Atribuído a sócios não controladores		-	-	85.747	-
<b>Lucro por ações atribuíveis aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)</b>					
Lucro líquido básico por ação	30	-	-	0,13754	0,26933
Lucro líquido diluído por ação	30	-	-	0,13745	0,26926

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>217.685</b>	<b>375.774</b>	<b>303.432</b>	<b>375.774</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>				
<b>Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado</b>				
Ajustes de conversão de moeda estrangeira do exercício	(1.227)	(99)	(1.227)	(99)
Ganhos/(Perdas) com derivativos	22.922	(1.047)	22.922	(1.047)
Provisão de IR e CS não realizados	(7.376)	-	(7.376)	-
<b>Total dos itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado</b>	<b>14.319</b>	<b>(1.146)</b>	<b>14.319</b>	<b>(1.146)</b>
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado</b>				
Ganhos/(Perdas) com derivativos	(24.982)	30.568	(24.982)	30.568
Alienação de participação societária	-	22.060	-	22.060
Mudança na participação relativa em controlada	50.200	(53.197)	50.200	(53.197)
<b>Total dos itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado</b>	<b>25.218</b>	<b>(569)</b>	<b>25.218</b>	<b>(569)</b>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>257.222</b>	<b>374.059</b>	<b>342.969</b>	<b>374.059</b>
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores	257.222	374.059	257.222	374.059
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores	-	-	85.747	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

AS NOTAS  
SÃO CLICÁVEIS

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		(178.508)	206.069	281.557	516.793
Ajustes para reconciliar o lucro ao fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	6	335.948	150.957	1.611.748	838.522
Realização mais valia CGHs		-	27.252	-	27.252
Impairment CGHs		-	23.793	-	23.793
Resultado de equivalência patrimonial do investimento e do passivo a descoberto	16.2	(603.853)	(625.899)	(1.072)	(2.799)
Baixa de poços secos e áreas subcomerciais		29.421	27.751	29.421	27.751
Recuperação de créditos tributários e juros		-	-	(59.362)	(19.934)
Provisão (reversão) para contingências	6	1.748	(372)	(2.019)	(28.696)
Ajuste a valor justo das debêntures a apropriar	7	321.524	-	321.524	-
Outros resultados financeiros	7	775.483	343.367	1.546.193	814.039
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	5	-	-	(214.710)	(132.160)
Compra vantajosa na aquisição da Focus e CGTF	6	-	(337.748)	-	(337.748)
Amortização de custo de captação	7	21.601	7.348	125.440	12.651
Baixa custo de transação – refinanciamento Celse	7	-	-	294.086	-
Desconto financeiro - refinanciamento Celse	7	-	-	(237.563)	-
Ajuste a valor presente – operações com fornecedores	7	-	-	3.805	2.551
		<b>703.364</b>	<b>(177.482)</b>	<b>3.699.048</b>	<b>1.742.015</b>
Aumento/(diminuição) dos ativos e dos passivos operacionais:					
Contas a receber		(49.606)	(11.215)	(156.029)	180.506
Estoques		(29.613)	(4.446)	(78.409)	(102.181)
Despesas antecipadas		4.079	(5.348)	(52.925)	34.892
Impostos a recuperar e recolher líquido		(82.357)	(83.903)	(5.926)	(17.655)
Mútuos com partes relacionadas		-	288.454	-	-
Operações comerciais com partes relacionadas		69.636	(39.721)	596	(17.689)
Adiantamentos a fornecedores		14.812	(16.547)	(61.813)	18.373
Fornecedores		(130.379)	(179.923)	(417.712)	(573.557)
Obrigações sociais e trabalhistas		28.790	38.408	70.266	50.218
Depósitos vinculados		-	-	(308)	9.857
Outros ativos e passivos		30.118	(47.943)	10.477	18.495
		<b>(144.520)</b>	<b>(62.184)</b>	<b>(691.783)</b>	<b>(398.741)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		-	(188)	(217.083)	(75.184)
Dividendos recebidos	14	612.468	555.141	-	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados pelas atividades operacionais</b>		<b>1.171.312</b>	<b>315.287</b>	<b>2.790.182</b>	<b>1.268.090</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>					
Aquisição de imobilizado e intangível		(796.786)	(533.316)	(2.563.815)	(2.162.892)
Adiantamento para futuro aumento de capital		(1.316.024)	(1.099.755)	-	-
Recebimento de mútuo – principal		1.016.499	-	-	-
Recebimento de mútuo – juros		29.105	-	-	-
Recebimento pela venda de participação em controladas		21.917	-	39.131	-
Aquisição de debêntures da Focus		-	(886.778)	-	(886.778)
Aquisição da Focus Energia, líquido do caixa obtido na aquisição		-	(732.754)	-	(340.131)
Aquisição da CGTF, líquido do caixa obtido na aquisição		-	(461.890)	-	(232.463)
Aquisição da Celse, líquido do caixa obtido na aquisição		-	(6.590.307)	-	(5.291.101)
Aquisição de participação societária na Amapari		-	(17.798)	-	(17.798)
Títulos e valores mobiliários		17.095	513.396	794.684	(158.170)
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquido consumidos pelas atividades de investimentos</b>		<b>(1.028.194)</b>	<b>(9.809.202)</b>	<b>(1.730.000)</b>	<b>(9.089.333)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Pagamento do passivo de arrendamento		(20.952)	(19.236)	(410.308)	(149.610)
Antecipação de recebíveis	21	-	-	850.000	-
Pagamento de principal antecipação de recebíveis		-	-	(74.266)	-
Pagamento de juros antecipação de recebíveis		-	-	(1.597)	-
Alienação de participação em controlada sem perda de controle	1.1	500	-	960.102	-
Aumento de capital		-	4.200.000	-	4.200.000
Captações de financiamentos e debêntures	23	1.500.000	5.440.000	7.104.095	6.539.686
Amortizações do principal - financiamentos	23	(15.653)	(15.488)	(6.772.777)	(1.150.642)
Juros pagos	23	(1.094.699)	(348.990)	(1.857.073)	(952.076)
Custos de captações		(3.627)	(173.646)	(174.317)	(235.144)
Remuneração de credores - refinanciamento Celse	7	-	-	(137.487)	-
Dividendos pagos para acionistas não controladores		-	-	(42.630)	-
Liquidação de instrumento financeiro		(109.471)	-	(156.656)	-
Custo de captação <i>follow-on</i>		-	(144.249)	-	(144.249)
Recebimento de reembolso seguros antecipados – refinanciamento Celse		-	-	205.613	-
Depósitos vinculados	23	-	-	497.885	12.283
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados (consumidos) pelas atividades de financiamentos</b>		<b>256.098</b>	<b>8.938.391</b>	<b>(9.416)</b>	<b>8.120.248</b>
<b>Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>399.216</b>	<b>(555.524)</b>	<b>1.050.766</b>	<b>299.005</b>
<b>Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa</b>					
No início do exercício		46.618	602.142	1.291.295	992.290
No fim do exercício		445.834	46.618	2.342.061	1.291.295
<b>Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>399.216</b>	<b>(555.524)</b>	<b>1.050.766</b>	<b>299.005</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



## BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

AS NOTAS  
SÃO CLICÁVEIS

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	10	445.834	46.618	2.342.061	1.291.295
Títulos e valores mobiliários	11	31.425	11.565	250.578	731.310
Contas a receber	12	180.402	12.933	1.431.317	1.270.137
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	26	-	-	660.830	993.052
Estoques	13	84.411	54.547	724.564	673.065
Despesas antecipadas		11.364	15.201	140.649	87.827
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	8	49.048	58.980	243.290	296.629
Outros impostos a recuperar	8	16.507	7.420	66.550	97.671
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	14	264.868	272.342	-	750
Mútuos com partes relacionadas	28	58.585	349.188	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	7.325	-	468
Operações comerciais com partes relacionadas	28	179.586	159.220	-	-
Adiantamentos a fornecedores		13.326	19.743	119.523	57.710
Outros		23.439	25.602	82.078	44.641
		<b>1.358.795</b>	<b>1.040.684</b>	<b>6.061.440</b>	<b>5.544.555</b>
Ativos não circulantes mantidos para venda		-	21.917	-	39.131
		<b>1.358.795</b>	<b>1.062.601</b>	<b>6.061.440</b>	<b>5.583.686</b>
<b>Não circulante - Realizável a longo prazo</b>					
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	26	-	-	1.012.905	676.206
Operações comerciais com partes relacionadas	28	149.793	269.705	-	390
Mútuos com partes relacionadas	28	646.404	1.205.099	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	8	33.170	12.415	37.934	18.327
Outros impostos a recuperar	8	227.647	158.402	282.257	182.474
Instrumentos financeiros derivativos	24	3.885	-	3.876	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	9	-	-	361.765	510.601
Outros		15.091	9.449	41.155	31.599
		<b>1.075.990</b>	<b>1.655.070</b>	<b>1.739.892</b>	<b>1.419.597</b>
Investimentos	16	16.594.046	18.374.813	9.567	9.387
Imobilizado	17	5.500.628	4.255.532	28.448.910	26.822.621
Intangível	18	1.042.891	1.036.724	7.306.070	7.878.678
		<b>24.213.555</b>	<b>25.322.139</b>	<b>37.504.439</b>	<b>36.130.283</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>25.572.350</b>	<b>26.384.740</b>	<b>43.565.879</b>	<b>41.713.969</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## BALANÇO PATRIMONIAL - CONTINUAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

AS NOTAS  
SÃO CLICÁVEIS

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores	19	145.817	181.033	660.906	1.296.155
Fornecedores de projetos em construção	20	80.636	10.501	179.698	467.111
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	26	-	-	558.322	874.314
Empréstimos e financiamentos	23	533.894	15.677	812.974	365.451
Debêntures	23	915.991	326.637	1.306.722	865.540
Ajuste a valor justo das debêntures a apropriar	23	24.961	-	24.961	-
Arrendamento	15	32.137	29.328	190.199	136.121
Operações com partes relacionadas	28	19.409	77.480	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	22	442	1.167	90.711	224.122
Outros impostos a recolher	22	52.054	39.792	158.028	137.080
Outros impostos diferidos		-	-	923	9.816
Instrumentos financeiros derivativos	24	11.738	-	4.518	-
Instrumentos financeiros derivativos – Swap debêntures	24	-	143.301	-	143.301
Adiantamento de clientes		-	-	6.795	80.000
Antecipação de recebíveis futuros	21	-	-	249.342	-
Obrigações sociais e trabalhistas		40.604	40.832	67.246	68.046
Participações nos lucros		111.289	82.271	146.374	122.714
Contas a pagar - setor elétrico		-	-	45.832	37.717
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico	5 (f)	24.325	-	89.893	66.285
Provisão - custo de ressarcimento	5 (g)	-	-	62.047	77.920
Outras obrigações		17.484	643	80.719	55.180
		<b>2.010.781</b>	<b>948.662</b>	<b>4.736.210</b>	<b>5.026.873</b>
<b>Não circulante</b>					
Fornecedores	19	215.789	143.761	336.206	298.023
Valor justo dos contratos de energia	26	-	-	429.328	323.569
Empréstimos e financiamentos	23	18.747	34.080	3.049.004	4.528.841
Debêntures	23	9.653.112	10.262.443	14.532.037	12.702.203
Ajuste a valor justo das debêntures a apropriar	23	291.921	-	291.921	-
Arrendamento	15	110.329	111.218	3.401.554	3.531.683
Antecipação de recebíveis futuros	21	-	-	561.037	-
Operações comerciais com partes relacionadas	28	13.554	25.393	206	-
Mútuos com partes relacionadas	28	65.768	64.190	-	-
Provisão para passivo a descoberto		79.976	9.215	-	-
Provisão para contingências	25	8.144	5.629	95.964	98.762
Provisão de abandono	27	168.774	128.921	169.208	128.297
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	9	579.888	972.930	1.010.354	1.301.645
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	22	-	-	8.337	16.982
Outras obrigações		437	-	6.877	21.073
		<b>11.206.439</b>	<b>11.757.780</b>	<b>23.892.033</b>	<b>22.951.078</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>13.217.220</b>	<b>12.706.442</b>	<b>28.628.243</b>	<b>27.977.951</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	29	13.077.188	13.075.688	13.077.188	13.075.688
Reserva de capital	29	172.879	146.914	172.879	146.914
Reserva de incentivos fiscais	29	971.784	814.419	971.784	814.419
Ações em tesouraria	29	(17.329)	(28.444)	(17.329)	(28.444)
Transações com acionistas	1.1	(1.615.231)	-	(1.615.231)	-
Outros resultados abrangentes	29	63.603	16.690	63.603	16.690
Prejuízos acumulados	29	(297.764)	(346.969)	(297.764)	(346.969)
<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>		<b>12.355.130</b>	<b>13.678.298</b>	<b>12.355.130</b>	<b>13.678.298</b>
Participações de acionistas não controladores	29	-	-	2.582.506	57.720
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>12.355.130</b>	<b>13.678.298</b>	<b>14.937.636</b>	<b>13.736.018</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>25.572.350</b>	<b>26.384.740</b>	<b>43.565.879</b>	<b>41.713.969</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

AS NOTAS  
SÃO CLICÁVEIS

	Nota	Capital social integralizado	Ações em tesouraria	Reserva de Lucros		Outros resultados abrangentes	Transação com acionistas	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
				Reserva de capital (opções de ações outorgadas)	Reserva de incentivos fiscais						
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>8.894.086</b>	<b>(84.642)</b>	<b>20.208</b>	<b>610.573</b>	<b>18.405</b>	<b>-</b>	<b>(458.576)</b>	<b>9.000.054</b>	<b>(3.431)</b>	<b>8.996.623</b>
Programa recompra de ações	29	-	58.486	-	-	-	-	(58.486)	-	-	-
Devolução de ações em tesouraria		-	(2.288)	2.288	-	-	-	-	-	-	-
Incentivo fiscal SUDENE	29	-	-	-	43.996	-	-	(43.996)	-	-	-
Incentivo fiscal ICMS	29	-	-	-	159.850	-	-	(159.850)	-	-	-
<b>Transações com acionistas:</b>											
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	375.774	375.774	-	375.774
Aumento de capital		4.200.000	-	-	-	-	-	-	4.200.000	-	4.200.000
Transações com pagamentos baseados em ações		15.731	-	(15.731)	-	-	-	-	-	-	-
Custo de captação		(144.249)	-	-	-	-	-	-	(144.249)	-	(144.249)
Incorporação da Focus		110.120	-	93.540	-	-	-	(1.835)	201.825	-	201.825
Valor justo dos instrumentos patrimoniais		-	-	46.609	-	-	-	-	46.609	-	46.609
<b>Outros resultados abrangentes:</b>											
Ajustes de conversão		-	-	-	-	(99)	-	-	(99)	-	(99)
Alienação de participação societária		-	-	-	-	22.060	-	-	22.060	-	22.060
Mudança na participação em controlada		-	-	-	-	(53.197)	-	-	(53.197)	61.151	7.954
Ganho com derivativos		-	-	-	-	29.521	-	-	29.521	-	29.521
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>13.075.688</b>	<b>(28.444)</b>	<b>146.914</b>	<b>814.419</b>	<b>16.690</b>	<b>-</b>	<b>(346.969)</b>	<b>13.678.298</b>	<b>57.720</b>	<b>13.736.018</b>
Programa recompra de ações	29	-	11.115	-	-	-	-	(11.115)	-	-	-
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM	29	-	-	-	78.924	-	-	(78.924)	-	-	-
Incentivo fiscal ICMS	29	-	-	-	78.441	-	-	(78.441)	-	-	-
<b>Transações com acionistas:</b>											
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	217.685	217.685	85.747	303.432
Custo de captação		30	-	-	-	-	-	-	30	-	30
Transações com pagamentos baseados em ações		1.470	-	(1.470)	-	-	-	-	-	-	-
Mudança na participação em controlada	1.1	-	-	-	-	-	(1.615.231)	-	(1.615.231)	2.439.039	823.808
Valor justo dos instrumentos patrimoniais		-	-	27.435	-	-	-	-	27.435	-	27.435
<b>Outros resultados abrangentes:</b>											
Mudança na participação relativa em controlada		-	-	-	-	50.200	-	-	50.200	-	50.200
Ajustes de conversão moeda estrangeira do exercício		-	-	-	-	(1.227)	-	-	(1.227)	-	(1.227)
Perda com derivativos		-	-	-	-	(2.060)	-	-	(2.060)	-	(2.060)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>13.077.188</b>	<b>(17.329)</b>	<b>172.879</b>	<b>971.784</b>	<b>63.603</b>	<b>(1.615.231)</b>	<b>(297.764)</b>	<b>12.355.130</b>	<b>2.582.506</b>	<b>14.937.636</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
<b>Receitas</b>		<b>2.270.400</b>	<b>1.175.847</b>	<b>11.412.853</b>	<b>7.202.714</b>
Vendas de energia, serviços e outros	5	2.272.078	862.845	11.414.005	6.886.740
Outras receitas/(despesas)		(1.678)	313.002	(1.152)	315.974
<b>Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>		<b>(907.323)</b>	<b>(496.214)</b>	<b>(5.087.398)</b>	<b>(3.555.390)</b>
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(905.234)	(495.966)	(4.896.764)	(3.444.920)
Insumos de geração		(735)	-	(187.922)	(109.936)
Perda e recuperação de valores ativos		(1.354)	(248)	(2.712)	(534)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>1.363.077</b>	<b>679.633</b>	<b>6.325.455</b>	<b>3.647.324</b>
Depreciação e amortização	6	(335.948)	(150.957)	(1.611.748)	(838.522)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>		<b>1.027.129</b>	<b>528.676</b>	<b>4.713.707</b>	<b>2.808.802</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		<b>1.011.911</b>	<b>1.067.936</b>	<b>1.123.123</b>	<b>543.537</b>
Resultado de equivalência patrimonial	16	603.853	625.899	1.072	2.799
Receitas financeiras	7	144.826	288.649	861.044	533.813
Ganho de valor justo de debêntures	7	-	-	237.563	-
Juros sobre operações de mútuos	7	104.149	99.516	774	144
Serviços compartilhados	6	158.976	53.455	-	-
Outros	7	107	417	22.670	6.781
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>2.039.040</b>	<b>1.596.612</b>	<b>5.836.830</b>	<b>3.352.339</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		<b>2.039.040</b>	<b>1.596.612</b>	<b>5.836.830</b>	<b>3.352.339</b>
<b>Pessoal</b>		<b>269.479</b>	<b>292.624</b>	<b>591.045</b>	<b>531.993</b>
Remuneração direta		179.262	162.547	413.501	337.014
Benefícios		81.903	122.012	161.668	177.945
FGTS e contribuições		8.314	8.065	15.876	17.034
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>124.713</b>	<b>216.970</b>	<b>1.401.829</b>	<b>1.132.117</b>
Federal		(229.082)	6.002	956.353	778.702
Estadual		279.213	66.644	294.219	158.128
Municipal		367	473	1.256	3.624
Taxas e contribuições		74.215	143.851	150.001	191.663
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>		<b>1.427.163</b>	<b>711.244</b>	<b>3.540.524</b>	<b>1.312.455</b>
Juros de empréstimos e debêntures	7	811.593	489.212	1.539.184	850.380
Perda de valor justo de debêntures	7	321.524	-	321.524	-
Outras despesas financeiras	7	116.691	196.676	1.026.760	355.996
Variação cambial e monetária	7	148.002	20.817	587.247	72.142
Aluguéis	6	29.306	10.460	55.918	30.931
Outros		47	(5.921)	9.891	3.006
<b>Remuneração de capital próprio</b>		<b>217.685</b>	<b>375.774</b>	<b>303.432</b>	<b>375.774</b>
Lucro líquido do exercício		217.685	375.774	217.685	375.774
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas não controladores		-	-	85.747	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto Operacional

A Eneva S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 S.A., com sede no município e estado do Rio de Janeiro, que atua na exploração e produção (E&P) de gás natural *onshore*, geração de energia e soluções em energia no Brasil.

No segmento de geração de energia, possuímos 6,3 GW de capacidade instalada (84% operacional), sendo 5,6 em Usinas Termoeletricas (UTE) e 0,7 MW em Usinas Fotovoltaicas (UFV).

No segmento de óleo & gás, é a maior operadora privada de gás natural do Brasil, com capacidade de produção de 8,4

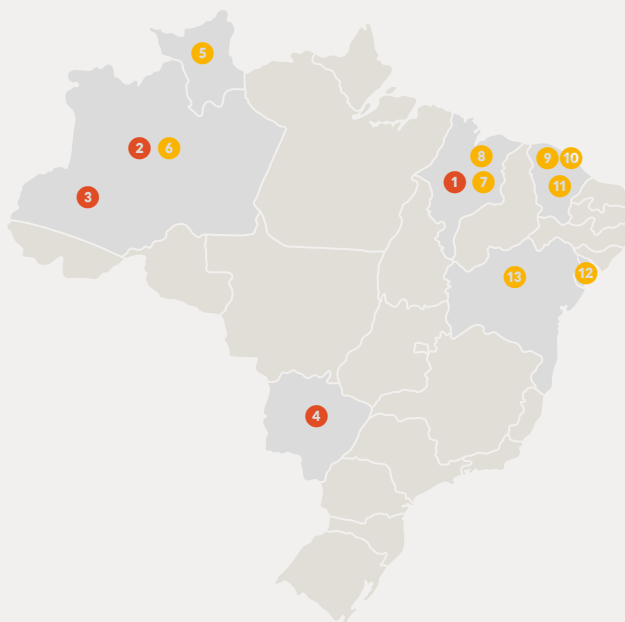
milhões de m<sup>3</sup>/dia. A Eneva S.A. possui 64,9 mil km<sup>2</sup> em área de concessão das bacias do Parnaíba (MA), do Amazonas (AM) e Paraná (GO) e (MS).

Atualmente, a Companhia possui doze campos de gás natural *onshore* em seu portfólio, sendo onze declarados comerciais na Bacia do Parnaíba e um na Bacia do Amazonas. Desses ativos, seis estão em produção, sendo destinados totalmente ao abastecimento das termelétricas a gás natural localizadas no estado do Maranhão (“Complexo Parnaíba”) e um no Amazonas para abastecimento da termelétrica UTE Jaguatirica II, em Roraima.

### Empreendimentos



- 1 Bacia do Parnaíba (2012)**
  - 11 Campos (“Parque dos Gaviões”)
    - 6 Campos em produção
    - 5 Campos em desenvolvimento
  - 33,1 bcm em reservas (2P)
- 2 Bacia do Amazonas (2018)**
  - 1 Campo (Azulão)
    - 14,4 bcm em reservas (2P)
- 3 Bacia do Solimões (2021)**
  - 1 Acumulação Marginal (Juruá)
- 4 Bacia do Paraná (2021)**
  - 4 Blocos em concessão



- 5 UTE Jaguatirica II (2022-2035)**
  - 141 MW | Gás Natural
- 6 Complexo Azulão (2026<sup>2</sup>-2058)**
  - 950 MW | Gás Natural
- 7 Complexo Parnaíba (2013-2054)**
  - 1.906 MW | Gás Natural
- 8 UTE Porto do Itaqui (2013-2044)**
  - 360 MW | Carvão
- 9 UTE Fortaleza (2001<sup>3</sup>-2023)**
  - 327 MW | Gás Natural
- 10 UTE Porto do Pecém II (2013-2045)**
  - 365 MW | Carvão
- 11 UFV Tauá (2012)**
  - 1 MW | Solar
- 12 Hub Sergipe (2020<sup>3</sup>-2050)**
  - 1.593 MW | Gás Natural
- 13 Complexo Futura I (2023-2055)**
  - 692 MW | Solar

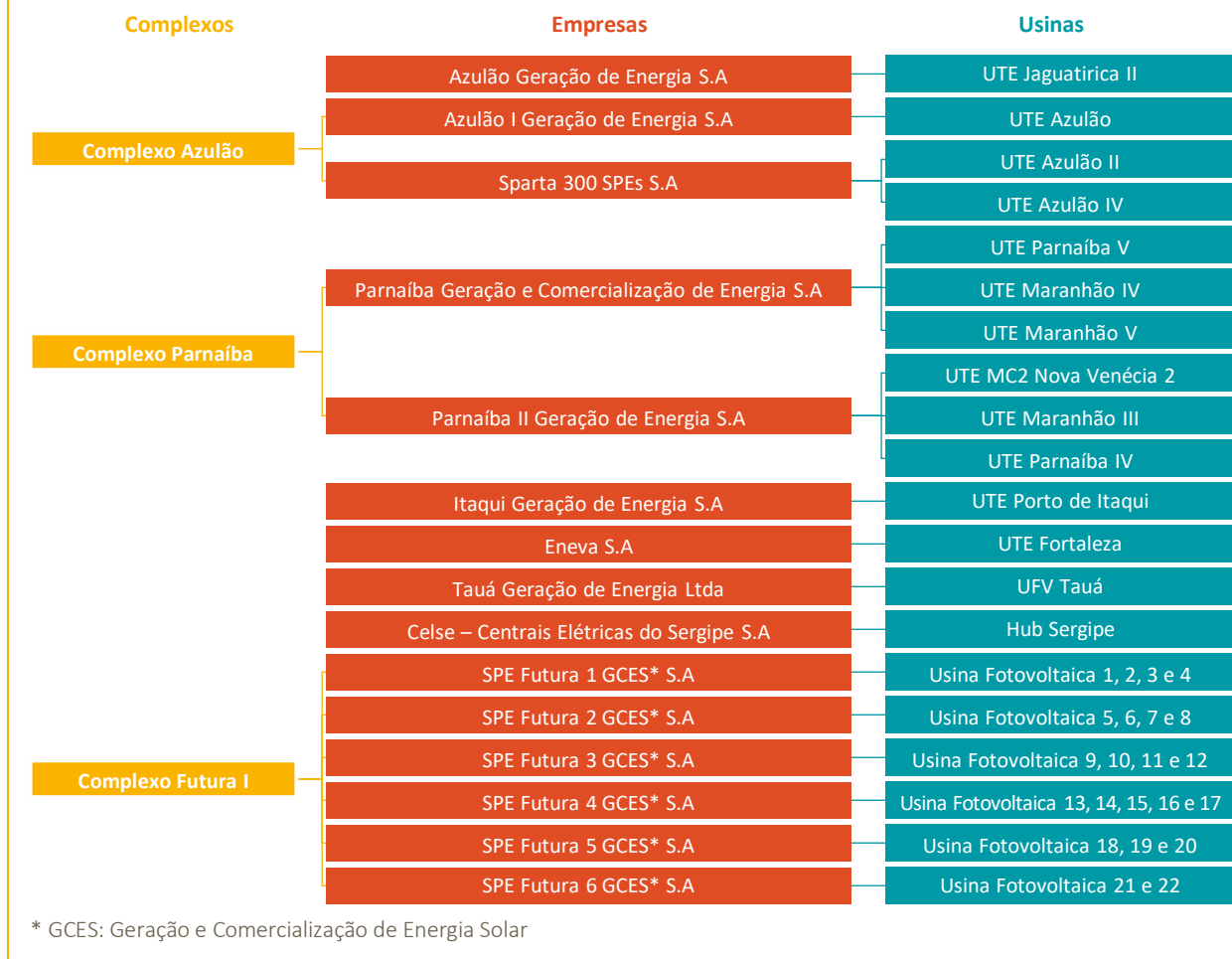
(Anos): Início-fim da operação comercial

<sup>1</sup>O segmento de óleo e gás natural é operado exclusivamente pela controladora Eneva S.A.

<sup>2</sup>O projeto Azulão 950, engloba as UTEs Azulão I (com operação comercial prevista para julho de 2026), Azulão II e IV (com operação comercial prevista para dezembro de 2026)

<sup>3</sup>A UTE Fortaleza e Hub Sergipe foram adquiridas pela Eneva S.A. em 2022.

Abaixo as empresas e suas respectivas usinas:



### 1.1. Eventos significativos do exercício:

Os eventos e transações ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, responsáveis pelos principais impactos no Resultado, Fluxo de Caixa e Balanço Patrimonial foram os seguintes:

#### Incorporação da CGTF

No dia 15 de março de 2023, foi efetivada a incorporação da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A (“CGTF”), conforme aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) em 7 de março de 2023. Essa movimentação societária teve como objetivo capturar as sinergias e eficiências administrativas e operacionais mapeadas no processo de aquisição dessa empresa. O acervo líquido incorporado foi no montante de R\$ 311.850, conforme detalhamento na nota explicativa “16. Investimentos”.

#### Celebração de parceria societária White Martins

No dia 21 de março de 2023, foi celebrado contrato com empresas do grupo White Martins para a formação de parceria societária que tem por objeto a geração de energia solar pelas suas subsidiárias SPE Futura Geração e Comercialização de Energia Solar 1, 3 e 4 que fazem parte do Complexo Solar Futura I, para consumo pela White Martins em suas unidades produtivas. Importante destacar que a Eneva S.A. continua exercendo o controle dessas subsidiárias, uma vez que se mantém como controladora das atividades operacionais, financeiras e de gestão dessas empresas.

O montante total de energia comercializado neste contrato, a ser recebido entre 2023 e 2035 pela Companhia, é de R\$ 2.287.168 (data-base março/2023), ajustado ao longo do contrato pelo IPCA, referente à venda de 100,6 MW médios nesse período. A contabilização dessa operação foi no grupo de Patrimônio Líquido, pelo fato de tratar-se de uma mudança na participação societária detida pela controladora na controlada, que não resultou na perda de controle da controlada pela controladora e, por consequência, constitui transações patrimoniais, ou seja, transações com sócios. Os valores a serem recebidos serão de modo prospectivo, na medida em que forem satisfeitas as obrigações contratuais de entrega de energia ("obrigação de performance").

### **Celebração de parceria societária Vallourec**

No dia 13 de novembro de 2023, a subsidiária SPE Futura 5 Geração e Comercialização de Energia S.A (Complexo Solar Futura 1), celebrou parceria societária com a Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A, a Vallourec Tubos do Brasil Ltda., e a Vallourec Tubular Solutions Ltda, que têm por objeto a compra e venda de energia. A Companhia venderá 29MW médios ao mês, pelo período de 12 anos, contados a partir da assinatura do contrato. Importante destacar que a Eneva S.A. continua exercendo o controle dessa subsidiária, uma vez que se mantém como controladora das atividades operacionais, financeiras e de gestão dessa empresa.

A contabilização desta operação foi reconhecida no grupo de Patrimônio Líquido, pelo fato de tratar-se de uma mudança na participação societária detida pela controladora na controlada, que não resultou na perda de controle da controlada pela controladora e, por consequência, trata-se de transações com sócios. Os valores a serem recebidos dessa operação comercial serão de modo prospectivo, na medida em que forem satisfeitas as obrigações contratuais de entrega de energia ("obrigação de performance").

### **Reorganização de participação societária e acordo de investimento com o Itaú Unibanco S.A.**

Em 14 de abril, a Companhia realizou a 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, no valor total de R\$ 1.000.000 (um bilhão), com prazo de vigência de 60 dias a contar da sua emissão, sendo o credor o Itaú Unibanco S.A. As Notas Comerciais Escriturais incidiam juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros acrescidos de spread de 1,30% a.a..

No dia 13 de junho, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital da Eneva S.A. em sua controlada integral Eneva Participações III S.A. ("Eneva III") com a contribuição de acervo líquido composto por: (i) transferência da totalidade das ações da Parnaíba Geração e Comercialização S.A. ("PGC") e Parnaíba II Geração de Energia S.A. ("Parnaíba II") detidas pela Eneva S.A. e (ii) transferência das Notas Comerciais Escriturais e juros correlatos, emitidas pela Companhia, no valor total de R\$ 1.016.067 e (iii) uma parcela em caixa de R\$ 68.901.

Portanto, após a conclusão do aporte de capital, a Eneva III passou a ser a detentora da totalidade das ações da PGC e da Parnaíba II e a exercer o controle sobre essas empresas. Também nessa data, a Eneva III passou a ser devedora das notas de crédito emitidas em abril.

Em 21 de junho, a Companhia celebrou acordo de investimento junto ao Itaú Unibanco S.A., regulando os termos e condições para a realização de um novo investimento, pelo Itaú Unibanco S.A., na Eneva III, através da subscrição e integralização de 239.294.014 ações preferenciais do capital social da Eneva III, no montante de R\$ 1.000.000 (realizado na mesma data). Com os recursos obtidos na emissão das ações preferenciais, Eneva III fez a liquidação das notas comerciais contribuídas pelo montante total de R\$ 1.025.474 (inclui principal mais juros até a data de resgate).

Com a conclusão da operação, e nos termos do Acordo de Investimento, o Itaú Unibanco S.A. passou a ser titular da totalidade das ações preferenciais de emissão da Eneva III, representativas de 15,02% do seu capital social total, e a Companhia, por sua vez, se manteve titular da totalidade das ações ordinárias, as quais passaram a representar 84,98% do capital social total.

O acordo ainda prevê o direito de recompra pela Companhia da totalidade das ações preferenciais que forem detidas pelo Itaú Unibanco S.A. O acionista minoritário não detém a opção de venda das ações, sendo a Companhia controladora do exercício desse direito.

A prioridade para o recebimento dos dividendos e/ou juros sobre capital próprio pelos acionistas preferencialistas prevista no Acordo de Investimentos, levaria a Companhia a exercer o direito de recompra em situações cuja economicidade do exercício seja favorável à Companhia, seguindo modelos tradicionais de precificação de opções e suas perspectivas de negócio. Em dezembro de 2023, a avaliação do valor justo dessas opções apurou um valor imaterial.

### Início da operação comercial do Complexo Solar Futura I

Em 29 de maio de 2023, a ANEEL autorizou a Companhia a iniciar a operação comercial de 100% do Complexo Solar Futura I, localizado no município de Juazeiro, no estado da Bahia.

### Refinanciamento do endividamento das Centrais Elétricas de Sergipe S.A (Celse)

Em 16 de outubro de 2023, foi concluído o pré-pagamento dos financiamentos e a recompra das debêntures da 1ª emissão da Celse ocorrida em 15 de abril de 2018. Esse processo foi realizado após obtenção do consentimento dos detentores de títulos de dívida emitidos por *Swiss Insured Brazil Power Finance S.à r.l.* (“*Credit Notes*”), que tem como lastro as debêntures da 1ª emissão da Celse.

O refinanciamento ocorreu em duas etapas: (i) 2ª emissão de debêntures simples da Celse e (ii) pré-pagamento dos financiamentos e a recompra das debêntures da 1ª emissão, conforme descrito abaixo:

#### (i) 2ª emissão de debêntures simples da Celse

Em 19 de setembro de 2023, ocorreu a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em três séries, no valor total de R\$5.000.000 (cinco bilhões de reais).

A liquidação da 2ª emissão de debêntures simples da Celse ocorreu no dia 28 de setembro de 2023, tendo sido o valor registrado na rubrica “Depósito vinculado – caixa restrito” no balanço patrimonial.

As características (taxa de juros, prazo de amortização e principal) das séries da 2ª emissão de debêntures estão detalhadas na nota explicativa 23 – Empréstimos, financiamentos e debêntures.

#### (ii) Pré-pagamento dos financiamentos e recompra das debêntures da 1ª emissão

Os recursos obtidos na 2ª emissão de debêntures (descrita no item anterior) foram utilizados da seguinte forma:

- 1ª e 2ª Séries foram utilizadas para recompra integral da 1ª emissão de debêntures simples da Celse; e
- 3ª Série foi utilizada para pré-pagamento integral dos financiamentos com o *Inter-American Investment Corporation*, *Inter-American Development Bank*, o *China Co-Financing Fund for Latin America and the Caribbean* (“*Credores Seniores LA1*”), e com o *International Finance Corporation*.

Ainda como parte da reestruturação da dívida, houve o resgate antecipado total das debêntures da 1ª série (condição obrigatória estabelecida na escritura da 2ª emissão de debêntures simples da Celse). Essa liquidação foi realizada com a utilização parcial das contas de reserva vinculadas à dívida antiga que foi finalizada.

Após a Reestruturação da dívida e, considerando o resgate antecipado da 1ª série, realizado em 07 de novembro de 2023, a dívida total remanescente da Celse após essa data é de R\$ 4,5 bilhões, de principal, referente à 2ª Emissão.

### Celebração de contrato de financiamento para a UTE Azulão I

Em 21 de dezembro de 2023, a subsidiária Azulão I Geração de Energia S.A assinou dois contratos de financiamentos por meio do repasse de recursos de fundos destinados ao desenvolvimento regional da Amazônia, conforme termos e condições abaixo:

#### (i) Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA

Atuando o Banco do Brasil S.A. na qualidade de financiador, no valor de R\$ 625.968 ao custo de IPCA + 3,2137% a.a., prazo de vigência de 17 anos, incluídos 4 anos de carência de principal e juros, com vencimento final em 01 de janeiro de 2041; e

#### (ii) Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO

Atuando o Banco da Amazônia S.A. na qualidade de financiador, no valor de R\$ 400.000 ao custo de IPCA + 4,3385% a.a., prazo de vigência de 17 anos, incluídos 4 anos de carência de principal, com vencimento final em 15 de janeiro de 2041.

As contratações foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia no dia 13 de dezembro de 2023 e têm como objetivo contribuir para a construção da UTE Azulão I, no âmbito do projeto Azulão 950MW.



### Enquadramento no benefício fiscal - SUDENE

Em 09 de maio de 2023, a empresa PGC obteve aprovação da renovação do benefício de redução de 75% do IRPJ pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), na modalidade de Modernização Total, devido aos investimentos realizados que visaram otimizar e modernizar a unidade produtiva. O benefício fiscal estará em vigor no período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2032.

Adicionalmente, em novembro de 2023, as SPEs Futura 1, 3 e 4, obtiveram aprovação do benefício de redução de 75% do IRPJ pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), na modalidade de implantação. O benefício fiscal estará em vigor no período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2033.

Eventos e transações ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que terão impactos prospectivos no Resultado, no Fluxo de Caixa e no Balanço Patrimonial são os demonstrados abaixo:

### Recomposição do prazo de vigência dos CCEARs e da Outorga da UTE Porto do Itaqui e Pecém II pela ANEEL

Nos dias 14 de novembro e 08 de dezembro de 2023, a ANEEL aprovou a postergação da data de término dos suprimentos dos contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEARs) da UTE Porto do Pecém II e Central Geradora Termelétrica – UTE Porto do Itaqui, passando a vigorar a vigência dos CCEARs para 02 de setembro de 2028 e 21 de dezembro de 2027 e outorga para 27 de janeiro de 2045 e 03 de maio de 2044, respectivamente.

### Aquisição de área no 4º ciclo da oferta permanente da Agência Nacional de Petróleo ("ANP")

No dia 13 de dezembro de 2023, a Eneva S.A. arrematou participação na área de acumulação marginal de Japiim, na Bacia do Amazonas, no 4º Ciclo da Oferta Permanente de Concessão. A Companhia adquiriu 80% da participação na área de Japiim, em consórcio com a Atem Participações S.A (com os demais 20%). O consórcio será operado pela Eneva S.A.. O valor total do bônus de assinatura pago foi de R\$ 165 (mil), sendo R\$ 132 (mil) referente à participação da Eneva S.A.. O programa de trabalho inicial tem o prazo de 3 anos para ser executado e contempla a reabilitação da produção de um poço. A assinatura do contrato de concessão deverá ocorrer até 31 de maio de 2024.

A aquisição fortalece o portfólio da Companhia na Bacia do Amazonas, dando continuidade ao modelo bem-sucedido de *Reservoir-to-wire* (R2W), que integra a produção de gás em terra à geração de energia e à execução dos planos da Companhia para expansão da comercialização de gás natural.

### Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. A Reforma substitui cinco tributos (PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS) por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual, dividido entre esfera federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e esfera de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios (Imposto sobre Bens e Serviços – IBS). A Reforma também introduziu o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Vários aspectos, inclusive as alíquotas dos novos tributos, deverão ser regulamentados por meio de legislação infraconstitucional, principalmente via Leis Complementares, que deverão ser apreciadas pelo Congresso Nacional em 180 dias. Haverá um período de transição entre os anos de 2026 e 2032, em que os dois sistemas tributários (atual e novo) coexistirão.

Considerando as regras gerais estabelecidas pela Emenda Constitucional ainda não é possível determinar com exatidão os impactos finais da Reforma para a Companhia. Tais impactos somente serão plenamente conhecidos quando da efetiva regulamentação via legislação infraconstitucional ao longo de 2024. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

## 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

### Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. As normas internacionais de contabilidade (IFRS) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, de acordo com essas normas, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

Nas demonstrações financeiras individuais os custos relativos às debêntures de 8ª e 9ª emissões emitidas pela Eneva S.A., que têm por finalidade a construção do projeto Parnaíba VI e Futura I, são registrados na conta de “investimento em controladas” até o término do período de construção, na proporção pela qual os recursos foram destinados. Esses custos são apresentados na conta de “imobilizado” nas demonstrações financeiras consolidadas.

Cabe destacar ainda que as ações da Eneva S.A. que foram adquiridas pela controlada Parnaíba II Geração de Energia S.A. para realização do programa de recompra de ações da Companhia estão registradas no patrimônio líquido individual e consolidado de forma reflexa.

Desse modo, não existe diferença entre o patrimônio líquido individual da controladora e o patrimônio líquido consolidado.

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas considerando o custo histórico e ajustadas para refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) o plano de opção de compra e o plano de unidades restritas de performance, vide nota explicativa 31 – Plano de pagamento baseado em ações. Dessa forma, essa operação não gera diferença entre o patrimônio líquido individual da controladora e o patrimônio líquido consolidado.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e daquelas empresas em que a Companhia detém o controle (direto e indireto), os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados. Uma lista com as empresas mais relevantes, incluindo subsidiárias, coligadas e controladas em conjunto, e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na nota explicativa 16 – Investimentos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2024.

### Informações financeiras relacionadas à sustentabilidade

A Eneva tem participação ativa na transição energética brasileira, garantindo segurança de suprimento através da integração entre atividades de exploração e produção de gás natural *onshore* e de geração de energia elétrica a partir deste combustível. A Companhia ainda investe significativamente para aumento da eficiência energética de seus ativos de geração a gás, de forma a reduzir a intensidade de emissões de CO2 na geração de energia térmica, contribuindo para uma transição responsável e resiliente.

A Companhia segue com o compromisso de transparência por meio da realização e publicação do inventário anual de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), respeitando todas as categorias aplicáveis estabelecidas pela metodologia do GHG Protocol. Desde 2020, toda a cadeia operacional é inventariada, verificada por terceira parte e divulgada no Registro Público de Emissões (RPE) do Programa Brasileiro do GHG Protocol. Em 2023, pela terceira vez consecutiva, a Companhia recebeu o Selo Ouro, reconhecimento máximo concedido às organizações que apresentam, de forma completa e auditada, o balanço de suas emissões devidamente verificado, comprovando seus esforços na redução dos impactos ambientais. Desta forma, a estratégia divulgada pela Companhia relacionada à sustentabilidade e os investimentos (anunciados e já realizados nos últimos anos) foram avaliados no contexto dos julgamentos contábeis críticos e das principais estimativas das suas demonstrações contábeis. Futuras alterações nessa estratégia podem afetar as principais estimativas da Companhia e podem resultar em impactos materiais no resultado e nos saldos contábeis de ativos e passivos em exercícios sociais subsequentes.

Adicionalmente, ciente da relevância de suas operações nas localidades em que atua, a Companhia atua para o fortalecimento socioeconômico local, através de três principais pilares:

- Educação e inserção produtiva no mercado de trabalho (incluindo, dentre outras iniciativas, a alfabetização de jovens e adultos, programas de apoio ao ensino fundamental e médio, capacitação através do ensino técnico, e o fomento ao desenvolvimento de fornecedores regionais);
- Empoderamento feminino para redução de vulnerabilidades sociais (incluindo, dentre outras iniciativas, capacitação para geração de renda e educação financeira).
- Fomento à sociobioeconomia (incluindo o apoio a agricultores familiares para implantação de sistemas agroflorestais, através do fortalecimento de todos os elos da cadeia de valor).

O quadro a seguir apresenta de forma resumida os impactos nas demonstrações financeiras da estratégia de sustentabilidade da Companhia:

Estratégia	Impacto nas demonstrações financeiras
Eficiência energética, diversificação de portfólio e investimento em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para geração de energia com baixa emissão de GEE (gases de efeito estufa)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção dos ativos de Parnaíba V, VI, Jaguatirica II e do Complexo Solar Futura I</li> <li>- Construção da planta de liquefação de gás natural para fornecimento a grandes clientes industriais</li> <li>- Contrato de fornecimento de energia</li> <li>- Investimento em P&amp;D para desenvolvimento de novas tecnologias com menor impacto de GEE</li> </ul>
Desenvolvimento de comunidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Constituição de passivo relacionado ao apoio a reassentamentos oriundos de deslocamento de comunidades para nossas instalações</li> <li>- Cumprimento de obrigações oriundas do licenciamento ambiental</li> </ul>
Incentivo a fornecedores de pequeno porte	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fornecedores e empreiteiros nas regiões em que atuamos</li> </ul>
Remuneração variável vinculada a metas que consideram aspectos ESG	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Benefícios a empregados</li> </ul>

Cabe destacar ainda que o Relatório de Administração descreve as principais ações anunciadas e realizadas pela Companhia. Recomendamos sua leitura em conjunto com esta Demonstração Financeira.

## Declaração de relevância

Aplicamos a Orientação Técnica OCPC 7 e a Deliberação CVM nº 727/2014, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento.

## Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## Práticas contábeis

As práticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

## Demonstração do valor adicionado (DVA)

A apresentação da DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações financeiras.

## Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias ligadas à Companhia são mensurados com base na moeda do principal ambiente econômico no qual cada empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia e de suas controladas, exceto a controlada Parnaíba BV (que utiliza o dólar).

A Companhia realiza a conversão de sua moeda funcional em outras moedas distintas para fins contábeis. Os saldos de resultados são convertidos pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica. As diferenças de conversão são contabilizadas como Ajustes de Conversão no resultado abrangente.

## Mudanças nas práticas contábeis e divulgações de normas emitidas pelo CPC e IASB

### (i) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

O IASB e CPC emitiram revisões às normas existentes aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2023. Outras normas também entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2023, mas não identificamos impactos materiais às demonstrações financeiras da Companhia.

### (ii) Alterações em pronunciamentos contábeis a partir de 2024

Recentemente, algumas normas e interpretações contábeis foram emitidas e entraram em vigor a partir de 2024. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma e não espera que elas tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras futuras da Companhia.

### 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e seus resultados são reconhecidos prospectivamente.

#### 3.1. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Estimativa	Nota explicativa
Recuperabilidade dos impostos diferidos	9
Vida útil do ativo imobilizado e intangível	17 e 18
Teste de redução ao valor recuperável – Avaliação de <i>impairment</i>	17 e 18
Instrumentos financeiros e derivativos	24
Provisão para contingências	25
Valor justo dos contratos de energia	26
Provisão para obrigação de abandono	27
Plano de pagamento baseado em ações	31

## 4. Informações por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável da Companhia, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos demais segmentos de negócio.

A Administração da Companhia gerencia seus empreendimentos com base em seis segmentos de negócios, sendo eles: (i) térmicas a gás, (ii) *upstream*, (iii)

térmicas a carvão, (iv) comercialização de energia, (v) usinas solares e (vi) *holding* e outros.

As atividades de cada segmento têm seu desempenho avaliado pela Administração da Companhia e refletem a estrutura do modelo de negócio adotado. Cabe destacar que as operações entre a Companhia e suas controladas, bem como as operações entre as controladas, são integralmente eliminadas para a apresentação dos saldos por segmento.

A Administração utiliza os indicadores de desempenho econômico como principal fonte de informações para a tomada de decisão operacional e de alocação de capital. Por esse motivo, as demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são apresentadas por segmento a seguir.

### (i) Térmicas a gás

Fazem parte as controladas Parnaíba II e PGC compondo o Complexo do Parnaíba, no Maranhão. O referido complexo possui capacidade total instalada de aproximadamente, 1.906 MW, sendo 1,8 GW operacionais (UTES Parnaíba I, II, III, IV e V) e uma usina não operacional, Parnaíba VI, que tem como objetivo a expansão da usina termelétrica de Parnaíba II, com capacidade instalada adicional de 92 MW, com conclusão prevista para o 2º semestre de 2024. E com o Hub Sergipe, com capacidade instalada de 1.593MW, localizado em Barra dos Coqueiros, no estado de Sergipe. O Hub Sergipe está em operação desde 2020 e está integralmente contratada no ambiente regulado até dezembro de 2044. Todo o complexo do Parnaíba e o Hub Sergipe estão conectados ao Subsistema Norte de geração e transmissão de energia do Sistema Interligado Nacional (“SIN”). O segmento de geração térmica a gás também conta com a UTE Jaguatirica II, com capacidade instalada de 141 MW, na cidade de Boa Vista, no estado de Roraima que fornece energia para o sistema isolado.

### (ii) *Upstream*

Nesse segmento, a Companhia opera 12 campos de gás natural, sendo 11 declarados comerciais na Bacia do Parnaíba (MA) e um na Bacia do Amazonas (AM). As áreas dos contratos de concessão para exploração e produção (E&P) somam mais de 65.000 km<sup>2</sup>. Esse segmento é composto pelas Companhias Eneva S.A. e Parnaíba B.V.

### (iii) Térmicas a carvão

Esse segmento é composto pela controlada Itaqui Geração de Energia S.A., que possui capacidade instalada de 360 MW, localizada no estado do Maranhão e conectada ao Subsistema Norte, e pela controlada Pecém II Geração de Energia S.A., com capacidade instalada de 365 MW, localizada no estado do Ceará e conectada ao Subsistema Nordeste. Ambas as usinas são conectadas ao SIN.

### (iv) Comercialização de Energia

Nesse segmento, ocorre a comercialização de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), obrigatoriamente registrada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), por intermédio das controladas Eneva Comercializadora de Energia Ltda, FC Three Energia Participações Ltda, FC Four Energia Participações Ltda, Platinum Comercializadora de Energia Participações Ltda, Focus Energia Ltda, FC One Energia Ltda e Focus Inteligência em Energia Ltda.

### (v) Usinas solares – “Geração de energia”

Esse segmento, em que ocorre a geração de energia solar, é composto pelo Complexo Futura 1, que iniciou a operação comercial em maio de 2023, localizado no estado da Bahia e com capacidade instalada de 692,4 MW. O Complexo Futura inclui ainda os projetos Futura II e Futura III que poderão ser desenvolvidos futuramente de acordo com o cenário macroeconômico e as oportunidades do mercado. Além do Projeto Futura, o segmento também inclui a Usina Fotovoltaica Tauá, que possui capacidade instalada de 1 MW, localizada no estado do Ceará.

### (vi) *Holding e outros*

Esse segmento é composto por empresas que possuem participações societárias em outras empresas, além das empresas mantidas para o desenvolvimento de projetos.

\* As informações referentes à capacidade instalada, citadas nos itens “i” e “iii”, e aos blocos exploratórios e campos, citados no item “ii”, não são auditadas pelos auditores independentes das demonstrações financeiras.

### Demonstração do Resultado em 2023

	Geração a gás natural			Subtotal consolidado	Térmicas a carvão	Comercialização de energia	Usinas solares	Holding e outros	Eliminações	Total do consolidado
	Térmicas a gás	Upstream	Eliminações							
Receita operacional líquida	6.124.537	722.938	(604.121)	6.243.354	972.418	3.071.374	222.334	-	(418.585)	10.090.895
Custo operacional líquido	(2.943.955)	(175.340)	604.121	(2.515.174)	(359.334)	(2.706.971)	(141.547)	-	418.585	(5.304.441)
Despesas gerais e administrativas	(101.081)	(10.937)	4.250	(107.768)	(40.205)	(56.326)	(17.622)	(208.683)	(4.400)	(435.004)
Depreciação e amortização	(698.671)	(114.773)	-	(813.444)	(203.392)	(1.323)	(71.554)	(208.803)	(313.232)	(1.611.748)
Outras receitas e despesas operacionais	61.677	(1.135)	200	60.742	3.160	2.044	(759)	(55.535)	52.038	61.690
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	1.103.265	(1.102.193)	1.072
Despesas com exploração e poço seco	-	(130.141)	-	(130.141)	-	-	-	-	-	(130.141)
Receitas financeiras	926.328	10.675	(140)	936.863	23.139	12.955	50.219	213.602	(114.727)	1.122.051
Despesas financeiras	(1.989.181)	(40.224)	275	(2.029.130)	(189.069)	(1.622)	(48.875)	(1.386.280)	142.159	(3.512.817)
Tributos correntes e diferidos	(220.575)	-	-	(220.575)	(31.720)	(107.164)	(17.213)	398.547	-	21.875
<b>Lucro/(prejuízo) do exercício</b>	<b>1.159.079</b>	<b>261.063</b>	<b>4.585</b>	<b>1.424.727</b>	<b>174.997</b>	<b>212.967</b>	<b>(25.017)</b>	<b>(143.887)</b>	<b>(1.340.355)</b>	<b>303.432</b>
Atribuído a sócios da empresa controladora	1.159.079	261.063	4.585	1.424.727	174.997	212.967	(25.017)	(229.634)	(1.340.355)	217.685
Atribuído a sócios não controladores	-	-	-	-	-	-	-	85.747	-	85.747

### Demonstração do Resultado em 2022

	Geração a gás natural			Subtotal consolidado	Térmicas a carvão	Comercialização de energia	Usinas solares	Holding e outros	Eliminações	Total do consolidado
	Térmicas a gás	Upstream	Eliminações							
Receita operacional líquida	3.294.335	719.415	(661.051)	3.352.699	891.074	2.158.228	195	-	(273.593)	6.128.603
Custo operacional líquido	(1.879.758)	(264.573)	661.051	(1.483.280)	(368.922)	(1.941.831)	(34.957)	-	273.593	(3.555.397)
Despesas gerais e administrativas	(84.950)	(24.962)	60	(109.852)	(21.181)	(32.949)	(5.043)	(440.566)	-	(609.591)
Depreciação e amortização	(352.534)	(120.786)	-	(473.320)	(237.534)	(1.911)	(672)	(32.290)	(92.795)	(838.522)
Outras receitas e despesas operacionais	69.982	(155)	-	69.827	11.472	(1.740)	2.863	197.470	1.061	280.953
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	(1.607)	657.786	(653.380)	2.799
Despesas com exploração e poço seco	-	(124.811)	-	(124.811)	-	(79)	-	-	-	(124.890)
Receitas financeiras	257.444	144	-	257.588	36.566	8.916	3.682	392.771	(158.785)	540.738
Despesas financeiras	(503.468)	(207)	-	(503.675)	(177.258)	(5.249)	(5.694)	(774.809)	158.785	(1.307.900)
Tributos correntes e diferidos	(222.835)	-	-	(222.835)	(37.899)	(68.571)	12.767	175.519	-	(141.019)
<b>Lucro/(prejuízo) do exercício</b>	<b>578.216</b>	<b>184.065</b>	<b>60</b>	<b>762.341</b>	<b>96.318</b>	<b>114.814</b>	<b>(28.466)</b>	<b>175.881</b>	<b>(745.114)</b>	<b>375.774</b>
Atribuído a sócios da empresa controladora	578.216	184.065	60	762.341	96.318	114.814	(28.466)	175.881	(745.114)	375.774

### Receita bruta entre segmentos e clientes

	2023			2022		
	Receita bruta total do segmento (a)	Receita bruta intercompany *	Receita bruta clientes	Receita bruta total do segmento	Receita bruta intercompany *	Receita bruta clientes
Térmicas a gás	7.033.077	738.806	6.294.271	3.876.465	174.661	3.701.804
Upstream	858.316	461.251	397.065	862.845	803.991	58.854
Carvão	1.084.398	-	1.084.398	993.625	-	993.625
Comercializadora de energia	3.729.954	333.511	3.396.443	2.423.039	126.535	2.296.504
Usinas solares	241.828	-	241.828	216	-	216
<b>Total</b>	<b>12.947.573</b>	<b>1.533.568</b>	<b>11.414.005</b>	<b>8.156.190</b>	<b>1.105.187</b>	<b>7.051.003</b>

\* Receita eliminada para fins de apresentação nas demonstrações financeiras consolidadas.

### (a) Análise da receita bruta total do segmento - por categoria

	Fixa disponibilidade (ACR)	Venda de energia		Valor justo dos contratos de energia	Arrendamento		Venda gás e condensado variável	2023 Total
		(ACR)	(ACL)		Fixo	Variável		
Térmicas a gás <b>a</b>	5.703.138	256.476	930.777	-	-	-	171.005	7.061.396
Upstream	-	-	-	-	291.774	63.041	475.182	829.997
Carvão	1.030.892	44.126	9.380	-	-	-	-	1.084.398
Comercializadora de energia <b>b</b>	-	-	3.515.244	214.710	-	-	-	3.729.954
Usinas solares	-	-	241.828	-	-	-	-	241.828
<b>Total</b>	<b>6.734.030</b>	<b>300.602</b>	<b>4.697.229</b>	<b>214.710</b>	<b>291.774</b>	<b>63.041</b>	<b>646.187</b>	<b>12.947.573</b>

**a** O incremento na receita em 31 de dezembro de 2023, em comparação com o mesmo período de 2022, é referente aos seguintes fatores: (i) atualização da receita fixa pelo IPCA, que ocorre sempre no 2º semestre de cada ano, e (ii) combinações de negócios decorrente da incorporação da CGTF e aquisição da Celse.

**b** O volume de energia comercializado nas operações de trading aumentou pela execução da estratégia de expansão comercial do Grupo. As operações com empresas não vinculadas ao grupo aumentaram. Com isso, tivemos menos transações com partes relacionadas e, assim, menor receita eliminada.

	Fixa disponibilidade (ACR)	Venda de energia		Valor justo dos contratos de energia	Arrendamento		Venda gás e condensado variável	2022 Total
		(ACR)	(ACL)		Fixo	Variável		
Térmicas a gás	2.935.683	80.587	860.195	-	-	-	-	3.876.465
Upstream	-	-	-	-	291.773	132.999	438.073	862.845
Carvão	971.317	778	21.530	-	-	-	-	993.625
Comercializadora de energia	-	-	2.290.879	132.160	-	-	-	2.423.039
Usinas solares	-	-	216	-	-	-	-	216
<b>Total</b>	<b>3.907.000</b>	<b>81.365</b>	<b>3.172.820</b>	<b>132.160</b>	<b>291.773</b>	<b>132.999</b>	<b>438.073</b>	<b>8.156.190</b>



## 5. Receita operacional líquida

### Prática contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita apresentada é líquida dos tributos sobre vendas, devoluções, abatimentos e descontos. Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminadas as vendas entre as empresas do grupo.

Para ambas as atividades de geração de energia e produção de gás natural, a receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é alcançada, ou seja, quando o controle sobre o produto é transferido para o cliente.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício assim se apresenta:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Receita bruta</b>				
Disponibilidade (ACR) <b>a</b>	1.349.511	-	6.734.030	3.907.000
Venda de energia (ACR) <b>b</b>	-	-	300.602	87.230
Venda de energia (ACL) <b>c</b>	92.570	-	3.887.053	2.865.759
Valor justo dos contratos de energia <b>d</b>	-	-	214.710	132.160
Venda de gás e condensado <b>e</b>	475.182	438.073	277.610	58.854
Arrendamento <b>e</b>	354.815	424.772	-	-
	<b>2.272.078</b>	<b>862.845</b>	<b>11.414.005</b>	<b>7.051.003</b>
<b>Deduções da receita</b>				
Impostos sobre vendas	(396.120)	(143.430)	(1.149.752)	(713.369)
P&D <b>f</b>	(11.421)	-	(68.968)	(44.768)
Ressarcimento <b>g</b>	-	-	(104.390)	(154.681)
Outras deduções	-	-	-	(9.582)
	<b>(407.541)</b>	<b>(143.430)</b>	<b>(1.323.110)</b>	<b>(922.400)</b>
<b>Total da receita líquida</b>	<b>1.864.537</b>	<b>719.415</b>	<b>10.090.895</b>	<b>6.128.603</b>

### Ambiente de Contratação Regulada (ACR)

As receitas decorrem de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR), celebrados entre o agente vendedor e o agente de distribuição, em decorrência dos leilões de energia elétrica. Os CCEARs são especificados por meio dos editais publicados para cada leilão, contendo cláusulas e condições fixas e variáveis, que não são passíveis de alteração pelos agentes.

Esse tipo de contrato tem como objetivo minimizar o risco hidrológico, visando um menor custo para o sistema de energia. Os custos decorrentes dos riscos hidrológicos serão assumidos pelos agentes compradores (distribuidoras), e eventuais exposições financeiras no mercado de curto prazo, positivas ou negativas, serão assumidas pelas distribuidoras, com repasse ao consumidor final, conforme mecanismo definido pela ANEEL.

Cabe destacar ainda que esses contratos possuem mecanismo de reajuste anual para a parcela fixa para a recomposição da inflação acumulada no período. A parcela variável, por sua vez, possui como um de seus componentes a taxa de inflação, reduzindo substancialmente o descasamento entre as receitas e os custos de geração.

#### a. Disponibilidade ACR (receita fixa)

*Essa modalidade de receita tem como objetivo remunerar o empreendimento de geração mantido à disposição do SIN para entrar em operação sempre que solicitado pelo Operador Nacional do Sistema ("ONS"). Essa receita sofre atualização anualmente conforme definido em contrato.*

**b. Venda de energia ACR (receita variável)**

Além da receita por disponibilidade, como comentado acima, os CCEARs possuem receitas variáveis, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo ONS. A receita pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente e por meio de estimativas para mensurar a energia entregue, mas ainda não é considerada pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

**Ambiente de Contratação Livre (ACL)**

É o segmento de mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos.

**c. Venda de energia ACL**

Na operação de contratação em ambiente livre, a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica.

As informações do resultado estão apresentadas por segmento na nota explicativa 4 – Informações por segmento.

**d. Valor justo dos contratos de comercialização de energia**

A Companhia tem um portfólio de contratos de comercialização de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo. Os valores apresentados são referentes ao resultado da marcação a mercado (MTM) desses contratos de compra e venda para entrega futura. Esse valor justo é mensurado conforme nota explicativa 3.1 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos.

**Exploração e produção de gás****e. Venda de gás, condensado e arrendamento**

A Eneva S.A. é responsável pela exploração e extração de gás natural e mantém contrato de fornecimento de gás e de arrendamento das estações de tratamento com o Complexo Parnaíba e do campo de Azulão para atendimento à UTE Jaguatirica.

A venda de gás está atrelada diretamente ao despacho do Complexo Parnaíba (“Complexo”). O preço é estabelecido em contrato firmado entre as partes e o volume comercializado varia em função da necessidade de gás do Complexo. A receita pela venda de gás é reconhecida por medição periódica e é equivalente ao volume transferido para o cliente, mas ainda não é considerada nas medições anteriores ao fechamento do exercício.

**Deduções da receita****f. Pesquisa e desenvolvimento (P&D)**

As empresas reguladas pela ANEEL têm a obrigatoriedade de atendimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e, por isso, devem aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida - ROL para elaboração e execução de projetos de P&D do setor elétrico.

**g. Ressarcimento**

O ressarcimento ao mercado ocorre quando as usinas termelétricas contratadas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) não atendem ao despacho do ONS.

## 6. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Custo</b>				
Energia elétrica para revenda	(227.820)	-	(2.942.817)	(1.960.620)
Depreciação e amortização	(118.861)	(115.512)	(1.075.304)	(695.882)
Insumos de geração	(300.590)	-	(753.994)	(287.857)
Custos regulatórios	(26.521)	-	(599.229)	(418.152)
Serviços de terceiros	(42.937)	(39.384)	(322.889)	(286.045)
Despesas com pessoal	(62.379)	(56.730)	(284.137)	(240.944)
Seguros operacionais	(8.682)	(5.347)	(101.606)	(30.385)
Material de consumo	(13.807)	(10.791)	(79.895)	(55.774)
Participações governamentais	(56.484)	(144.240)	(56.484)	(144.240)
Despesas com aluguéis	(24.140)	(6.316)	(50.090)	(25.493)
Impostos e contribuições	(881)	(540)	(881)	(540)
Outros	(25.461)	(1.224)	(112.419)	(105.347)
	<b>(908.563)</b>	<b>(380.084)</b>	<b>(6.379.745)</b>	<b>(4.251.279)</b>
<b>Despesas administrativas e gerais</b>				
Depreciação e amortização	(217.087)	(35.445)	(536.444)	(142.640)
Despesas com pessoal	(251.122)	(314.581)	(273.793)	(359.414)
Despesas com exploração e poço seco	(130.122)	(125.334)	(130.141)	(125.413)
Serviços de terceiros	(54.013)	(113.697)	(74.697)	(141.688)
Despesas com aluguéis	(5.166)	(4.144)	(5.828)	(5.438)
Material de consumo	(3.861)	(4.199)	(4.614)	(5.656)
Despesas ambientais	(3.616)	(5.659)	(4.010)	(9.929)
Impostos e contribuições	(1.446)	(1.945)	(2.313)	(6.093)
Serviços compartilhados - <i>Cost Sharing</i>	158.976	53.455	-	-
Outras	(61.894)	(69.109)	(69.749)	(80.850)
	<b>(569.351)</b>	<b>(620.658)</b>	<b>(1.101.589)</b>	<b>(877.121)</b>
<b>Outras receitas e despesas</b>				
Crédito de PIS/COFINS	-	-	59.362	56.554
Ganho em compra vantajosa na aquisição da Focus	-	121.803	-	121.803
Perda na alienação de investimentos	(1.706)	(24.746)	(1.361)	(21.828)
Constituição (reversão) de provisões	(1.748)	372	2.019	28.696
Provisão para perdas de investimento	(253)	(249)	(506)	(499)
Perda na alienação de bens	-	(27.252)	(324)	(30.905)
Ganho em compra vantajosa na aquisição da CGTF	-	215.945	-	215.945
Serviços de terceiros	-	(76.385)	-	(76.421)
Outras receitas/(despesas)	2.317	(10.787)	2.500	(12.392)
	<b>(1.390)</b>	<b>198.701</b>	<b>61.690</b>	<b>280.953</b>
	<b>(1.479.304)</b>	<b>(802.041)</b>	<b>(7.419.644)</b>	<b>(4.847.447)</b>

## 7. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Receitas financeiras</b>				
Varição cambial e monetária	50.429	63.298	483.849	150.692
Aplicação financeira	58.738	223.922	313.952	358.037
Refinanciamento Celse	-	-	237.563	-
Outras	7.879	1.815	51.674	21.054
MtM e derivativos	26.505	-	27.401	-
Multas e juros recebidos ou auferidos	1.382	31	6.838	10.811
Rendimentos de mútuos	104.149	99.516	774	144
	<b>249.082</b>	<b>388.582</b>	<b>1.122.051</b>	<b>540.738</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros de debêntures	(764.727)	(483.414)	(1.265.971)	(722.095)
Varição cambial e monetária	(148.002)	(20.817)	(587.247)	(72.142)
Ajuste a valor justo das debêntures a apropriar	(321.524)	-	(321.524)	-
Baixa custo de transação – refinanciamento Celse	-	-	(294.086)	-
Encargos da dívida	(46.866)	(5.798)	(273.213)	(128.285)
Juros de passivos de arrendamento	(16.905)	(12.811)	(219.510)	(68.876)
Outras	(64.579)	(49.656)	(172.489)	(120.660)
Remuneração de credores - refinanciamento Celse	-	-	(137.487)	-
Amortização do custo de transação de empréstimos	(21.601)	(7.348)	(125.440)	(12.651)
Comissão sobre fianças bancárias	(4.029)	(19.970)	(81.736)	(50.265)
Juros de provisão de abandono	(20.407)	(18.800)	(21.139)	(19.405)
Multa e juros pagos ou incorridos	(1.251)	(3.462)	(8.148)	(6.217)
Juros de fornecedores	-	-	(3.805)	(2.551)
Juros sobre mútuos	(6.785)	(986)	(1.022)	(2.029)
MtM e derivativos	-	(54.126)	-	(54.126)
Perda no valor justo das debêntures	-	(48.598)	-	(48.598)
	<b>(1.416.676)</b>	<b>(725.786)</b>	<b>(3.512.817)</b>	<b>(1.307.900)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(1.167.594)</b>	<b>(337.204)</b>	<b>(2.390.766)</b>	<b>(767.162)</b>

As variações mais relevantes no resultado financeiro entre 2022 e 2023 são decorrentes da subsidiária CELSE, adquirida em 2022. A Celse foi adquirida apresentando (i) uma estrutura de financiamentos e debêntures utilizados para a construção da planta, conforme detalhamento apresentado na nota explicativa 23 – Empréstimos, financiamentos e debêntures; e (ii) contrato relevante de arrendamento mercantil da unidade de regaseificação (*Floating Storage and Regaseification Unit – FRSU*), gerando impacto nas rubricas de “juros de passivos de arrendamento” e “variação cambial e monetária”. Ao longo de 2023, conforme apresentado na nota explicativa 1.1 – “Eventos significativos do exercício”, houve refinanciamento das dívidas desta subsidiária, gerando efeitos significativos nos resultados financeiros.

## 8. Tributos a recuperar

O saldo da conta de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSL) a recuperar está representado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de Renda - IRPJ	79.693	70.662	208.093	230.368
Contribuição Social - CSL	2.525	733	73.131	84.588
	<b>82.218</b>	<b>71.395</b>	<b>281.224</b>	<b>314.956</b>
<b>Circulante</b>	<b>49.048</b>	<b>58.980</b>	<b>243.290</b>	<b>296.629</b>
<b>Não circulante</b>	<b>33.170</b>	<b>12.415</b>	<b>37.934</b>	<b>18.327</b>

Os demais impostos a recuperar estão compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
PIS (a)	41.263	28.756	53.212	36.055
COFINS (a)	191.499	133.927	243.212	178.247
ICMS (b)	4.342	985	44.539	52.134
Outros	7.050	2.154	7.844	13.709
	<b>244.154</b>	<b>165.822</b>	<b>348.807</b>	<b>280.145</b>
<b>Circulante</b>	<b>16.507</b>	<b>7.420</b>	<b>66.550</b>	<b>97.671</b>
<b>Não circulante</b>	<b>227.647</b>	<b>158.402</b>	<b>282.257</b>	<b>182.474</b>

- a. Os saldos da Controladora referem-se a créditos de PIS/COFINS sobre gastos com ativo imobilizado do segmento de E&P, cuja compensação ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação/amortização. No Consolidado, estão incluídos os créditos de PIS/COFINS sobre insumos e aquisições de ativo imobilizado das plantas operacionais (UTES).
- b. O ICMS a recuperar está substancialmente relacionado às seguintes controladas e operações: i) R\$ 35.573 é preponderantemente decorrente das operações com GNL realizadas pela Celse, na qual ocorreram saídas adversas à geração de energia, gerando a recuperação do imposto devido e recolhido na importação.; ii) R\$ 4.342 refere-se a valores que foram pagos indevidamente a maior pela CGTF (incorporada pela Eneva S.A. em março/2023), tendo sido deferido pela Secretaria de Fazenda do Ceará a compensação em 18 meses; e iii) R\$ 4.624 se refere a valores que foram recolhidos a maior e que aguardam apreciação da restituição das respectivas Secretarias de Fazenda dos Estados.

## 9. Tributos sobre o lucro e impostos diferidos

---

### Prática contábil

Os tributos de IRPJ e CSL correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço das investidas que geram lucro tributável.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações dos tributos sobre o lucro com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e, quando apropriado, estabelece provisões dos valores estimados para pagamento às autoridades fiscais.

Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando há um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados. A Companhia apresenta lucratividade histórica e suas projeções não indicam mudança nesse cenário e, portanto, considera que a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos não é crítica em relação ao prazo projetado.

Em concordância com a legislação tributária, algumas subsidiárias optaram pelo regime de lucro presumido, onde a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro estimado apurado à razão de 8% e 12% sobre as receitas brutas, sobre a qual se aplica as alíquotas nominais de IRPJ e CSL respectivamente.

As despesas de IRPJ e CSL do exercício são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

### Estimativas e julgamentos

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aqueles adotados para fins de tributação, e sobre prejuízos fiscais na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão compensados. A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia e o período estimado de realização dos impostos diferidos é de 11 a 12 anos. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, levando em consideração as principais premissas de receitas estimadas, custos e despesas, crescimento econômico e CAPEX.

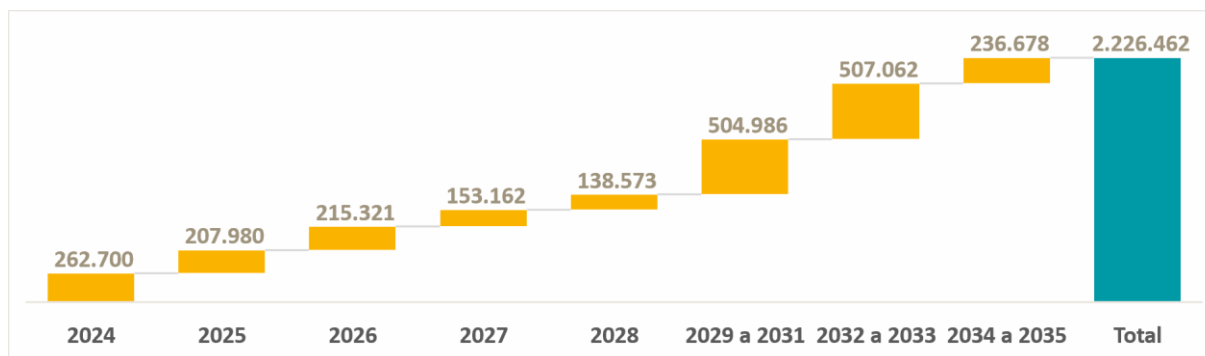
## Impostos diferidos

Composição dos tributos diferidos por natureza (ativos e passivos):

	2023	2022
<b>IRPJ/CSL diferidos sobre prejuízo fiscal/ base negativa</b>	<b>1.353.781</b>	<b>1.194.743</b>
<b>IRPJ/CSL diferidos sobre diferenças temporárias ativas:</b>		
Provisões ativas	254.886	238.640
Ajuste a valor justo das debêntures a apropriar	107.740	16.523
Gastos pré-operacionais – inclusive RTT	33.434	47.038
Direito de uso	476.621	297.540
<b>Total ativo diferido</b>	<b>2.226.462</b>	<b>1.794.484</b>
<b>IRPJ/CSL sobre diferenças temporárias passivas:</b>		
Arrendamento a pagar	(475.660)	(234.220)
Depreciação acelerada	(363.577)	(276.967)
Ganho por compra vantajosa	(163.609)	(190.215)
Mais/menos valia de ativos	(1.456.617)	(1.558.734)
Ajuste a valor justo da aquisição de Pecém II Participações	(30.493)	(30.493)
Provisões passivas	(385.095)	(294.899)
<b>Total passivo diferido</b>	<b>(2.875.051)</b>	<b>(2.585.528)</b>
<b>Diferido líquido</b>	<b>(648.589)</b>	<b>(791.044)</b>

a. Montante constituído de ativo diferido baseado na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros:

Expectativa de realização anual dos impostos diferidos\*



\* A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia e o período estimado de realização dos impostos diferidos é de 11 a 12 anos.

Conforme exigido pela norma contábil CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser compensados para fins de apresentação, quando atendidas algumas exigências. Por isso, a Companhia realiza suas compensações de ativos e passivos diferidos por empresa e, assim, apresenta os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos:

	2023			2022		
	IRPJ/CSL diferidos sobre prejuízo fiscal/base negativa	IRPJ/CSL sobre diferenças temporárias	Total	IRPJ/CSL diferidos sobre prejuízo fiscal/base negativa	IRPJ/CSL sobre diferenças temporárias	Total
Itaqui	188.610	(47.365)	141.245	183.448	(25.742)	157.706
Comercializadora de Energia	55.355	2.000	57.355	52.214	21.016	73.230
Eneva Participações	-	36	36	-	36	36
Pecém II Geração	68.015	(35.344)	32.671	72.788	(27.754)	45.034
Azulão	-	-	-	3.772	2.716	6.488
Celse	163.202	(42.032)	121.170	155.286	57.903	213.189
SPEs Futuras	8.748	540	9.288	14.758	-	14.758
CGTF	-	-	-	-	160	160
<b>Total ativo diferido líquido</b>			<b>361.765</b>			<b>510.601</b>
Eneva	839.035	(1.418.923)	(579.888)	667.901	(1.640.831)	(972.930)
Parnaíba Geração e Comercialização	-	(137.844)	(137.844)	723	(126.104)	(125.381)
Parnaíba II Geração de Energia	18.011	(62.839)	(44.828)	35.371	(54.916)	(19.545)
Azulão	2.929	(19.175)	(16.246)	-	-	-
Focus Energia	-	(219.148)	(219.148)	-	(162.080)	(162.080)
FC One	7.631	(9.228)	(1.597)	8.482	(15.818)	(7.336)
Outras	2.244	(13.047)	(10.803)	-	(14.373)	(14.373)
<b>Total passivo diferido líquido</b>			<b>(1.010.354)</b>			<b>(1.301.645)</b>
<b>Diferido líquido</b>			<b>(648.589)</b>			<b>(791.044)</b>



### Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

Em 31 de dezembro de 2023, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o Imposto de Renda (IRPJ) (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a Contribuição Social (CSL) (alíquota de 9%). A conciliação do valor calculado pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de IRPJ e CSL é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado do exercício antes do IRPJ/CSL	(178.508)	206.069	281.557	516.793
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
<b>IRPJ/CSL à alíquota nominal</b>	<b>60.693</b>	<b>(70.063)</b>	<b>(95.729)</b>	<b>(175.710)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	319.540	244.781	364	(952)
Subvenção para investimento – ICMS <b>a</b>	26.670	54.349	26.670	54.349
Outras diferenças permanentes <b>b</b>	(37.499)	(40.149)	(6.843)	(53.968)
Tributos não constituídos	(1.404)	4.833	4.157	(4.541)
Mais/menos valia de CGTF <b>c</b>	28.193	(24.046)	28.193	(24.046)
Redução benefício SUDENE, SUDAM, doações incentivadas e PAT <b>d</b>	-	-	83.106	63.532
Lucro presumido	-	-	(18.043)	317
<b>IRPJ e CSL correntes e diferidos</b>	<b>396.193</b>	<b>169.705</b>	<b>21.875</b>	<b>(141.019)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes <b>e</b>	-	-	(120.566)	(89.747)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos <b>f</b>	396.193	169.705	142.441	(51.272)
<b>Total</b>	<b>396.193</b>	<b>169.705</b>	<b>21.875</b>	<b>(141.019)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>221,95%</b>	<b>-82,35%</b>	<b>-7,77%</b>	<b>27,29%</b>

- a.** Subvenção para investimento referente ao incentivo fiscal de ICMS para as saídas de gás natural destinadas à usina termelétrica.
- b.** Referem-se às adições/exclusões permanentes da apuração de IRPJ/CSL, tais como exercício de Stock Options e respectivos encargos, doações, patrocínios, incentivo à inovação tecnológica e JCP (juros sobre capital próprio).
- c.** Refere-se à amortização de mais/menos valia da aquisição da CGTF.
- d.** O impacto se refere, principalmente, ao benefício fiscal regional concedido pelas Sudene pela Sudam, que resulta em redução de até 75% do IRPJ, no período de 10 anos.
- e.** O aumento da despesa de IRPJ/CSL correntes decorre da subsidiária PGC que, em 2022, excluiu da base do IRPJ/CSL os juros dos empréstimos adquiridos para a construção de Parnaíba V, que foram registrados como custo do ativo. Com início da operação, os valores começaram a ser adicionados na base do IRPJ/CSL proporcionalmente aos encargos da depreciação/amortização.
- f.** A variação da despesa de IRPJ/CSL diferidos na Controladora decorre, principalmente, da constituição do ativo diferido sobre o ajuste a valor justo das debêntures a apropriar e da baixa do passivo diferido sobre a amortização da mais valia gerada na aquisição da Celse.

## 10. Caixa e equivalentes de caixa

### Prática contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Quando os investimentos não atendem a esses critérios são classificados como títulos e valores mobiliários.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	12.791	12.584	871.625	248.092
Fundos de investimentos	a 47.358	8.115	934.638	515.895
CDBs	b 385.685	25.919	535.798	527.308
	<b>445.834</b>	<b>46.618</b>	<b>2.342.061</b>	<b>1.291.295</b>

- a. Trata-se do fundo exclusivo de investimentos em Cotas de FI Renda Fixa Crédito Privado Eneva S.A. administrado pelo Itaú Unibanco. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo está composto somente por operações compromissadas, lastreadas por títulos públicos federais, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável. Essas operações possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.
- b. Representam valores investidos em CDBs emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP (CDI) de 103,65%.

## 11. Títulos e valores mobiliários

### Prática contábil

Referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. A Companhia, historicamente, recupera seus investimentos em aplicações financeiras pelo recebimento de juros e principal, por isso, são registrados inicialmente pelos valores de transação e, posteriormente, atualizados pelos juros transcorridos, com base na taxa de juros efetiva. As atualizações das aplicações financeiras são apresentadas no grupo do Resultado Financeiro, na demonstração de resultados.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fundo de investimento	a 31.425	11.565	250.578	731.310
	<b>31.425</b>	<b>11.565</b>	<b>250.578</b>	<b>731.310</b>

- a. Os papéis dos fundos de investimento classificados como títulos e valores mobiliários possuem vencimentos que ocorrerão entre 2024 e 2030, com liquidez diária, sendo compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como títulos de renda fixa, títulos públicos, dentre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia e suas controladas. Adicionalmente, os fundos de investimento são aplicações em cotas (FIC), administrados pelo Itaú Unibanco, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia e suas controladas não possuem gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido do fundo) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas.

## 12. Contas a receber

### Prática contábil

Correspondem aos valores faturados pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Inicialmente, o reconhecimento é pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado, ajustado ao valor presente deduzido da perda de crédito esperada (PCE).

	Consolidado	
	2023	2022
Ambiente de Contratação Regulada (ACR)	1.113.128	809.897
Ambiente de Contratação Livre (ACL)	317.117	447.307
Venda de gás e condensado	1.072	12.933
	<b>1.431.317</b>	<b>1.270.137</b>

### Avaliação do risco de crédito

O mercado de energia é um ambiente altamente regulado, com mecanismos que mitigam o risco de inadimplência dos seus agentes. A segurança financeira do mercado está pautada no modelo de câmara de compensação multilateral e centralizada.

As operações realizadas no âmbito da CCEE são contabilizadas e liquidadas de forma multilateral, não havendo indicação de parte e contraparte. Esse modelo é benéfico para os agentes individualmente e para a estabilidade do mercado como um todo, minimizando a probabilidade de impactos negativos. Dessa forma, todos os agentes são garantidores das operações a serem liquidadas.

Além disso, para os contratos comercializados bilateralmente, é realizada uma análise de risco frente às contrapartes antes da operação, por meio de informações auditadas, informações de mercado e situação atual da empresa e, posteriormente, através do registro do contrato na CCEE. Também é realizado um acompanhamento da empresa em relação aos pagamentos, para que, em caso de atraso, a energia negociada não seja registrada e a contraparte fique com um déficit de energia, sujeita ao preço de energia atual no mercado (PLD) e à multa na CCEE.

O mercado de contratação livre de energia ainda conta com outras formas de mitigação do risco, como cláusulas contratuais, carta fiança, seguro garantia e outros.

Além disso, a Companhia realiza uma análise individual da posição de vencimentos da carteira de clientes, histórico, situação financeira e condições de venda, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. Após a análise, não foi identificado nenhum risco de perda de crédito esperada.

## 13. Estoques

### Prática contábil

Os estoques da Companhia são essencialmente compostos por materiais ou insumos a serem consumidos ou transformados no processo de geração de energia e exploração de gás. Eles são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, o menor dos dois. A mensuração dos estoques inclui também qualquer redução ao valor realizável líquido desses ativos. Os estoques de insumos (principalmente carvão) são avaliados com base na média ponderada móvel.

Para o exercício de 2023, devido ao baixo despacho das plantas a carvão, avaliamos o indicativo de *impairment* para esse item e concluímos que o valor de custo registrado é menor que seu valor de realização (utilizando como parâmetro a receita total – fixa e variável de geração de energia).

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Materiais, suprimentos e outros	56.831	38.221	160.513	90.048
Carvão	-	-	374.193	431.937
Peças eletrônicas e mecânicas	21.153	11.493	152.451	107.720
Lubrificantes e químicos	6.427	4.833	18.004	16.363
Gás Natural Liquefeito (“GNL”)	-	-	19.403	26.997
	<b>84.411</b>	<b>54.547</b>	<b>724.564</b>	<b>673.065</b>

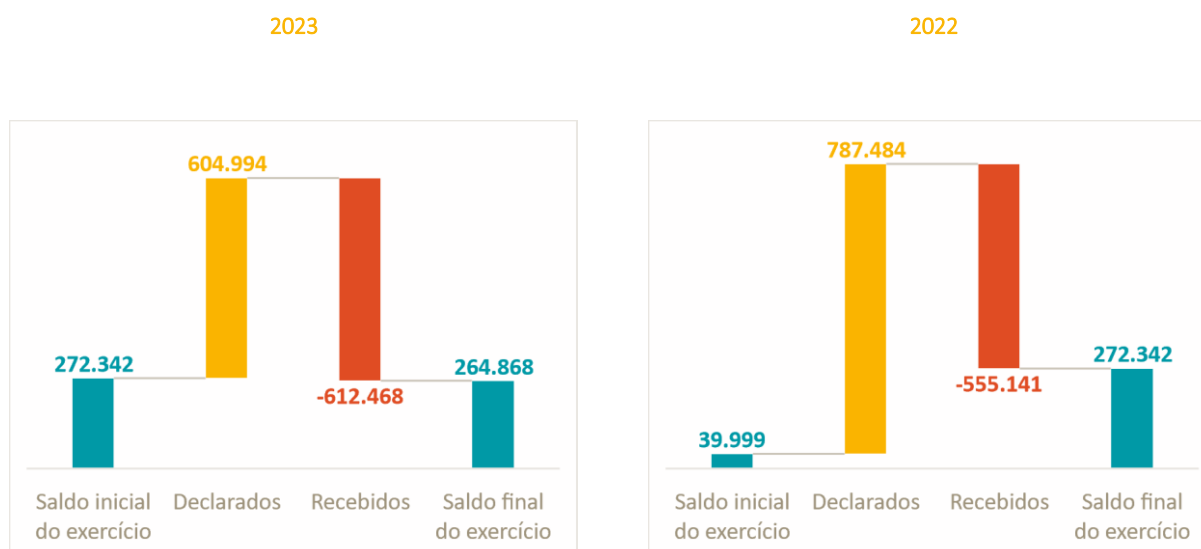
## 14. Dividendos e juros sobre capital próprio a receber

### Prática contábil

A Companhia possui dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio a receber de suas controladas baseados no estatuto social da Companhia e nos limites definidos na legislação aplicável. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é destinado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária.

Ao longo do exercício de 2023 a Companhia recebeu dividendos das controladas Itaqui R\$ 110.350, Parnaíba II R\$ 40.777, PGC R\$ 165.415, Pecém II R\$ 47.858, FC One R\$ 60.000, Eneva Participações III R\$ 15.674, CGTF R\$ 171.834 e Outros R\$ 560. Os saldos em aberto dos dividendos e juros sobre capital próprio a receber estão detalhados na nota explicativa 28 – Partes relacionadas.

### Controladora



## 15. Arrendamentos

### Prática contábil

No início de um contrato, a Companhia avalia se há um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se ele transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período, com contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso (contabilmente registrado em imobilizado), conforme nota explicativa “17. Imobilizado” e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento feito no momento ou antes da data de início. Subsequentemente, o ativo é depreciado de forma linear durante o período contratual ou até o final da sua vida útil e, quando aplicável, o seu valor residual permanece contabilizado, conforme detalhamento apresentado na nota explicativa “17 Imobilizado”.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos descontados à taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser imediatamente determinada, com base na taxa incremental de captação da Companhia. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, um ajuste correspondente é feito no valor contábil do ativo do contrato de arrendamento ou é reconhecido diretamente no resultado do exercício, se o valor contábil do ativo já tiver sido reduzido a zero.

A Companhia não reconhece os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos com um período inferior a doze meses, tampouco de baixo valor.

Os arrendamentos mercantis incluem as máquinas e equipamentos, imóveis, automóveis, serviços, exploração de óleo & gás e o afretamento de uma unidade flutuante de armazenagem e regaseificação relacionados à atividade de exploração de gás natural e edificações. O arrendamento mercantil mais relevante é o afretamento do navio relacionado à atividade de exploração de gás natural. O contrato de operação e serviços foi assinado em 23 de março de 2018 e tem período contratual vigente até 31 de dezembro de 2044.

### Arrendamento passivo - Consolidado

							<b>2023</b>
	Automóveis	Navio	Exploração de óleo & gás	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Serviços	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>6.070</b>	<b>3.448.031</b>	<b>29.836</b>	<b>60.819</b>	<b>83.213</b>	<b>39.835</b>	<b>3.667.804</b>
Juros do período	418	184.731	4.021	7.497	7.608	15.233	219.508
Adições por novos contratos	549	-	4.012	15.458	26.800	38.948	85.767
Ajustes por remensuração	(72)	158.229	1.471	777	2.638	106.565	269.608
Variação cambial	-	(253.375)	-	-	(4.664)	(926)	(258.965)
Contraprestações pagas	(4.399)	(244.277)	(5.080)	(14.239)	(43.389)	(74.439)	(385.823)
Baixas	-	-	-	-	(6.146)	-	(6.146)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>2.566</b>	<b>3.293.339</b>	<b>34.260</b>	<b>70.312</b>	<b>66.060</b>	<b>125.216</b>	<b>3.591.753</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>2.516</b>	<b>97.578</b>	<b>2.561</b>	<b>11.577</b>	<b>17.739</b>	<b>58.228</b>	<b>190.199</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>50</b>	<b>3.195.761</b>	<b>31.699</b>	<b>58.735</b>	<b>48.321</b>	<b>66.988</b>	<b>3.401.554</b>

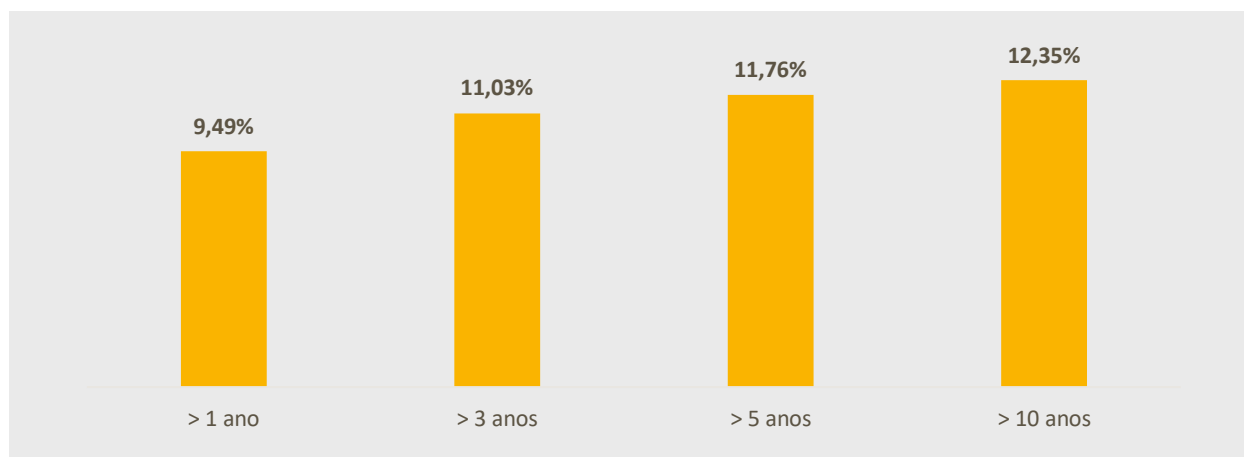
							2022
	Automóveis	Navio	Exploração de óleo & gás	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Serviços	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>5.358</b>	<b>-</b>	<b>23.620</b>	<b>39.425</b>	<b>42.055</b>	<b>52.091</b>	<b>162.549</b>
Juros do período	591	184.470	3.505	6.961	6.123	4.719	206.369
Adições por combinação de negócios – Celse	-	3.492.948	-	-	-	-	3.492.948
Adições por novos contratos	1.912	-	3.982	20.825	74.250	-	100.969
Ajustes por remensuração e variação cambial	1.270	36.380	2.383	4.864	6.203	419	51.519
Contraprestações pagas	(3.061)	(265.767)	(3.654)	(11.256)	(45.418)	(17.492)	(346.648)
Baixas	-	-	-	-	-	98	98
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>6.070</b>	<b>3.448.031</b>	<b>29.836</b>	<b>60.819</b>	<b>83.213</b>	<b>39.835</b>	<b>3.667.804</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>3.523</b>	<b>84.044</b>	<b>2.677</b>	<b>7.598</b>	<b>24.479</b>	<b>13.800</b>	<b>136.121</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>2.547</b>	<b>3.363.987</b>	<b>27.159</b>	<b>53.221</b>	<b>58.734</b>	<b>26.035</b>	<b>3.531.683</b>

### Contratos por prazo e taxa de desconto

O cálculo das taxas de desconto foi realizado com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, considerando os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia (“*spread* de crédito”). O *spread* foi obtido em duas etapas: primeiramente, por meio da diferença entre o custo médio das dívidas da Eneva S.A. e o padrão dos títulos públicos brasileiros, e a segunda etapa consistiu no cálculo de *proxy* de garantia, que é um *spread* negativo na taxa de desconto pelo fato das dívidas da Eneva S.A. possuírem garantias. O cálculo de *proxy* foi feito pela diferença entre taxas de juros do mercado de energia americano de ativos com rating BBB contra ativos de rating BBB-. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos.

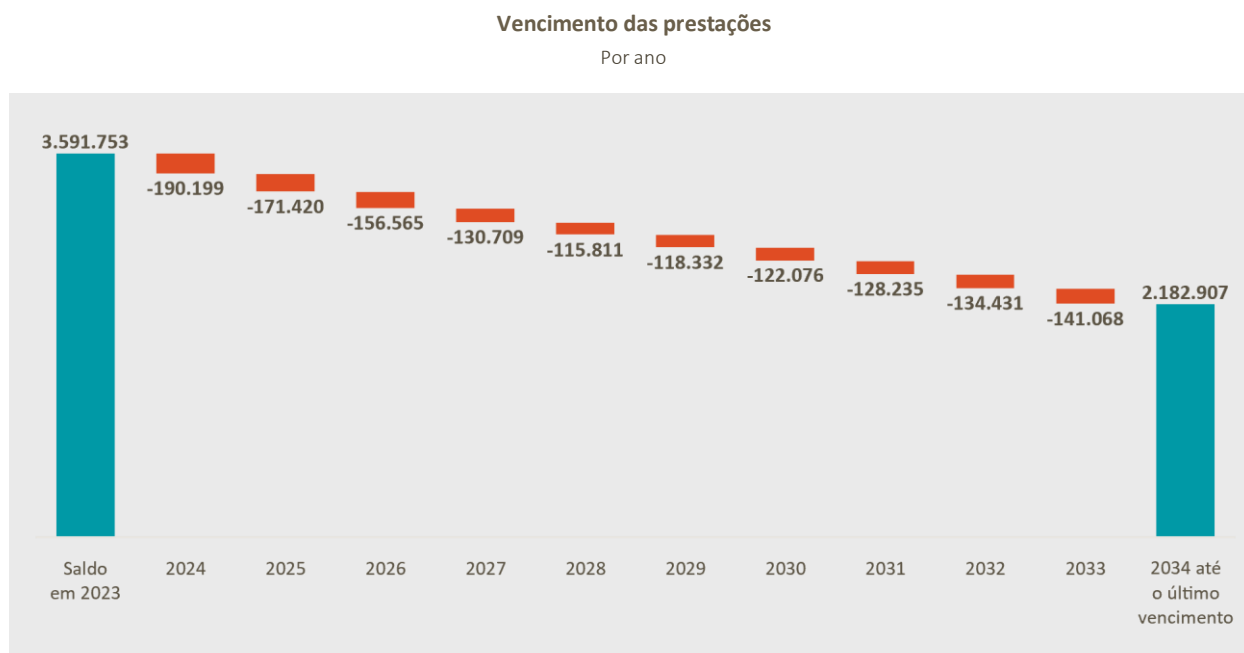
#### Prazos contratos

Taxa % a.a.



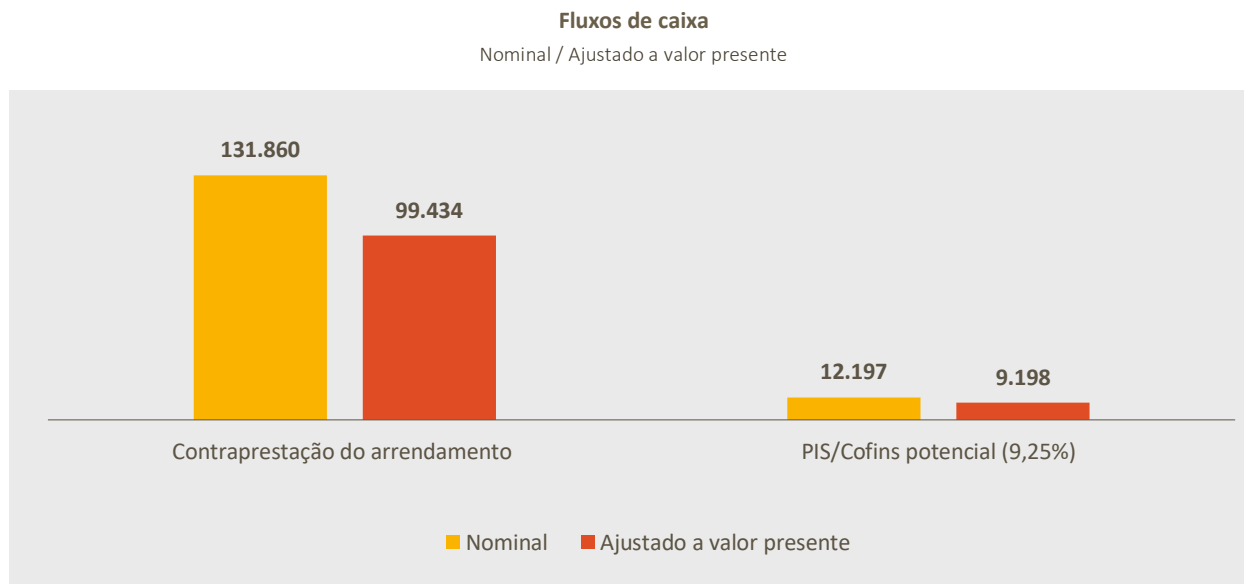
### Maturidade dos contratos

O vencimento dos passivos de arrendamento da Companhia é apresentado a seguir:



### PIS/COFINS

Atualmente, a companhia possui 13 contratos de arrendamento que são geradores de crédito de PIS/COFINS, com base na legislação tributária vigente. O quadro a seguir é um indicativo dos créditos a serem recuperados:



## 16. Investimentos

---

### Prática contábil

#### Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a influência de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixar de existir.

#### Controladas em conjunto

São investimentos em que a Companhia possui influência significativa compartilhada com uma ou mais partes, mas não o controle sobre as políticas financeiras e operacionais. Esses investimentos são classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto, dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos controlados em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo, o qual inclui os gastos com a transação.



As participações societárias da Companhia incluem as controladas (diretas e indiretas) e as controladas em conjunto, sendo representadas pelas seguintes empresas:

							<b>2023</b>
	Participação societária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
<b>Controladas diretas</b>							
Azulão Geração de Energia S.A.	99,9%	183.673	2.481.064	249.908	964.559	1.450.270	51.548
Azulão I Geração de Energia S.A.	99,9%	402.411	247.650	(2.415)	379.237	273.239	(1.543)
Parnaíba B.V.	100,00%	619	-	768	-	(149)	(257)
Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	406.049	2.094.076	272.099	514.978	1.713.048	118.649
Pecém II Participações S.A.	100,00%	122	926.171	-	3.735	922.558	56.036
FC One Energia Ltda	100,00%	132.031	425.810	32.711	21.213	503.917	188.852
Focus Futura Holding Participações S.A.	100,00%	77.842	977.612	15.829	5.145	1.034.480	(24.315)
Focus Futura Geração 1 S.A.	0,10%	9.440	1.572.752	17.907	17.246	1.547.039	663
Amapari Energia S.A. (*)	100,00%	2.516	1.483	2.919	76.795	(75.715)	2.048
Eneva Norte S.A. (*)	100,00%	1	-	-	-	1	1
Eneva Participações S.A.	100,00%	5.296	204.692	4.857	81.573	123.558	28.514
Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.	79,0%	86	2.319.789	-	1.015	2.318.860	180.752
Eneva Participações III S.A.	85,1%	2.468	2.517.949	27	356	2.520.034	161.786
DC Energia Participações S.A.	100,00%	710	492.312	-	-	493.022	37.960
Jandaíra Ventos S.A. (*)	99,9%	9	-	-	(115)	124	43
Jandaíra II Ventos S.A. (*)	99,9%	9	-	1	-	8	(84)
SPEs Ventos (*)	100,00%	97	1.863	6	511	1.443	(788)
GNL Brasil Logística S.A	51,00%	31.207	46.136	61.046	20.685	(4.388)	(4.388)
Sul Geração de Energia Ltda. (*)	50,00%	18	13.086	-	1.123	11.981	(142)
Termopantanal Participações Ltda.	66,7%	9	400	1	2.726	(2.318)	-
Tauá Geração de Energia Ltda.	100,00%	920	15.733	396	4.207	12.050	(3.063)
Sparta 300 Participações S.A.	100,00%	7.663	541.218	77.601	-	471.280	(2.426)
Centrais Elétricas Barra dos Coqueiros S.A. (*)	75,00%	292	8.432	286	5	8.433	8
Nossa Senhora de Fátima S.A.	100,00%	-	16.825	-	2.848	13.977	(122)
<b>Controladas indiretas</b>							
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	-	414.156	2.621.749	463.010	1.310.464	1.262.431	213.299
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	-	295.275	2.150.044	420.996	768.805	1.255.518	157.591
Pecém II Geração de Energia S.A.	100,00%	411.581	1.530.978	242.645	773.762	926.152	56.348
Termopantanal Ltda.	66,7%	10	7.464	1	9.731	(2.258)	-
SPE Futura 2 Geração e Comercialização de Energia S.A.	10,00%	11.658	525.090	12.745	2.294	521.709	(5.923)
SPE Futura 1 Geração e Comercialização de Energia S.A.	10,9%	12.386	551.318	14.772	3.597	545.335	1.781
SPE Futura 3 Geração e Comercialização de Energia S.A.	10,9%	120.252	527.409	41.147	174.054	432.460	5.944
SPE Futura 4 Geração e Comercialização de Energia S.A.	10,9%	211.117	656.412	57.491	284.559	525.479	7.009
SPE Futura 5 Geração e Comercialização de Energia S.A.	10,00%	59.383	384.812	30.389	135.384	278.422	(9.808)
SPE Futura 6 Geração e Comercialização de Energia S.A.	100,00%	13.322	324.738	31.993	91.002	215.065	(20.956)
Celse Elétrica S.A.	100,00%	1.558.944	9.157.109	392.425	8.003.839	2.319.789	180.865
Focus Energia Ltda	100,00%	401.086	569.246	358.590	295.940	315.802	186.257
Focus Inteligência em Energia Ltda.	100,00%	13.570	-	1.461	109	12.000	6.147
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	100,00%	612.089	700.796	753.684	495.582	63.619	30.688
<b>Controladas em conjunto:</b>							
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.	50,00%	864	1.338	458	2.404	(660)	(583)
Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	50,00%	8.523	1.345	1.533	198	8.137	1.046
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	13.752	2.075	3.814	355	11.657	1.605

\* Essas subsidiárias compõem a linha de outros na mutação do investimento.

2022

	Participação societária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
<b>Controladas diretas</b>							
Azulão Geração de Energia S.A.	99,90%	95.569	2.377.602	198.956	1.079.593	1.194.622	5.477
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	100,00%	616.335	2.688.680	519.912	1.520.555	1.264.548	179.297
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100,00%	403.544	1.930.640	575.164	702.349	1.056.671	163.112
Parnaíba VII Geração de Energia S.A.	99,90%	-	55.098	-	-	55.098	-
Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.	79,00%	200	2.138.924	1.015	-	2.138.109	60.136
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.	100,00%	531.464	607.252	351.593	18.442	768.681	132.752
Parnaíba B.V.	100,00%	1.093	-	980	-	113	(1.222)
Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	410.975	2.201.804	372.505	536.111	1.704.163	38.180
Pecém II Participações S.A.	100,00%	1.831	1.117.632	23.940	3.472	1.092.051	58.138
FC One Energia Ltda	100,00%	79.850	363.191	162.977	18.823	261.241	193.696
Focus Futura Holding Participações S.A.	100,00%	48.793	2.408.673	18.558	13.252	2.425.656	(26.225)
Focus Futura Geração 1 S.A.	10,00%	2.750	1.437.849	9.026	29.580	1.401.993	(12.092)
Amapari Energia S.A. (*)	100,00%	69.225	957	4.117	73.731	(7.666)	(2.253)
Eneva Norte S.A. (*)	100,00%	1	-	-	-	1	(60)
Eneva Participações S.A.	100,00%	4.996	106.181	4.989	34.065	72.123	(82.420)
DC Energia e Participações S.A.	21,00%	711	451.109	-	-	451.820	12.629
Jandaíra Ventos S.A. (*)	99,90%	16	-	-	-	16	(219)
Jandaíra II Ventos S.A. (*)	99,90%	16	-	1	-	15	(85)
SPEs Ventos (*)	100,00%	143	892	15	195	825	(458)
Seival Geração de Energia Ltda.	100,00%	3.320	-	48	23.837	(20.565)	229
Sul Geração de Energia Ltda. (*)	50,00%	14	13.091	-	1.014	12.091	(14)
Termopantanal Participações Ltda.	66,67%	9	400	1	2.726	(2.318)	-
Tauá Geração de Energia Ltda.	100,00%	391	17.246	510	2.706	14.421	(1.000)
Sparta 300 Participações S.A.	100,00%	30	-	9	-	21	(1.236)
Centrais Elétricas Barra dos Coqueiros S.A. (*)	75,00%	281	8.432	283	5	8.425	-
Nossa Senhora de Fátima S.A.	100,00%	-	16.817	7	4.181	12.629	(535)
<b>Controladas indiretas:</b>							
Pecém II Geração de Energia S.A.	100,00%	513.536	1.614.145	294.944	715.105	1.117.632	58.105
Termopantanal Ltda.	66,67%	10	7.464	1	9.731	(2.258)	-
SPE Futura 2 Geração e Comercialização de Energia S.A.	10,00%	11.913	519.622	77.420	750	453.365	(3.342)
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	100,00%	480.976	455.161	606.500	319.628	10.009	(78.884)
<b>Controladas em conjunto:</b>							
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.	50,00%	1.682	2.378	1.722	2.415	(77)	(858)
Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	50,00%	8.017	1.790	2.045	391	7.371	294
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	13.519	2.211	4.691	149	10.890	883

\* Essas subsidiárias compõem a linha de outros na mutação do investimento.

### Mutação do investimento das controladas diretas e controladas em conjunto - valor patrimonial

	Saldo em 2022	Transferência de participação	Integralização/Redução de capital	Aporte/Integralização de AFAC	Equivalência	Amortização de mais-valia	Juros	Dividendos e JCP	Mudança de participação societária	Incorporação	Transferência para passivo a descoberto	Outros resultados abrangentes	Saldo em 2023
<b>Controladas diretas:</b>													
Azulão Geração de Energia S.A.	1.193.429	-	154.894	49.011	51.496	-	-	(3.222)	-	-	-	-	1.445.608
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	1.400.239	(1.402.817)	-	-	85.847	(232)	-	(83.037)	-	-	-	-	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A. <b>(a)</b>	1.119.484	(1.185.934)	4.310	-	122.333	(2.227)	-	(62.771)	-	-	-	4.805	-
Azulão I Geração de Energia S.A.	55.044	-	256.271	(36.790)	(1.542)	-	-	-	-	-	-	-	272.983
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. <b>(b)</b>	547.835	-	-	-	46.178	(35.362)	-	(246.801)	-	(311.850)	-	-	-
Parnaíba B.V.	2.218	-	-	-	(59)	-	-	-	-	-	(49)	(1.227)	883
Itaqui Geração de Energia S.A.	1.714.736	-	-	-	118.649	(511)	-	(109.765)	-	-	-	-	1.723.109
Pecém II Participações S.A.	926.075	-	(201.600)	-	56.037	(6.456)	-	(50.546)	-	-	-	-	723.510
FC One Energia LTDA	355.167	-	1.030	-	188.852	-	-	(130.837)	-	-	-	-	414.212
Focus Futura Holding Participações S.A. <b>(c)</b>	2.524.460	-	2.117.607	(1.889.456)	(24.315)	-	130.953	-	(1.546.139)	-	-	61	1.313.171
Focus Futura Geração 1 S.A.	(49.305)	-	776	(722)	1	-	-	-	(89)	-	-	-	(49.339)
Tauá Geração de Energia Ltda.	14.420	-	1.031	(338)	(3.064)	-	-	-	-	-	-	-	12.049
Eneva Participações S.A.	249.865	-	5.481	(5.481)	28.514	(1.806)	-	-	-	-	-	22.922	299.495
Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.	7.807.269	-	-	-	142.794	(257.472)	-	-	-	-	-	-	7.692.591
DC Energia Participações S.A.	449.002	-	-	48	37.957	-	-	-	-	-	-	-	487.007
Nossa Senhora de Fátima S.A.	20.784	-	1.102	381	(136)	-	-	-	-	-	-	-	22.131
Sparta 300 Participações S.A.	21	-	337.104	151.053	(2.426)	-	-	-	-	-	-	(14.472)	471.280
Eneva Participações III S.A. <b>(a)</b>	-	2.557.173	118.185	-	73.890	-	31.729	(15.674)	(1.025.474)	-	-	2.256	1.742.085
Outros	35.126	-	649	(121)	(474)	-	-	(4)	-	-	-	(21.804)	13.372
	<b>18.365.869</b>	<b>(31.578)</b>	<b>2.796.840</b>	<b>(1.732.415)</b>	<b>920.532</b>	<b>(304.066)</b>	<b>162.682</b>	<b>(702.657)</b>	<b>(2.571.702)</b>	<b>(311.850)</b>	<b>(49)</b>	<b>(7.459)</b>	<b>16.584.147</b>
<b>Controladas em conjunto:</b>													
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	5.351	-	-	-	803	-	-	(324)	-	-	-	-	5.830
Pecém Oper. e Manutenção de Ger. Elétrica S.A.	3.631	-	-	-	523	-	-	(85)	-	-	-	-	4.069
MABE Construção e Administração de Projeto Ltda	(38)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38	-	-
	<b>8.944</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.326</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(409)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>38</b>	<b>-</b>	<b>9.899</b>
<b>Total investimentos</b>	<b>18.374.813</b>	<b>(31.578)</b>	<b>2.796.840</b>	<b>(1.732.415)</b>	<b>921.858</b>	<b>(304.066)</b>	<b>162.682</b>	<b>(703.066)</b>	<b>(2.571.702)</b>	<b>(311.850)</b>	<b>(11)</b>	<b>(7.459)</b>	<b>16.594.046</b>

- (a) O Conselho de Administração aprovou, em 21 de junho de 2023, a celebração de acordo de investimento com o Banco Itaú Unibanco S.A. regulando os termos e condições gerais para o ingresso da instituição financeira como acionista minoritário no quadro acionário da Eneva III. Com a efetivação da operação, o Itaú Unibanco S.A. passou a ser titular da totalidade das ações preferenciais do capital social da Eneva III, representativas de 14,91% do seu capital social total, e a Companhia, por sua vez, se manteve titular da totalidade das ações ordinárias, as quais passaram a representar 85,09% do seu capital social total. Destaca-se que os direitos e obrigações da Eneva III e da instituição financeira, na qualidade de acionistas da PGC e da Parnaíba II, foram disciplinados por meio de acordo de acionistas e investimentos celebrado entre as partes. Cabe ressaltar que a Eneva III calcula sua participação nos lucros ou prejuízos das suas subsidiárias (PGC e Parnaíba II) após ajustar os dividendos conferidos às ações preferenciais, independentemente de tais dividendos terem sido declarados ou não. Isso significa efetivamente que a participação dos não controladores, representada pelas ações preferenciais cumulativas, está recebendo uma parcela do lucro ou prejuízo equivalente aos dividendos.

A Companhia mantém uma opção de compra da totalidade das ações preferenciais adquiridas pelos acionistas minoritários que poderá ser exercida considerando as seguintes condições:

i. Exercível exclusivamente entre o primeiro dia do 3º (terceiro) aniversário, inclusive, e o último dia do 8º (oitavo) aniversário, inclusive, da Data de Assinatura;

ii. A qualquer momento, até o último dia do 8º (oitavo) aniversário, inclusive, da Data de Assinatura, em caso de alteração de Lei que imponha tributação ou aumento das alíquotas ou valores dos Tributos já incidentes nesta data sobre a renda oriunda dos dividendos distribuídos às Ações Preferenciais detidas pelo Investidor;

iii. Na hipótese de liquidação da Companhia determinada por Autoridade Governamental.

A mensuração do valor justos desses instrumentos financeiros (opção de compra) é baseada em dados não observáveis uma vez que o preço da compra, caso incorrido pela Companhia, é calculado sobre o valor do investimento atualizado do acionista subtraído dos rendimentos líquidos recebidos atualizados. Os acionistas minoritários não detêm a opção de venda, cabendo o equity risk do investimento dos minoritários, estando no controle da Companhia o exercício ou não da sua opção de compra.

- (b) Movimentação relativa à incorporação da CGTF pela Eneva S.A., em março de 2023. Os ativos e passivos na data da incorporação eram apresentados como segue:

	Mar/23
<b>Ativo</b>	
Circulante	213.361
Não Circulante	394.806
<b>Ativo Total</b>	<b>608.167</b>
<b>Passivo</b>	
Circulante	278.538
Não Circulante	17.779
Patrimônio Líquido	311.850
<b>Passivo + Patrimônio Líquido</b>	<b>608.167</b>

- (c) Movimentação relativa principalmente à operação de venda de participação societária para a White Martins das empresas SPes Futura 1, 3 e 4, em março de 2023.

## 16.1. Composição dos saldos

	Controladora	
	2023	2022
<b>Participações societárias</b>		
Controladas	16.383.598	17.780.699
Controladas em conjunto	9.899	8.944
Adiantamento para futuro aumento de capital	200.549	585.170
	<b>16.594.046</b>	<b>18.374.813</b>

## 16.2. Composição do resultado de equivalência patrimonial

	Controladora	
	2023	2022
Resultado de equivalência patrimonial sobre os investimentos	921.858	719.690
Resultado de equivalência patrimonial sobre os passivos a descoberto	(4.775)	(998)
Amortização de mais valia	(313.230)	(92.793)
	<b>603.853</b>	<b>625.899</b>

## 17. Imobilizado

### Prática contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo, podendo conter:

- (i) **Custo de materiais e mão de obra direta;**
- (ii) **Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;**
- (iii) **Custos de desmontagem e de restauração do local onde os ativos estão localizados; e**
- (iv) **Custos de empréstimos e debêntures, que são capitalizados como parte do imobilizado se forem diretamente atribuíveis à construção de um ativo qualificável. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido.**

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais.

### Estimativas e julgamentos

Para os ativos de E&P, as reservas de gás natural são calculadas com base em informações econômicas, geológicas e de engenharia, como perfis de poço e dados de pressão, dentre outros. Os volumes de reservas são utilizados para o cálculo das taxas de depreciação/depleção/amortização pelo método de unidades produzidas. A determinação da estimativa do volume de reservas requer julgamento significativo e está sujeita a revisões, no mínimo anualmente, realizadas a partir de reavaliação de dados preexistentes e/ou novas informações disponíveis relacionadas à produção e à geologia dos reservatórios, bem como às alterações em preços e custos utilizados. As revisões também podem resultar de alterações significativas na estratégia de desenvolvimento da Companhia ou na capacidade de produção.

### Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados a esses gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

### Depreciação

#### Depreciação do imobilizado de geração de energia

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos a partir do seu início de operação, e a faixa de depreciação por tipo de ativo está descrita na nota explicativa 17.1 – composição dos saldos.

#### Depreciação do imobilizado na fase de exploração e produção – (E&P)

O imobilizado de E&P é depreciado a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas.

Anualmente, o volume de reservas 2P de cada campo é certificado por consultoria independente e, com base nessas informações, a Companhia mantém seus registros de depreciação por unidades produzidas.

## 17.1. Composição dos saldos

	<b>Consolidado 2023</b>								
	Terrenos	Edificações, obras civis benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Imobilizado E&P	Menos valia	Imobilizado em curso	Direito de uso*	Total
Faixa de depreciação	-	25 a 50 anos	5 a 40 anos	16 anos	Por produção	-	-	1 a 28 anos	
<b>Custos</b>									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	31.969	4.603.541	11.695.146	49.274	2.954.608	(461.890)	8.897.710	3.639.288	31.409.646
Adições (a)	2.068	12.051	481.518	688	293	-	2.143.019	354.528	2.994.165
Baixas	-	-	(58.163)	(353)	(177)	-	(174.021)	(4.742)	(237.456)
Adiantamento a fornecedor	-	-	-	-	-	-	8.176	-	8.176
Transferências	-	814.521	2.121.722	2.496	80.442	461.890	(3.481.071)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	34.037	5.430.113	14.240.223	52.105	3.035.166	-	7.393.813	3.989.074	34.174.531
<b>Depreciação</b>									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.623	(1.036.340)	(1.900.922)	(21.088)	(1.512.292)	-	-	(118.006)	(4.587.025)
Adições	-	(179.130)	(627.373)	(3.609)	(62.650)	-	-	(265.834)	(1.138.596)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.623	(1.215.470)	(2.528.295)	(24.697)	(1.574.942)	-	-	(383.840)	(5.725.621)
<b>Valor Contábil</b>									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	33.592	3.567.201	9.794.224	28.186	1.442.316	(461.890)	8.897.710	3.521.282	26.822.621
Saldo em 31 de dezembro de 2023	35.660	4.214.643	11.711.928	27.408	1.460.224	-	7.393.813	3.605.234	28.448.910

a. A movimentação está representada, substancialmente, pelos equipamentos adquiridos para a construção do projeto Azulão I, de Parnaíba V e VI e aquisição de equipamentos para o Hub Sergipe.

\*Refere-se principalmente ao direito de uso do afretamento de uma unidade flutuante de armazenagem e regaseificação (Navio) relacionado à atividade de armazenagem e regaseificação de gás natural (Floating Storage Regasification Unit - FSRU) do Hub Sergipe. O ativo é depreciado de forma linear durante o período contratual (até 31 de dezembro de 2044).

## Consolidado 2022

	Terrenos	Edificações, obras civis benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado E&P	Provisão para perda <i>Impairment</i>	Menos valia	Imobilizado em curso	Direito de uso*	Total
Faixa de depreciação	-	25 a 50 anos	5 a 40 anos	7 anos	16 anos	Por produção	-	-	-	1 a 28 anos	
<b>Custos</b>											
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15.245	3.225.269	4.613.244	2.450	41.876	2.722.097	(60.466)	-	5.899.012	225.055	16.683.782
Adições	72	57.867	89.694	644	51	141.957	-	-	2.644.768	56.262	2.991.315
Adições – Combinação de negócios	22.756	597.102	5.276.917	1.650	4.237	-	-	(461.890)	2.683.786	3.359.732	11.484.290
Reclassificação de <i>Impairment</i> - Seival Geração	-	-	(60.466)	-	-	-	60.466	-	-	-	-
Baixas	(6.104)	(6.894)	(11.300)	(1.976)	(30)	-	-	-	(105.578)	(1.761)	(133.643)
Adiantamento a fornecedor	-	-	-	-	-	-	-	-	383.902	-	383.902
Transferências	-	730.197	1.689.331	94.958	3.140	90.554	-	-	(2.608.180)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	31.969	4.603.541	11.597.420	97.726	49.274	2.954.608	-	(461.890)	8.897.710	3.639.288	31.409.646
<b>Depreciação</b>											
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(881.641)	(1.552.080)	(2.907)	(18.825)	(1.423.881)	(218)	-	-	(77.007)	(3.956.559)
Adições	-	(157.277)	(340.482)	(12.757)	(2.263)	(88.411)	-	-	-	(40.999)	(642.189)
Reclassificação de <i>Impairment</i> - Seival Geração	-	-	(218)	-	-	-	218	-	-	-	-
Baixas	1.623	2.578	7.108	414	-	-	-	-	-	-	11.723
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.623	(1.036.340)	(1.885.672)	(15.250)	(21.088)	(1.512.292)	-	-	-	(118.006)	(4.587.025)
<b>Valor Contábil</b>											
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15.245	2.343.628	3.061.164	(457)	23.051	1.298.216	(60.684)	-	5.899.012	148.048	12.727.223
Saldo em 31 de dezembro de 2022	33.592	3.567.201	9.711.748	82.476	28.186	1.442.316	-	(461.890)	8.897.710	3.521.282	26.822.621

### Certificação de reservas\*

Em 15 de fevereiro de 2024, a consultoria independente *Gaffney, Cline & Associates, Inc* (“GCA”) emitiu novo relatório executivo de auditoria das reservas e recursos contingentes do Parnaíba, Amazonas e Solimões. A nova certificação desses ativos levou em consideração a ampliação planejada da capacidade de geração térmica a gás natural no Brasil e a aceitação de recursos contingentes de gás para fins de comprovação de combustível no processo de habilitação de novos projetos em leilões de energia.

Segundo os critérios do *Petroleum Resources Management System* (PMRS), a GCA certificou as reservas de gás natural, conforme a tabela abaixo:

#### Reservas de gás natural, condensado nos campos da Bacia do Parnaíba (Bm<sup>3</sup>)

	Volumes brutos de gás dos campos (100% WI) (Bm <sup>3</sup> )	Volumes brutos de condensado dos campos (100% WI) (MMBIs)	Reservas de gás da Eneva (100% WI) (Bm <sup>3</sup> )	Reservas de condensado da Eneva (100% WI) (MMBIs)
Provada desenvolvida (1P)	20,2	1,0	19,8	0,9
Provada não desenvolvida (1P)	12,0	1,0	11,7	1,0
<b>Total (1P)</b>	<b>32,2</b>	<b>2,0</b>	<b>31,5</b>	<b>1,9</b>
<b>Total (2P)</b>	<b>38,3</b>	<b>2,3</b>	<b>37,6</b>	<b>2,2</b>
<b>Total (3P)</b>	<b>46,8</b>	<b>2,6</b>	<b>45,9</b>	<b>2,5</b>

#### Reservas de gás natural, condensado e óleo nos campos da Bacia do Amazonas (Bm<sup>3</sup>)

	Volumes brutos de gás dos campos (100% WI) (Bm <sup>3</sup> )	Volumes brutos de óleo e condensado dos campos (100% WI) (MMBIs)	Reservas de gás da Eneva (100% WI) (Bm <sup>3</sup> )	Reservas de óleo e condensado da Eneva (100% WI) (MMBIs)
Provada desenvolvida (1P)	7,1	2,2	7,0	2,2
Provada não desenvolvida (1P)	1,1	4,6	1,1	4,5
<b>Total (1P)</b>	<b>8,2</b>	<b>6,8</b>	<b>8,1</b>	<b>6,7</b>
<b>Total (2P)</b>	<b>10,3</b>	<b>9,6</b>	<b>10,0</b>	<b>9,5</b>
<b>Total (3P)</b>	<b>14,6</b>	<b>13,2</b>	<b>14,3</b>	<b>13,1</b>

#### Reservas provadas

São reservas que podem ser produzidas com alto nível de garantia.

#### Reservas não provadas

São baseadas em dados geológicos e de engenharia semelhantes aos usados para calcular reservas provadas. Contudo, devido às incertezas técnicas, contratuais ou regulatórias, não são incluídas nas reservas provadas.

#### Reservas desenvolvidas

São aquelas aptas a serem recuperadas, cujos investimentos necessários em infraestrutura para produção já foram executados.

#### Não desenvolvidas

São aquelas em que todo o plano de desenvolvimento necessita ser implementado.

#### Os níveis de garantia de produção subdividem-se em:

##### 1P

Alto nível de garantia de produção;

##### 2P

Reservas prováveis de produção, atribuíveis 50% no nível de garantia;

##### 3P

Reservas possíveis de produção, atribuíveis 10% no nível de garantia;

\*As informações de certificação de reservas não são auditadas por auditor independente das demonstrações financeiras.



### Avaliação de impairment

A Companhia realizou a avaliação quanto à existência de qualquer indicativo de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) do seu ativo imobilizado, conforme estabelecido pelos normativos contábeis, não tendo sido identificado nenhum indicativo para esses ativos.

## 18. Intangível

### Prática contábil

Os ativos intangíveis são mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

### Estimativas e julgamentos

Para os ativos de E&P, as reservas de gás natural são calculadas tendo por base informações econômicas, geológicas e de engenharia, como perfis de poço e dados de pressão, dentre outros. Os volumes de reservas são utilizados para o cálculo das taxas de depreciação/depleção/amortização no método de unidades produzidas. A determinação da estimativa do volume de reservas requer julgamento significativo e está sujeita a revisões, no mínimo anualmente, realizadas a partir de reavaliação de dados preexistentes e/ou novas informações disponíveis relacionadas à produção e à geologia dos reservatórios, bem como às alterações em preços e custos utilizados. As revisões também podem resultar de alterações significativas na estratégia de desenvolvimento da Companhia ou na capacidade de produção.

### Composição dos ativos intangíveis - Consolidado

	Faixa de amortização	Custo	Amortização*	2023	Custo	Amortização*	2022
				Valor líquido			Valor líquido
Licenças e software de informática	5 anos	68.115	(39.081)	29.034	58.600	(31.449)	27.151
Intangível de E&P (reservas)	Unidade produzida	509.907	(52.329)	457.578	509.897	(42.832)	467.065
Direito de outorga/concessão	15 a 33 anos	94.319	(39.920)	54.399	92.893	(39.920)	52.973
Outorgas e CCEARs	15 anos	4.737.055	(387.687)	4.349.368	171.226	(102.992)	68.234
Direito de uso na aquisição de investimentos	1 a 30 anos	1.158.435	(433.920)	724.515	1.158.435	(153.827)	1.004.608
Ágio e valor justo de ativos de vida útil indefinida	-	1.633.856	-	1.633.856	1.633.856	-	1.633.856
Mais valia	-	-	-	-	4.565.829	-	4.565.829
Intangível em curso	-	57.320	-	57.320	58.962	-	58.962
		<b>8.259.007</b>	<b>(952.937)</b>	<b>7.306.070</b>	<b>8.249.698</b>	<b>(371.020)</b>	<b>7.878.678</b>

\* A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos ativos a partir da data em que esses estão disponíveis para uso, com exceção do intangível de E&P para exploração de gás natural, que é amortizado com base nas unidades produzidas. Esses métodos são os que melhor refletem o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados aos diferentes ativos.

### Mutação dos ativos intangíveis

	Licenças e software de informática	Intangível de E&P	Direito de outorga/concessão	Outorgas e CCEARs	Direito de uso na aquisição de investimentos	Ágio e valor justo de ativos de vida útil indefinida	Mais valia	Intangível em curso	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>4.321</b>	<b>476.560</b>	<b>46.315</b>	<b>80.457</b>	<b>566.369</b>	<b>81.522</b>	-	<b>58.535</b>	<b>1.314.079</b>
Adições	2.645	47	5.350	-	497.079	-	-	2.009	507.130
Adições por combinação de negócios	15.543	-	3.400	-	52.572	1.552.334	4.565.829	12.310	6.201.988
Baixas	(6.104)	-	-	-	-	-	-	-	(6.104)
Transferências	13.893	-	-	-	-	-	-	(13.893)	-
Amortização	(3.147)	(9.542)	(2.092)	(12.223)	(111.411)	-	-	-	(138.415)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>27.151</b>	<b>467.065</b>	<b>52.973</b>	<b>68.234</b>	<b>1.004.609</b>	<b>1.633.856</b>	<b>4.565.829</b>	<b>58.961</b>	<b>7.878.678</b>
Adições	6.679	10	4.401	-	-	-	-	1.195	12.285
Baixas	-	-	(2.975)	-	-	-	-	-	(2.975)
Transferências	2.836	-	-	4.565.829	-	-	(4.565.829)	(2.836)	-
Amortização	(7.632)	(9.497)	-	(284.695)	(280.094)	-	-	-	(581.918)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>29.034</b>	<b>457.578</b>	<b>54.399</b>	<b>4.349.368</b>	<b>724.515</b>	<b>1.633.856</b>	-	<b>57.320</b>	<b>7.306.070</b>

#### Direito de outorga/concessão

O direito de outorga/concessão deve-se ao valor pago para a obtenção da concessão da área pela concessionária vencedora de licitação de campos exploratórios, mais conhecido como bônus de assinatura.

#### Outorgas e CCEARs

O saldo se refere, principalmente, as Outorgas e CCEARs oriundos das aquisições de Focus, Celse e CGTF ao longo de 2022.

#### Direito de uso na aquisição de investimentos

Referem-se à alocação dos ágios de vida útil definida gerados nas combinações de negócios e oriundas de outorgas e CCEARs.

#### Ágio e valor justo de ativos de vida útil indefinida

Nesta rubrica os dois principais efetivos são:

- (i) **Ágio (goodwill) oriundo da combinação de negócios realizada em 2015 pela Companhia, para aquisição da Parnaíba II, no montante de R\$ 73.497.**

O valor recuperável do ágio é avaliado todo ano, independentemente da existência de indicadores de impairment, conforme determina o CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos. As premissas-chave dos testes de valor recuperável estão descritas a seguir. Com base nos testes realizados, não foi identificada perda no seu valor recuperável para o exercício de 2023; e

- (ii) **Ágio contábil gerado na combinação de negócios para aquisição de Celse, realizada em outubro de 2022, contabilizado como contrapartida do IRPJ/CSL diferidos passivos sobre a mais-valia gerada nessa operação.**

O ágio no montante de R\$ 1.552.334, é avaliado todo ano, independentemente da existência de indicadores de impairment, conforme determina o CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos. As premissas-chave dos testes de valor recuperável estão descritas a seguir. Com base nos testes realizados, não foi identificada perda no seu valor recuperável para o exercício de 2023.

### **Avaliação de *impairment***

A Companhia e suas controladas são requeridas anualmente a efetuarem teste de redução ao valor recuperável de ativo intangível de vida útil indefinida.

Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A Companhia considera as usinas operadas pela controlada Parnaíba II e a UTE Sergipe, operada pela Celse, como unidades geradoras de caixa independentes.

Ambos os ativos intangíveis de vida útil indefinida foram gerados em combinações de negócios (Parnaíba II em 2015 e Celse em 2022), tendo sido submetido ao teste de recuperabilidade considerando o modelo de valor em uso baseado no valor presente do fluxo de caixa, por unidade geradora de caixa.

Não houve a necessidade de reconhecimento de qualquer provisão para redução ao valor recuperável, conforme as premissas-chave dos testes de valor recuperável descritas a seguir, aprovadas pela Administração.

### **Abordagem**

Projetaram-se fluxos de caixa operacionais, expressos em termos nominais (considerando os efeitos inflacionários da economia) e apresentados em moeda corrente, Reais (R\$).

### **Prazo**

#### **Parnaíba II:**

A projeção inicia-se em 2024 e se estende até o ano de 2048.

A premissa assumida foi a continuidade das operações sob regime de capacidade, utilizando como base os parâmetros definidos no leilão de capacidade ocorrido em 2021 para projetar os fluxos operacionais.

#### **Celse:**

A projeção inicia-se em 2024 e se estende até o ano de 2044.

### **Preço de venda**

#### **Parnaíba II:**

A referência utilizada para o 1º ciclo de monetização (período no qual as empresas possuem CCEAR) são as condições contratuais atuais, indexadas pela inflação (IPCA).

A premissa de preço assumida para o 2º ciclo de monetização do ativo, ou seja, período compreendido entre o término dos CCEARs atuais da Companhia e o final do período projetivo, teve como base o resultado do leilão de capacidade ocorrido em dezembro de 2021.

#### **Celse:**

A referência utilizada para o 1º ciclo de monetização (período no qual as empresas possuem CCEAR) são as condições contratuais atuais, indexadas pela inflação (IPCA).

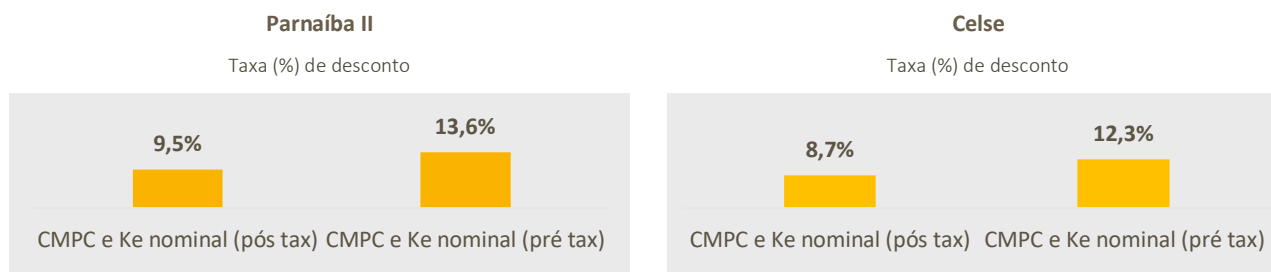
### **CAPEX de manutenção e *overhaul***

#### **Parnaíba II e Celse:**

Foram projetados investimentos em manutenção, de acordo com o ciclo orçamentário indexados pela inflação (IPCA). São dispêndios que se comportam de forma linear ao longo dos anos, exceto para os gastos com *overhaul*, que ocorrem em ciclos predeterminados pelo fabricante da turbina.

### Taxa de desconto

A Companhia aplica a abordagem do custo de Capital Próprio (Ke) para Parnaíba II e Celse, considerando efeitos inflacionários, conforme abaixo:



As taxas acima apresentadas foram ajustadas ao longo da projeção, considerando a evolução da estrutura de endividamento específica da UGC e a evolução da alíquota de impostos e das premissas de inflação.

## 19. Fornecedores

### Prática contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Inicialmente, elas são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

		Consolidado	
		2023	2022
Geração de energia	a	100.016	429.939
Construção de novas usinas	b	22.151	118.354
Comercialização de energia	c	309.691	249.994
Exploração e produção de gás	d	24.086	147.696
Manutenção das usinas	e	388.701	428.381
Outros	f	152.467	219.814
		<b>997.112</b>	<b>1.594.178</b>
<b>Circulante</b>		<b>660.906</b>	<b>1.296.155</b>
<b>Não circulante</b>		<b>336.206</b>	<b>298.023</b>

- a. O saldo é composto substancialmente por obrigações com fornecedores de insumos para a geração de energia. A redução observada se deve ao menor despacho em 2023.
- b. Corresponde aos investimentos ligados às aquisições para os projetos em construção Azulão 950.
- c. O saldo é composto substancialmente pela compra de energia elétrica no ambiente de contratação livre por meio de contratos bilaterais.
- d. O saldo é composto por fornecedores e prestadores de serviços ligados à atividade de exploração e produção de gás natural, sendo diretamente ligado à execução das campanhas de prospecção e desenvolvimento dos ativos do segmento de Upstream.
- e. O saldo é composto, substancialmente, por materiais usados na manutenção preventiva e corretiva das usinas, tais como peças, eletrônicos, mecânicos e elétricos.
- f. O saldo é composto por fornecedores diversos, com destaque para o Earn-out advindo da combinação de negócios com a CGTF e Holdback da combinação de negócios com a Celse ocorridas em 2022.

## 20. Fornecedores de projetos em construção

### Prática contábil

A Companhia renegociou os passivos oriundos de obrigações junto aos principais fornecedores dos projetos em construção. Essa renegociação teve como objetivo a extensão de prazo para liquidação dessas obrigações. A Companhia avalia se as alterações nos termos e condições do passivo original modificam substancialmente o fluxo de caixa exigido para a liquidação da obrigação ou não. Se o passivo original foi substancialmente modificado, a Companhia desreconhece o passivo original e reconhece um novo passivo, registrando o eventual ganho/perda gerado pelas alterações no resultado ou no imobilizado. Se o passivo original não foi substancialmente modificado, a Companhia mantém o passivo original reconhecido. Essa avaliação considera aspectos qualitativos e quantitativos, vinculados respectivamente à natureza e à função dos passivos, e o reflexo quantitativo na mudança dos fluxos de caixa da obrigação.

### Composição

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores de projetos em construção	86.857	11.848	191.034	505.287
Juros a incorrer de fornecedores - AVP	(6.221)	(1.347)	(11.336)	(38.176)
	<b>80.636</b>	<b>10.501</b>	<b>179.698</b>	<b>467.111</b>

A Companhia concluiu pela manutenção do passivo original, considerando que, em média, a diferença entre os fluxos originais e os renegociados tiveram uma diferença de apenas 2,6%.

A negociação com fornecedores teve como objetivo alinhar o fluxo de caixa dos projetos em construção, seja liberando financiamentos contratados ou iniciando a geração de caixa desses ativos.

Os encargos financeiros foram aproximadamente 1,09% a.a., com um prazo de pagamento médio estendido em 335 dias em comparação com os 30 dias habituais. Os juros incorridos em 2023 totalizaram R\$ 13.945, dos quais R\$ 3.805 foram reconhecidos como despesa financeira e R\$ 10.140 como custo de construção do ativo imobilizado.

Adicionalmente, para esses passivos em específico, a Companhia realiza o registro contábil com base no valor presente das obrigações. O Ajuste a Valor Presente (“AVP”) é apurado levando em consideração as taxas de juros praticadas nas operações e a curva de juros DI x Pré na B3, referência para marcação a mercado de instrumentos financeiros e adotada como taxa de desconto para o prazo remanescente dos títulos em aberto.

### Operações de desconto de títulos

Com o intuito de fortalecer as relações comerciais junto a alguns fornecedores, assim como viabilizar suas alternativas de gestão financeira, a Companhia autorizou a estes eventualmente realizar a cessão de crédito junto a instituições financeiras, a seu exclusivo critério.

Para as situações em que faturas foram negociadas com instituições financeiras, a Companhia foi informada para que passe a realizar o pagamento ao novo detentor e beneficiário dos títulos, na data de vencimento e nos montantes previamente acordados com seus fornecedores originais, sem qualquer mudança dos termos e condições das faturas originais, bem como ausência de garantias e/ou condições contratuais que prevejam situações de cobranças antecipadas.

Vale ressaltar que a Companhia não possui gestão sobre as eventuais negociações entre fornecedores e instituições financeiras, sendo discricionário aos fornecedores a eventual negociação das faturas na gestão de seus fluxos de caixa. A cessão dos títulos não altera as condições comerciais previamente estabelecidas com os fornecedores.

Por se tratar de um passivo, onde apenas novos prazos foram estabelecidos, realizamos o ajuste a valor presente desse passivo, para atendimento ao CPC 12 – Ajuste a valor presente.

## 21. Antecipação de recebíveis futuros

### Prática contábil

A Companhia realiza o registro contábil deste passivo de longo prazo com base no valor presente das obrigações. O AVP é apurado levando em consideração as taxas de juros praticadas nas operações e a curva de juros DI x Pré na B3, referência para marcação a mercado de instrumentos financeiros e adotada como taxa de desconto para o prazo remanescente dos títulos em aberto.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Antecipação de recebíveis futuros	996.427	-
Juros a incorrer AVP	(186.048)	-
	<b>810.379</b>	<b>-</b>
<b>Circulante</b>	<b>249.342</b>	<b>-</b>
<b>Não circulante</b>	<b>561.037</b>	<b>-</b>

Em 01 de setembro de 2023, as controladas Itaqui e Pecém II concluíram operação de cessão parcial de direitos creditórios decorrentes de CCEARs firmados com alguns de seus clientes, em favor de terceiros, em caráter definitivo e sem qualquer coobrigação em caso de inadimplência. Cabe às subsidiárias apenas o risco de performance operacional vinculado à disponibilidade das plantas para atendimento ao despacho centralizado do ONS.

A operação teve recebimento de caixa como adiantamentos em favor das Controladas Itaqui e Pecém II de R\$375.000 e R\$475.000, respectivamente, já descontados os encargos incorridos pela antecipação e com vencimentos até fevereiro de 2027 e fevereiro de 2028, respectivamente.

Os descontos financeiros serão apropriados como despesa financeira no resultado pelo prazo do contrato. Os direitos creditórios cedidos tiveram os seus saldos ajustados a valor presente. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo em aberto do AVP é de R\$ 67.130 para Itaqui e R\$ 118.917 para Pecém II.

Adicionalmente, a Companhia contratou operações de swap para conversão do risco de exposição à taxa pré-fixada, firmada na operação de cessão de direitos creditórios das suas subsidiárias, para CDI. Os derivativos possuem pontas ativas firmadas a 12,31% a.a. e 12,50% a.a. e pontas passivas a CDI + 2,04% a.a. e CDI + 2,18% a.a., sendo os prazos e *notional* idênticos aos da operação de cessão de direitos creditórios das controladas. Em 31 de dezembro de 2023, os saldos do valor justo dos derivativos é de R\$ 477 e R\$ 1.901, respectivamente.

## 22. Tributos a recolher

Os saldos de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSL) a recolher estão representados a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	442	1.167	51.269	163.120
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSL	-	-	47.779	77.984
	<b>442</b>	<b>1.167</b>	<b>99.048</b>	<b>241.104</b>
<b>Circulante</b>	<b>442</b>	<b>1.167</b>	<b>90.711</b>	<b>224.122</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.337</b>	<b>16.982</b>

Os demais impostos e contribuições a recolher estão compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ICMS	25.176	6.048	45.760	38.764
PIS, COFINS e IOF	13.597	4.936	86.584	58.771
Tributos de Importação	4.368	2.245	5.620	1.480
Royalties	5.536	12.654	5.536	12.654
Outros *	3.377	13.909	14.528	25.411
	<b>52.054</b>	<b>39.792</b>	<b>158.028</b>	<b>137.080</b>
<b>Circulante</b>	<b>52.054</b>	<b>39.792</b>	<b>158.028</b>	<b>137.080</b>

\* Composto, principalmente, por tributos retidos de terceiros.

## 23. Empréstimos, financiamentos e debêntures

### Prática contábil

Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período em que as dívidas estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Administração da Companhia avaliou que a melhor divulgação dos juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures é por meio dos fluxos de caixa de financiamentos, pois o custo desses passivos financeiros está intrinsecamente ligado à obtenção de recursos para a construção do parque gerador e produtor de gás da Companhia.

Os custos das debêntures que são diretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis foram registrados como parte do custo desses ativos, no ativo imobilizado. As debêntures que receberam essa classificação foram as seguintes: terceira emissão e quinta emissão de debêntures simples em série única, atribuíveis à construção do projeto Parque dos Gaviões, primeira e segunda séries da sexta emissão, atribuíveis à construção do projeto Parque dos Gaviões e de “Parnaíba VI”, primeira e segunda séries da oitava emissão e primeira, segunda e terceira séries da nona emissão, atribuíveis à construção de “Parnaíba VI” e do Complexo Solar Futura.

As debêntures da oitava e nona emissões, mediante adoção de *hedge accounting* de valor justo, foram contabilizadas ao valor justo durante o período em que havia a contratação de um *swap* de troca de taxas (realizando a troca do IPCA para DI). O *swap* foi liquidado em maio de 2023, a partir desta liquidação o *hedge accounting* de valor justo foi descontinuado, de modo que a diferença entre o valor justo e o custo amortizado das debêntures na data da descontinuação do hedge foi no montante de R\$ 316.882, e terá sua apropriação contábil realizada ao longo do prazo remanescente de acordo com o método da taxa efetiva de juros conforme requerido pelo item 6.5.10 do CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

### Depósitos vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures

A Companhia avalia se os depósitos vinculados aos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures atendem aos seguintes critérios:

- não estão condicionados a eventos futuros; e
- são legalmente executáveis, no curso normal dos negócios, no caso de inadimplência e no caso de insolvência ou falência.

Dessa forma, o valor dos depósitos vinculados é apresentado junto aos empréstimos, financiamentos e debêntures a eles relacionados, assim como é apresentado dentro do fluxo de caixa das atividades de financiamentos nas demonstrações do fluxo de caixa.

						Consolidado							
						2023				2022			
Empresa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Taxas efetivas*	Vencimento	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total
<b>Empréstimos e financiamentos</b>													
Eneva	FINEP	R\$	TJLP+3,00%	10,28%	17/03/2025	(62)	14.682	49	14.669	-	26.166	100	26.266
Eneva	FINEP	R\$	TJLP+1,00%	8,20%	15/12/2028	(61)	19.862	52	19.853	(179)	23.599	71	23.491
Eneva	Banco do Brasil	R\$	CDI +1,60%	12,32%	08/09/2024	-	250.000	9.202	259.202	-	-	-	-
Eneva	Santander	R\$	CDI +1,60%	12,25%	23/09/2024	-	250.000	8.916	258.916	-	-	-	-
PGC	BNB	R\$	IPCA + 1,9388%	6,76%	15/07/2036	(5.833)	842.048	245.279	1.081.494	(6.587)	842.048	173.347	1.008.808
Azulão	BASA SubCrédito A, B e C	R\$	IPCA+ 2,335%	7,44%	16/06/2036	(11.601)	869.309	4.528	862.236	(12.807)	939.077	5.675	931.945
Azulão	FDA	R\$	IPCA+ 2,0431%	7,08%	01/02/2038	(2.337)	214.276	822	212.761	(2.640)	199.021	16.038	212.419
SPE 3 Futura	BNB	R\$	IPCA + 2,0431%	7,08%	15/07/2045	-	189.055	7.149	196.204	-	200.000	6.200	206.200
SPE 4 Futura	BNB	R\$	IPCA + 3,4906%	8,46%	15/08/2046	(1.391)	300.000	35.148	333.757	(1.423)	262.043	10.472	271.092
SPE 5 Futura	BNB	R\$	IPCA + 2,0431%	7,08%	15/07/2045	-	144.285	5.379	149.664	-	150.000	4.650	154.650
SPE 6 Futura	BNB	R\$	IPCA + 2,0431%	7,08%	15/07/2045	-	96.146	3.585	99.731	-	100.000	3.100	103.100
Parnaíba II	FDNE	R\$	IPCA + 3,383%	4,37%	01/07/2041	(4.914)	246.552	13.117	254.755	(5.011)	100.057	1.961	97.007
Celse	IFC	R\$	IPCA + 9,78%	16,34%	15/04/2032	-	-	-	-	(25.034)	907.454	17.985	900.405
Celse	IDB	R\$	IPCA + 9,60%	16,16%	15/04/2032	-	-	-	-	(23.795)	750.748	14.605	741.558
Celse	IDB USD	R\$	USD + Libor + 5,4%	9,94%	15/04/2032	-	-	-	-	(4.080)	177.290	3.818	177.028
Celse	China Fund	R\$	USD + Libor + 5,4%	9,94%	15/04/2032	-	-	-	-	(5.369)	233.278	5.024	232.933
GNL Brasil	BNB	R\$	IPCA+3,38%	8,52%	15/01/2032	-	19.643	50	19.693	-	-	-	-
Azulão I	BASA	R\$	IPCA+3,28%	7,88%	15/01/2041	-	400.000	138	400.138	-	-	-	-
						<b>(26.199)</b>	<b>3.855.858</b>	<b>333.414</b>	<b>4.163.073</b>	<b>(86.925)</b>	<b>4.910.781</b>	<b>263.046</b>	<b>5.086.902</b>
Depósitos vinculados						-	(301.095)	-	(301.095)	-	(192.610)	-	(192.610)
						<b>(26.199)</b>	<b>3.554.763</b>	<b>333.414</b>	<b>3.861.978</b>	<b>(86.925)</b>	<b>4.718.171</b>	<b>263.046</b>	<b>4.894.292</b>
<b>Circulante</b>						<b>(2.432)</b>	<b>652.889</b>	<b>162.517</b>	<b>812.974</b>	<b>(12.247)</b>	<b>300.432</b>	<b>77.266</b>	<b>365.451</b>
<b>Não Circulante</b>						<b>(23.767)</b>	<b>2.901.874</b>	<b>170.897</b>	<b>3.049.004</b>	<b>(74.678)</b>	<b>4.417.739</b>	<b>185.780</b>	<b>4.528.841</b>

\* Cálculo das taxas efetivas leva em consideração indexadores acumulados nos últimos 12 meses: CDI a 13,05%, IPCA a 4,68% e TJLP a 7,05%.



						2023					2022					Consolidado
Empresa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Taxas efetivas*	Vencimento	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Valor justo das debêntures	Total	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Valor justo das debêntures	Total	
<b>Debêntures</b>																
PGC	1ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA+ 7,2227%	11,64%	15/11/2025	(1.154)	211.592	1.764	-	212.202	(2.290)	265.978	2.366	-	266.054	
PGC	1ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI+ 2,5%	12,72%	15/11/2025	(1.513)	188.993	3.129	-	190.609	(3.237)	282.663	5.532	-	284.958	
Parnaíba II	3ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI+ 1,2%	11,45%	02/10/2024	(127)	145.000	4.469	-	149.342	(420)	290.000	9.851	-	299.431	
Parnaíba II	3ª emissão - 3ª Série	R\$	CDI+ 1,76%	11,22%	02/10/2026	(647)	360.000	11.582	-	370.935	(934)	360.000	12.576	-	371.642	
Eneva	2ª emissão - 1ª Série	R\$	CDI+ 1,15%	12,22%	15/05/2024	(605)	750.000	11.209	-	760.604	(2.227)	750.000	13.201	-	760.974	
Eneva	2ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI+ 1,8%	11,74%	15/05/2027	(3.043)	750.000	11.790	-	758.747	(4.130)	750.000	14.014	-	759.884	
Eneva	2ª emissão - 3ª Série	R\$	IPCA+ 5,05%	9,52%	15/05/2029	(2.667)	647.875	3.807	-	649.015	(3.309)	618.755	3.879	-	619.325	
Eneva	3ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA+ 4,2259%	8,56%	15/12/2027	(7.325)	832.441	1.231	-	826.347	(9.577)	795.024	1.438	-	786.885	
Eneva	5ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA+ 5,5%	10,05%	15/06/2030	(16.077)	825.221	1.580	-	810.724	(18.791)	788.130	1.844	-	771.183	
Eneva	6ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA+ 4,127%	8,33%	15/09/2030	(12.694)	469.885	5.385	-	462.576	(13.952)	448.764	5.288	-	440.100	
Eneva	6ª emissão - 2ª Série	R\$	IPCA+ 4,5034%	9,02%	15/09/2035	(21.716)	721.123	9.005	-	708.412	(22.959)	688.710	8.848	-	674.599	
Eneva	7ª Emissão - 1ª Série	R\$	CDI+ 1,57%	11,34%	19/05/2025	(1.441)	1.500.000	21.595	-	1.520.154	(2.482)	1.500.000	180.409	-	1.677.927	
Eneva	8ª Emissão - 1ª Série	R\$	IPCA+ 6,5254%	10,87%	15/07/2032	(18.782)	751.518	21.801	-	754.537	(21.001)	718.481	20.472	19.954	737.906	
Eneva	8ª Emissão - 2ª Série	R\$	IPCA+ 6,5891%	11,20%	15/07/2037	(12.124)	493.183	14.444	-	495.503	(13.064)	471.502	13.563	19.578	491.579	
Eneva	8ª Emissão - 3ª Série	R\$	CDI+ 1,7%	11,88%	15/07/2029	(11.146)	500.000	31.830	-	520.684	(13.327)	500.000	33.145	-	519.818	
Eneva	8ª Emissão - 4ª Série	R\$	CDI+ 2%	12,37%	15/07/2032	(8.418)	350.000	22.778	-	364.360	(9.518)	350.000	23.690	-	364.172	
Eneva	9ª Emissão - 1ª Série	R\$	IPCA+ 6,9%	11,25%	15/09/2032	(46.404)	797.831	15.140	-	766.567	(51.160)	762.757	13.241	39.987	764.825	
Eneva	9ª Emissão - 2ª Série	R\$	IPCA+ 7%	11,63%	15/09/2037	(30.741)	602.336	11.592	-	583.187	(33.057)	575.857	10.138	45.096	598.034	
Eneva	9ª Emissão - 3ª Série	R\$	IPCA+ 7,15%	11,98%	15/09/2042	(31.872)	607.619	11.938	-	587.685	(33.529)	580.907	10.440	64.051	621.869	
Celse	1ª emissão - 1ª série	R\$	9,85%	9,85%	30/04/2032	-	-	-	-	-	(562.277)	2.963.663	60.817	-	2.462.203	
Celse	2ª emissão - 2ª série	R\$	CDI+2,50%	12,59%	15/09/2028	(115.786)	2.700.000	94.868	-	2.679.082	-	-	-	-	-	
Celse	2ª emissão - 3ª série	R\$	IPCA+7,49%	12,16%	15/09/2030	(79.991)	1.814.189	32.544	-	1.766.742	-	-	-	-	-	
						<b>(424.273)</b>	<b>16.018.806</b>	<b>343.481</b>	<b>-</b>	<b>15.938.014</b>	<b>(821.241)</b>	<b>14.461.191</b>	<b>444.752</b>	<b>188.666</b>	<b>14.273.368</b>	
Depósitos vinculados						-	(99.255)	-	-	(99.255)	-	(705.625)	-	-	(705.625)	
						<b>(424.273)</b>	<b>15.919.551</b>	<b>343.481</b>	<b>-</b>	<b>15.838.759</b>	<b>(821.241)</b>	<b>13.755.566</b>	<b>444.752</b>	<b>188.666</b>	<b>13.567.743</b>	
<b>Circulante</b>						<b>(68.946)</b>	<b>1.032.187</b>	<b>343.481</b>	<b>-</b>	<b>1.306.722</b>	<b>(138.701)</b>	<b>559.489</b>	<b>444.752</b>	<b>-</b>	<b>865.540</b>	
<b>Não Circulante</b>						<b>(355.327)</b>	<b>14.887.364</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.532.037</b>	<b>(682.540)</b>	<b>13.196.077</b>	<b>-</b>	<b>188.666</b>	<b>12.702.203</b>	

\* Cálculo das taxas efetivas leva em consideração indexadores acumulados nos últimos 12 meses: CDI a 13,05%, IPCA a 4,68% e TJLP a 7,05%. O ajuste a valor justo das debêntures a apropriar reconhecido no passivo no montante de R\$ 316.882 será realizado conforme a taxa efetiva calculada da operação pelo prazo 20 anos aproximadamente (conforme vencimento da 8ª e 9ª emissão de debenture).

As instituições financeiras normalmente não requerem garantias para empréstimos e financiamentos concedidos à Controladora. Entretanto, os empréstimos obtidos pelas subsidiárias estão garantidos na estrutura equivalente à *Project Finance*, principalmente através dos ativos (máquinas e equipamentos), bem como pelo fluxo de faturamento dos contratos de CCEARs das subsidiárias. Adicionalmente, os financiamentos também contam com o aval da Controladora para as subsidiárias.

	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>49.757</b>	<b>4.894.292</b>	<b>10.589.080</b>	<b>13.567.743</b>
(+) Novas captações	1.500.000	2.104.095	-	5.000.000
(+) Juros incorridos	46.866	285.917	932.873	1.434.117
(-) Reorganização societária	(1.025.474)	-	-	-
(+/-) Variação cambial	432	(4.007)	-	-
(+/-) Variação monetária	-	193.098	300.143	325.985
(-) Pagamento de principal	(15.653)	(3.241.969)	-	(3.530.808)
(-) Pagamento de juros	(3.344)	(321.687)	(1.091.355)	(1.535.386)
(+/-) Custo de captação	57	60.725	27.028	396.968
(+/-) Valor justo das debêntures	-	-	(188.666)	(426.230)
(+/-) Depósitos vinculados	-	(108.486)	-	606.370
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>552.641</b>	<b>3.861.978</b>	<b>10.569.103</b>	<b>15.838.759</b>

	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>64.817</b>	<b>1.787.137</b>	<b>4.609.953</b>	<b>5.960.313</b>
(+) Novas captações	-	1.099.686	5.440.000	5.440.000
(+) Aquisição Focus/Celse – combinação de negócios	-	3.027.263	-	1.923.449
(+) Juros incorridos	4.536	225.490	659.063	897.744
(+/-) Variação cambial	-	(16.303)	-	-
(+/-) Variação monetária	410	35.713	202.168	218.587
(-) Pagamento de principal	(15.488)	(883.334)	-	(267.308)
(-) Pagamento de juros	(4.575)	(301.617)	(344.415)	(650.458)
(+/-) Custo de captação	57	(1.634)	(166.355)	(220.859)
(+/-) Valor justo das debêntures	-	-	188.666	188.666
(+/-) Depósitos vinculados	-	(78.109)	-	77.609
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>49.757</b>	<b>4.894.292</b>	<b>10.589.080</b>	<b>13.567.743</b>

As parcelas dos empréstimos, financiamentos e debêntures classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2023 têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de Vencimento	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2025	6.852	341.502	1.999.661	3.066.983
2026	3.960	185.477	501.117	1.315.626
2027	3.965	203.439	718.071	1.362.473
2028	3.970	225.703	874.803	1.529.056
2029 até o último vencimento	-	2.393.978	5.559.460	7.357.154
	<b>18.747</b>	<b>3.350.099</b>	<b>9.653.112</b>	<b>14.631.292</b>
Depósitos vinculados	-	(301.095)	-	(99.255)
	<b>18.747</b>	<b>3.049.004</b>	<b>9.653.112</b>	<b>14.532.037</b>

### Estratégia para contratação do endividamento

Para realizar a contratação de novos financiamentos são considerados principalmente elementos como disponibilidade de recursos (fontes existentes e disponíveis), custo, prazo e indexação. Como na maioria dos casos, as receitas da Companhia são corrigidas anualmente pelo IPCA, dívidas com mesma indexação são as que trazem naturalmente um alinhamento entre receitas e despesas financeiras. Entretanto, por se tratar de financiamentos de longo prazo, as diversas indexações disponíveis são avaliadas comparativamente considerando as expectativas pelos prazos considerados e não pelo custo corrente. Por fim, a indexação de financiamentos é vinculada a tipos de instrumentos, com eficiências diferenciadas e público-alvo de investidores. Portanto, a contratação de novos financiamentos ainda considera a alternativa que apresenta exequibilidade em função de condições de mercado.

### Covenants financeiros e não financeiros

Os contratos de financiamentos e debêntures das Companhias operacionais (“PGC”, “Parnaíba II”, “Celse”, “Azulão” e “Eneva”) possuem obrigações que são monitoradas regularmente para garantir que o contrato seja cumprido. Essas cláusulas estão resumidas a seguir:

- (i) Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;
- (ii) Direito dos credores de executar inspeções e visitas nas instalações;
- (iii) Obrigação de manter atualizadas as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- (iv) Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- (v) Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;
- (vi) Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;
- (vii) Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias, exceto as ocorridas dentro do grupo econômico, e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e
- (viii) Limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas nas subsidiárias.

Os contratos de financiamentos e emissões de debêntures contêm cláusulas específicas de *covenants* financeiros já em fase de medição, as quais se encontram atendidas.

Empresa	Descrição dos <i>Covenants</i> Financeiros	Posição em 31/12/2023	Posição em 31/12/2022
PGC	Dívida líquida de no máximo 3,5 <sup>*1</sup> vezes o EBITDA Índice de cobertura do serviço da dívida igual ou maior de 1,2 <sup>*2</sup>	✓	✓
Parnaíba II	Dívida líquida de no máximo 3,0 vezes o EBITDA	✓	✓
Eneva S.A.	Dívida líquida de no máximo 5,5 <sup>*3</sup> vezes o EBITDA	✓	✓
Celse	Índice de cobertura do serviço da dívida <sup>*4</sup>	✓	✓

<sup>\*1</sup> Conforme deliberado e aprovado na assembleia de debenturistas da primeira emissão de debêntures da PGC, o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA em 31 de dezembro 2022 poderá atingir até 4,0 (quatro inteiros). Em 31 de dezembro de 2023 o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA poderá atingir até 3,5 (três vírgula cinco). Em 31 de dezembro de 2024, o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA poderá atingir até 3,0 (três inteiros).

<sup>\*2</sup> Adicionalmente, foi deliberado e aprovado que o índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) terá a sua apuração suspensa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2024.

<sup>\*3</sup> Conforme deliberado e aprovado em assembleias de debenturistas das segunda emissão, terceira emissão, quinta emissão, sexta emissão, sétima emissão de debêntures da Eneva, terceira emissão de debêntures da Parnaíba II, assim como na segunda emissão de debêntures da Celse, celebrada em 21 de setembro de 2023, no período compreendido entre 31 de dezembro de 2022 (inclusive) e 30 de junho de 2023 (inclusive), o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA da Eneva S.A. poderá atingir até 6,5 (seis vírgula cinco). No período compreendido entre 30 de setembro de 2023 (inclusive) e 31 de dezembro de 2023 (inclusive), o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA poderá atingir até 5,5 (cinco vírgula cinco). No período compreendido entre 31 de março de 2024 (inclusive) e 30 de junho de 2024 (inclusive), o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA poderá atingir até 5,0 (cinco inteiros). Após esse período, o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA passa a ser de até 4,5 (quatro vírgula cinco).

<sup>\*4</sup> Conforme aprovado no “Consent and waiver to the common terms agreement”, no período compreendido entre 29 de julho de 2022 (inclusive) e 30 de junho de 2023 (inclusive), a Companhia não fará a apuração do índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”). Para o período de 31 de dezembro de 2023, e subsequentes, a obrigação não é aplicável, tendo em vista o resgate antecipado total da primeira emissão de debêntures da Celse S.A.

## 24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

### Prática contábil

Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos.

### Estimativas e julgamentos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos ao valor justo nas demonstrações financeiras. A definição do valor justo dos derivativos da Companhia exige o uso de metodologias de valoração que podem ser complexas e envolve o uso de estimativas futuras de câmbio, de inflação, de taxas de juros de longo prazo e de preços de energia.

### Classificação e mensuração subsequente

Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado, quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de finanças vigente.

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação:

- (i) **Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e cujo modelo de negócios tem como objetivo manter o ativo para receber seus fluxos de caixa contratuais;**
- (ii) **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e cujo modelo de negócios tem como objetivo tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto a sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente que, no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e**
- (iii) **Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. No caso da Companhia, esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.**

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

#### Nível I:

São preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;

#### Nível II:

São informações, que não incluem os preços cotados no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;

#### Nível III

São informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Segue descrição dos saldos contábeis consolidados dos instrumentos financeiros:

	2023				2022				Consolidado
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total	
<b>Ativos financeiros</b>									
Caixa e equivalente de caixa	1.407.423	-	934.638	2.342.061	775.400	-	515.895	1.291.295	
Títulos e valores mobiliários	-	-	250.578	250.578	-	-	731.310	731.310	
Contas a receber	1.431.317	-	-	1.431.317	1.270.137	-	-	1.270.137	
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.876	-	3.876	-	468	-	468	
Valor justo dos contratos de energia	-	-	1.673.735	1.673.735	-	-	1.669.258	1.669.258	
Operações comerciais com partes relacionadas	-	-	-	-	390	-	-	390	
	<b>2.838.740</b>	<b>3.876</b>	<b>2.858.951</b>	<b>5.701.567</b>	<b>2.045.927</b>	<b>468</b>	<b>2.916.463</b>	<b>4.962.858</b>	
<b>Passivos financeiros</b>									
Fornecedores	997.112	-	-	997.112	1.594.178	-	-	1.594.178	
Fornecedores de projetos em construção	179.698	-	-	179.698	467.111	-	-	467.111	
Valor justo dos contratos de energia	-	-	987.650	987.650	-	-	1.197.883	1.197.883	
Empréstimos e financiamentos	3.861.978	-	-	3.861.978	4.894.292	-	-	4.894.292	
Debêntures	15.838.759	-	-	15.838.759	10.353.527	-	3.214.216	13.567.743	
Antecipação de recebíveis	-	-	810.379	810.379	-	-	-	-	
Operações comerciais com partes relacionadas	206	-	-	206	-	-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos – Swap debêntures	-	-	-	-	-	125.060	(268.361)	(143.301)	
Instrumentos financeiros	-	-	4.518	4.518	-	-	-	-	
Contas a pagar – setor elétrico	45.832	-	-	45.832	37.717	-	-	37.717	
Provisão de custo por indisponibilidade	62.047	-	-	62.047	77.920	-	-	77.920	
Pesquisa e desenvolvimento	89.893	-	-	89.893	66.285	-	-	66.285	
Arrendamentos	3.591.753	-	-	3.591.753	3.667.804	-	-	3.667.804	
	<b>24.667.278</b>	<b>-</b>	<b>1.802.547</b>	<b>26.469.825</b>	<b>21.158.834</b>	<b>125.060</b>	<b>4.143.738</b>	<b>25.427.632</b>	

### Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com a hierarquia a seguir:

	2023				2022				Consolidado
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
<b>Ativos financeiros</b>									
Fundos de investimentos	-	934.638	-	934.638	-	515.895	-	515.895	
Títulos e valores mobiliários	-	250.578	-	250.578	-	731.310	-	731.310	
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.876	-	3.876	-	468	-	468	
Valor justo dos contratos de energia	-	-	1.673.735	1.673.735	-	-	1.669.258	1.669.258	
	<b>-</b>	<b>1.189.092</b>	<b>1.673.735</b>	<b>2.862.827</b>	<b>-</b>	<b>1.247.673</b>	<b>1.669.258</b>	<b>2.916.931</b>	
<b>Passivos financeiros</b>									
Instrumentos financeiros derivativos – Swap debêntures	-	-	-	-	-	(143.301)	-	(143.301)	
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.518	-	4.518	-	-	-	-	
Valor justo das debêntures	-	-	-	-	-	3.214.216	-	3.214.216	
Valor justo dos contratos de energia	-	-	987.650	987.650	-	-	1.197.883	1.197.883	
	<b>-</b>	<b>4.518</b>	<b>987.650</b>	<b>992.168</b>	<b>-</b>	<b>3.070.915</b>	<b>1.197.883</b>	<b>4.268.798</b>	

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo durante o exercício. Com relação à opção de compra das ações preferenciais detidas pelo Itaú Unibanco S.A. da controlada Eneva III, descrevemos os detalhes referentes à mensuração do valor justo no tópico “Opção de compra e mensuração do seu valor justo” a seguir nesta nota explicativa.

### Análise de sensibilidade – hierarquia de nível 3

	Técnica de valorização	Dados não observáveis	Valor justo dos contratos de energia	Sensibilidade dos inputs ao valor justo (a)	
<b>Ativos financeiros</b>			1.844.337	+10%	1.548.296
	Método de fluxo de caixa descontado	Preço projetado de energia		-10%	2.136.338
<b>Passivos financeiros</b>			1.088.319	+10%	946.097
				-10%	1.230.266

a. Esse cenário de variação de 10% representa uma flutuação considerada razoável pela Companhia, tomando como base o histórico de negociações firmados em condições similares de mercado.

### Métodos e técnicas de avaliação

Devido ao seu vencimento no curto prazo, entende-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores é equivalente aos seus valores contábeis.

Os títulos e valores mobiliários classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimentos em títulos públicos federais por meio do fundo exclusivo da Companhia e, por isso, entende-se que o seu valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Alguns instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em função do seu ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do seu saldo contábil. O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher o método e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Demonstramos abaixo o valor justo dos passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado:

	Consolidado			
	2023		2022	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - nível 2
<b>Passivos financeiros</b>				
Debêntures	15.838.759	15.757.293	10.353.527	9.953.204

As debêntures possuem mercado secundário, sendo marcadas a mercado por meio de novas negociações.

Para financiamentos captados via bancos de fomento e classificados e mensurados pelo custo amortizado, a Companhia entende que se tratam de operações bilaterais que não possuem mercado ativo e nem outra fonte semelhante, que têm condições comparáveis e que podem servir de modelo para determinar seus valores justos, portanto, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para os demais empréstimos classificados como custo amortizado, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida.

As debêntures possuem mercado secundário, sendo marcadas a mercado por meio de novas negociações.

## 24.1. Risco de mercado

### Principais riscos de mercado: taxa de câmbio, preços de commodities, preços de energia elétrica e de juros

#### Risco de taxa de câmbio

No contexto de exposições em moeda estrangeira, a CELSE realiza desembolsos em dólar americano referentes ao custo de operação da Unidade Flutuante de Armazenamento e Regaseificação (FSRU), que fica atracada no Porto de Sergipe, dedicada à operação da Hub Sergipe. Com a finalidade de verificar a sensibilidade dessa exposição, foram definidos três diferentes cenários. Como cenário provável, a Companhia utilizou a taxa de câmbio à vista para estimar o que seriam as despesas financeiras brutas para os próximos 12 meses. Como cenários alternativos, a Companhia calculou qual seria a perda financeira para os próximos 12 meses caso a taxa de câmbio fosse deslocada em 25% e 50%, respeitando os prazos de pagamento do contrato.

	Cenário provável	Cenário I (alta 25%)	Cenário II (alta 50%)
<b>Risco de fluxo de caixa:</b>			
Passivo indexado ao dólar americano	251.803	314.754	377.704
<b>Despesa financeira esperada</b>	<b>251.803</b>	<b>314.754</b>	<b>377.704</b>
<b>Aumento da despesa financeira</b>	<b>-</b>	<b>62.951</b>	<b>125.901</b>

A Companhia possui ainda exposição cambial decorrente de despesas/investimentos de capital (CAPEX) e operações de venda de energia elétrica denominados ou indexados a moedas estrangeiras, mitigados pela contratação de instrumentos financeiros derivativos com objetivo de hedge, conforme descrito no item a seguir.

#### 24.1.1 Derivativos, hedge e gerenciamento de risco

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações de *Non-Deliverable Forwards* (NDFs) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados à moeda estrangeira.

A Companhia possui NDFs com a finalidade de mitigar a exposição cambial decorrente de investimentos e operações de venda de energia em moeda estrangeira previstos nas seguintes entidades: (i) na holding, para a construção das instalações previstas no contrato de suprimento de GNL a Suzano e a Vale; (ii) na Parnaíba II, para a implantação do projeto de Parnaíba VI (fechamento de ciclo da UTE Parnaíba III); (iii) na Azulão I e Sparta 300, para construção do projeto Azulão 950; e (iv) na Eneva Comercializadora, para as receitas denominadas ou indexadas ao dólar. Esses programas foram designados para contabilidade de *hedge* e são classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de hedge de fluxo de caixa, tendo em vista que o objetivo da cobertura é trazer maior previsibilidade ao fluxo de caixa futuro, mitigando o risco do impacto cambial sobre os pagamentos que são objeto dos hedges contratados e não como investimentos especulativos.

	Valor de Referência		Vencimento	Valor Justo		Efeito acumulado
	2023	2022		2023	2022	Valor a receber ou a pagar em 2023
<b>Desembolso USD:</b>			Por ano			
Termo de compra	210.610	121.565	2024 - 2026	(24.909)	(35.226)	10.317
Termo de venda	69.440	119.819	2024 - 2035	21.874	15.787	6.087
<b>Exposição líquida</b>	<b>141.170</b>	<b>1.746</b>		<b>(3.035)</b>	<b>(19.439)</b>	<b>16.404</b>

Em 31 de dezembro de 2023, os montantes líquidos apurados de MTM para esses instrumentos derivativos representam perdas de R\$ 2.060, que foram integralmente registradas no patrimônio líquido (*hedge accounting*) em outros resultados abrangentes. Os ganhos e perdas são reconhecidos no patrimônio líquido e transferidos para o imobilizado quando há a realização do item protegido, que no exercício de 2023 somam ganhos de R\$ 60.131.



### Risco de variação de preço (*commodities*)

No caso da Companhia, esse risco está associado ao preço do carvão e ao preço do GNL. O carvão forma os estoques necessários para geração de energia nas termelétricas Pecém II e Itaqui e o GNL é importado via contrato de longo prazo para utilização na geração de energia na termelétrica Hub Sergipe.

O período entre a compra das commodities e sua utilização para geração de energia se configura como o risco de variação de preço. Porém, cabe destacar que a estrutura contratual do CCEAR prevê o repasse do custo com a commodity na receita variável (como um dos componentes dessa receita). Dessa forma, o risco de resultados negativos produzidos pela variação do preço dos insumos é mitigado.

### Risco de variação dos preços de mercado de energia elétrica

A Companhia e suas controladas operam no mercado de compra e venda de energia com o objetivo de alcançar resultados com as variações do preço de energia, respeitados os limites de risco preestabelecidos pela administração da Companhia. Essa atividade expõe a Companhia e suas controladas ao risco do preço futuro da energia.

As operações futuras de compra e venda de energia são reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, apurado pela diferença entre o preço contratado e o preço de mercado futuro estimado pela Companhia. O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros dos contratos de energia da Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, certo julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado.

### Risco de taxa de inflação e juros flutuantes

A Companhia e suas controladas têm passivos indexados ao mercado flutuante de juros no segmento dos depósitos interbancários (DI), no mercado inflacionário com a correção dada pelo IPCA e pelo indexador econômico TJLP.

O ativo da Companhia e de suas controladas, representado por suas receitas, também será corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fato que reduz substancialmente o descasamento entre as taxas de inflação de ativos e passivos.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das dívidas aos quais a Companhia estava exposta foram definidos três diferentes cenários. Como cenário provável, a Companhia utilizou projeções de mercado para estimar quais seriam as despesas financeiras brutas para os próximos 12 meses. Como cenários alternativos, a Companhia calculou qual seria a perda financeira para os próximos 12 meses caso as curvas de TJLP, CDI, IPCA e Libor fossem deslocadas em 25% e 50%, respeitando os prazos de pagamento de cada linha.

	Cenário provável	Cenário I (alta 25%)	Cenário II (alta 50%)
<b>Risco de fluxo de caixa:</b>			
Passivo indexado à TJLP	3.649	4.208	4.699
Passivo indexado ao CDI	918.735	1.107.813	1.295.157
Passivo indexado ao IPCA	1.357.656	1.536.948	1.714.348
<b>Despesa financeira esperada</b>	<b>2.280.040</b>	<b>2.648.969</b>	<b>3.014.204</b>
<b>Aumento da despesa financeira</b>	<b>-</b>	<b>368.929</b>	<b>734.164</b>

#### Metodologia:

deslocamento paralelo para cima das curvas de juros em 25% e 50%.

#### Indicadores

IPCA médio 12M: 6,36% (fonte: Curva Referencial B3)  
TJLP 12M: 6,53% (fonte: Conselho Monetário Nacional)  
CDI médio 12M: 10,04% (fonte: Curva Referencial B3)

### Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em reais indexados ao IPCA

No 2º trimestre de 2023, a Companhia liquidou seus derivativos que haviam sido contratados em 2022, reconhecendo um efeito líquido de R\$ 75.191 de receita no resultado financeiro. Tais instrumentos tinham o objetivo de proteção econômica e financeira, mediante a contratação de operações de swap com o intuito de converter para o CDI as debêntures originalmente contratadas em IPCA. A Companhia assumiu, nesses swaps, posições passivas em CDI e posições ativas em IPCA.

## 24.2. Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2023 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

						Consolidado
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	2023 Total
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	264.370	396.536	336.206	-	-	997.112
Fornecedores de projetos em construção	106.885	72.813	-	-	-	179.698
Instrumentos financeiros derivativos	(20.534)	(4.872)	(1.530)	(572)	-	(27.508)
Valor justo dos contratos de energia	539.585	118.416	29.836	299.813	-	987.650
Antecipação de recebíveis	20.238	20.238	40.476	121.429	607.998	810.379
Arrendamentos	107.596	82.603	210.155	363.803	2.827.596	3.591.753
Contas a pagar – setor elétrico	45.832	-	-	-	-	45.832
Pesquisa e desenvolvimento – setor elétrico	-	89.893	-	-	-	89.893
Empréstimos e financiamentos	386.511	433.037	1.471.495	4.488.542	7.388.125	14.167.710
Debêntures	1.327.934	1.264.917	3.140.497	4.079.778	11.532.053	21.345.179
	<b>2.778.417</b>	<b>2.473.581</b>	<b>5.227.135</b>	<b>9.352.793</b>	<b>22.355.772</b>	<b>42.187.698</b>

						Consolidado
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	2022 Total
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	90.702	1.205.453	298.023	-	-	1.594.178
Fornecedores de projetos em construção	125.666	379.621	-	-	-	505.287
Instrumentos financeiros derivativos	(162.486)	(116.741)	(193.161)	(469.816)	3.484.637	2.542.433
Valor justo dos contratos de energia	446.009	428.279	211.206	112.389	-	1.197.883
Arrendamentos	68.054	68.066	254.605	366.447	2.910.631	3.667.803
Contas a pagar – setor elétrico	-	37.717	-	-	-	37.717
Pesquisa e desenvolvimento – setor elétrico	-	66.285	-	-	-	66.285
Empréstimos e financiamentos	340.802	286.190	1.006.206	2.373.213	6.128.891	10.135.302
Debêntures	1.169.537	1.114.226	2.624.787	8.075.903	13.180.327	26.164.780
	<b>2.078.284</b>	<b>3.469.096</b>	<b>4.201.666</b>	<b>10.458.136</b>	<b>25.704.486</b>	<b>45.911.668</b>

### 24.3. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

A Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os créditos relacionados a caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos vinculados estão expostos a baixos riscos devido à classificação dos bancos de primeira linha (AAA e AA), com os quais a Companhia tem relacionamento. A avaliação de risco de crédito de contas a receber e comercialização de energia estão descritos na nota explicativa 12 – Contas a receber.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Posições do risco de crédito</b>		
Caixa e equivalente de caixa	2.342.061	1.291.295
Títulos e valores mobiliários	250.578	731.310
Contas a receber de clientes	1.431.317	1.270.137
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	1.673.735	1.669.258
Depósito vinculado sobre empréstimos e debêntures	400.350	898.235
	<b>6.098.041</b>	<b>5.860.235</b>

### 24.4. Risco de capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução do custo de capital.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Nos casos em que é necessário aprovação dos acionistas, a Administração irá propor tais ações.

#### Opção de compra e mensuração do seu valor justo

A Companhia possui o direito de recompra de todas as ações preferenciais da Eneva III detidas pelo Itaú Unibanco S.A. no âmbito do Acordo de Investimentos celebrado em 21 de junho de 2023, com a possibilidade de exercício entre 1 de julho de 2026 e 20 de junho de 2030, ou em determinadas circunstâncias, para datas anteriores ao início do período ordinário de exercício. Vale destacar que o acionista preferencialista não possui o direito de venda das ações, salvo determinadas circunstâncias, ficando a decisão de exercício do direito a exclusivo critério da Companhia, conforme nota explicativa 16 – Investimentos.

Essa opção de compra detida pela Companhia é classificada como o valor justo Nível 3, uma vez que os valores dos insumos para determinar o valor justo não são observáveis. A razão para isso é que a Eneva III não possui ações negociadas em bolsa de valores, e as ações preferenciais conferem direitos a dividendos e/ou juros sobre capital próprio prioritários à sua participação no capital social da empresa.

A prioridade para o recebimento dos dividendos e/ou juros sobre capital próprio pelos acionistas preferenciais prevista no Acordo de Investimentos levaria a Companhia a exercer o direito de recompra em situações cuja economicidade do exercício se denote favorável à Companhia, seguindo modelos tradicionais de precificação de opções e suas perspectivas de negócio.

### Mensuração a valor justo

Para mensuração do valor justo, usamos o método do Valor Presente Líquido, considerando o fluxo previsto de dividendos pagos pela Eneva III versus o preço de exercício atualizado da opção de compra. Informações consideradas para mensuração:

Inputs	Fontes	Tratamento
Custo de Capital Próprio	Curvas de juros futuros prêmios de riscos	Weighted Average Cost of Capital (WACC)
Fluxo de dividendos esperado	Estimativa interna da empresa	-
CDI Futuro	Curvas de juros futuros	-

Nesse sentido, a principal variável não verificável e necessária para a mensuração do valor justo da opção de compra é o fluxo de dividendos esperado, que foi estimado a partir das melhores informações da Companhia e sensibilizado por métodos estatísticos aplicados às premissas relevantes e não controladas para a estimativa. Assim, avaliamos a opção como um instrumento financeiro de nível 3 na hierarquia de valor justo.

Com base nesse exercício, a Companhia estima que em 31 de dezembro de 2023, o valor presente dos benefícios econômicos da opção seja inferior ao seu preço de exercício, não sendo favorável sua realização.

## 25. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, tributárias, ambientais e trabalhistas, assim como em processos administrativos regulatórios, que são monitorados e constantemente avaliados pela Administração e por seus advogados internos e assessores jurídicos.

### Prática contábil

A Companhia constitui provisões relacionadas a processos judiciais, administrativos e arbitrais, em valores suficientes para garantir eventuais perdas consideradas prováveis.

### Estimativas e julgamentos

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos contingentes significativos avaliados como de risco possível e remoto não são provisionados. Os processos avaliados como de risco possível são divulgados em notas explicativas.

A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é suportada pelo julgamento e pela experiência da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis. As avaliações de risco e os valores estimados podem divergir dos que vierem a ser incorridos pela Companhia.

### Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre efeitos na quebra da “coisa julgada”

Em 08 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário.

Conforme requerido pelo Ofício Circular n. 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impactos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, relacionadas à decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária.

O saldo consolidado da provisão para contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é apresentado abaixo:

						Consolidado
		2022				2023
		Saldo acumulado	Adições	Reversão	Atualização	Saldo acumulado
Cíveis	a	79.606	-	(3.779)	3.377	79.204
Trabalhistas	b	19.116	5.881	(10.549)	2.220	16.668
Tributárias		40	-	-	52	92
<b>Total das provisões</b>		<b>98.762</b>	<b>5.881</b>	<b>(14.328)</b>	<b>5.649</b>	<b>95.964</b>

#### a. Riscos cíveis

A controlada Amapari Energia S.A. (“Amapari”) é autora de ação ordinária contra a ANEEL no valor de R\$ 44.091 com pedido de tutela antecipada, para que a Amapari seja enquadrada no mecanismo de ressarcimento de custo de combustíveis da Conta de Consumo de Combustíveis para o Sistema Isolado (“CCC-ISOL”). Em setembro de 2018, foi dado provimento ao recurso de apelação interposto pela Amapari, anulando a sentença e julgando procedente a demanda, autorizando a empresa a utilizar o mecanismo de ressarcimento do custo de combustíveis instituído pela CCC-ISOL. Ainda por meio do acórdão, foi determinado o imediato reembolso de CCC não recebido pela Amapari no período de novembro de 2008 até fevereiro de 2009.

Em 2019, em cumprimento à decisão, a ANEEL realizou o pagamento do reembolso pleiteado pela Amapari. Contra o referido acórdão, a ANEEL interpôs recurso, ainda pendente de julgamento, de modo que foi realizado o provisionamento contábil do montante recebido de forma antecipada.

Ainda em 2019, a Amapari iniciou execução provisória, em primeira instância, do acórdão favorável para cobrar da ANEEL os juros que não haviam sido pagos por ocasião do recebimento do valor principal da CCC-ISOL. A decisão de primeira instância, corroborada por decisão do TRF da 1ª Região, reconheceu o direito da Amapari ao recebimento dos juros e obrigou a ANEEL a pagá-los. Dessa forma, em abril de 2021, a Amapari recebeu, a título de juros, o valor de R\$ 20.216. Aguarda-se análise de impugnação da CCEE, gestora dos recursos da CCC, acerca de divergência de cálculos. Da mesma forma como ocorreu com o valor principal, considerando a discussão judicial em curso acerca do recebimento dos recursos, também foi realizado o provisionamento contábil como passivo contingente do montante recebido de forma antecipada a título de juros.

#### b. Riscos trabalhistas

Englobam reclamações movidas por ex-colaboradores da Companhia e funcionários terceirizados de empresas prestadoras de serviços, que pleiteiam, dentre outros, o pagamento de verbas rescisórias, adicional de periculosidade, vínculo empregatício e posterior equiparação em direitos aos empregados da Companhia e, em alguns casos, eventuais verbas inadimplidas por suas contratantes diretas. A reversão apresentada no quadro anterior está vinculada a liquidações dos pedidos feitos pelos reclamantes e o encerramento de processos no decorrer do ano de 2023. Não existe causa individualmente relevante.

#### Contingências com risco possível (não requerem constituição de provisão)

As ações de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental que não estão provisionadas envolvem prognóstico de perda possível classificado pela Administração, seus advogados e assessores jurídicos, e são apresentadas a seguir:

				Consolidado
			2023	2022
Ambientais			36.221	35.404
Trabalhistas			72.625	47.987
Cíveis	a		2.130.147	1.284.139
Tributárias	b		473.369	459.553
Fundiárias	c		107.100	107.000
Regulatórias	d		129.134	9.554
<b>Total</b>			<b>2.948.596</b>	<b>1.943.637</b>

**a. Riscos cíveis****Procedimentos arbitrais da Companhia e suas controladas**

Os valores envolvidos nas arbitragens refletidos no quadro consolidado acima são uma estimativa da soma dos pleitos atualizados contra a Companhia e/ou suas controladas nas arbitragens. Esse cálculo foi realizado de maneira independente pelos assistentes técnicos da Companhia para referência financeira e contábil dos pleitos apresentados pelas contrapartes até o momento, considerando que o rito da arbitragem permite ajustes nos pleitos apresentados no curso do procedimento. Já os números detalhados abaixo são aqueles indicados pelas próprias partes no termo de arbitragem, documento oficial que inaugura a disputa, no qual estão fixados os pontos controvertidos e valores envolvidos, celebrado por todas as partes e pelo próprio Tribunal Arbitral.

A Companhia e suas controladas são partes em seis arbitragens, que tramitam perante o Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA), o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), e a Câmara de Comércio Internacional (CCI). As contingências mais relevantes são relacionadas a contratos celebrados com fornecedores de serviços de construção e montagem de usinas termelétricas, em que as requerentes pleiteiam contra a Companhia e suas controladas reequilíbrio econômico dos contratos. A Companhia e suas controladas, por sua vez, pleiteiam a compensação por danos diretos e indiretos decorrentes do descumprimento das obrigações previstas nos contratos.

No procedimento arbitral em andamento perante o CBMA, de acordo com o termo de arbitragem, os valores históricos em disputa em favor da Companhia são de R\$ 50.000 e não há contrapleito em seu desfavor.

Nos procedimentos arbitrais em andamento perante o CAM-CCBC, de acordo com os termos de arbitragem, os valores históricos em disputa em favor da Companhia somam R\$ 314.000, enquanto a monta em favor das contrapartes é de R\$ 276.728.

Nos procedimentos arbitrais em andamento perante a ICC, de acordo com os termos de arbitragem, os valores históricos em disputa em favor da Companhia somam R\$ 280.000, enquanto a monta em favor das contrapartes é de R\$ 300.000.

Além desses, a controlada Celse é parte em procedimento arbitral perante a ICC desde data anterior à operação de aquisição realizada pela Companhia. Nessa arbitragem, a Companhia tem direito de regresso contra os antigos acionistas da controlada em caso de condenação.

Todos os procedimentos arbitrais são confidenciais com tribunal arbitral já constituído e se encontram em instrução probatória. Não há qualquer decisão de mérito em caráter definitivo até a publicação desta demonstração financeira.

**Processos judiciais da Companhia e suas controladas**

A controlada Pecém II, em conjunto com Porto do Pecém Geração de Energia S.A., ajuizou ação em face da ANEEL, pleiteando (i) o repasse, pela ANEEL, do valor cobrado pelo Estado do Ceará, a título de Encargo Hídrico Emergencial (“EHE”), aos CCEARs de Pecém II e Porto do Pecém, com o aumento do Custo Variável Unitário (“CVU”) e da receita de venda percebida por essas empresas; e (ii) a suspensão da aplicação pela ANEEL de quaisquer penalidades por eventual redução e/ou interrupção da geração de energia das UTEs Pecém II e Pecém I em virtude da redução no fornecimento de água.

Em 31 de janeiro de 2017, foi proferida decisão da Justiça Federal indeferindo o pedido de tutela antecipada formulado pelas autoras. Foi interposto pelas autoras recurso de agravo de instrumento, o qual foi distribuído ao Desembargador Souza Prudente em 1º de março de 2017. A tutela antecipada requerida pelas Companhias foi deferida em 5 de maio de 2017, tendo sido solicitado o cumprimento da decisão do agravo de instrumento por parte da ANEEL.

Assim, foi expedido ofício ao Diretor Geral da ANEEL determinando o cumprimento da decisão que deferiu os pedidos da ANEEL. Em 22 de agosto de 2017, a Diretoria da ANEEL aderiu à metodologia de cálculo de ressarcimento ensejando o repasse do EHE para as autoras, o que vem sendo realizado regularmente desde 2018 até o momento. A ANEEL apresentou petição informando o cumprimento da decisão e interpôs recurso de agravo interno contra a decisão monocrática do relator. Atualmente, aguarda-se julgamento do agravo interno pelo Tribunal Regional Federal.

Em outra ação relevante, as controladas MABE Construção e Administração de Projetos Ltda. (“MABE”), Pecém II e a Companhia são partes em ação condenatória ajuizada por antiga prestadora de serviços, que pleiteia a condenação da Companhia e suas controladas ao pagamento de quantias supostamente devidas e não pagas em razão da prestação de serviços de construção do empreendimento da subsidiária Pecém II.

Em agosto de 2022, foi proferida sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos da autora e condenando as rés ao pagamento de parcelas referentes ao contrato celebrado entre MABE e a autora. Foram apresentados recursos de apelação contra a sentença condenatória, que foram integralmente acolhidos para anulação da sentença, determinando-se o retorno do processo à fase inicial.

A controlada CELSE é parte em ações indenizatórias ajuizadas por moradores do entorno do Complexo Termoelétrico do Porto de Sergipe I, por meio das quais buscam reparações pecuniárias individuais por supostos danos materiais e morais decorrentes da instalação do empreendimento. Até a publicação desta Demonstração Financeira, não foram proferidas decisões relevantes em nenhum dos 59 processos.

Por fim, a controlada Focus Futura Holding Participações S.A. (“Focus”) é parte em uma ação judicial decorrente de disputa arbitral. Em caso de êxito, parte dos valores recebidos pela Focus serão revertidos ao pagamento de alguns de seus antigos acionistas, nos termos do acordo de combinação de negócios.

### **Outras contingências**

Os demais valores subdividem-se em ações judiciais envolvendo pleitos de natureza cível que individualmente não possuem risco financeiro relevante, descritos no relatório com prognóstico de perda possível. A alteração de valores apresentada acima se refere às mudanças nos prognósticos dos casos no decorrer do exercício.

### **b. Tributárias**

A controlada Itaqui possui demandas de natureza tributária em que figura como ré. A principal demanda se refere a auto de infração lavrado pelas autoridades fiscais federais para glosar despesas financeiras supostamente desnecessárias por não ter sido comprovado caráter de cobertura (hedge) de determinada operação contratada para fazer frente a um empréstimo em moeda estrangeira não concretizado.

Desde 2019, o assunto permanece em discussão em âmbito administrativo no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”). No início de 2020, por requerimento da controlada, o CARF determinou que o julgamento fosse convertido em diligência, tendo a controlada apresentado documentos e esclarecimentos para contribuir com o relatório de diligência fiscal. Esse relatório foi encerrado em 2021, quando a controlada apresentou nova manifestação e o processo foi devolvido ao CARF, onde aguarda julgamento.

Em caso de decisão final desfavorável na esfera judicial, a companhia perderá o direito a compensar futuros lucros fiscais com o montante de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSL glosado pelas autoridades fiscais, no montante de R\$ 195 milhões. Não há crédito tributário constituído sobre referido prejuízo fiscal. Em caso de decisão final desfavorável, o efeito seria de baixa de aproximadamente R\$ 195 milhões de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSL nos controles fiscais auxiliares (ECF), sem desembolso e impacto imediato no caixa da Companhia.

A Companhia é parte em execução fiscal ajuizada originalmente contra a CGTF, incorporada pela Eneva S.A. em 2023 e por ela sucedida em seus direitos e obrigações. O objetivo do processo é a cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS de suposto recolhimento a menor dessas contribuições, nos períodos de novembro de 2003 e novembro de 2004, decorrentes da aplicação do regime cumulativo às receitas decorrentes do contrato de venda de energia elétrica e preço predeterminado celebrado entre CGTF e empresa de distribuição de energia elétrica do Estado do Ceará em agosto de 2001. O valor estimado da contingência é de R\$ 100 milhões. Esclarecemos, porém, que, em caso de desfecho desfavorável, a Companhia possui direito de regresso contra a vendedora da CGTF, conforme estabelecido em instrumento particular celebrado.

### **c. Fundiários**

A controlada Azulão Geração de Energia S.A. (“Azulão”) é parte em ação ajuizada por vendedores de um terreno localizado no município de Silves, no estado do Amazonas, adquirido pela Companhia em 2018. A ação busca a anulação de instrumento de compra e venda regularmente celebrado pelas partes, em virtude de supostos vícios de vontade. O processo está em fase de instrução probatória e ainda não foram proferidas decisões.

#### d. Regulatório

A controlada Celse é parte em Mandado de Segurança impetrado contra a ANEEL para impedir a cobrança do ressarcimento dos CCEARs pela CCEE, no valor de R\$ 120.000, até que seja definida a metodologia de cálculo da indisponibilidade da UTE Porto de Sergipe I pela agência. Foi deferida medida liminar em favor da CELSE para suspender o pagamento do ressarcimento, bem como impedir a aplicação de qualquer tipo de oneração sobre a receita de seus contratos até a apreciação definitiva da questão em âmbito administrativo. Os efeitos da liminar foram mantidos em sentença

## 26. Valor justo dos contratos de comercialização de energia

### Prática contábil

A Companhia, por meio de suas controladas, opera no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e firmou contratos bilaterais de compra e venda de energia com diferentes participantes do mercado. Dessa forma, assume compromissos de contratos bilaterais de curto e longo prazo que compõem seu portfólio. Em decorrência das operações descasadas, assume posições de sobras ou déficits de energia, que são mensuradas a uma curva de preço futuro de mercado (curva *forward*). Portanto, a Companhia designa esses contratos como instrumentos financeiros, conforme IFRS 9/CPC 48, no início do contrato para contemplar a contabilização da correta exposição ao risco das operações de compra e venda futura dos contratos bilaterais.

O valor justo dos contratos de comercialização considera: (i) os preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes; (ii) margem de risco no fornecimento; e (iii) o preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos diferir do preço da transação, um ganho ou perda será reconhecido. O valor justo dos contratos está classificado como nível 3 na hierarquia de valor justo.

### Estimativas e julgamentos

O resultado da marcação a mercado (MTM) da carteira de contratos de compra e venda de energia para entrega futura do segmento de Comercialização de Energia é calculado como o somatório das diferenças entre o valor contratado e o valor de mercado atual de cada posição em aberto, trazidas a valor presente pela taxa de desconto correspondente. O valor de mercado de cada posição em aberto é calculado pela multiplicação da quantidade de energia pelo preço de mercado correspondente ao submercado, fonte e maturidade (prazo para o suprimento) associado. As curvas de preços de mercado utilizadas para a marcação a mercado refletem o valor de saída das posições de energia e se baseiam em referências de preços de mercado independentes e na visão interna da empresa.

Seguem abaixo as posições em aberto:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Ativo circulante	660.830	993.052
Ativo não circulante	1.012.905	676.206
<b>Total do ativo</b>	<b>1.673.735</b>	<b>1.669.258</b>
Passivo circulante	(558.322)	(874.314)
Passivo não circulante	(429.328)	(323.569)
<b>Total do passivo</b>	<b>(987.650)</b>	<b>(1.197.883)</b>
<b>Posição líquida</b>	<b>686.085</b>	<b>471.375</b>

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros) pode variar substancialmente, uma vez que as marcações a mercado desses contratos foram feitas considerando as datas-base de 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

A carteira de comercialização permite flexibilidade para gerenciar os contratos com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as políticas e os limites de riscos estabelecidos pelos órgãos de gestão da Companhia. A finalidade é gerar lucro por flutuações de preço no curto prazo ou ganho com margem em operações de longo prazo.



## 27. Provisão para obrigação de abandono

### Prática contábil

Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e os custos do ativo correspondente são reconhecidos em contrapartida. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A Companhia revisa trimestralmente seus custos estimados com desmantelamento de áreas de produção de gás, em conjunto com seu processo de certificação anual de reservas e quando há indicativo de mudanças em suas premissas.

Essa provisão se refere aos custos esperados para o abandono dos campos produtores de gás e para a desmobilização dos ativos da UTE de Pecém II. Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos, uma vez que:

- (i) no reconhecimento da provisão, o custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e é depreciado pela vida útil dos ativos correspondentes, resultando em uma despesa reconhecida no resultado do exercício;
- (ii) as obrigações ocorrerão no longo prazo;
- (iii) os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas das práticas de remoção e restauração e dos critérios a serem atendidos no momento da remoção e restauração efetivas; e
- (iv) as tecnologias e custos de remoção de ativos se alteram constantemente, junto com as regulamentações ambientais e de segurança.

A Companhia está constantemente conduzindo estudos para incorporar tecnologias e procedimentos de modo a otimizar as operações de abandono, considerando as melhores práticas. Contudo, os prazos e os valores dos fluxos de caixa futuros estão sujeitos a incertezas significativas.

### Estimativas e julgamentos

Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao valor presente dos custos esperados para a desmobilização e remoção dos ativos ao fim do prazo de autorização das usinas e são reconhecidos em contrapartida aos custos do correspondente ativo. Longos períodos até a data de abandono e variações na taxa de desconto, por menor que sejam, podem ocasionar grandes variações no valor reconhecido. Essa avaliação é realizada para os ativos da Eneva S.A. (segmento *Upstream*) e Pecém II, que estão registrados no ativo imobilizado com contrapartida em provisão para desmobilização.

A seguir, são apresentados os fluxos com provisão de abandono contabilizados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Saldo inicial</b>	<b>128.921</b>	<b>83.457</b>	<b>128.297</b>	<b>83.075</b>
Revisão da provisão	19.446	26.664	19.772	25.817
Atualização de juros	20.407	18.800	21.139	19.405
<b>Saldo final</b>	<b>168.774</b>	<b>128.921</b>	<b>169.208</b>	<b>128.297</b>

## 28. Partes relacionadas

### Prática contábil

As transações de compra e de venda de energia, compra e venda de gás natural e de mútuo são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, sendo atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Controladora Resultado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>Mútuo:</b>						
Itaqui Geração de Energia S.A.	250.140	706.867	-	-	53.379	69.623
Pecém II Geração de Energia S.A.	394.697	845.835	-	-	77.924	88.851
Focus Holding Comercializadora Participações	-	-	63.279	63.899	(1.020)	-
GNL Brasil Logística S.A.	58.585	-	-	-	4.319	-
Outros	1.567	1.585	2.489	291	(6.284)	27
	<b>704.989</b>	<b>1.554.287</b>	<b>65.768</b>	<b>64.190</b>	<b>128.318</b>	<b>158.501</b>
<b>Operações comerciais:</b>						
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	96.116	174.066	496	398	363.225	363.509
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	116.885	200.453	19.074	91.593	313.324	345.156
Eneva Comercializadora de Energia Ltda	15.046	3.892	-	-	14.358	(8.614)
Azulão Geração de Energia S.A.	25.788	10.834	487	188	24.224	12.752
Outros	75.544	39.680	12.906	10.694	64.045	26.816
	<b>329.379</b>	<b>428.925</b>	<b>32.963</b>	<b>102.873</b>	<b>779.176</b>	<b>739.619</b>
<b>Dividendos e juros s/ capital próprio a receber:</b>						
Itaqui Geração de Energia S.A.	36.271	50.020	-	-	-	-
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.	-	9.939	-	-	-	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	84.764	62.770	-	-	-	-
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	-	82.378	-	-	-	-
FC One Energia Ltda	111.969	41.132	-	-	-	-
Pecém II Participações	26.617	23.929	-	-	-	-
Outros	5.247	2.174	-	-	-	-
	<b>264.868</b>	<b>272.342</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>1.299.236</b>	<b>2.255.554</b>	<b>98.731</b>	<b>167.063</b>	<b>907.494</b>	<b>898.120</b>

- Contrato de mútuo celebrado com a Eneva (mutuante), sujeito a juros de 104% do CDI e prazo de vencimento indeterminado.
- Contrato de mútuo celebrado com a Eneva (mutuante), sujeito a juros de 104% do CDI e prazo de vencimento indeterminado.
- Refere-se à redução de capital da Focus Holding Comercializadora Participações Ltda. que ainda não foi autorizada pela JUCESP. Por esse motivo, foi considerado como mútuo com custo à de taxa referencial.
- Contrato de mútuo celebrado com a Eneva (mutuante), sujeito a juros de 3,25% do CDI e prazo de vencimento em junho de 2024.
- São saldos compostos basicamente pela venda do gás natural e arrendamento da Unidade de Tratamento de Gás (UTG) da Eneva para as subsidiárias, pelo período contratual de atendimento aos Contrato de Comercialização no Ambiente Regulado ("CCARs") das geradoras. Para este fornecimento não há garantia prestadas entre as partes e a liquidação se dá em pagamentos mensais.

### Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, de acordo com as atribuições e poderes conferidos em Estatuto Social. De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição entre eles.

Os montantes totais de remuneração dos Diretores e dos membros do Conselho da Administração da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, seguem abaixo:

		Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Benefícios de curto prazo	<b>a</b>	42.950	36.255	49.660	40.590
Benefícios de longo Prazo	<b>b</b>	8.951	119.266	10.492	127.730
		<b>51.901</b>	<b>155.521</b>	<b>60.152</b>	<b>168.320</b>

- a.** A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia inclui salários e benefícios não monetários registrados pelo regime de competência.
- b.** Conforme descrito na nota explicativa 31 – Plano de pagamento baseado em ações, a Companhia implementou plano de pagamento baseado em ações para gestores e diretores estatutários e não estatutários. A entrega das ações é feita após o cumprimento de determinadas condicionantes, como prazo de 3 a 5 anos e performance das ações, a partir da outorga do plano (apresentados conforme o realizado ao longo de 2023).

Seguem abaixo os montantes de remuneração mínima, média e máxima do Conselho de Administração e Diretoria:

		2023			2022		
		Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima
Conselho de Administração		180	418	916	600	662	1.032
Diretores		398	2.042	9.232	279	11.688	63.503
		<b>578</b>	<b>2.460</b>	<b>10.148</b>	<b>879</b>	<b>12.350</b>	<b>64.535</b>

## 29. Patrimônio líquido

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia é, respectivamente, de R\$ 13.077.188 e R\$ 13.075.688. A Companhia possui ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. O capital autorizado em 31 de dezembro de 2023 é composto por 529.067.496 ações autorizadas.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como dedução do valor captado.

	Controladora 2023		Controladora 2022	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Acionistas:</b>				
Banco BTG Pactual	348.882.453	22,02%	336.479.153	21,24%
Cambuhy	317.140.404	20,01%	312.640.404	19,73%
Dynamo	170.607.721	10,77%	159.392.167	10,06%
Partners Alpha investments LLC	85.409.046	5,39%	-	-
Atmos Capital Gestão de Recursos	86.168.513	5,44%	-	-
Ações em tesouraria	1.900.090	0,12%	2.671.432	0,17%
Outros	574.464.151	36,25%	773.263.068	48,80%
<b>Total</b>	<b>1.584.572.378</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.584.446.224</b>	<b>100,00%</b>

### Reserva de capital

As reservas de capital da Companhia são constituídas pelo plano de opções de ações outorgadas pela Companhia, ágio na emissão de ações e pela reserva de capital originada da combinação de negócios com a Focus. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos das reservas de capital são, respectivamente, de R\$ 172.879 e R\$ 146.914.

### Reserva de incentivos fiscais

#### SUDENE/SUDAM

A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Esse benefício corresponde à redução de 75% do Imposto de Renda, no período de 10 anos. Para o exercício de 2023, a Companhia constituiu R\$ 77.500 de incentivo fiscal da Sudene e R\$ 1.424 de incentivo fiscal da Sudam. Para o exercício de 2022, foi constituído, R\$ 43.996 de incentivo fiscal da Sudene.

#### ICMS – crédito presumido

Reserva constituída mediante a destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao incentivo fiscal ICMS para as saídas de gás natural destinadas à usina termelétrica movida a gás natural. Para os exercícios de 2023 e 2022, a Companhia constituiu respectivamente R\$ 78.441 e R\$ 159.850 de incentivo fiscal de ICMS.

### Ações em tesouraria

#### Programa de recompra de ações próprias

Os programas de recompra visam a aquisição de ações de emissão da Eneva S.A. para fazer frente às obrigações dos planos de incentivo de remuneração de longo prazo baseados em ações, direcionados aos administradores e empregados da Eneva S.A. e de suas sociedades controladas.

No exercício de 31 de dezembro de 2023, não foram adquiridas novas ações. Por outro lado, já foram entregues aos beneficiários nos exercícios de 2023 e 2022 os valores de R\$ 11.115 e R\$ 58.486, conforme apresentação na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

### Outros resultados abrangentes

As mutações do patrimônio líquido que não representam receitas e despesas realizadas são denominadas Outros Resultados Abrangentes (ORA) e incluem alterações que poderão afetar o resultado de períodos futuros ou, em alguns casos, nem mesmo circularem pelo resultado. Em 31 de dezembro de 2023, os saldos de outros resultados abrangentes são compostos por ajustes de conversão de moeda estrangeira e ganhos/perdas com derivativos, conforme apresentação na Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

### Prejuízos acumulados (destinação do resultado do exercício)

O lucro do exercício da Companhia foi integralmente destinado para compensar os prejuízos acumulados. Quando os prejuízos acumulados forem completamente compensados, a destinação de resultados atenderá ao definido no Estatuto Social da Companhia.

### Participações de acionistas não controladores

#### Composição da participação

Investimentos	Participação dos não controladores	2023		2022	
		Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
SPE Futura 1	89,10%	427.202	-	-	-
SPE Futura 2	90,00%	58.493	-	58.493	-
SPE Futura 3	89,10%	383.020	-	-	-
SPE Futura 4	89,10%	466.050	-	-	-
SPE Futura 5	90,00%	245.793	-	-	-
GNL Logística	49,00%	(2.150)	(2.150)	-	-
Eneva Participações III	14,91%	1.004.870	87.897	-	-
Termopantanal Participações	33,34%	(772)	-	(773)	-
<b>Total</b>		<b>2.582.506</b>	<b>85.747</b>	<b>57.720</b>	<b>-</b>

## 30. Resultado por ação (em reais)

O resultado por ação, básico e diluído, foi calculado pela divisão do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 pela respectiva quantidade média ponderada de ações em circulação durante o mesmo período, conforme o quadro abaixo:

	2023	2022
<b>Resultado do exercício:</b>		
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido atribuível aos acionistas (em reais) <b>a</b>	217.684.685	375.774.566
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações <b>b</b>	1.582.672.288	1.395.215.217
Efeito das opções <b>c</b>	1.013.272	389.707
<b>Lucro por ação (R\$) – básico a / b</b>	<b>0,13754</b>	<b>0,26933</b>
<b>Lucro por ação (R\$) – diluído a / b + c</b>	<b>0,13745</b>	<b>0,26926</b>

## 31. Plano de pagamento baseado em ações

### 31.1. Planos de opções de compra

A Companhia possui programas de incentivos de longo prazo para executivos elegíveis. Foram outorgados planos de opções de compra de ações emitidas pela Companhia, que foram aprovados pelo Conselho de Administração. A seleção dos beneficiários é submetida à avaliação pelo Comitê de Pessoas da Companhia (órgão consultivo vinculado ao Conselho de Administração). Os planos têm vigência de 5 anos, com liberação parcial (20%) a cada ano, sendo condicionado à manutenção do vínculo empregatício do beneficiário durante este período. Essas opções são liquidadas com a emissão de novas ações ou pela utilização (quando constituída) da conta "Ações em tesouraria".

O plano tem como objetivo garantir alinhamento dos interesses dos beneficiários aos interesses dos acionistas, maximizando os níveis de comprometimento com a geração de resultados sustentáveis, além de atrair e manter vinculados à Companhia os executivos beneficiados.

#### Prática contábil

A liquidação dos planos se dará exclusivamente pela entrega de instrumentos patrimoniais (ações). O valor justo das opções outorgadas é calculado na data da outorga, com base no modelo *Black&Scholes*, sendo a despesa registrada em base pro rata *temporis* (da data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção).

#### Movimentação ocorrida no plano de opções no ano de 2023:

	Quantidade de opções	Preço médio ponderado de exercício das opções
<b>Plano outorgado pela Companhia</b>		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>15.457.456</b>	<b>11,37</b>
<b>Opções em circulação em 31 de dezembro de 2022</b>		
Exercidas	(1.673.644)	7,12
Outorgadas	472.245	11,44
Expiradas	(3.288.485)	13,55
<b>Opções em circulação em 31 de dezembro de 2023*</b>		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>10.967.572</b>	<b>11,37</b>

\*Opções exercíveis nesta data.

### Premissas para mensuração do valor justo das opções de compra

Plano	Data de outorga*	Prazo de outorga (anos)	Preço de exercício original	Preço de exercício corrigido por IPCA + spread	Volatilidade esperada	Taxa de juros livre de risco para a vida da opção	Qtd. outorgada	Qtd. remanescente em 31/12/2023
2016	11/02/2019	5	3,75	5,72	27,9%	7,5%	1.000.000	200.000
2016	10/01/2020	5	7,57	10,83	27,9%	6,4%	8.840.000	2.936.000
2016	01/05/2021	5	16,49	23,19	36,0%	8,3%	800.000	800.000
2020	11/02/2021	5	15,88	23,03	35,7%	7,0%	4.723.375	4.075.069
2020	11/02/2021	5	15,88	23,03	35,7%	7,0%	240.000	-
2020	19/05/2021	5	15,98	22,29	36,0%	8,8%	1.106.600	-
2020	08/12/2021	5	14,82	18,76	35,6%	10,7%	243.450	243.450
2020	30/11/2021	5	15,17	19,27	35,5%	10,9%	36.520	36.520
2020	01/04/2022	5	13,10	15,98	40,8%	11,3%	2.651.525	2.140.293
2020	25/02/2022	5	13,10	16,03	40,8%	11,3%	8.570	8.570
2020	01/04/2022	5	13,10	15,98	40,8%	11,3%	17.825	17.825
2020	26/04/2022	5	13,10	16,67	40,8%	11,3%	37.600	37.600
2020	01/04/2023	5	11,44	12,28	35,5%	12,4%	472.245	472.245
							<b>20.177.710</b>	<b>10.967.572</b>

\* A vigência dos planos é de 5 anos, portanto, são liberadas 20% das opções por ano a partir da data da outorga.

\*\* Foi adotado como premissa que não haverá pagamento de dividendos para as ações.

O efeito no resultado do exercício de 2023 foi de R\$ 28.502, registrado na demonstração do resultado no grupo “gerais e administrativas”.

### 31.2 Plano de unidades de performance restritas - units

A Companhia possui 3 planos de ações restritas que estão em andamento, são eles:

- (i) Plano de Incentivo de Remuneração de Longo Prazo Baseado em Ações da Companhia (“Plano *Restricted Units* 2018”) aprovado em Assembleia Geral de Acionistas no dia 27 de março de 2018. Esse plano contempla quatro programas de outorgas ocorridas em 2018, 2019, 2020 e 2021. Em dezembro de 2023, o único programa em carência é relativo às outorgas de 2021;
- (ii) Plano de Incentivo de Remuneração de Longo Prazo Baseado em Ações da Companhia (“Plano *Restricted Units* 2021”) aprovado em Assembleia Geral de Acionistas no dia 11 de março de 2021. Esse plano contempla dois programas de outorgas ocorridas em 2022 e 2023. Em dezembro de 2023, ambos os programas estavam em carência; e
- (iii) Plano de 2023 de Incentivo de Remuneração de Longo Prazo Baseado em Ações da Companhia (“Plano 2023 *Restricted Units*”) aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2023. Em abril de 2023, ocorreu a outorga do Primeiro Programa.

As RUs concedidas aos beneficiários dos planos de 2018 e 2021 estão divididas da seguinte forma: 50% a título de retenção, condicionado ao cumprimento do prazo de carência que dará direito a ações na proporção de 1:1, em relação aos outros 50%, será aplicado um fator multiplicador a ser apurado em função do TSR (retorno total aos acionistas) incremental versus o IPCA + ganho real obtido no triênio da carência.

As RUs concedidas pelo plano de 2023 são 100% vinculadas à retenção dos beneficiários na proporção 1:1.

## Prática contábil

A liquidação dos planos se dará exclusivamente pela entrega de instrumentos patrimoniais (ações), via “Ações em tesouraria”.

O valor justo dos instrumentos outorgados é calculado na data da outorga, com base em Simulações de *Monte Carlo*, sendo a despesa registrada em base pro rata *temporis* até a data de liquidação dos programas. O preço médio é obtido através da ponderação do preço de outorga de cada programa pelas quantidades outorgadas.

## Movimentação ocorrida nos planos de RUs no ano de 2023:

	Quantidade de RUs	Preço médio ponderado das ações
<b>Plano de RUs concedidos pela Companhia – Quantidade de RUs em aberto</b>		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>4.097.525</b>	<b>16,54</b>
Entregues	(409.464)	9,85
Concedidas	2.106.756	11,44
Canceladas	(2.346.642)	14,05
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>3.448.175</b>	<b>15,91</b>

## Premissas para mensuração do valor justo das Rus

Plano	Data de outorga	Prazo de outorga (anos)	Preço de exercício original	Preço médio ponderado	Volatilidade esperada	Taxa de juros livre de risco para a vida da opção	Qtd. Outorgada*
2020	01/04/2020	3	8,69	9,85	35,3%	5,6%	905.637
2018	01/04/2021	3	16,70	17,04	35,8%	7,6%	632.951
2021	01/04/2022	3	15,05	13,36	35,7%	11,1%	932.545
2021	01/04/2023	3	11,49	11,44	35,3%	12,1%	1.360.555
2023	01/04/2023	3	10,54	11,44	36,0%	12,1%	746.200
							<b>4.577.888</b>

\* Foi adotado como premissa que não haverá pagamento de dividendos para as ações.

O modelo de precificação *Monte Carlo* se baseia em 10.000 cenários onde o preço da ação se comporta aleatoriamente em relação à expectativa de crescimento de mercado.

## Abaixo são apresentadas as variáveis mensuradas para as outorgas realizadas em 2023 (ao ano)

(%)



No 4º trimestre de 2023, a Companhia reavaliou as premissas utilizadas no modelo de precificação Monte Carlo, e identificou a necessidade de remensuração da precificação dos planos. Após a avaliação, a Companhia reverteu, o montante de R\$ 53.543 reconhecidos de forma positiva no resultado do exercício de 2023 no grupo “despesas gerais e administrativas”.



### 31.3 Plano de *Matching Shares*

Este plano de incentivo de longo prazo tem como objetivo conceder a executivos elegíveis a oportunidade de comprar ações de emissão da Eneva a partir da remuneração variável recebida anualmente. Se as ações adquiridas forem mantidas por um período de três anos e os participantes mantiverem o vínculo empregatício com a Eneva, o participante adquire o direito de receber uma remuneração variável adicional em dinheiro para compra de ações *matching*, equivalente à quantidade de ações originalmente adquiridas pelo participante.

#### Prática contábil

A liquidação dos planos se dará exclusivamente pelo pagamento em caixa de quantia equivalente a quantidade de ações detidas pelo participante. O valor justo dos instrumentos outorgados é calculado a cada período de divulgação, com base em simulações de *Monte Carlo*, sendo a despesa registrada mensalmente. O preço médio é obtido através da ponderação do preço de outorga de cada instrumento pelas quantidades outorgadas.

#### Movimentação ocorrida nos planos de *Matching Shares* no ano de 2023:

	Quantidade de MS	Preço médio ponderado das ações
<b>Plano de <i>Matching</i> (MS) concedidos pela Companhia – Quantidade de MS em aberto</b>		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>465.213</b>	<b>13,93</b>
Entregues	(3.670)	13,93
Concedidas	1.717.837	11,63
Canceladas	(188.598)	12,73
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.990.782</b>	<b>12,06</b>

#### Premissas para mensuração do valor justo das *Matching Shares*

Plano	Data de outorga	Prazo de outorga (anos)	Preço de exercício de partida	Preço médio ponderado	Volatilidade esperada	Taxa de juros livre de risco para a vida da opção	Qtd. Outorgada*
2021	17/02/2022	3	15,95	9,85	37,1%	11,4%	474.554
2021	10/02/2023	3	11,70	17,04	41,9%	13,0%	1.630.214
2021	31/03/2023	3	10,69	13,36	35,3%	12,0%	85.063
2021	25/05/2023	3	11,76	11,44	35,3%	11,0%	2.560
							<b>2.192.391</b>

\* Foi adotado como premissa que não haverá pagamento de dividendos para as ações.

### 31.4 Mecanismo de Incentivo de Longo Prazo (*Phantom Stock*)

O Mecanismo de Incentivo de longo prazo consiste na concessão de bônus baseado no valor das ações de emissão da Companhia (*phantom stock*) a partir do atingimento de metas financeiras atribuídas a executivos elegíveis.

Os *Phantom Stock* são entregues em dinheiro aos participantes em três parcelas, sendo 1/3 por ano, nos anos subsequentes à data da outorga aos participantes que mantiverem o vínculo empregatício com a Companhia.

#### Prática contábil

A liquidação do plano se dará exclusivamente pelo pagamento em caixa de quantia equivalente à quantidade de *Phantom Stocks* detidas pelo participante. O valor justo dos instrumentos outorgados é calculado a cada período de divulgação, com base em simulações de *Monte Carlo*, sendo a despesa registrada mensalmente. O preço médio é obtido através da ponderação do preço de outorga de cada instrumento pelas quantidades outorgadas.

#### Movimentação ocorrida nos planos de *Phantom Stock* no ano de 2023:

	Quantidade de PS	Preço médio ponderado das ações
<b>Plano de PSs concedidos pela Companhia – Quantidade de PSs em aberto</b>		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	-	-
Entregues	-	-
Concedidas	339.834	11,99
Canceladas	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>339.834</b>	<b>11,99</b>

#### Premissas para mensuração do valor justo das PSs

Plano	Data de outorga	Prazo de outorga (anos)	Preço médio ponderado	Volatilidade esperada	Taxa de juros livre de risco para a vida da opção	Qtd. Outorgada*
2023	28/02/2023	3	11,99	41,9%	12,99%	339.834
						<b>339.834</b>

\* Foi adotado como premissa que não haverá pagamento de dividendos para as ações.

## 32. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas, diretas e indiretas, adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as coberturas de seguros eram:

		Consolidado
Modalidade	Principais coberturas	Vencimento
Patrimonial ( <i>Onshore</i> )	Danos materiais e lucros cessantes	Até março/2024
Patrimonial ( <i>Offshore</i> )	Danos materiais e lucros cessantes	Até setembro/2024
Patrimonial (Renováveis)	Danos materiais e lucros cessantes	Até novembro/2024
Sabotagem e Terrorismo	Danos materiais causados por atos de terrorismo	Até dezembro/2023
<i>Contingent Business Interruption</i>	Danos materiais e lucros cessantes	Até setembro/2024
Petróleo e Gás	Danos a equipamentos e poços	Até setembro/2024
Cibernéticos	Danos causados por ataques cibernéticos e sequestro de dados	Até maio/2025
D&O	Defesa dos administradores da empresa	Até agosto/2024
Responsabilidade Civil	Danos corporais e danos materiais causados a terceiros	Até janeiro/2024
Ambiental	Danos causados ao meio ambiente	Até janeiro/2024
Transporte	Danos causados a mercadorias durante transporte nacional e internacional	Até dezembro/2024
Frota	Danos causados a frota de veículos	Até julho/2024
Engenharia	Danos causados as obras e terceiros durante a construção	Prazo da Obra
Garantias	Seguro garantia para contratos e processos	Prazo do contrato/processo

O prêmio total pago pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023 para a contratação dos seguros acima mencionados é de aproximadamente R\$ 111.000.

### 33. Compromissos assumidos\*

No dia 30 de setembro de 2022, a Companhia sagrou-se vencedora no segundo leilão de reserva de capacidade na forma de energia. Serão implantados os projetos de geração termelétrica Azulão 950, com as UTE Azulão II e UTE Azulão IV (em conjunto UTE Azulão II), que terão capacidade total instalada de 590 MW, nas adjacências do campo de Azulão.

O prazo de construção previsto para o Complexo Azulão e desenvolvimento da produção adicional de gás natural é de cerca de 50 meses, iniciado em outubro de 2022. O investimento total estimado é de R\$ 5,8 bilhões, sendo aproximadamente 75% destinados às usinas de geração.

Um dos vencedores do Leilão de energia A-6 realizado em 2019, o projeto Parnaíba VI representa o fechamento de ciclo da usina Parnaíba III, no Complexo Parnaíba. Esse projeto vai acrescentar mais 92MW ao portfólio da Companhia e vai representar uma energia segura e competitiva para o Sistema Interligado Nacional (SIN). A construção da expansão iniciou em 2022 e o investimento estimado para implantação é de R\$ 470 milhões.

#### Programa exploratório mínimo (“PEM”)

O saldo de PEM referente às concessões vigentes a serem cumpridas da Eneva – isto é, aquelas arrematadas no âmbito das 13ª e 14ª Rodadas de Licitação e dos 1º e 2º Ciclos Licitatórios da Oferta Permanente – está apresentado no quadro abaixo:

<div style="text-align: center;"> <span style="border: 1px solid black; border-radius: 50%; padding: 2px 6px;">A</span> <span style="font-size: 2em; margin: 0 5px;">-</span> <span style="border: 1px solid black; border-radius: 50%; padding: 2px 6px;">B</span> <span style="font-size: 2em; margin: 0 5px;">=</span> <span style="border: 1px solid black; border-radius: 50%; padding: 2px 6px;">C</span> </div>									
Concessão	Bacia	BID	PEM contratual (UTs)	PEM cumprido em 2023 (UTs)	Saldo em 2023 (UTs)	Valor (R\$) do PEM contratual	Valor (R\$) restante a ser cumprido	Status	
PN-T-48A	Parnaíba	OP1	1.448	949,99	498,01	R\$ 29.684	R\$ 10.189	A cumprir até 11/2026	
PN-T-66	Parnaíba	OP1	2.673	1.405	861,13	R\$ 54.797	R\$ 17.651	A cumprir até 11/2026	
AM-T-62	Amazonas	OP2	3.138	-	3.138	R\$ 18.828	R\$ 18.828	A cumprir até 06/2029	
AM-T-84	Amazonas	OP2	4.138	4.000	138	R\$ 23.828	R\$ 828	A cumprir até 06/2029	
PAR-T-86	Paraná	OP2	1.908	-	1.908	R\$ 11.448	R\$ 11.448	A cumprir até 06/2027	
PAR-T-99	Paraná	OP2	1.902	-	1.902	R\$ 11.414	R\$ 11.414	A cumprir até 06/2027	
PAR-T-196	Paraná	OP2	1.872	-	1.872	R\$ 11.196	R\$ 11.196	A cumprir até 06/2027	
PAR-T-215	Paraná	OP2	1.866	-	1.866	R\$ 11.196	R\$ 11.196	A cumprir até 06/2027	

#### Participações em ciclos licitatórios

Os blocos exploratórios concedidos no âmbito da 13ª Rodada de Licitações (PN-T-69, PN-T-87, PN-T-103, PN-T-146 e PN-T-163) e da 14ª Rodada de Licitações (PN-T-117, PN-T-118, PN-T-119, PN-T-133 e PN-T-134) se caracterizam por uma Fase de Exploração que dura 6 (seis) anos e demanda o cumprimento das unidades de trabalho (UT) compromissadas no PEM. Entre programas sísmicos e campanhas de perfuração de poços, a Eneva S.A. superou a quantidade de UTs necessárias para esses ativos antecipadamente.

Dos blocos exploratórios concedidos no contexto do 1º Ciclo Licitatório da Oferta Permanente (PN-T-47, PN-T-48A, PN-T-66, PN-T-67A, PN-T-68 e PN-T-102A) e do 2º Ciclo Licitatório da Oferta Permanente (AM-T-62, AM-T-84, AM-T-85, PAR-T-86, PAR-T-99, PAR-T-196 e PAR-T-215), PN-T-67A, PN-T-102A, PN-T-47, PN-T-68 e AM-T-85 já tiveram PEM cumprido. Os demais ativos têm até no mínimo 2027 para o cumprimento das unidades de trabalho (UT) compromissadas no PEM, o que deve ocorrer com base nas atividades prospectadas para os próximos anos. Estima-se que com o cumprimento integral restante a companhia irá investir, no mínimo, R\$ 82 milhões nos próximos anos.

\* Informações não auditadas pelos auditores independentes das demonstrações financeiras.

## **Conselho de Administração**

**Henri Philippe Reichstul**  
Presidente

**José Afonso Alves Castanheira**  
Vice-Presidente

## **Conselheiros:**

**Marcelo Pereira Lopes de Medeiros**  
**Guilherme Bottura**  
**Renato Antônio Secondo Mazzola**  
**Felipe Gottlieb**  
**Barne Seccarelli Laureano**

## **Diretoria**

**Lino Lopes Caçado**  
Diretor Presidente

**Marcelo Campos Habibe**  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Marcelo Cruz Lopes**  
Diretor de Marketing, Comercialização e Novos Negócios





# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**31 de dezembro de 2023**

**Eneva S.A.**

Praia de Botafogo, 501 | Torre Corcovado, sala 404 B  
Rio de Janeiro (RJ) | CEP: 22.250-040





KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas , Conselheiros e Administradores da**

**Eneva S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eneva S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eneva S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Eneva S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas **normas**. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Valor recuperável dos impostos diferidos ativos da Eneva S.A., Itaquí Geração de Energia S.A. e Celse – Centrais Elétricas de Sergipe S.A.

Conforme nota explicativa nº 09 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria avaliou esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas Itaquí Geração de Energia S.A. ("Itaquí") e Celse - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. ("Celse") possuem saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, relacionados à prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, os quais foram reconhecidos com base em estudos que contém projeções utilizadas para fundamentar a disponibilidade de lucros futuros.</p> <p>As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia e fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que incluem premissas relevantes relacionadas: (i) ao volume de despacho e ao preços de venda de energia estimados; (ii) gastos para manutenção de equipamentos; (iii) gastos com insumos; (iv) crescimento econômico projetado para o setor; e (v) investimentos de capital.</p> <p>Em função dos julgamentos complexos e do alto grau de subjetividade relacionada as premissas utilizadas nas projeções para se estimar os lucros tributáveis futuros, que se fossem alteradas poderiam resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>– Obtivemos o entendimento do processo de preparação das projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo: a avaliação da política de aprovação dos orçamentos, a determinação das premissas e das projeções utilizadas pela Administração da Companhia e de suas controladas.</li><li>– Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos:<ul style="list-style-type: none"><li>(i) a razoabilidade e a consistência das principais premissas utilizadas na preparação das projeções, que suportam o valor dos lucros tributáveis futuros.</li><li>(ii) a aderência às práticas usuais de mercado para as metodologias e para os julgamentos utilizados na determinação das projeções;</li><li>(iii) se os cálculos matemáticos foram elaborados de forma consistente e se não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa das projeções de lucros tributáveis futuros;</li></ul></li><li>– - Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram informações relevantes.</li></ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável os valores de imposto de renda e contribuição social diferido ativo e suas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>



## Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Luis Claudio França de Araújo  
Contador CRC RJ-091559/O-4



**eneva**

## **RELATÓRIO RESUMIDO DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

**Referente ao Exercício Social encerrado em 31 de  
dezembro de 2023**

# RELATÓRIO RESUMIDO DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

## 1. Introdução

O Comitê de Auditoria Estatutário da Eneva S.A. (“Comitê”), foi criado e instalado em 08 de maio de 2019 e sua transformação em Comitê de Auditoria Estatutário deliberada em 26 de junho de 2019. O Comitê é um órgão colegiado de assessoramento ao Conselho de Administração, a quem se reporta, atuando com independência em relação à Diretoria Executiva. Em observância ao artigo 5º, XVIII, do Regimento Interno do Comitê e do artigo 22, §1º do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, o objetivo do presente documento é compilar as principais atividades exercidas pelo Comitê ao longo do exercício encerrado em 31 de dezembro 2023.

## 2. Composição e atribuições

Conforme Estatuto Social da Eneva S.A. (“Companhia”), o órgão possui como principais responsabilidades, além de outras atribuições previstas na legislação aplicável e Regimento Interno do Comitê: **(i)** avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; **(ii)** acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; **(iii)** avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; e **(iv)** avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas.

O Comitê atualmente é composto por 4 membros independentes, que foram eleitos na reunião do Conselho de Administração ocorrida em 15 de maio de 2023. Os membros eleitos pelo Conselho de Administração em maio de 2023 atendem a todos os requisitos previstos no Regulamento do Novo Mercado e na Resolução CVM nº 23 de 25 de fevereiro de 2021 e possuem mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração que examinar, discutir e votar as contas dos administradores referentes ao exercício social a ser encerrar em 31 de dezembro de 2024. Os membros do Comitê são:

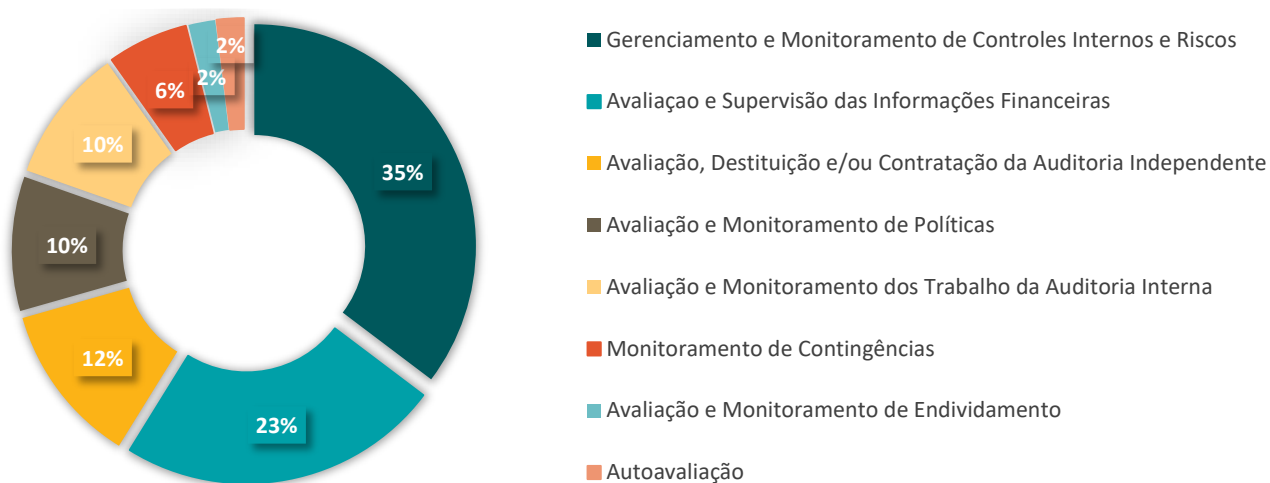
Membro	Função	Independente
<b>Ricardo Baldin</b>	Coordenador e membro com Reconhecida Experiência em Contabilidade Societária.	Sim
<b>Edson Teixeira</b>	Membro	Sim
<b>Fernando Campos</b>	Membro	Sim
<b>Felipe Gottlieb</b>	Membro e Conselheiro de Administração	Sim





### 3. Atividades

O Comitê possui um plano de trabalho definido anualmente, priorizando os temas de maior relevância e, incorpora também as solicitações do Conselho de Administração. No ano de 2023, o Comitê cumpriu todo o plano de trabalho e, no gráfico abaixo, é possível verificar, em termos percentuais, os principais assuntos discutidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.



Ao longo do ano de 2023, o Comitê se reuniu 08 (oito) vezes, numa periodicidade de uma vez a cada bimestre, conforme determina a Resolução CVM nº 23. Neste período, os membros do Comitê avaliaram, discutiram, conheceram e/ou opinaram sobre:

**(i)** o Plano Anual da Auditoria Interna do ano de 2023 e respectivas atualizações referentes às atividades da área e status do Plano;

**(ii)** o resultado da sua autoavaliação, bem como da avaliação da Auditoria Interna realizada pelos membros do Comitê;

**(iii)** O reporte trimestral de suas atividades ao Conselho de Administração

**(iv)** A participação do Coordenador do Comitê na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 28 de abril de 2023.

**(v)** as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e Demonstrações Trimestrais referentes ao 1º, 2º e 3º trimestres de



2023, acompanhadas dos relatórios dos auditores externos;

**(vi)** as atividades de monitoramento de gestão de riscos e controles internos, além das denúncias de Compliance e planos de ação da área de Tecnologia da Informação, no que diz respeito à *cybersecurity*;

**(vii)** as contingências jurídicas e procedimentos de arbitragens da Companhia;

**(viii)** o endividamento da Companhia, fluxo de caixa e obrigações das operações de endividamento;

**(ix)** O rodízio da auditoria externa, bem como o seu orçamento e o plano de transição;

**(x)** A nova estrutura da área contábil;

**(xi)** A nova estrutura da área de tecnologia da informação;

**(xii)** A revisão dos seguintes normativos (i) Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários; (ii) Política de Gerenciamento de Riscos; (iii) Política de Sustentabilidade; (iv) Código de Conduta e (v) Regimento Interno do Comitê.

**(xiii)** A criação da Política de Doações e Patrocínios.

#### **4. Conclusões e recomendações**

Os membros do Comitê da Companhia, no exercício de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, recomendaram para aprovação do Conselho de Administração da Companhia ao longo de 2023 o Plano Anual da Auditoria Interna, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e Demonstrações Trimestrais referentes ao 1º, 2º e 3º trimestres de 2023, bem como a aprovação da Política de Doações e Patrocínios e a revisão das Políticas de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários, de Gerenciamento de Riscos, de Sustentabilidade e o Código de Conduta.

Ressalta-se que ao longo de 2023 não foram identificadas pelo Comitê quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a Administração da Companhia, os Auditores Independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia.



Diante dos trabalhos de análise, monitoramento, discussões e recomendações realizadas pelo Comitê no período de atuação supracitado, expostas de forma sintetizada neste relatório, o Comitê considera que contribuiu para a melhoria dos sistemas de controles, auditoria e governança da Companhia e cumpriu com suas responsabilidades como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração.

#### **5. Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário referente as Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023**

O Comitê, órgão assessor estatutário do Conselho de Administração, no exercício de suas atribuições, examinou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, o Relatório da Administração e a minuta do relatório e parecer dos auditores independentes, sem ressalvas, a ser emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda e considerando o disposto no artigo 10º, parágrafo único, inciso III, da Resolução CVM 81/2021, conforme alterada, emite a seguinte recomendação:

*“Considerando as discussões e esclarecimentos pertinentes prestados pela gestão da Companhia e seus Auditores, KPMG Auditores Independentes Ltda, o Comitê de Auditoria, não tendo constatado nenhuma ocorrência capaz de comprometer a qualidade e a integridade das informações a serem divulgadas, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração da Eneva, das Demonstrações Financeiras do 4º Trimestre de 2023 e do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, devidamente acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda”.*

Rio de Janeiro, 07 de março de 2024.

---

**Ricardo Baldin**  
Coordenador do CAE

---

**Edson Teixeira**  
Membro do CAE





---

**Fernando Campos**  
Membro do CAE

---

**Felipe Gottlieb**  
Membro do CAE



02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

## **20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES**

Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, ela própria, seus acionistas e administradores obrigam-se a resolver por meio de arbitragem toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no próprio Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia era composto por 1.584.572.378 ações ordinárias, assim distribuídas:

<b>POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>				
<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de Ações Ordinárias (em unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade Total de Ações (em unidades)</b>	<b>%</b>
<b>Controlador<sup>1</sup></b>	0	0,00	0	0,00
<b>Administradores</b>				
Conselho de Administração	0	0,00	0	0,00
Diretoria	3.307.045	0,21	3.307.045	0,21
Comitê de Auditoria Estatutária	0	0,00	0	0,00
<b>Conselho Fiscal<sup>2</sup></b>	0	0,00	0	0,00
<b>Ações em Tesouraria<sup>3</sup></b>	1.900.090	0,12	1.900.090	0,12
<b>Outros Acionistas</b>	<b>1.579.365.243</b>	<b>99,67</b>	<b>1.579.365.243</b>	<b>99,67</b>
<b>Total</b>	<b>1.584.572.378</b>	<b>100,00</b>	<b>1.584.572.378</b>	<b>100,00</b>
<b>Ações em Circulação<sup>4</sup></b>	<b>1.579.365.243</b>	<b>99,67</b>	<b>1.579.365.243</b>	<b>99,67</b>

<sup>1</sup> Com a homologação em 05/11/2015 do aumento de capital aprovado pela assembleia geral extraordinária, realizada em 26/08/2015, e com a notificação do término do acordo de acionistas entre DD Brazil S.à.R.L. ("E.ON") e Eike Fuhrken Batista e seus veículos de investimentos (em conjunto "Eike Batista"), conforme divulgado em comunicado ao mercado em 10/11/2015, a Companhia passou a ser uma sociedade de capital aberto sem controlador definido.

<sup>2</sup> Atualmente a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

<sup>3</sup> As ações em tesouraria descritas na tabela contemplam o total da posição mantida em tesouraria em 31 de dezembro de 2023 pela Controladora Eneva S.A. e pela Controlada Parnaíba II Geração de Energia S.A..

<sup>4</sup> As ações em circulação desconsideram as ações detidas pelo Conselho de Administração, pela diretoria e em tesouraria.

---

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

---

### **20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES**

No dia 26/05/2011 foi efetuado aumento de capital da Companhia, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 24/03/2011, aumentando o número de ações da Companhia de 136.692.680 para 136.720.840, em decorrência do exercício das opções de subscrição de ações.

Em fevereiro de 2012 foi efetuado aumento do capital da Companhia, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 29/02/2012, mediante a emissão de 9.633 novas ações, em decorrência da conversão de 6.383 debêntures das 21.735.744 debêntures emitidas pela Companhia em 15 de junho de 2011. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 136.720.840 para 136.730.473.

Em março de 2012 foi efetuado aumento do capital da Companhia, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 21/03/2012, mediante a emissão de 984 novas ações, em decorrência da conversão de 649 debêntures, e mediante a emissão de 7.040 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 136.730.473 para 136.738.497.

Em maio de 2012 ocorreu um aumento do capital social, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 09/05/2012 em decorrência de (i) emissão de 4.112 novas ações, em decorrência da conversão de 2.701 debêntures; e (ii) emissão de 125.620 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 136.738.497 para 136.868.229.

No mesmo mês ocorreu um novo aumento do capital social, conforme a primeira Reunião do Conselho de Administração do dia 24/05/2012, ratificando a emissão de 33.254.705 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, em decorrência da conversão de 21.652.966 debêntures. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 136.868.229 para 170.122.934.

O Conselho de Administração da ENEVA aprovou em 24/05/2012 um aumento de capital da Companhia, no valor total de R\$ 1.000.000.063,00, mediante a emissão de 22.623.796 novas ações, entretanto as ações só passaram a existir após a conclusão do aumento de capital com consequente homologação do mesmo, que foi concluído em julho de 2012 e homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 25 de julho de 2012.

Em junho de 2012 ocorreu um aumento do capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 15/06/2012, ratificando a emissão de 514 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, em decorrência da conversão de 334 debêntures. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 170.122.934 para 170.123.448.

Em 25/06/2012, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital social da Companhia, aprovado em RCA realizada em 24/05/2012, às 11h, no valor de R\$1.000.000.063,00 (um bilhão e sessenta e três reais), dentro do limite do capital autorizado, em razão da subscrição e total integralização das 22.623.796 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pela E.ON AG ("E.ON"). Dessa forma, o número de ações da Companhia aumentou de 170.123.448 para 192.747.244.

---

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

---

### **20.01 - OUTRAS INFORMACÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES**

Nos termos da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 15/08/2012, os acionistas reunidos aprovaram, por unanimidade, o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio do qual cada 1 (uma) ação ordinária existente passou a corresponder a 3 (três) ações da mesma classe. Farão jus ao recebimento das ações desdobradas os acionistas da ENEVA com base na composição acionária de 15 de agosto de 2012. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 192.747.244 para 578.241.732.

Em janeiro de 2013 ocorreu um aumento do capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 10/01/2013, ratificando a emissão de 147.480 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.389.212.

Em fevereiro de 2013 ocorreu um aumento do capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 06/02/2013, ratificando a emissão de 27.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.416.212.

No entanto, ocorreu uma integralização parcial do valor financeiro do aumento de capital, de forma que o Capital Social em 31/03/2013 totalizasse R\$ 3.736.269.091,89, valor inferior ao apresentado na ata da Reunião do Conselho de Administração de 06 de fevereiro de 2013. O restante da integralização do valor financeiro do aumento de capital foi realizado após o fechamento do primeiro trimestre, fazendo com que o Capital Social totalizasse R\$ 3.736.354.722,02.

Em abril de 2013 ocorreu um aumento de capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 05/04/2013, ratificando a emissão de 34.500 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.450.712. Em razão da deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R\$ 3.736.354.722,02 para R\$ 3.736.468.820,55.

Em maio de 2013 ocorreu um aumento de capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 08/05/2013, ratificando a emissão de 29.250 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.479.962. Em razão da deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R\$ 3.736.468.820,55 para R\$ 3.736.568.320,85.

Em 16/09/2013, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital social da Companhia, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de julho de 2013, no valor de R\$ 799.999.995,15, dentro do limite do capital autorizado, em razão da subscrição e total integralização de 124.031.007 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Desta maneira, o número de ações da Companhia aumentou de 578.479.962 para 702.510.969. O capital social da Companhia passou de R\$ 3.736.568.320,85 para R\$ 4.536.568.316,00.

Em outubro de 2013 ocorreu um aumento de capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 21/10/2013, ratificando a emissão de 13.500 novas ações ordinárias, sem valor

---

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

---

### **20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES**

nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 702.524.469. Em razão da deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R\$ 4.536.568.316,00 para R\$ 4.536.608.413,70.

Em 01/08/2014, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital social da Companhia, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 09/05/2014, no valor de R\$174.728.680,26, dentro do limite do capital autorizado, em razão da subscrição e integralização de 137.581.638 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Dessa maneira, o número de ações da Companhia aumentou de 702.524.469 para 840.106.107. O capital social da Companhia passou de R\$4.536.608.413,70 para R\$4.711.337.093,96.

Em 05/11/2015, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26/08/2015, no valor de R\$2.300.531.398,65, em razão da subscrição e integralização de 15.336.875.991 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Dessa maneira, o número de ações da Companhia aumentou de 840.106.107 para 16.176.982.098. O capital social da Companhia passou de R\$4.711.337.093,96 para R\$7.011.868.492,61.

Em 07/04/2016, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a realização do grupamento das atuais 16.176.982.098 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, na proporção de 100 ações ordinárias para 1 ação ordinária, passando o capital a ser composto por 161.769.820 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sem modificação do valor do capital social. Os acionistas da Companhia tiveram o prazo de 30 dias, compreendido no período entre 11/04/2016 e 11 /05/2016, para, a seu livre e exclusivo critério, ajustarem suas posições de ações em lotes múltiplos de 100 ações. As ações da Companhia passaram a ser negociadas em conformidade com as condições do grupamento a partir de 12/05/2016.

Em 03/10/2016, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 02/08/2016, no valor de R\$1.160.379.150,00 (um bilhão, cento e sessenta milhões, trezentos e setenta e nove mil, cento e cinquenta reais), em razão da subscrição e integralização de 77.358.610 (setenta e sete milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, seiscentas e dez) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em decorrência da homologação parcial do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passou dos R\$7.011.868.492,61 (sete bilhões, onze milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e dois reais e sessenta e um centavos), dividido em 161.769.820 (cento e sessenta e um milhões, setecentas e sessenta e nove mil, oitocentas e vinte) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R\$8.028.360.628,01 (oito bilhões, vinte e oito milhões, trezentos e sessenta mil, seiscentos e vinte e oito reais e um centavo), dividido em 239.128.430 (duzentos e trinta e nove milhões, cento e vinte e oito mil e quatrocentas e trinta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 11/09/2017, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 02 de agosto de 2016 e homologado parcialmente pela Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 03 de outubro de 2016 ("Homologação do Aumento"), e (b) a rerratificação da Homologação do Aumento, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de maio de 2017, os quais resultaram na homologação de aumento de capital no valor de R\$ 1.016.492.135,40 (um bilhão, dezesseis milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, cento e trinta e cinco reais e quarenta centavos), mediante a emissão de 77.358.610 (setenta e sete milhões, trezentas e cinquenta e oito mil, seiscentas e dez) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em 05/10/2017, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de 75.862.069 (setenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e dois mil e sessenta e nove) ações, ao Preço por Ação de R\$ 11,00, correspondendo ao montante de R\$834.482.759,00 (oitocentos e trinta e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, setecentos e cinquenta e nove reais), com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, as quais serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, com recursos imediatamente disponíveis, no ato da subscrição. Em razão do aumento ora aprovado, o capital social da Companhia passará de R\$8.028.360.628,01 (oito bilhões, vinte e oito milhões, trezentos e sessenta mil, seiscentos e vinte e oito reais e um centavo), representado por 239.128.430 (duzentos e trinta e nove milhões, cento e vinte e oito mil, quatrocentas e trinta) ações ordinárias de emissão da Companhia para R\$8.862.843.387,01 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e três mil, trezentos e oitenta e sete reais e um centavo), representado por 314.990.499 (trezentos e quatorze milhões, novecentos e noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e nove) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 28/05/2019 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$ 5.996.298,00 (cinco milhões, novecentos e noventa e seis mil, duzentos e noventa e oito reais), mediante a emissão de 285.538 (duzentas e oitenta e cinco mil, quinhentas e trinta e oito) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$ 21,00 (vinte e um reais) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos últimos 5 (cinco) dias úteis, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações. O aumento de capital foi decorrente do exercício de opções de compra de ações outorgadas no âmbito dos Planos de Opção de Compra ou Subscrição de Ações para executivos da Companhia. Em razão do aumento ora aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$8.862.843.387,01 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e três mil, trezentos e oitenta e sete reais e um centavo), representado por 314.990.499 (trezentos e quatorze milhões, novecentos e noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e nove) ações ordinárias de emissão da Companhia para R\$8.868.839.685,01 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e oito milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e um centavo), representado por 315.276.037 (trezentos e quinze milhões, duzentos e setenta e seis mil e trinta e sete) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 14/08/2019 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$ 1.242.934,78 (um milhão, duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e trinta e quatro reais e setenta e oito centavos), mediante a emissão de 47.386 (quarenta e sete mil, trezentas oitenta e seis) ações

ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$ 26,23 (vinte e seis reais e vinte e três centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos últimos 5 (cinco) dias úteis, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 03.08.2017, conforme alterado, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02.08.2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. O aumento de capital foi decorrente do exercício de opções de compra de ações outorgadas no âmbito dos Planos de Opção de Compra ou Subscrição de Ações para executivos da Companhia. Em razão do aumento aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$8.868.839.685,01 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e oito milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e um centavo), representado por 315.276.037 (trezentos e quinze milhões, duzentos e setenta e seis mil e trinta e sete) ações ordinárias de emissão da Companhia para R\$8.870.082.619,79 (oito bilhões, oitocentos e setenta milhões, oitenta e dois mil, seiscentos e dezenove reais e setenta e nove centavos) representado por 315.323.423 (trezentas e quinze milhões, trezentas e vinte e três mil, quatrocentas e vinte e três) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 21/11/2019 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$5.610.701,25 (cinco milhões, seiscentos e dez mil, setecentos e um reais e vinte e cinco centavos), mediante a emissão de 159.758 (cento e cinquenta e nove mil, setecentas e cinquenta e oito) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$ 35,12 (trinta e cinco reais e doze centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos últimos 5 (cinco) dias úteis, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Primeiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de agosto de 2016, conforme alterado, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. Em razão do aumento aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$8.870.082.619,79 (oito bilhões, oitocentos e setenta milhões, oitenta e dois mil, seiscentos e dezenove reais e setenta e nove centavos) representado por 315.323.423 (trezentas e quinze milhões, trezentas e vinte e três mil, quatrocentas e vinte e três) ações ordinárias de emissão da Companhia para R\$8.875.693.321,04 (oito bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e três mil, trezentos e vinte e um reais e quatro centavos) representado por 315.483.181 (trezentas e quinze milhões, quatrocentas e oitenta e três mil, cento e oitenta e uma) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 26/05/2020 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$10.313.567,35 (dez milhões, trezentos e treze mil, quinhentos e sessenta e sete reais e trinta e cinco centavos), mediante a emissão de 284.502 (duzentas e oitenta e quatro mil, quinhentas e duas) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$36,25 (trinta e seis reais e vinte e cinco centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os

termos do Primeiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de agosto de 2016, conforme aditado, do Segundo Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 10 de maio de 2017, conforme aditado, e do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 03 de agosto de 2017, conforme aditado, todos no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. Em razão do aumento aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$8.875.693.321,04 (oito bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e três mil, trezentos e vinte e um reais e quatro centavos), para R\$8.886.006.888,39 (oito bilhões, oitocentos e oitenta e seis milhões, seis mil, oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e nove centavos) dividido em 315.767.683 (trezentas e quinze milhões, setecentas e sessenta e sete mil, seiscentas e oitenta e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 25/08/2020 a Companhia foi informada sobre a celebração de acordo de acionistas entre os acionistas, Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda., Dynamo Administração De Recursos Ltda., Dynamo Internacional Gestão De Recursos Ltda., Velt Partners Investimentos Ltda., determinando regras a serem observadas com relação ao exercício de direitos políticos e transferência de ações de emissão da Companhia de titularidade dos signatários do acordo ("Acordo de Acionistas"). Estão vinculadas ao Acordo de Acionistas 15.788.400 (quinze milhões, setecentas e oitenta e oito mil e quatrocentas) ações da Atmos Capital Gestão De Recursos Ltda., 18.350.000 (dezoito milhões, trezentas e cinquenta mil) ações detidas pela Dynamo Administração De Recursos Ltda. e Dynamo Internacional Gestão De Recursos Ltda.; e 15.471.932 (quinze milhões, quatrocentas e setenta e uma mil, novecentas e trinta e duas) ações da Velt Partners Investimentos Ltda. ("Ações Vinculadas"), sendo certo que qualquer acionista poderá não vincular ao Acordo de Acionistas até 631.536 (seiscentas e trinta e uma mil, quinhentas e trinta e seis) ações ("Ações Livres"), desde que referido acionista detenha pelo menos 15.156.849 (quinze milhões, cento e cinquenta e seis mil, oitocentas e quarenta e nove) Ações Vinculadas.

Ademais, durante a vigência do Acordo de Acionistas, em nenhuma hipótese, o total de Ações Vinculadas poderá exceder a quantidade de 66.311.213 (sessenta e seis milhões, trezentas e onze mil, duzentas e treze) ações ("Limite Global Máximo").

Em 09/10/2020 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$3.188.727,08 (três milhões, cento e oitenta e oito mil, setecentos e vinte e sete reais e oito centavos), mediante a emissão de 68.277 (sessenta e oito mil, duzentas e setenta e sete) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$46,70 (quarenta e seis reais e setenta centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 03 de agosto de 2017, conforme aditado, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passou de R\$8.886.006.888,39 (oito bilhões, oitocentos e oitenta e seis milhões, seis mil, oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e nove centavos), para R\$8.889.195.615,47 (oito bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, cento e noventa e cinco mil, seiscentos e quinze reais e



quarenta e sete centavos) dividido em 315.835.960 (trezentas e quinze milhões, oitocentas e trinta e cinco mil, novecentas e sessenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 02/02/2021 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$25.071.402,46 (vinte e cinco milhões, setenta e um mil, quatrocentos e dois reais e quarenta e seis centavos), mediante a emissão de 437.544 (quatrocentas e trinta e sete mil, quinhentas e quarenta e quatro) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$57,30 (cinquenta e sete reais e trinta e centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 10 de agosto de 2016, conforme aditado, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passou de R\$8.889.195.615,47 (oito bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, cento e noventa e cinco mil e seiscentos e quinze reais e quarenta e sete centavos), para R\$8.914.267.017,93 (oito bilhões, novecentos e quatorze milhões, duzentos e sessenta e sete mil, dezessete reais e noventa e três centavos) dividido em 316.273.504 (trezentas e dezesseis milhões, duzentas e setenta e três mil, quinhentas e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 11/03/2021, a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia aprovou o desdobramento da totalidade de suas ações. Foi aprovado o desdobramento da totalidade das 316.273.504 (trezentas e dezesseis milhões, duzentas e setenta e três mil, quinhentas e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, na proporção de 01 (uma) ação para 04 (quatro) ações da mesma espécie, sem modificação do capital social. O capital social da ENEVA permaneceu no montante de R\$8.914.267.017,93 (oito bilhões, novecentos e quatorze milhões, duzentos e sessenta e sete mil e dezessete reais e noventa e três centavos), passando a ser dividido em 1.265.094.016 (um bilhão, duzentos e sessenta e cinco milhões, noventa e quatro mil e dezesseis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Os artigos 5º e 6º do Estatuto Social da Companhia foram atualizados na AGE para refletir o desdobramento de ações. As ações resultantes do desdobramento foram creditadas aos acionistas em 16 de março de 2021 e conferiram aos seus titulares os mesmos direitos das ações ordinárias existentes. Fizeram jus às ações desdobradas os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia na data da realização da AGE, sendo que as ações passaram a ser negociadas "ex-desdobramento" a partir de 12 de março de 2021 (inclusive).

Em 14/04/2021 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de no valor total de R\$2.783.866,28 (dois milhões, setecentos e oitenta e três mil, oitocentos e sessenta e seis reais e vinte e oito centavos), mediante a emissão de 160.088 (cento e sessenta mil e oitenta e oito) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$17,3896 (dezessete reais e três mil oitocentos e noventa e seis milésimos de real) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia,

aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 03 de agosto de 2017, conforme aditado ("Plano"), no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cuja cópia se encontra arquivada na sede da Companhia. Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passou para R\$8.917.050.884,21 (oito bilhões, novecentos e dezessete milhões, cinquenta mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e um centavos) dividido em 1.265.254.104 (um bilhão, duzentos e sessenta e cinco milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 20/05/2021 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$12.714.424,73 (doze milhões, setecentos quatorze mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e setenta e três centavos), observado o limite do capital autorizado previsto no artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, mediante a emissão de 784.115 (setecentos e oitenta e quatro mil, cento e quinze) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$16,2150 (dezesseis reais e dois mil cento e cinquenta milésimos de real) por ação, correspondente ao preço médio de fechamento da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Segundo Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 10 de maio de 2017, conforme aditado ("Plano"), no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cuja cópia se encontra arquivada na sede da Companhia.

Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passou para R\$8.929.765.308,94 (oito bilhões, novecentos e vinte e nove milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, trezentos e oito reais e noventa e quatro centavos) dividido em 1.266.038.219 (um bilhão, duzentos e sessenta e seis milhões, trinta e oito mil, duzentos e dezenove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 30/11/2021 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$5.106.997,92 (cinco milhões, cento e seis mil, novecentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos), observado o limite do capital autorizado previsto no artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, mediante a emissão de 300.964 (trezentos mil, novecentos e sessenta e quatro) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$16,9688 (dezesseis reais e nove mil seiscentos e oitenta e oito milésimos de real) por ação, correspondente ao preço médio de fechamento da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 03 de agosto de 2017, conforme aditado ("Plano"), no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, conforme aditado, cuja cópia se encontra arquivada na sede da Companhia.

Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passou a totalizar R\$8.934.872.306,86 (oito bilhões, novecentos e trinta e quatro milhões, oitocentos e setenta e dois mil, trezentos e seis reais e oitenta e seis centavos) dividido em 1.266.339.183 (um bilhão, duzentos e sessenta e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, cento e oitenta e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 11/03/2022, foi concluída a incorporação da Focus Energia Holding Participações S.A. pela Eneva S.A. Como parte da operação, foram emitidas um total de 17.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Eneva, de forma que o capital social da Companhia passou a totalizar R\$9.044.992.243,40 (nove bilhões, quarenta e quatro milhões, novecentos e noventa e dois mil, duzentos e quarenta e três reais e quarenta centavos), dividido em 1.283.339.183 (um bilhão, duzentos e oitenta e três milhões, trezentos e trinta e nove mil, cento e oitenta e três) ações ordinárias.

Em 24/06/2022, o Conselho de Administração da Eneva aprovou a precificação da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da própria Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita"), cujo lançamento ocorreu em 15/06/2022. Foi emitido o total de 300.000.000 (trezentos milhões) de novas ação cujo o preço por ação foi de R\$ 14,00, resultando o montante total captado pela Oferta Restrita de R\$ 4.200.000.000,00 (quatro bilhões e duzentos milhões reais). Com isso, o capital da Companhia passou de R\$ 9.044.992.243,40 (nove bilhões, quarenta e quatro milhões, novecentos e noventa e dois mil, duzentos e quarenta e três reais e quarenta centavos), dividido em 1.283.339.183 (um bilhão, duzentos e oitenta e três milhões, trezentos e trinta e nove mil, cento e oitenta e três) ações ordinárias, para R\$ 13.244.992.243,40 (treze bilhões, duzentos e quarenta e quatro milhões, novecentos e noventa e dois mil, duzentos e quarenta e três reais e quarenta centavos) dividido em 1.583.339.183 (um bilhão, quinhentos e oitenta e três milhões, trezentos e trinta e nove mil, cento e oitenta e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. A liquidação das novas ações emitidas no âmbito da Oferta Restrita e o início ocorreu da circulação das novas ações no mercado ocorreu em 28/06/2022.

Em 25 de julho de 2022 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$11.480.341,41 (onze milhões, quatrocentos e oitenta mil, trezentos e quarenta e um reais e quarenta e um centavos), observado o limite do capital autorizado previsto no artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, mediante a emissão de 827.726 (oitocentos e vinte e sete mil, setecentos e vinte e seis) ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, aos preços de emissão de: (i) R\$13,8027 (treze reais, oito mil e vinte e sete milésimos de real) por ação, correspondente ao preço médio de fechamento da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 11 de fevereiro de 2019, conforme aditado ("Terceiro Plano"), no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, conforme aditado; e (ii) R\$13,8837 (treze reais, oito mil oitocentos e trinta e sete milésimos de real) por ação, correspondente ao preço médio de fechamento da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Segundo Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 10 de maio de 2017, conforme aditado ("Segundo Plano"), no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, conforme aditado. Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passará dos atuais R\$13.244.992.243,40 (treze bilhões, duzentos e quarenta e quatro milhões, novecentos e noventa

e dois mil, duzentos e quarenta e três reais e quarenta centavos), para R\$13.256.472.584,82 (treze bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e oitenta e dois centavos) dividido em 1.584.166.909 (um bilhão, quinhentos e oitenta e quatro milhões, cento e sessenta e seis mil, novecentos e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 07 de outubro de 2022 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$4.250.196,70 (quatro milhões, duzentos e cinquenta mil, cento e noventa e seis reais e setenta centavos), observado o limite do capital autorizado previsto no artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, mediante a emissão de 279.315 (duzentas e setenta e nove mil, trezentas e quinze) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$15,2165 (quinze reais, dois mil cento e sessenta e cinco milésimos de real) por ação, correspondente ao preço médio de fechamento da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 03 de agosto de 2017, conforme aditado ("Plano"), no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, conforme aditado. Em razão da deliberação de aprovação do aumento de capital, o capital social da Companhia passou para R\$13.260.722.781,52 (treze bilhões, duzentos e sessenta milhões, setecentos e vinte e dois mil, setecentos e oitenta e um reais e cinquenta e dois centavos) dividido em 1.584.446.224 (um bilhão, quinhentas e oitenta e quatro milhões, quatrocentas e quarenta e seis mil, duzentas e vinte e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 02 de março de 2023 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$1.470.400,56 (um milhão, quatrocentos e setenta mil, quatrocentos reais e cinquenta e seis centavos), observado o limite do capital autorizado previsto no artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, mediante a emissão de 126.154 (cento e vinte seis mil, cento e cinquenta e quatro) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$11,6556 (onze reais, seis mil quinhentos e cinquenta e seis milésimos de real) por ação, correspondente ao preço médio de fechamento da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 03 de agosto de 2017, conforme aditado ("Plano"), no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, conforme aditado. Em razão da deliberação de aprovação do aumento de capital, o capital social da Companhia passou para R\$13.262.193.182,08 (treze bilhões, duzentos e sessenta e dois milhões, cento e noventa e três mil, cento e oitenta e dois reais e oito centavos) dividido em 1.584.572.378 (um bilhão, quinhentos e oitenta e quatro milhões, quinhentos e setenta e dois mil, trezentos e setenta e oito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Posição acionária dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da Companhia até o nível de pessoa física:

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

**20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES**

Companhia: ENEVA S.A.	Posição em 31/12/2023			
	Ações ordinárias*		Total	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%
Banco BTG Pactual S.A.	348.882.453	22,02%	348.882.453	22,02%
Cambuhy Investimentos Ltda	317.140.404	20,01%	317.140.404	20,01%
Dynamo Administração de Recursos Ltda	170.607.721	10,77%	170.607.721	10,77%
Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda	86.168.513	5,44%	86.168.513	5,44%
Partners Alpha Investments LLC	85.409.046	5,39%	85.409.046	5,39%
Ações em Tesouraria	1.900.090	0,12%	1.900.090	0,12%
Outros	574.464.151	36,25%	574.464.151	36,25%
<b>Total</b>	<b>1.584.572.378</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.584.572.378</b>	<b>100,00%</b>

\*O Capital Social da ENEVA é composto apenas por ações ordinárias.



## Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no inciso V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras (Controladora e Consolidado) relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2024.

Diretores:

Lino Lopes Caçado  
Diretor Presidente

Marcelo Campos Habibe  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

## Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no inciso V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a conclusão expressa no relatório de revisão dos Auditores Independentes, datado em 14 de março de 2024, relativo às Demonstrações Financeiras (Controladora e Consolidado) do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2024.

Diretores:

Lino Lopes Caçado  
Diretor Presidente

Marcelo Campos Habibe  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores